

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS

MARCELO HORNOS STEFFENS

**Getúlio Vargas biografado:
Análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988**

Belo Horizonte

2008

MARCELO HORNOS STEFFENS

**Getúlio Vargas biografado:
Análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988**

Teses de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutor.

Linha de Pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kátia Gerab Baggio

Belo Horizonte

2008

STEFFENS, Marcelo Hornos

Getúlio Vargas biografado: análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988./ Marcelo Hornos Steffens. Orientado pela Prof^a. Doutora Kátia Gerab Baggio. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

1. Gênero biográfico.
2. Getúlio Vargas em biografias.
3. Relação entre biografia e historiografia.

MARCELO HORNOS STEFFENS

**Getúlio Vargas biografado:
Análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Doutor em História pela Banca Examinadora composta pelos membros:

Tese defendida e aprovada em
03 de dezembro de 2008.

Prof(a) Doutor(a) Kátia Gerab Baggio

Prof(a) Doutor(a) Maria Helena Rolim Capelato

Prof(a) Doutor(a) Lucília de Almeida Neves Delgado

Prof(a) Doutor(a) Regina Horta Duarte

Prof(a) Doutor(a) João Pinto Furtado

Resumo

O principal objetivo deste trabalho é analisar as produções do gênero biográfico sobre Getúlio Vargas, escritas entre os anos de 1939 e 1988. Nessa análise, objetiva-se identificar as imagens construídas de Getúlio Vargas, pelos autores das oito biografias selecionadas. Além disso, deseja-se perceber as relações existentes entre as biografias, a discussão historiográfica e as tensões do contexto no qual essas obras foram publicadas. Também, almeja-se acompanhar as transformações ou as permanências havidas, ao longo dessas décadas, na escrita de gênero biográfico, suas aproximações com a ficção e com a escrita acadêmica, bem como os contatos e as trocas entre os dois campos de conhecimento.

Palavras-chave:

Biografias — Getúlio Vargas — Historiografia brasileira — Brasil pós-1930

STEFFENS, Marcelo Hornos. Getúlio Vargas biografado: análise de biografias publicadas entre 1939 e 1988. Tese (Doutorado em História) — Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2008.

Abstract

The main purpose of this work is to analyze the biographical production about the former Brazilian president Getúlio Vargas written between the years 1939 and 1988. In doing so, we have identified the images about Vargas that were built up by the authors of eight selected biographies and investigated the relationships between these biographies, their historiographic discussions and the contextual tensions under which such writings have been published. Furthermore, we aim at tracking both the permanent and changing aspects of the biographical genre, throughout these decades, its similarities with the academic and fictional writings as well as the contacts and interchanges of these two fields of knowledge.

Key terms: Biographies; Getúlio Vargas; Brazilian historiography; Historical scenery of Brazil after 1930.

Agradecimentos

Aos professores doutores João Pinto Furtado e Regina Horta Duarte, pelas críticas, observações e sugestões feitas por ocasião da qualificação deste trabalho.

À professora doutora Kátia Gerab Baggio, minha orientadora, pela dedicação, afinco, envolvimento, compreensão e consistência com que orientou este trabalho, muito obrigado e minha especial admiração.

Aos meus colegas de trabalho, o professor Écio Marques, que me auxiliou nas discussões referentes à prática jornalística, e a professora Marliace Emboava, que foi compreensiva em relação às questões profissionais.

Aos meus pais, Egídio Paulo e Maria Conceição, e a meus irmãos, Maria do Carmo e Márcio Antônio, que, apesar da distância, sempre estiveram presentes nessa longa jornada.

À Kleber e Ulisses pela convivência.

À Cristiane, minha inspiração.

Poema em linha reta

Fernando Pessoa
(Álvaro de Campos)

Nunca conheci quem tivesse levado porrada.
Todos os meus conhecidos têm sido campeões em tudo.

E eu, tantas vezes reles, tantas vezes porco, tantas vezes vil,
Eu tantas vezes irresponsavelmente parasita,
Indesculpavelmente sujo,
Eu, que tantas vezes não tenho tido paciência para tomar banho,
Eu, que tantas vezes tenho sido ridículo, absurdo,
Que tenho enrolado os pés publicamente nos tapetes das etiquetas,
Que tenho sido grotesco, mesquinho, submisso e arrogante,
Que tenho sofrido enxovalhos e calado,
Que quando não tenho calado, tenho sido mais ridículo ainda;
Eu, que tenho sido cômico às criadas de hotel,
Eu, que tenho sentido o piscar de olhos dos moços de fretes,
Eu, que tenho feito vergonhas financeiras, pedido emprestado sem pagar,
Eu, que, quando a hora do soco surgiu, me tenho agachado
Para fora da possibilidade do soco;
Eu, que tenho sofrido a angústia das pequenas coisas ridículas,
Eu verifico que não tenho par nisto tudo neste mundo.

Toda a gente que eu conheço e que fala comigo
Nunca teve um ato ridículo, nunca sofreu enxovalho,
Nunca foi senão príncipe - todos eles príncipes - na vida...

Quem me dera ouvir de alguém a voz humana
Que confessasse não um pecado, mas uma infâmia;
Que contasse, não uma violência, mas uma cobardia!
Não, são todos o Ideal, se os oiço e me falam.
Quem há neste largo mundo que me confesse que uma vez foi vil?
Ó príncipes, meus irmãos,

Arre, estou farto de semideuses!
Onde é que há gente no mundo?

Então sou só eu que é vil e errôneo nesta terra?

Poderão as mulheres não os terem amado,
Podem ter sido traídos - mas ridículos nunca!
E eu, que tenho sido ridículo sem ter sido traído,
Como posso eu falar com os meus superiores sem titubear?
Eu, que venho sido vil, literalmente vil,
Vil no sentido mesquinho e infame da vileza.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1	
Biografias para “educar” e “proteger” a nação (anos 30 e 40)	36
O contexto da escrita	43
Desafios da biografia	49
Getúlio Vargas e Borges de Medeiros	57
A Revolução de 1930	70
Os comunistas	81
O Estado Novo	88
Algumas considerações	99
Capítulo 2 - Getúlio Vargas: pelo “povo” ou pelo “poder”? (anos 50 e início dos 60)	101
O contexto da escrita	105
Desafios da biografia	113
Temperamento/personalidade de Vargas	116
A Revolução de 1930	125
Os militares	133
Soberania popular	140
Os comunistas	146
Os integralistas	149
O Estado Novo	153
A deposição	163
O retorno ao Catete	165
Algumas considerações	166
Capítulo 3 - O pragmatismo brasilianista e o combate ao imperialismo (anos 60 e 70)	172
O contexto da escrita	175
Desafios da biografia	182
A personalidade de Vargas	188

A Revolução de 1930	208
A Revolução de 1932	223
O Estado Novo	231
O segundo governo	238
Algumas considerações	241
Capítulo 4	
Acadêmicos enfrentam os desafios da biografia (anos 80)	243
O contexto da escrita	246
Do nascimento de Vargas à Revolução de 1930	248
Da Revolução de 1930 ao Estado Novo	270
Do Estado Novo à deposição	281
O exílio em São Borja e o segundo governo	292
Algumas considerações	301
Considerações finais	303
Fontes de pesquisa	310
Referências bibliográficas	310

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir as biografias produzidas sobre Getúlio Vargas no período delimitado entre 1939 e 1988.¹

Neste trabalho, são analisadas oito biografias escritas entre os anos de 1939 e 1988. Biografias que começaram a se tornar uma preocupação das editoras já na década de 1930, quando proliferaram no mercado editorial brasileiro. Estes escritos de gênero biográfico versavam sobre diversos personagens, tanto do meio intelectual, quanto do meio político.² Sobre Vargas, identificamos uma primeira biografia no ano de 1939³ e outras tantas no decorrer dos séculos XX e XXI, particularmente nos anos de 1974, 1984 e 2004, que marcaram aniversários de seu suicídio, até uma mais recente publicada no ano de 2006, mas que, no entanto, não será analisada no presente trabalho.⁴

Tendo como *corpus* documental privilegiado as biografias sobre Vargas, busquei identificar e classificar as imagens que os biógrafos de Getúlio almejavam construir. Uma pergunta importante é se essas imagens construídas entre o final da década de 1930 e o fim da década de 1950 sofreram alterações? Se sofreram, quais foram e a que se relacionaram?

¹ Recentemente a *Folha de São Paulo* publicou o resultado de uma enquête, realizada com 200 personalidades brasileiras (intelectuais, religiosos, empresários e outros), na qual perguntava: “quem foi o maior brasileiro de todos os tempos?” Getúlio Vargas foi o escolhido. *Folha de São Paulo*, 1/04/2007, p. A16- e A18.

² RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias. In: CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1998, p.235.

³ CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. RJ: José Olympio, 1939. [1ª ed.]

⁴ FAUSTO, Bóris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. SP: Cia. das Letras, 2006. [1ª ed.]

Possivelmente, tais modificações, releituras da imagem de Vargas, se relacionem a novos contextos, que provavelmente tenham, também, determinado modificações nas produções da historiografia. Pode-se afirmar que há um diálogo entre as biografias e as produções historiográficas?

Em uma avaliação inicial, pode-se afirmar que a discussão sobre as produções biográficas acerca de um personagem tão fundamental — que continua a ser referência na história republicana brasileira desde a década de 1930⁵ — traz consigo uma série de questões que têm sido deixadas à margem das discussões historiográficas atuais.

Um aspecto da discussão trata da relativa ausência do uso de biografias como materiais importantes na construção de interpretações em nossa historiografia. Assim, quando utilizadas, as biografias não têm recebido um tratamento específico, como requerem materiais desse gênero.

As biografias têm a intenção de perpetuar ou destruir certas imagens sobre os personagens que nela são retratados. Esses “vícios”, no entanto, estão presentes nas mais diversas fontes históricas. Os historiadores reconhecem, posteriormente, a necessidade da crítica interna e da crítica externa dos “documentos”, como aponta Jacques Le Goff:

Não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico [...] O documento não é qualquer coisa que

⁵ Getúlio Vargas fundou, em 1945, os dois partidos mais importantes do chamado período democrático, 1945-1964, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD). Os personagens que daí saíram eram fortemente identificados com a varguismo. A própria oposição, através da União Democrática Nacional (UDN), estabelecia, em geral, suas propostas a partir do campo varguista. Mais tarde, após a ditadura militar, houve a disputa pela herança da sigla PTB entre Ivete Vargas e Leonel Brizola, que a perdeu e teve de fundar um outro partido. Mais recentemente, quando FHC afirmou que terminaria com os resquícios da era Vargas, ou quando em 2003 o presidente Lula, em comemoração aos cinquenta anos da Petrobrás, repetiu o gesto de Vargas, em 1952, e sujou as mãos com petróleo. Assinalando, quem sabe, que a herança de Vargas ainda mantinha-se viva.

fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.⁶

Contextualização

A “Era Vargas” pode ser definida como um momento de síntese de vários anseios e questões que perturbavam, principalmente, as classes instruídas desde o início do século XX. Houve uma série de discussões acerca dos destinos do país que demarcaram aquele contexto histórico, e que, evidentemente, influenciaram a produção historiográfica nacional.

A instabilidade política foi grande desde o início da República. “Se a defesa do federalismo era algo que unia grupos dominantes e representantes das principais províncias, outras questões relativas ao formato a ser dado ao novo sistema político provocavam inúmeras divergências”.⁷

Vários acordos políticos foram construídos entre os grupos dominantes para que uma relativa estabilidade política fosse alcançada e não colocasse em risco a permanência no poder desses novos atores. Um, dentre os vários acordos estabelecidos, foi a política dos governadores, que

teve como objetivos confinar as disputas políticas no âmbito de cada estado, impedindo que conflitos intra-oligárquicos transcendessem as fronteiras regionais, provocando instabilidade política no plano nacional; chegar a um acordo básico entre a União e os estados; e pôr fim às hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, controlando a escolha de deputados.⁸

⁶ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p.535-536.

⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes, PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.390.

⁸ *Idem, ibidem*, p. 390.

Havia, também, como estratégia de manutenção da estabilidade política, um sistema de rotatividade na ocupação do poder político através das sucessivas candidaturas à presidência da República ora de candidatos indicados pela oligarquia mineira, ora pela oligarquia paulista, fenômeno conhecido como “política do café-com-leite”. No entanto, a precária estabilidade desse sistema, passou, no final da década de vinte, em virtude da conjuntura interna conjugada à externa, por uma crise sem precedentes.⁹

A década de 1920 foi profícua em debates, que tentavam entender e explicar as linhas fundamentais que teriam determinado a formação do país com certas características originais. Nesses debates perguntava-se, também, sobre o caráter do Estado brasileiro, as razões de nosso atraso econômico, das desigualdades regionais e de nossa dependência cultural.¹⁰

Na década de 1930, pensadores como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Alberto Torres, dentre outros, teciam avaliações e críticas às estruturas político-administrativas “arcaicas” e inadequadas, julgando-as impróprias para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Percebiam que “nossa cultura” não era “original” e que o liberalismo adotado por nossas elites litorâneas não se adequava à realidade brasileira.

⁹ Apesar de algumas análises recentes apontarem para a fragilidade da “política do café-com-leite” (ver VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001), parece-nos, em concordância com FERREIRA e PINTO, que o sistema atingiu seus objetivos — minimizou os conflitos intra-oligárquicos — e construiu, também, um “[...] federalismo desigual marcado pela preponderância de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul sobre as demais unidades da federação”. In: *Idem, ibidem*, p. 393.

¹⁰ Ver BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2 ed. SP: Contexto, 1998, p. 159-182.

Os vários campos,¹¹ intelectual, militar e político, produziram, em três de outubro de 1930, um movimento resultante da ruptura entre as oligarquias regionais e a oligarquia paulista, da pressão dos setores médios urbanos¹² — que se achavam excluídos da participação política e do acesso ao serviço burocrático do Estado — e do movimento operário organizado¹³.

A Revolução de 1930, para além da idéia de “Estado de compromisso” — “[...] no qual o Estado não representaria qualquer setor da sociedade, e o governo assumiria o papel de árbitro das lutas políticas”¹⁴ —, indicava um período

[...] rico em exemplo de continuidade e de descontinuidade políticas. A marca essencial desses sete anos é a instabilidade, corporificada nas lutas e nos choques ocorridos entre as numerosas e distintas forças sociais que disputavam um espaço político maior no cenário nacional.¹⁵

Na avaliação dos auto-intitulados revolucionários, o Brasil era um amontoado de interesses regionais difusos e não uma nação. Cabia a eles a tarefa de estabelecer as condições para que se resgatasse o “autêntico” espírito nacional, ou, em termos mais precisos, que se produzissem condições para a construção de uma identidade nacional.

Em virtude das características sociais do movimento de outubro de 1930, logo apareceram as divergências. Em 1932, com a chamada Revolução Constitucionalista, ocorreu a reação de um desses grupos — identificado ao

¹¹ Para Pierre Bourdieu, o conceito de campo define um sistema de relação de forças no qual seus integrantes concorrem com o de outros campos com a objetivo de obterem a hegemonia ideológica, política e cultural. Ver BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

¹² FAUSTO, Bóris. *A revolução de 1930, historiografia e história*. 3 ed. SP: Brasiliense, 1975.

¹³ DE DECCA, Edgar. *A revolução de 30: o silêncio dos vencidos*. SP: Brasiliense, 1980.

¹⁴ BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História e historiografia*. 2ª edição. São Paulo, 1998, p. 175.

¹⁵ GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: _____ (org.) *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 25.

estado mais poderoso da federação, São Paulo, que perdera, de modo relativo, o papel de mando na política nacional. Conforme Pandolfi,

[...] apesar da derrota militar, os paulistas tiveram ganhos políticos. Além do compromisso do Governo Provisório em levar avante o processo de reconstitucionalização do país, São Paulo, a partir de agosto de 1933, passou a ter um interventor paulista e civil, como desejava a elite: Armando Sales de Oliveira. [Além disso] a revolução de 1932 provocou uma reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares. A repressão não se abateu somente sobre os revoltosos paulistas. Parte da liderança gaúcha e mineira que havia participado da Revolução de 30, como Artur Bernardes, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Epiácio Pessoa, por ter apoiado a causa paulista, foi alijada do processo político em curso e mais de 500 oficiais foram expulsos das Forças Armadas.¹⁶

Em 1934, em razão de pressões políticas de diversos grupos sociais sobre o governo revolucionário, foi promulgada a nova Constituição, de caráter democrático, e que, dentre outras coisas, marcava eleições presidenciais para 1938.

No entanto, em 1937, depois de turbulências políticas e da rebelião Comunista (1935), ocorreu a descoberta de um pretense plano comunista para a derrubada do governo, o chamado Plano Cohen, que foi utilizado como a gota d'água pelo governo de Getúlio Vargas para que ele adotasse, em 10 de novembro, medidas autoritárias que durariam até 1945, no chamado Estado Novo.

Para além das pesquisas que se aprofundaram em determinados aspectos do Estado Novo — mundo do trabalho; controle social; repressão; política cultural; etc. —, e que colaboraram com o alargamento do campo de

¹⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 26.

investigações sobre o período, parece-nos, em termos mais gerais, que o Estado Novo se caracterizaria

[...] pela introdução de um novo regime político orientado por novas regras legais e políticas. No entanto, esse momento também não é homogêneo porque as circunstâncias externas e internas são responsáveis por mudanças significativas no jogo político. A entrada do Brasil na Segunda Guerra constitui um marco de mudança importante nos rumos do Estado Novo.¹⁷

Em 1945, Getúlio Vargas, o homem que centralizava as atenções do período, foi afastado da presidência da República pelo Exército, tendo em vista o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e as pressões internas pela redemocratização. No entanto, sua deposição não representou o seu afastamento da política. Segundo vários autores, dentre os quais Hélio Silva¹⁸ e Edgard Carone¹⁹, o presidente deposto teve papel fundamental na vitória do marechal Eurico Gaspar Dutra ao emprestar-lhe o seu apoio.

O regime caiu sem resistência. Mas a história mostraria que o derrotado foi o Estado Novo, e não seu presidente, que voltaria ao poder em 1951, escolhido pelo voto e com a preferência de amplos setores sociais, populares principalmente. Antes disso, Vargas mostrava força política nas eleições de 1946, quando elegeu para a presidência da República o seu candidato Eurico Gaspar Dutra, vencendo o candidato da oposição udenista Eduardo Gomes. O Estado Novo se encerrou em 1945, mas a presença de Vargas na política foi bem mais longe.²⁰

Tanto que em 1950, Getúlio Vargas foi eleito pelo voto direto e reconduzido ao posto que ocupara por quinze anos. Sua trajetória parecia encerrar-se com o seu suicídio, em agosto de 1954. No entanto, sua figura, sua

¹⁷ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 113.

¹⁸ SILVA, Hélio. 1945: Por que depuseram Vargas. RJ: Civilização Brasileira, 1976.

¹⁹ CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). SP: Difel, 1976.

²⁰ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *Idem, ibidem*, p. 139.

trajetória, seu governo produziu muitos estudos, discussões, certezas e incertezas.

A macro-história e a crítica à história política tradicional

Na Europa, do século XIX, a temática da escrita biográfica produziu debates, que, não raro, condenavam esse gênero. Herbert Spencer, por exemplo, queixava-se que “as biografias dos monarcas (e nossas crianças aprendem pouco mais do que isso) pouco esclarecem a respeito da ciência da sociedade”, assim como Emile Durkheim que considera os acontecimentos particulares nada mais que “manifestações superficiais” da história de uma nação, distante da “história real”.²¹

Havia contra o *historicismo*, uma convergência quanto às críticas. Positivistas, marxistas e os fundadores *dos Annales*, todos, sem exceção, cerravam fileiras contra a predominância da “história política tradicional”, que predominava no panorama historiográfico, sendo o “inimigo comum” a ser combatido, pelas propostas emergentes. Foi nesse contexto — de crítica ao historicismo — que se estabeleceram certas resistências às questões que, mais tarde, viessem a envolver o estudo de indivíduos ou suas trajetórias, típicas dos escritos de gênero biográfico.

Os novos modelos que se estabeleciam, para além da crítica à história política tradicional, almejavam perceber “as leis que regiam a história dos homens”, o que certamente não seria possível com a “superficialidade dos acontecimentos”, a qual era a matéria-prima dos historiadores do político.

²¹ Durkheim, *apud* Burke, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989). A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 20.

Por outro lado, as críticas ao historicismo não eram infundadas. Não raramente, seus escritos beiravam o oficialismo e o panegírico. Assim, diziam os seus críticos, o conhecimento histórico deveria prescindir da aparência dos acontecimentos para desvendar a “verdade da história real”, suas estruturas mais profundas e determinantes.

Roger Chartier, numa avaliação crítica da visão que se estabeleceu como dominante na historiografia, expôs os objetivos e fundamentos dessa análise. Segundo ele, a história estruturalista buscava

[...] identificar as estruturas e as relações que, independentemente das percepções ou intenções dos indivíduos, comandam os mecanismos econômicos, organizam as relações sociais, engendram as formas de discurso. Daí a afirmação de uma separação radical entre o objeto do conhecimento histórico propriamente dito e a consciência subjetiva dos atores.²²

Os elementos dessa leitura estruturalista situam-se dentro daquelas concepções mais gerais que Carlo Ginzburg (*apud* Chartier) identifica com o paradigma *galileano* do conhecimento histórico, que buscava, com muito empenho, o seu reconhecimento como ciência social. Assim, de uma “simples cartografia das particularidades ou de um simples inventário de casos ou fatos singulares, a história ciência buscava identificar estruturas e regularidades, e, portanto, formular relações gerais”.²³

Na concepção dos *Annales* a análise de trajetórias individuais deveria servir para a compreensão da sociedade, conforme manifesta Georges Duby:²⁴

[...] eu era, com efeito, o primeiro dentre os epígonos de Marc Bloch e Lucien Febvre a aceitar escrever a biografia de um “grande homem”. Mas na realidade não me desviava nem um

²² CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*, RJ, vol. 7, n.13, 1994, p. 98.

²³ GINZBURG *apud* CHARTIER, *ibidem*, p.98.

²⁴ De acordo com Peter Burke, Duby pertence à terceira geração dos *Annales* cujas obras assinalam certa abertura a novas influências teóricas e metodológicas.

milímetro do meu percurso. A única modificação – das mais importantes, reconheço – dizia respeito à forma. Eu estava voltando sem rodeios à narrativa. Contava uma história, seguindo o fio de um destino pessoal. Mas continuava atendo-me à história-problema, à história-questão. Minha pergunta continuava sendo a mesma: que é a sociedade feudal? Uns doze anos antes, valera-me de um acontecimento de primeira grandeza, Bouvines, de algo excepcional, para descobrir, no terreno da guerra, o banal, o quotidiano. Desta vez, observava a carreira excepcional, de um campeão do mundo, de um vencedor, observava como vivia o Platini, o Tapie do século XII, pois ele me interessava, mas sobretudo para ser capaz, através dele, através dos numerosíssimos vestígios deixados por sua turbulenta passagem por este mundo, de saber mais, muito mais sobre o cavaleiro comum, sobre a cavalaria.²⁵

A reflexão de Duby aponta para uma leitura na qual os indivíduos teriam uma determinada margem de ação, mas dentro de certas linhas bem definidas pelo contexto histórico. Propõe-se, nesse trabalho, reconhecer como as biografias tratam e constroem narrativas a partir da abertura desta margem para a ação individual.

Marc Bloch, anteriormente, já tinha indicado para a complexidade da relação sociedade-indivíduo. Sinalizando nessa direção, de acordo com a leitura de Jacques Le Goff, duas noções seriam fundamentais para compreender a visão de história do pai dos *Annales*. A primeira noção é a de *mutilação*.

Bloch recusa uma história que mutilaria o homem (a verdadeira história interessa-se pelo homem integral, com seu corpo, sua sensibilidade, sua mentalidade, e não apenas suas idéias e atos) e que mutilaria a própria história, esforço total para apreender o homem na sociedade e no tempo. [A segunda noção é a de] Fome. O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça. Marc Bloch é um faminto, um faminto de história, um faminto de homens dentro da história. O historiador deve ter apetite. É um comedor de homens.²⁶

²⁵ DUBY, Georges. *A história continua*. RJ: Zahar, 1993, p. 137-8.

²⁶ LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. RJ: Jorge Zahar ed, 2001, p.20.

Embora Bloch, sempre de acordo com Le Goff, não se aprofunde na dimensão individual da história, ele não a despreza, assim como não despreza os acontecimentos. Segundo Bloch, a história

[...] deve se voltar de preferência para a o indivíduo ou para a sociedade, e critica a definição de história de Fustel de Coulanges, a quem não obstante admirava: a história é a ciência das sociedades humanas, observando que isso talvez seja reduzir em excesso, na história, a parte do indivíduo.²⁷

As grandes sínteses no Brasil

Na historiografia brasileira este efeito também foi identificável. Conforme afirma Astor Antônio Diehl, na produção historiográfica brasileira, entre as décadas de 1960 e 1970, prevaleceram “as grandes sínteses (...), ou seja, as histórias da sociedade no sentido macroestrutural. Subjacente à análise macro, está presente o viés iluminista do progresso cumulativo e da linearidade do tempo”.²⁸

Vavy Pacheco Borges corrobora essa análise. Segundo ela, nas décadas de sessenta e setenta

[...] instala-se na produção brasileira de ciências sociais o uso de esquemas de luta de classes e transformações sociais, em particular a discussão sobre “revolução burguesa”, sobre a história do Brasil e modos de produção... muitas vezes empregados como modelos e/ou categorias prontas e ahistóricas, marcou a produção de história. O marxismo era a “ciência”, o resto era “história burguesa”.²⁹

Nesse período, as interpretações sobre a era Vargas caracterizaram-se por grandes sínteses, com análises de um viés marcadamente estruturalista,

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 22.

²⁸ DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos de 1970*. Passo Fundo: UPF Ed. 1999, 376p.

²⁹ BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In: *Revista Brasileira de História*. SP, vol. 12, n. 23/24, set. 91/ago. 92, pp. 7-18.

que relegavam a um segundo plano outros aspectos da realidade social.

Como afirma Capelato:

[...] a “Revolução de 1930” é indicada como marco inicial e a “Revolução de 1964” como marco final. Nessa perspectiva, vários trabalhos se referem ao populismo como um todo indiferenciado, sem levar em conta diversas conjunturas que permitem explicar, de forma mais aprofundada, a “Revolução de 1930”, o Governo Provisório de 1930 a 1937, o advento do Estado Novo, a redemocratização de 1945, o segundo período Vargas, a política desenvolvimentista de JK, os conflitos políticos do início dos anos 60 e o desfecho na “Revolução de 1964”. O método explicativo mais amplo não permite a colocação de questões específicas sobre cada momento desse processo, interpretado como um modelo econômico e político particular que tipifica uma etapa do capitalismo brasileiro.³⁰

Há, também, no paradigma estruturalista, um traço evolucionista, uma concepção etapista da história. Nessa perspectiva, o fenômeno trabalhista corresponderia a tentativas de implementar a modernização como meio de desenvolvimento do capitalismo dependente em sociedades periféricas e que culminaria com o fracasso desse projeto, por suas limitações estruturais.

Nesse último período, Getúlio Vargas foi visto como arauto do nacionalismo, que tinha como objetivos, conforme aponta Abreu, a *consolidação do Estado Nacional*, que estava “[...] intimamente ligada à obtenção da justiça social, e que esta só se realizaria por meio do desenvolvimento autônomo do país”.³¹

Na década de 1980, contudo, a predominância das grandes narrativas vai perdendo espaço. A nova historiografia, segundo Capelato:

³⁰ CAPELATO, Maria Helena R. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1998, p. 183-4.

³¹ ABREU, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As instituições da era Vargas*. RJ: Ed. UERJ: Ed. FGV, 1999, p.129.

[...] propõe um caminho inverso: privilegia as particularidades nacionais e os recortes mais específicos. Em lugar das grandes sínteses e das generalizações teóricas — que, certamente, trouxeram contribuições muito importantes para a compreensão do período —, os pesquisadores na área buscam hoje a “reconstituição histórica concreta” dos vários populismos. Nesse contexto, o varguismo ganhou destaque na produção historiográfica brasileira, mas a atenção se voltou, sobretudo, para a fase de 1930-1945; o Estado Novo aí se coloca como tema de especial interesse, principalmente para os que se dedicaram ao estudo de aspectos políticos e culturais dessa experiência.³²

O retorno da história política

Diante das inúmeras transformações sociais e políticas pelas quais passou a Europa nas últimas décadas, inúmeros pesquisadores começaram a reavaliar o papel do político no novo contexto de final do século XX. A nova história política refuta as antigas acusações de que se interessava apenas pelas minorias privilegiadas, pelos fatos efêmeros e circunstanciais. O retorno do político, pelo contrário, introduz na pesquisa histórica uma pluralidade de ritmos que combina, por exemplo, o instantâneo com o extremamente lento, o individual e o coletivo.³³ Como afirma Pierre Rosanvallon, o político não é um domínio entre outros da realidade, “[...] é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”.³⁴

Em virtude da forte influência da historiografia francesa no Brasil, essas transformações foram aqui sentidas e introduziram na pesquisa histórica novas discussões.

³² CAPELATO, *idem, ibidem*, p. 184.

³³ FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: *Estudos Históricos*. RJ, vol. 5, n. 10, 1992, p.265-271.

³⁴ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). In: *Revista Brasileira de História*. SP, vol. 15, n. 30, 1995, pp. 9-22.

A partir da década de 1980, ocorreram algumas significativas transformações na pesquisa de história desenvolvida no Brasil. Conforme afirma Ângela de Castro Gomes, o novo perfil da pesquisa no Brasil, relacionado à essa renovação historiográfica, por mais amplo que seja, caracterizou-se pela rejeição de algumas premissas:

A primeira delas é a que consagrava uma análise dos processos sociais caracterizada pela linearidade e previsibilidade, em função da adoção de modelos teóricos de matriz estruturalista, fundamentalmente economicistas, quer fossem de extração marxista, mais comum na história, quer fossem marcados pela lógica instrumentalista da ação coletiva, mais presente na ciência política e na sociologia. Nesse sentido, o que se estava recusando eram explicações que se construíram fundamentadas em variáveis “externas” aos próprios processos históricos, isto é, que recorriam a fatores definidos *a priori* e de “fora” dos casos concretos que estavam sendo estudados. A “verdadeira consciência de classe” ou a “racionalidade dos cálculos de custos e benefícios dos atores,” explicações postuladas através de modelos de análise prévios e inquestionáveis, ilustram o que se deseja fixar.³⁵

De acordo com Gomes, essa renovação produziu, também, o afastamento de “generalizações e formalizações dos processos sociais, os quais seriam sempre históricos isto é, datados e localizados no tempo e no espaço, não podendo ser compreendidos a não ser por dentro”, ou, como continua a autora, “por meio das idéias e ações daqueles que estavam diretamente envolvidos, o que não permitiria esquemas ou verdades pré-estabelecidas”.³⁶

Além disso, nessa transformação outra perspectiva alterou-se. Nas produções dominadas pelo paradigma estruturalista não havia espaço para o

³⁵ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*, p.160.

³⁶ *Idem, ibidem*, p.160.

humano, que, via de regra, era explicado pelo contexto no qual estava inserido. A partir de agora, como afirma Gomes,

[...] a análise dos processos sociais se “abre” à intervenção dos atores neles presentes, sendo aí crucial uma outra recusa teórica. Ela diz respeito ao abandono de modelos que trabalham com a relação de dominação – no mundo econômico, político e cultural -, a partir da premissa de que o dominante é capaz de controlar ou anular o dominado, tornando-o uma expressão ou reflexo de si mesmo. Tal recusa tem uma face de imensa densidade teórica e empírica. Ela significa defender teoricamente que, entre seres humanos, não há controles absolutos e “coisificação” de pessoas, e que, nas relações de dominação, os dominantes não anulam os dominados, ainda que haja extremo desequilíbrio de forças entre os dois lados.³⁷

Recentemente, alguns historiadores que têm como objeto de estudo o período Vargas iniciaram um movimento de reflexão que coloca em xeque tanto a perspectiva estruturalista, quanto a óptica dualista.

A discussão mais marcante sobre a era Vargas foi aquela que a conceituou como populista. Em linhas gerais, o populismo significaria, segundo uma longa tradição historiográfica e sociológica, uma relação entre Estado e trabalhadores, na qual o primeiro atenderia, de modo incompleto, às reivindicações dos segundos como forma de mantê-los sob seu controle. O populismo ainda caracterizar-se-ia pela presença de uma liderança carismática – Getúlio Vargas – responsável por mediar essa relação de domínio do Estado sobre os trabalhadores urbanos.³⁸

Chama a atenção o fato de que esta concepção de populismo predominou na historiografia durante muito tempo, particularmente a partir das contribuições do cientista político Francisco Weffort. Para Jorge Ferreira, a concepção de populismo de Weffort teve forte influência da tradição marxista.

³⁷ *Idem, ibidem*, p.160.

³⁸ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. RJ: Paz e Terra, 1980.

O marxismo apresentou uma questão importante ao estudioso: uma ordem social não é imutável, e a sua própria reprodução propicia a sua transformação. Para um historiador, marxista ou não, a assertiva foi muito bem recebida. As divergências, porém, surgiram sobre a maneira e os caminhos que permitiriam a transformação, suscitando acalorados debates entre autores e militantes marxistas. Assim, a versão mais disseminada defendeu que a possibilidade da mudança provém da capacidade dos trabalhadores de alcançarem ‘a verdadeira’ consciência de classe, de ‘desvendarem’ as contradições sociais, de perceberem quais seriam os seus ‘reais’ interesses. [...] O conceito de ideologia, compreendido na maioria das vezes como ‘falsa consciência’, poderia desvendar as razões que teriam levado os operários a não se revoltarem contra ordens sociais opressoras.³⁹

O trecho acima é bastante significativo das análises produzidas sobre a era Vargas, até o final da década de 1970. No geral, historiadores e cientistas sociais embasavam suas reflexões ancorados na tradição marxista. De acordo com ela, afirmavam que a classe operária no Brasil ainda não estava suficientemente madura para reconhecer-se como classe, leitura que denotava um viés fortemente evolucionista.

Já no final da década de 1980, a obra, *A invenção do trabalhismo*⁴⁰, de Ângela de Castro Gomes, apontava para a superação do modelo dominante das interpretações sobre a era Vargas. Para além das leituras que consideravam as relações entre Vargas, seu governo, e os trabalhadores como simples ato de dominação e manipulação — na medida em que criara uma legislação trabalhista, previdenciária e sindical —, a autora propõe compreendê-las como uma operação cheia de significados. Como afirma Gomes:

[...] Procurei explorar os sentidos do pacto que se construiu entre o Estado, materializado pela pessoa do presidente Vargas, e o “povo trabalhador”, interpelado pelo discurso

³⁹ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____ . *O populismo e sua história*. RJ: Civilização Brasileira, 2001, p.84-5.

⁴⁰ GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. RJ: Ed. FGV, 2005.

estadonovista dos anos 1940. A idéia é a de que esse pacto é uma forma de “comunicação política” fundada na apresentação do “direito social como dádiva”, criando-se por meio dela, adesão e legitimidade. Ou seja, uma idéia aparentemente paradoxal – a de “direito como favor” -, que envolve um circuito de “dar, receber e retribuir” e que se faz por meio de uma lógica política e cultural abrangente, incompreensível dentro dos marcos de um mercado político orientado por cálculos de interesses instrumentais. Uma lógica política que combina crenças e interesses tanto dos dominantes quanto dos dominados, embora com evidente desequilíbrio de poder entre eles.⁴¹

Assim, essa nova historiografia levou a consideração de novos elementos nas análises sobre a era Vargas, envolveu aspectos do comportamento político e cultural dos grupos sociais e dos personagens que estabeleceram esse “pacto”. Dessa forma, abriu-se espaço para novas interpretações, novos objetos e métodos de pesquisa entre os historiadores e cientistas sociais.

As biografias

A discussão sobre obras de gênero biográfico relacionou-se, intimamente, às renovações teóricas no campo da historiografia, particularmente, ao chamado retorno da história política.

Assim, de acordo com Levillain, no início dos anos de 1980, a renovação da historiografia fez “[...] ensaios sobre o gênero biográfico na história florescerem, os dicionários consagrarem-lhes verbetes, e organizarem-se seminários sobre o tema”.⁴²

⁴¹ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate, p. 175-6.

⁴² LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª ed. RJ: Ed. FGV, 2003, p. 162.

Sobre a incorporação das biografias na pesquisa em história — uma das preocupações essenciais desse trabalho de pesquisa — Giovanni Levi, afirma: “[...] mais do que nunca a biografia está no centro das preocupações dos historiadores”.⁴³ .E que sua incorporação ao universo de estudos traria discussões importantes, como: a nova dimensão da individualidade, as relações entre história e narrativa, as relações entre comportamentos

Abordando apenas um desses vários aspectos, o da relação entre narrativa literária e narrativa histórica, que envolve a ampliação da noção de documento, o fosso cavado entre historiadores e biógrafos diminuiu, como afirma Levi:

Nosso fascínio de arquivistas pelas descrições impossíveis de corroborar por falta de documentos alimenta não só a renovação da história narrativa, como também o interesse por novos tipos de fontes, nas quais se poderiam descobrir indícios esparsos dos atos e das palavras do cotidiano. Além disso, reacendeu o debate sobre as técnicas argumentativas e sobre o modo pelo qual a pesquisa se transforma em ato de comunicação por intermédio de um texto escrito.⁴⁴

É evidente, contudo, a necessidade de adotarmos alguns cuidados para não cairmos nas armadilhas das “prosopografias e da biografia modal⁴⁵ ou da monografia de circunstância”.⁴⁶

No Brasil, essa perspectiva de análise teve uma trajetória semelhante. Predominaram, como já foi dito, durante um longo período, e mesmo recentemente, na historiografia, leituras como essas:

⁴³ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 167.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 169.

⁴⁵ Nessa óptica, as biografias individuais só despertam interesse quando ilustram comportamentos ou as aparências ligadas às condições estatisticamente mais freqüentes. LEVY, *Idem, ibidem*, p.174.

⁴⁶ Elogios fúnebres ou ligados a uma circunstância particular (breves, muitas vezes presentes na imprensa escrita). *Idem, ibidem*, p. 213.

Ressaltemos, porém, que este livro não tem qualquer compromisso com o “biografismo elegíaco”. Para nós, ao analisar o papel das individualidades na História, o historiador deve partir da discussão da proposição de G. Plekânov, ao dizer que “em certo sentido, elas podem, apesar de tudo, fazer a História, e não é preciso que a História de faça (mas) seria inútil que uma personalidade eminente se empenhasse em lutar contra a marcha natural das coisas, a própria lógica das relações sociais”.⁴⁷

No entanto, como afirma Ferreira, a renovação da historiografia brasileira passou a encarar, mais criticamente certas visões e posturas teóricas que,

[...] com uma visão determinista que elimina a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente, reconhecendo que o passado é construído segundo as necessidades do presente e chamando a atenção para os usos políticos do passado. Essa abordagem possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa.⁴⁸

Vavy Pacheco Borges, relatando sua trajetória dentro desse contexto de renovação da historiografia no Brasil, assinalou:

Convidada, no início da década de 1980, para fazer uma “séria e completa” biografia de Vargas, recusei peremptoriamente por mais de uma vez: “Getúlio” (como sempre o chamávamos) suscitava-me pouca atração e eu percebia que sua enorme importância na política nacional me obrigaria a muitos anos de pesquisa somente a ele dedicados. Nos cursos que ministrava e em outras atividades nas quais estava envolvida fui me interessando pelo problema do papel do indivíduo na história. Examinei com os alunos a importância atribuída à figura de Vargas, que chegou a determinar periodizações de nossa história como os “Anos Vargas” e a “Era Vargas”. Em um curso, ao ministrar uma unidade sobre as biografias de G. Vargas, comecei a me enfronhar no campo teórico sobre a temática,

⁴⁷ SILVA, José Luiz Werneck da. O feixe do autoritarismo e o prisma do Estado Novo. In: _____ (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 17

⁴⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. In: *Cultura Vozes*. Petrópolis, vol. 94, n.3, p. 111-124, maio/jun., 2000.

me interessando cada vez mais em pensar o indivíduo, “a mais real das realidades”, procurando recuperá-lo de “perdido” que estava entre “classes” ou “estruturas”.⁴⁹

Em outro texto, Borges indicou com precisão a retomada dos estudos sobre trajetórias individuais e a superação da crítica que se fazia à história política tradicional. Segundo ela, durante longo tempo se atribuiu, sem a devida crítica, um papel determinante às grandes figuras. Entretanto,

[...] com a reafirmação recente do papel do indivíduo na sociedade, os historiadores da política voltam a se preocupar com o papel que os grandes personagens tiveram, têm e provavelmente sempre terão na política; suas ações, se não explicam a história toda, têm nela um peso muito significativo que cabe ao historiador aquilatar.⁵⁰

Capelato, dentro desse movimento de renovação da história política, que influenciou diversos objetos de estudo, aponta para as ricas possibilidades que eram deixadas em virtude de resistência dos historiadores em utilizar determinados materiais, dentre eles, memórias e biografias.

Os historiadores que revisitaram o período [Estado Novo] procuraram compreendê-lo a partir de novos ângulos. As questões postas pelo presente não poderiam ser respondidas a partir de dados já pesquisados. Abriu-se, então, a possibilidade de reconstituir essa história a partir da pesquisa de material inédito. O Estado Novo foi muito fértil na produção de textos: as memórias, as biografias, os escritos políticos, os discursos foram pouco explorados nos estudos anteriores. A figura de Getúlio inspirou uma produção muito vasta de obras de natureza biográfica: cerca de 30 títulos desse gênero foram publicados no período, mas eram textos laudatórios que colaboraram na construção do mito Vargas. Esse tema tem despertado muito interesse nos historiadores de hoje.⁵¹

⁴⁹ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla B (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 211.

⁵⁰ BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, *Historiografia brasileira...* p. 159-160.

⁵¹ CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, *Historiografia brasileira...* p. 191.

Todavia, esse é um longo e tenso processo. Mesmo com a atual profusão de obras produzidas por acadêmicos renomados,⁵² algumas avaliações sobre sua importância, ainda esbarram em certas barreiras, como demonstra o trecho abaixo, que analisa o recente lançamento da biografia de Carmem Miranda:

Biografia é sempre um desafio à ingenuidade. Talvez por isso já tenha sido considerada um gênero literário e, para alguns, até se confunda com história. Pois não são poucas as armadilhas que a espreitam: a paixão pelo biografado produz julgamentos passionais, uma vida extraordinária faz desaparecer as circunstâncias do meio, um texto enfadonho faz pesarem como chumbo as páginas dedicadas a uma pessoa só.⁵³

Talvez, esse temor que as biografias produzam relacionem a uma certa noção de documento. Os escritos biográficos, como documentos oficiais exigem, sua crítica interna e externa, e seu tratamento, como ensina Le Goff, como monumento, para evitar as suas numerosas armadilhas.

Curiosamente, no número seguinte da mesma revista, o rumo das discussões foi retomado na direção de se considerar importante a incorporação de biografias, memórias, depoimentos e autobiografias ao panorama da pesquisa histórica no Brasil. Conforme Ângela de Castro Gomes,

[...] para o historiador, uma documentação construída com esses textos/imagens vem sendo reconhecida, cada vez mais, como legítima e valiosa, mas vem exigindo mudanças nos procedimentos de crítica às fontes. Fica descartada *a priori* qualquer possibilidade de se saber “o que realmente aconteceu” (a verdade dos fatos). O que passa a importar é qual a ótica assumida pelo documento e como é expressa por seu autor. Pode-se dessa forma, traçar estreitas relações, embora nem mecânicas nem imediatas, entre uma história das práticas culturais da escrita de si e uma história da História,

⁵² Recentemente foram lançadas várias biografias, numa série intitulada *Perfis brasileiros*. FAUSTO, Bóris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006. CARVALHO, José Murilo. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

⁵³ Sem autoria. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ano 1, n. 8, fev/mar 2006, p.94.

que reconheceu novos objetos, fontes, metodologias e critérios de verdade históricos.⁵⁴

O recente uso de biografias nas pesquisas, também produziu preocupações de caráter metodológico. O historiador deve assumir o risco das análises sobre o gênero, tomando os cuidados necessários, principalmente aqueles que distinguem a leitura do historiador da de um produtor mais “descuidado” de biografias. Como bem distingue Benito Schmidt:

Já no campo da história, apesar da aproximação com a literatura também ser marcante, a margem para a invenção é menos dilatada. Afinal os historiadores, por dever de ofício, têm um compromisso muito mais cabal com sujeitos históricos concretos, que existiram na realidade e que chegam até o presente através de documentos. Ou seja, os trabalhos produzidos nesta área, para além de suas qualidades estilísticas, devem prestar contas ao ‘tribunal de apelação da história’⁵⁵: o passado e seus vestígios.⁵⁶

O biógrafo busca, grosso modo, ser fiel à vida de seu objeto de estudo e reconstrução. Se esse indivíduo tem uma vida trágica ou grandiosa, se foi um grande homem ou mulher ou se é distinto da “normalidade” de seu grupo social, tanto melhor.

O leitor de biografias, via de regra, assume o papel de *vouyer*. Quanto maiores forem as peculiaridades das vidas dos biografados, quanto maiores os dramas e sua superação, tanto mais atraente fica a biografia.

As biografias nos permitem compreender, de uma forma privilegiada, as tensões do contexto nos quais são produzidas, isto é, perceber a própria

⁵⁴ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 1, n. 9, abril, 2006, p. 98.

⁵⁵ O autor indica que essa é uma expressão de E. P. Thompson.

⁵⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias... Historiadores e jornalistas: Aproximações e afastamentos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 19, 1997, p.9.

temporalidade do conhecimento histórico, daquilo que Marc Bloch⁵⁷ chama de *história problema* – a busca pelos homens, ao escreverem a história, de respostas para questões do seu tempo.

A organização do trabalho

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. Aparecem em todos os capítulos uma breve biografia dos autores de cada uma das obras e uma breve contextualização, tanto do momento político em que as biografias foram publicadas, quanto da situação da produção historiográfica: paradigmas dominantes e modelos de interpretação correntes.

Além disso, os capítulos foram divididos em itens que apresentam as temáticas comuns discutidas nas biografias analisadas, correspondente a cada período estudado.

No capítulo 1, analisamos as biografias escritas por André Carrazzoni, *Getúlio Vargas*,⁵⁸ e por Paul Frischauer, *Presidente Vargas*,⁵⁹ ambas escritas durante o período do Estado Novo. Elas têm, entre si, grande semelhança, não somente pela proximidade em que foram escritas, como pela própria relação que se estabeleceu entre os dois autores, que segundo Frischauer, teriam se tornado amigos. Nesse capítulo, vale ressaltar, o tipo de narrativa utilizada por Paul Frischauer — na interpretação dos acontecimentos que levaram à Revolução de 1930, à implantação do Estado Novo e à entrada do Brasil, ao

⁵⁷ BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

⁵⁸ CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939. [1ª edição 1939].

⁵⁹ FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. 2ª edição. São Paulo; Rio de Janeiro; Bahia; Recife; Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1944. [1ª edição 1943]

lado dos “aliados”, na Segunda Guerra Mundial — que apresenta características de uma narrativa mitológica, como as define Raoul Girardet.⁶⁰

No capítulo 2, analisamos as biografias escritas por Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio Vargas, meu pai*,⁶¹ e por Cláudio de Araújo Lima, *Mito e realidade de Vargas*,⁶² entre os anos de 1955 e 1960, num período bastante conturbado da vida política nacional, cujas disputas em torno da herança getulista eram intensas. Alzira Peixoto reconta a trajetória de seu pai numa perspectiva quase memorialística, fazendo referência a acontecimentos que mostravam uma imagem bastante positiva de seu pai, e que não raramente, beira, também, a narrativa mitológica.

Araújo Lima, por sua vez, faz, como psiquiatra, uma análise da “personalidade” de Getúlio Vargas, traçando um diagnóstico nada enobrecedor, surpreendente muitas vezes pela veemência e impetuosidade das críticas, na perspectiva do autor, “cientificamente elaboradas”. Em Araújo Lima, nota-se a simbiose entre a “razão científica” e a “razão política”.

No capítulo 3, analisamos as biografias escritas por John W. F. Dulles, *Getúlio Vargas: biografia política*,⁶³ e por Carlos Heitor Cony, *Quem matou Vargas. 1954: uma tragédia brasileira*.⁶⁴ John W. Dulles pertence àquela leva de brasilianistas que vieram ao Brasil, no início dos anos de 1960, dentro do contexto da “Aliança para o progresso”, proposta pelos Estados Unidos, que tinha por objetivo principal evitar a expansão do socialismo na *Latin America*.

⁶⁰ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.

⁶¹ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2ª edição. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1960. [1ª edição 1960]

⁶² ARAÚJO LIMA, Cláudio de. *Mito e realidade de Vargas*. Rio de Janeiro; São Paulo; Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1955.

⁶³ DULLES, John W. Foster. *Getúlio Vargas: biografia política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967. [1ª edição 1967]

⁶⁴ CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas. 1954: uma tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974.

Cony, jornalista, constrói uma narrativa com muitas características mitológicas, que tinham um objetivo bastante claro, denunciar a presença estrangeira e imperialista no país, utilizando-se, para isso, de recursos ficcionais, bastante em voga no jornalismo, influenciado, sobretudo, pelo *new journalism*.

No capítulo 4, analisamos as biografias escritas por Paulo Brandi, *Vargas: da vida para a história*,⁶⁵ e por Bolívar Lamounier, *Getúlio*.⁶⁶ As obras dos dois autores se assemelham bastante. Ambos são acadêmicos, Brandi é historiador e Lamounier é cientista político. Ambos são influenciados pela renovação das pesquisas historiográficas, embora se perceba na obra de Brandi, que surgiu a partir da elaboração do verbete *Getúlio Vargas* para um dicionário biográfico, mais traços de uma historiografia ligada à década de 1970, do que Lamounier.

Lamounier, por sua vez, produz uma biografia bastante interessante, de leitura bastante agradável, incorporando certos avanços para escritas desse gênero. Contudo, pareceu que o texto mais fluido do autor teria correspondência com a natureza da obra, possivelmente, de divulgação e distribuição ampla.

⁶⁵ BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. 2ª edição rev. 2ª edição rev. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985. [1ª edição 1983]

⁶⁶ LAMOUNIER, Bolívar. *Getúlio*. Série Os grandes líderes. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Capítulo 1 - Biografias para “educar” e “proteger” a nação (anos 30 e 40)

Este capítulo apresenta as duas primeiras biografias sobre Vargas publicadas no período⁶⁷ compreendido entre 1939-1945. As obras, uma de autoria de André Carrazzoni, *Getúlio Vargas*,⁶⁸ e a outra de autoria de Paul Frischauer, *Presidente Vargas*,⁶⁹ foram publicadas, respectivamente, nos anos de 1939, pela livraria e editora José Olympio, e em 1944, pela Companhia Editora Nacional.

André Carrazzoni, autor de *Getúlio Vargas*, nasceu em Santana do Livramento (RS), em 15 de outubro de 1897. Em 1915 foi para São Paulo onde ingressou na Faculdade de Direito. Interrompeu os estudos e começou sua carreira jornalística no *Correio Paulistano*.⁷⁰ Retornou a Porto Alegre, depois de viver exilado no Uruguai entre 1924 e 1927 — possivelmente pela participação e apoio aos levantes tenentistas contra o governo Artur Bernardes.

⁶⁷Posteriormente encontrei a referência de uma publicação ainda anterior: ALBUQUERQUE, Eptácio Pessoa Cavalcanti. *Getúlio Vargas (esboço de biografia)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, mas que não será aqui analisada.

⁶⁸ CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.[1ª edição 1939]. Essa obra também foi publicada na Argentina: CARRAZZONI, A. *Getúlio Vargas*. Buenos Aires: Ediciones de las Librerías Anaconda, 1941.

⁶⁹ FRISHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. 2ª edição. São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944.[1ª edição 1943]

⁷⁰ O jornal paulista foi lançado em 1854, assumindo diversas posições nos primeiros anos de sua existência. Nasceu liberal, tornou conservador e dependente do Partido Conservador, tomando novamente a trilha liberal, tornou-se abolicionista e republicano e após a República, voltou-se novamente ao conservadorismo, dirigido pelos oligarcas paulistas Campos Sales, Prudente de Moraes, Antônio Prado e Rodrigues Alves, tornando-se órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Foi nesse período que Carrazzoni ali trabalhou. Ver ABREU, Alzira Alves de (*et al.*). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. 5v., p. 1634-1636.

Em 1930, assumiu a direção do *Correio do Povo*.⁷¹ Transferiu-se alguns anos depois para o Rio de Janeiro,⁷² onde dirigiu *O Radical*,⁷³ jornal fundado para defender os princípios da Revolução de 1930, e a *Folha Carioca*.⁷⁴ Em São Paulo, dirigiu também o *Jornal de Notícias*,⁷⁵ foi diretor-redator do *Liberdade*⁷⁶ e fundou depois o vespertino *A Hora*.⁷⁷ Em 1938, foi nomeado censor no Ministério da Justiça e Negócios Interiores.⁷⁸ Na década de 1940 assumiu a administração do jornal *A Noite*,⁷⁹ em virtude do imbróglio entre o

⁷¹ Jornal gaúcho fundado em 1895. Mesmo defendendo uma posição de independência, o *Correio do Povo*, na década de 1930, encampou vários princípios aliancistas, publicando inúmeras críticas ao governo Washington Luís — [...] “enxovalho de quatro anos de inépcia, de mentira e de maldade”. — André Carrazzoni teve importante função no jornal, assumindo o papel de seu porta-voz no apoio ao governo provisório. Getúlio Vargas era amigo do diretor da sucursal carioca do jornal, Francisco de Paula Jô, [...] “que obtinha do presidente reportagens inéditas”. Ver *DHBB*, p.1632-1634.

⁷² Conforme Gomes nessa época, “os jornais representavam, assim, uma forma de ingresso no mercado de trabalho intelectual, uma profissionalização que expandia contatos, sendo em alguns casos um passaporte para mundos políticos e sociais maiores. No caso daqueles que vinham para o Rio de Janeiro, trabalhar em um jornal era praticamente vital: uma espécie de bilhete de entrada do qual se esperava participar. Ter integrado a redação de um periódico em outro local do país podia ajudar, mas os contatos e posições políticas facilitavam muito”. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *História e historiadores*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 45-6.

⁷³ Foi criado em 1932, para apoiar e difundir os princípios da Revolução de 1930, [...] “segundo a concepção dos ‘tenentes’, no seio da classe trabalhadora”. Defendeu abertamente Pedro Ernesto Batista, interventor no Distrito Federal, sendo importante para o fortalecimento do Partido Autonomista nas eleições de 1934. Apesar de não ter apoiado a Revolta Comunista de 1935 colocou-se contra a prisão de Pedro Ernesto, o que causou os primeiros choques com o governo federal e a prisão da maioria dos jornalistas do veículo. Não houve, por outro lado, menção ao nome de Carrazzoni. Ver *DHBB*, p. 4857-4859.

⁷⁴ Sobre a *Folha Carioca* não encontramos muitas informações, apenas que foi fundada em 1944, em virtude, segundo SODRÉ, do enfraquecimento da censura do Estado Novo. Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 444.

⁷⁵ Foi fundado em 1936, em São Paulo e dirigido por José Carlos Pereira de Sousa. Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil...*, p. 437.

⁷⁶ Não encontramos informações sobre este jornal na bibliografia consultada.

⁷⁷ Não encontramos informações sobre este jornal na bibliografia consultada.

⁷⁸ Sítio do Cpdoc, arquivos pessoais, André Carrazzoni.

⁷⁹ O jornal *A Noite* teve uma longa trajetória. Foi fundado em 1911 e extinto em 1957. Defendeu o governo Washington Luís e a vitória de Júlio Prestes, assumindo uma posição francamente contra a revolução em 1930. Entre 1925 e 1931, o jornal passou das mãos de Geraldo Rocha — que além de proprietário do jornal era representante do grupo estrangeiro proprietário da Brasil Railway — para a própria companhia estrangeira, que verificara irregularidades contábeis na administração de Geraldo Rocha. O novo representante do grupo estrangeiro foi Guilherme Guinle, que passou a direção para o jornalista Carvalho Neto. Entre 1931 e 1940 o jornal conheceu uma fase de franca recuperação — “uma vez adotada uma linha política comedida e afastadas as campanhas de agressões pessoais”. Contudo, havia uma grande preocupação com o destino do jornal, cujo dono era a Railway que por sua vez achava-se encampada pelo governo desde 1930. A encampação realmente aconteceu em março de

governo federal e a Railway, que encontrava-se com parte de seu patrimônio sob controle do governo, desde 1930. A encampação acabou acontecendo em março de 1940, quando houve a legalização da ocupação pelo governo. Passaram assim a fazer parte das Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional, com o jornal *A Noite* e a *Rádio Nacional* sob administração do jornalista André Carrazzoni.

No período da primeira administração de Carrazzoni, 1940-1945, o jornal não conseguiu se recuperar devido a inúmeros problemas administrativos. Com a volta de Getúlio Vargas, em 1951, a administração do jornal foi novamente entregue a Carrazzoni, agora superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Público, mas que definitivamente não conseguiu melhorar as condições da empresa.

Carrazzoni foi também membro nato e diretor do conselho de jornalistas do Departamento de História e Documentação, instalado no Palácio da Guanabara, em 1951.⁸⁰

Por outro lado, na visão de críticos, como Affonso Henriques, Carrazzoni teria “[...] ligações incondicionais com Vargas”, e seu livro sobre o presidente “[...] ficou conhecido como uma obra-prima da bajulação”.⁸¹ Entre os atos de bajulação citados por Henriques, estaria o fato de Carrazzoni atribuir a Vargas

1940, quando houve a legalização da ocupação pelo governo [...] “da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e de todas as empresas a ela filiadas”. Passaram assim a fazer parte das Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional, com a direção do jornal *A Noite* a cargo do jornalista André Carrazzoni. Segundo Carvalho Neto, [...] “*A Noite*, no decorrer dos 17 anos de encampação, transformou-se por decreto em órgão de elogio obrigatório a todos os governos”. No período da primeira administração de Carrazzoni, 1940-1945, o jornal não conseguiu se recuperar devido a inúmeros problemas administrativos. Com a volta de Getúlio Vargas, em 1951, a administração do jornal foi novamente entregue a Carrazzoni que não conseguiu [...] “deter a avalanche de problemas que caiu sobre o jornal durante todo o segundo governo Vargas (1951-1954)”. Ver *DHBB*, verbete *NOITE*, A, p. 4105-4107.

⁸⁰ Entre 1963 e 1964 exerceu a direção-geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), da qual foi destituído após o golpe militar de 1964. *DHBB*, verbete *CARRAZZONI*, André, p. 1149.

⁸¹ HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda...* Vol. 1., p. 242.

inúmeras obras públicas, que teriam começado bem antes de 1930. Henriques aponta ainda que Carrazzoni teria sido “[...] um dos maiores engrossadores de Vargas [foi] generosamente premiado pelo ditador”.⁸²

Já sobre o autor de *Presidente Vargas*, Paul Frischauer, esparsas informações foram encontradas. Ele era austríaco, foi autor de várias outras biografias.⁸³ Esteve exilado em Londres em virtude da guerra e do nazismo, “[...] veio ao Brasil contratado pelo DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda] para escrever uma biografia de Vargas que seria editada não só em português, mas também em francês e inglês”.⁸⁴ Assim como ele, outros intelectuais e jornalistas estrangeiros visitaram o país a convite do governo brasileiro, aparentemente para melhorar a imagem do país no exterior, pois as desconfianças quanto às simpatias de Vargas em relação ao eixo eram grandes.

Por ocasião do lançamento da biografia *Presidente Vargas*, houve, na revista *Cultura Política*, a seguinte análise:

Essa biografia, por exemplo, pertence à classe das que podem ser incluídas, sem exagero, no rol das obras de arte. Escrita com extraordinária segurança, num estilo que constitui, para nós, uma positiva surpresa, sentimos, ao lê-la a mesma agradável sensação de redescobrimento que sentimos quando, o visitante pelo braço, lhes mostramos os sítios conhecidos, encarecendo a sua beleza a que estamos acostumados e que, apesar disso, como que descobrimos pela primeira vez, ao “explicá-la” ao novo contemplador. Tudo o que se diz, aqui, sobre a estranha personalidade do estadista ou do homem não pode, é óbvio, constituir novidade para nós. A novidade reside, tão só, no modo porque essa personalidade é encarada, é estudada, é “adivinhada”, de um ângulo completamente imprevisto, considerando-se não só a formação literária europeia de seu autor, como a própria formação humana. É um

⁸² HENRIQUES, *ibidem*, vol. 2, p.264. O autor não indicou o “prêmio generoso” que coube a Carrazzoni.

⁸³ *Beaumarchais: o aventureiro do século da mulher*. RJ: Cia. Editora Nacional, 1942. *Garibaldi: herói de dois mundos*. s/l, Vecchi editor, s/d. Além disso sua biografia de Getúlio Vargas foi traduzida para o francês: *Getulio Vargas: um portrait sans retouches*. s/l. Americ, 1944, versão Pierre Morel.

⁸⁴ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Verbete VARGAS, Getúlio, p. 5930.

homem de outras terras, representativo de outras formas de vida e de outra cultura, apreciando o homem que, no Brasil, encarna, como poucos, a média de nossas virtudes, todas as qualidades do homem de todos os tempos.⁸⁵

Vale ressaltar a importância dada pelo regime à presença desse autor estrangeiro. Frischauer teria a tarefa de corroborar, ou não, com as percepções que os brasileiros tinham a respeito do chefe da nação. Assim, não se poderia acusar o regime — ditatorial — de tentar inculcar uma imagem positiva de Getúlio Vargas, uma vez que quem confirmava aquelas predições era um homem de fora, com uma cultura e uma formação distintas da nossa. Portanto, o que se falava de Vargas, — o homem-síntese do brasileiro — internamente, era comprovado como verdadeiro pelo olhar de fora.

Os detratores de Getúlio Vargas, por sua vez, não pouparam das críticas Paul Frischauer. Por exemplo, Cláudio de Araújo Lima,⁸⁶ que pareceu referir-se a Frischauer ao afirmar que uma das práticas da ditadura de Getúlio Vargas era a de contratar certo tipo de intelectuais para escreverem obras elogiosas ao regime. “Que se encomendem biografias, de preferência escritas por autores estrangeiros, por qualquer aventureiro de nome arrevesado, que a imprensa dirigida promoverá urgentemente, de último a primeiro escritor da sua pátria de origem”.⁸⁷

Na mesma linha crítica, Affonso Henriques afirma que Frischauer não passava de um “[...] aventureiro austríaco pago pelo DIP especialmente para escrever essa biografia”.⁸⁸

Para que os leitores possam fazer idéia de como se deturpavam os fatos históricos durante as trevas do “Estado

⁸⁵ *Cultura Política*, ano 03, número 33, out. 1943, p. 187-88.

⁸⁶ Ver capítulo 2 deste trabalho.

⁸⁷ LIMA, Cláudio de Araújo. *Vargas: mito e realidade*. RJ: SP: BA: Civilização Brasileira, 1955, p. 115.

⁸⁸ HENRIQUES, *ibidem*, Vol. 1, p. 40.

Novo”, damos a seguir a versão desse crime na obra “Presidente Vargas”, escrita pelo mercenário estrangeiro Paul Frischauer, pago principescamente pelo DIP especialmente para endeusar o ditador. O motivo de haver o ditador contratado esse estrangeiro para escrever a sua biografia constituiu mais um dos golpes do Sr. Getúlio Vargas para “despistar” a opinião pública, principalmente do exterior. É que ninguém mais acreditava nos incensadores nacionais. Todo mundo já estava a par da nova indústria das obras favoráveis a Vargas, por meios das quais todos os intelectuais em dificuldades de vida e desprovidos de escrúpulos podiam resolver seus problemas financeiros sem grandes dificuldades, quer recebendo a paga em dinheiro, quer sendo aquinhoados com polpudas sinecuras.⁸⁹

Um aspecto interessante das duas biografias analisadas nesse capítulo é o de que Paul Frischauer e André Carrazzoni conheciam-se. Parece, inclusive, que estabeleceram laços mais estreitos. Frischauer referiu-se a Carrazzoni como um “[...] eminente escritor brasileiro”.⁹⁰

Frischauer, no entanto, teve o cuidado — ao falar de Carrazzoni — de reafirmar que a sua proximidade em relação a Vargas não era incondicional, pois de acordo com Frischauer, nem sempre Carrazzoni estivera do lado de Vargas. Em 1922, quando da disputa regional entre Assis Brasil e Borges de Medeiros, Carrazzoni encontrava-se do lado da Aliança Libertadora. Conforme Frischauer, na época em que ele conheceu Carrazzoni — no início da década de 1940 —, o autor havia se tornado “[...] um dos mais convictos partidários de Getúlio Vargas”.⁹¹

Carrazzoni também apareceu na obra de Alzira Vargas do Amaral Peixoto, *Getúlio, meu pai*, no entanto, ela não fez menção a qualquer período de afastamento entre Getúlio Vargas e André Carrazzoni. Pelo contrário, segundo Alzira Peixoto, Carrazzoni fazia parte de um grupo de amigos formado

⁸⁹ HENRIQUES, *ibidem*, p.56.

⁹⁰ FRISCHAUER, *ibidem*, p.26 e p.90.

⁹¹ *Idem*, *ibidem*, p.197.

por escritores, poetas, jornalistas que freqüentava a Livraria do Globo, em Porto Alegre.⁹² Esse passeio, de acordo com ela, era um dos preferidos de seu pai, na época presidente do estado do Rio Grande do Sul, que, ali à porta da livraria, conversava com os amigos.

Ainda de acordo com o relato de Alzira Peixoto — referindo-se ao ano de 1937 —, Carrazzoni pertencia ao seleto grupo que freqüentava a Casa Civil do governo e que tinha, juntamente com outros membros, o título irônico de “capitão” — “[...] apenas por uma brincadeira em represália à supremacia dos ‘Tenentes’” — e a “entrada franca”, sendo desnecessário qualquer pedido de audiência.⁹³

Entretanto, segundo as informações do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)* a relação de André Carrazzoni com Vargas teria enfrentado alguns percalços. O autor teria sido

acusado de manter ligações com Pedro Ernesto Batista e de conduzir cartas clandestinas de presos políticos durante o período de repressão que se seguiu à Revolta Comunista de 1935, em 1939, durante o Estado Novo, publicou uma biografia do presidente da República e em março de 1940 [...] foi chamado a dirigir [o jornal *A Noite*].⁹⁴

As informações de Alzira Peixoto e do *DHBB* apresentam leituras conflitantes em relação à situação de Carrazzoni. Segundo o *DHBB*, Carrazzoni teria passado por um período de ostracismo. No entanto, considerando-se o que afirmou Alzira Peixoto — embora Carrazzoni estivesse longe de ser o centro da sua narrativa — se poderia inferir que não houve punição ao autor. Tanto é que já em 1937, ele freqüentava a casa do

⁹² PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*, p. 40.

⁹³ *Idem, ibidem*, p. 243.

⁹⁴ *DHBB*, verbete CARRAZZONI, André, p. 1149.

presidente da República, muito diferente do que aconteceu, por exemplo, com Pedro Ernesto⁹⁵, com o qual Carrazzoni teria ligações.

O contexto da escrita

O Estado Novo correspondeu a uma série de transformações pela qual passava o país. Internamente, ocorria uma luta entre diversos grupos sociais que haviam participado da Revolução de 1930, principalmente, os que representavam as antigas oligarquias, que abriram uma dissidência em relação ao governo de Washington Luís, os movimento encabeçado pelos tenentes, que já demonstravam sua insatisfação com o modelo liberal da República Velha.

Além dessa tensão, mais facilmente localizável na cúpula do movimento de 1930, havia as pressões vindas da extrema-direita integralista e da extrema-esquerda comunista, diga-se de passagem que tanto integralistas, quanto comunistas (ou aliancistas) tinham dentre seus membros indivíduos ligados e oriundos dos “tenentes”. Os aliancistas, em 1935, tentaram, através de uma rebelião que teve como base setores do Exército, destituir Getúlio Vargas do poder e instaurar, no Brasil, um Estado de viés socialista. Além disso, havia a grave conjuntura que preparava a Segunda Guerra Mundial.

Já na etapa que precedeu a guerra, acontecimentos que eram habitualmente assistidos de longe — o entrelaço violento de ideologias, o confronto entre regimes políticos e formas de organização da sociedade, os realinhamentos políticos provocados pela disputa entre os poderes mundiais de então — começaram a ser percebidos como anunciadores de transformações que cedo ou tarde afetariam também o Brasil.⁹⁶

⁹⁵ Pedro Ernesto ao longo do Estado Novo teve de enfrentar vários processos e impetrar diversos recursos para se livrar da cadeia. Ver *DHBB*, verbete, ERNESTO, Pedro, p.2008-2012.

⁹⁶ *DHBB*, verbete Estado Novo, p. 2041.

Desta forma, quando Vargas e os grupos dirigentes adotaram um “discurso de fundo fascista”, para além de uma explicação que enfatiza as tendências “naturalmente autoritárias” de Getúlio, a que se considerar “[...] uma percepção, à época mais ou menos generalizada,⁹⁷ de que, em caso de conflito, a vitória caberia às potências fascistas”.⁹⁸

Para além de considerar O Estado Novo um período exclusivamente autoritário, deve-se levar em conta a presença de um projeto de construção nacional, que passava pela disciplinarização dos trabalhadores para o trabalho, pela regulamentação econômica e por um projeto cultural, que assinalaria os “verdadeiros” valores nacionais: seus mitos e sua história.⁹⁹ Como afirma Gomes:

Projetar um novo Estado era, assim, investir na produção de lealdade-legitimidade, que englobaria os futuros cidadãos e, sem dúvida, aqueles já definidos (ou ao menos potencialmente definidos) como tais. O futuro não se faz sem o passado, e este é um ato humano de rememoração. Seria básica a realização de um processo de “narração” da história, que identificasse os acontecimentos, os personagens e “os sentidos” de seus atos.¹⁰⁰

Dentro desse projeto os intelectuais e a narrativa histórica têm um papel significativo. O intelectual e o homem de ação habitam o mesmo personagem, diferentemente da geração anterior de intelectuais — por exemplo, Machado de Assis e os intelectuais ligados à Academia Brasileira de Letras (ABL), que pretendem deixar bem marcada a sua distância das contendas políticas, ou sendo mais exato, de sua independência em relação ao poder estatal.

⁹⁷ Sobre essa tendência generalizada de simpatia pelo nazi-fascismo, ver HOBBSAWM, Eric. A queda do liberalismo. In: *Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 113-143.

⁹⁸ *DHBB*, p. 2041.

⁹⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1982.

¹⁰⁰ GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*, p. 23.

Os campos e as áreas de conhecimento na década de 1930 não estão suficientemente constituídos. Não havia uma nítida separação entre eles, como posteriormente ocorreu, nem tampouco havia uma nítida demarcação do campo de ação dos historiadores. Como afirma Gomes, a noção de intelectual tinha “[...] contornos fluidos, algo que se transforma com o tempo, indicando dificuldades que se traduzem na impossibilidade de uma definição rígida”. Desta forma, “[...] os historiadores são com freqüência poetas, romancistas, juristas e, praticamente todos, jornalistas militantes”.¹⁰¹

Pode-se caracterizar André Carrazzoni como o típico intelectual dessas décadas (1930 e 1940). O intelectual, nessa concepção, deveria se envolver com a discussão dos problemas nacionais e participar ativamente de sua solução. Assim sua obra, *Getúlio Vargas*, poderia ser considerada como uma biografia que vai além da simples apologia à figura de Getúlio Vargas, o livro teria sido um instrumento produzido pelo autor com o intuito de contribuir e de “municar o exercício da atuação política”.¹⁰²

Paul Frischauer, por sua vez, pertence a um outro universo cultural e intelectual o que torna difícil nossa análise sobre sua posição de intelectual, assim como, a que campo do conhecimento se identifica. Parece-nos, portanto, que Frischauer veio cumprir o papel de aproximação de comprovar que o governo autoritário de Getúlio Vargas tinha as melhores intenções possíveis e que ele, chefe do governo, estava alinhado, sem sombra de dúvida, aos inimigos do nazi-fascismo.

¹⁰¹ GOMES, *ibidem*, p. 38.

¹⁰² *Idem*, *ibidem*, p. 77.

Vale ressaltar que no período de escrita das duas biografias havia discussões sobre seus lançamentos e suas características, inclusive observações sobre as obras aqui analisadas. Segundo Gomes, havia

o reconhecimento da importância das biografias, romanceadas ou não, nessa literatura histórica. Para [o historiador] Hélio Viana, seu valor não era bem compreendido no meio intelectual, de forma que um cuidado compatível com sua presença lhe fosse dedicado. Ele inclusive estimulava aqueles que desejassem se dedicar ao gênero, destacando que sua “boa” execução afetava de forma favorável ou perniciososa os estudos históricos.¹⁰³

A importância das biografias nesse contexto, conforme Gomes, relaciona-se às reformas do ensino — Campos, em 1931, e Capanema, em 1942.

A reforma Campos adotara o princípio do ensino em círculos concêntricos, sendo uma matéria estudada no curso fundamental e revista, em nível mais profundo, no curso complementar. No exemplo em questão, a primeira série era dedicada a uma “história biográfica e episódica” que apresentasse a narrativa da vida de grandes nomes ligados à história do Brasil e da América, de forma a despertar o interesse do aluno e prepará-lo para estudos mais sistemáticos posteriores. Esse princípio de ensino por currículos concêntricos, bem como a postulação da utilização de uma “história biográfica” como iniciação aos estudos históricos em geral não são rompidos pela reforma Capanema.¹⁰⁴

Assim, mesmo com uma função introdutória e superficial, as biografias estão efetivamente inseridas no projeto cultural do período. Sua produção era considerável¹⁰⁵, não apenas pelo seu uso massivo na escola, mas também porque as biografias deviam produzir uma certa consciência nos alunos, através do conhecimento dos principais acontecimentos e dos vultos históricos.

¹⁰³ GOMES, *ibidem*, p. 153.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 153.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 153.

A admiração pela personalidade humana e por seus grandes feitos estava na base da compreensão do sentido de nossa história e da construção das noções de dignidade e responsabilidade cívicas. Como o ensino, à época, distinguia as classes por sexo, havia o cuidado em recomendar biografias de mulheres que destacassem as qualidades da personalidade feminina e sua influência na sociedade e na família brasileiras.¹⁰⁶

Do ponto de vista da definição mais exata das características da escrita de gênero biográfico, encontramos algumas considerações importantes. A revista *Cultura Política* fez referência ao lançamento da biografia *Presidente Vargas* em francês.¹⁰⁷ Definindo, assim, o autor e a obra:

Merece especial menção o aparecimento do grande livro “O presidente Vargas”, do historiador austríaco Paul Frischauer. [...] Há em Frischauer, a par do historiador, o jornalista de excelentes qualidades, vivo, alerta, elegante. Consegue, assim, despojar a narrativa biográfica de dissertações prolixas. Suas páginas, em que prevalece a fidelidade do historiador, são movimentadas e trepidantes, com uma trepidação bem semelhante a da obra jornalística.¹⁰⁸

Apesar da ausência de uma maior demarcação do campo da história, o autor da análise da obra de Frischauer assinala certas distinções entre a escrita do historiador e do jornalista, da biografia e das dissertações. O jornalista que escreve biografias tem um texto mais fluido, e, pressupõe-se, de mais fácil compreensão, diferentemente do historiador. Ressalta-se que essa é uma observação/tensão que acompanhará a escrita biográfica e a escrita historiográfica, até recentemente.

Localizamos também em *Cultura Política* outra distinção entre escrita historiográfica e literária, entre o romance e a história.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 153.

¹⁰⁷ FRISCHAUER, Paul. *Getúlio Vargas — Un portrait sans retouches*. s/l: Americ-Edit, 1944.

¹⁰⁸ *Cultura Política*, Ano 04, número 40, maio de 1944, p.216-17.

Entre os livros mais interessantes, aparecidos durante o mês, destaca-se, pela sua importância, não só literária como política, esta nova biografia *O Presidente Vargas* de autoria do Sr. Paul Frischauer, escritor de origem austríaca e de enorme projeção e prestígio nos círculos intelectuais do mundo. A novidade de uma biografia (que é sempre uma espécie de transição entre o romance e a história) não está, evidentemente, no volume de dados inéditos que abordar, mas como deve ser, no modo porque foi realizada. [...] Por isso, não é passado, tão só, que encontraremos nestas páginas. O passado de uma vida ou o passado de uma nação. Mas o presente de uma vida inteira consagrada ao bem público, à família e à pátria, e o futuro que esta mesma vida soube preparar, cuidadosamente, à frente do poder, para o cumprimento do nosso destino.¹⁰⁹

Ressalte-se, portanto, essa distinção. O fato de inexistir, como já mencionamos, um campo historiográfico claramente definido não significava a ausência de critérios na escrita historiográfica. Como afirma Gomes — ao referir-se a análise feita à obra de Capistrano de Abreu na revista *Cultura Política*, em uma discussão que envolvia a determinação de critérios para a “boa” pesquisa histórica:

[as] “virtudes” identificadas em Capistrano destacam o uso que ele faz do método crítico e da narrativa, próprio de uma concepção “moderna” de história. O método crítico — núcleo da chamada escola metódica francesa, também chamada de “positivista” — sustenta um novo critério de verdade que, por estar fundado na prova documental consistente (escrita contemporânea ao evento, passível de confrontação), permite o esclarecimento dos “fatos”. A “verdade dos fatos” — aquela que Capistrano estaria estabelecendo — exigia procedimentos capazes de garantir objetividade e neutralidade por parte do historiador. Assim, ele não poderia assumir preconceitos que conduzissem sua pesquisa para a confirmação de idéias e valores que esposasse e desejasse defender, ainda que com finalidades morais louváveis.¹¹⁰

Na mesma direção, ou seja, no esboço de uma delimitação do campo historiográfico, há um artigo escrito por João Ribeiro, em 1933, onde o autor afirma: “O historiador exige documentos, mas o romancista contenta-se apenas

¹⁰⁹ *Cultura Política*, Ano 03, número 33, outubro de 1943, p. 187-88.

¹¹⁰ GOMES, *ibidem*, p. 93.

com o estímulo inicial de qualquer história”.¹¹¹ Talvez, a observação do autor, da seção *Movimento literário*, tenha sido a melhor possível para definir a obra de Frischauer, pois como veremos, ora o autor lança mão de documentos, ora relata conversas com personagens que ele não identifica, ficando, por assim dizer, no meio do caminho entre história e romance, conforme a definição apresentada em *Cultura Política*.

Desafios da biografia

André Carrazzoni, em sua obra não fez, em momento algum, qualquer tipo de reflexão ou comentário sobre os cuidados que devem ser adotados na escrita de gênero biográfico. Carrazzoni não se preocupou com estes aspectos, talvez pelo fato de seu livro diferir do de Frischauer num ponto fundamental, sua obra teve um forte tom testemunhal, graças à sua proximidade com o protagonista e sua ativa participação no governo — Carrazzoni é o típico intelectual dos novos tempos, não é somente o homem das letras, mas é um homem de ação. Sobre esses novos tempos instituídos em 1937, afirma Gomes:

Assim como o Estado Novo vinha conseguindo popularidade e bons resultados na área da política social trabalhista, estabelecendo diálogo entre o povo e o presidente e, por meio dele, criando a paz social e o crescimento econômico, precisava igualmente fazê-lo em outras áreas fundamentais, avultando entre elas a da produção cultural. Isso porque se entendia que o progresso social de um povo era material, mas também era de “civilização”. E, principalmente, porque se sustentava que o acordo entre a “política” e a “sociedade” não se faria sem a cooperação dos intelectuais; voltava-se para eles, para os que melhor captavam e expressavam essa consciência coletiva mais profunda. Portanto, para “compreender” tal sentimento de nacionalidade era necessário um certo “hábito de pensar” pouco comum; era necessário um

¹¹¹ RIBEIRO, João, *apud* GOMES, *idem*, p. 89.

“intérprete”, “um erudito”, fosse ele sociólogo, filósofo, literato, historiador ou artista.¹¹²

Demonstrando uma considerável erudição, — talvez usufruindo da nova condição a que os intelectuais foram alçados no Estado Novo —, Carrazzoni preocupou-se, às vezes com certo excesso, muito mais com questões de caráter estilístico do que metodológico. Foram recorrentes as citações em francês e latim, assim como referências à mitologia grega e à antiguidade romana.

Em uma das poucas passagens do livro que pode ser considerada como uma justificativa para a produção dessa biografia sobre Getúlio Vargas, o autor afirmou:

Esteve já em voga o amesquinamento do papel do indivíduo na história, como se esta funcionasse com um automatismo de máquina. O homem, sem dúvida, não é Deus ou um deus, para criar os acontecimentos à sua feição e à sua imagem, entre a raça terrestre. Mas daí a se lhe negar responsabilidade criadora, em determinadas circunstâncias, vai distância abismal. É possível, como diz Belloc, no seu ‘Richelieu’, que o acontecimento lhe ultrapasse, às vezes, o fim imediato. Nem por isso se conceberá a decretação da ausência do agente individual humano, no processo da história. Nesse processo, só os valores máximos são visíveis e audíveis. Os mediocres naufragam no mar belo e terrível: porque não se adaptam aos acontecimentos, não têm o dom de prevêê-los ou a energia para atravessá-los, ficam irremediavelmente perdidos. Há uma sabedoria suprema, que consiste em descobrir e fixar, na confusão dos fatos, as correntes profundas da inspiração e vontade de um povo. Quem as revela e, ao mesmo passo, as conduz, possui a alma de chefe, de grande chefe. A predestinação de Getúlio Vargas está nessa sabedoria suprema. Elegeu-o o destino.¹¹³

Vale ressaltar um tema recorrente em várias das biografias analisadas, inclusive nas analisadas nesse capítulo. Quase todas reconhecem em Getúlio Vargas a capacidade de se colocar a frente dos acontecimentos, “antecipando-

¹¹² GOMES, *ibidem*, p. 137.

¹¹³ CARRAZZONI, *ibidem*, p. 8.

se” a eles. Para além do sentido teleológico atribuído ao chefe da nação, essa postura parece, também, relacionar-se com a própria concepção de passado contida na política cultural do Estado Novo, segundo Gomes a relação com o passado,

[...] sua inscrição como “fonte” da nacionalidade e, por conseguinte, como bússola da política advinham muito mais, acreditamos, da orientação sustentada pelos ideólogos do regime de que não havia governos bons ou maus — não havia modelos universais —, e sim governos adequados ou não a uma realidade singular. Mais uma vez, a clara perspectiva historicista impunha uma valorização do “passado”, única categoria capaz de preencher com respostas verossímeis tal exigência de “adequação”.¹¹⁴

Paul Frischauer, por sua vez, apresentou uma série de preocupações com a escrita de uma biografia, assim como deu indicações, não muito sistematizadas, sobre o seu método de elaboração e pesquisa. Segundo ele, escrever uma biografia sempre foi uma empreitada cheia de riscos, particularmente quando o autor se dedica a escrever sobre alguém vivo. Para Frischauer “um simples ‘não’ ou ‘não foi assim’ do protagonista pode desnortear, por fora de combate, até, a força de imaginação do autor e sua faculdade de concatenar os fatos; uma atitude imprevista do biografado pode, do mesmo modo, falsear-lhe a perspectiva do futuro”.¹¹⁵

Segundo Frischauer, o seu método de trabalho levava em conta, também, as seguintes situações:

A biografia de uma personalidade do passado pode basear-se em documentos; a de um vivo, porém, deve além disso, estribar-se em depoimento de testemunhas. É uma espécie de julgamento diante do tribunal do júri, assumindo o leitor o papel de jurado, e o autor, forçosamente, o de juiz que submete aos jurados o quesito da inocência ou culpabilidade. Citei, para deporem, testemunhas de todas as fases da vida de Getúlio Vargas, desde sua mais tenra infância até a posição atual,

¹¹⁴ GOMES, *ibidem*, p. 142.

¹¹⁵ FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. p. 5.

escolhidas nas mais diversas classes sociais, fossem adeptos ou adversários. Menciono-lhes o nome e sobrenome – quer se trate do pequeno burguês da longínqua cidadezinha natal de Getúlio Vargas, quer de ministros, embaixadores e governadores de Estado para conferir a seus depoimentos valor documental.¹¹⁶

Como indicativo de método de trabalho, a breve apresentação de Frischauer é promissora, pois, várias das biografias que analisamos não têm qualquer preocupação com o apontamento de fontes, não há a indicação de onde são retiradas determinadas informações ou a partir do que se estabelecem suas reflexões, análises e inferências.

Parece-nos, no entanto, que a preocupação de Frischauer em apontar sua trajetória de pesquisa deve-se, em parte, ao fato de ele ser um autor estrangeiro, neófito, portanto, em assuntos brasileiros. Ele teria se visto obrigado, encurralado a apresentar, com a clareza necessária, seu programa de pesquisa capaz de desvendar a vida de um personagem “desconhecido”, inclusive, para a maioria de seus colaboradores próximos.

Segundo Frischauer, a escolha de Getúlio Vargas como protagonista de sua biografia deu-se de maneira aleatória. Conforme o autor, seu primeiro contato com o nome ocorreu em 1936, quando ele e um amigo, em Londres, discutiam sobre a possibilidade de uma interpelação parlamentar contra Getúlio Vargas, em favor de presos políticos, após a malograda revolta de 1935, que teriam sofrido torturas patrocinadas pelo regime. O autor, conforme confessa, pensou: “[...] presidente de República sul-americana, ditador é”.¹¹⁷

Tempos depois, ainda na Europa, Frischauer relatou que lhe caíra nas mãos um cartão-postal com os retratos de “três estadistas”: no meio Hitler, à

¹¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 8.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*, p.8.

esquerda Mussolini e à direita Vargas. A primeira sensação que Frischauer teve foi a de confirmação de sua teoria, de fato Vargas era um ditador a copiar os métodos de Adolfo e Benito.

Ainda envolvido com suas atividades de pesquisa para um livro que nada tinha a ver com o Brasil, Frischauer visitou o museu de polícia de Viena. Encontrou algo que o surpreendeu. Num material de propaganda nacional-socialista viu, na forma de cartões-postais ilustrados, um que exibia os retratos, muito parecido com o que tinha visto anteriormente, mas que apresentava um terceiro personagem diferente: no meio Hitler, à esquerda Mussolini e à direita Dollfuss.¹¹⁸ O autor conta que ficou pasmado. “Sabia muito bem, graças à amizade pessoal com o pequeno chanceler austríaco, que [Dollfuss] fora o mais enérgico adversário do nacional-socialismo em meu país”.¹¹⁹

Conforme lhe foi explicado pelo diretor do museu, os cartões foram impressos no Ministério da Propaganda, em Berlim, e se destinavam aos austríacos que estavam em dúvidas e que simpatizavam apenas com algumas partes do programa nacional-socialista. Os postais pretendiam mostrar que se podia ser hitlerista e ao mesmo tempo dollfussista. Dollfuss foi assassinado, por nacional-socialistas disfarçados de guardas. Conforme Frischauer, “pela primeira vez, ocorreu-me que os dias do Dr. Getúlio Vargas não deviam estar

¹¹⁸“Por volta de 1930, [a Áustria] passou a ser sacudida por graves conflitos internos, suscitados principalmente pelos grupos nazistas. Em 1933 o governo de Engelbert Dollfuss [1892-1934] dissolveu o Parlamento e implantou um regime autoritário. Houve o malsucedido levante socialista (1934) e a abolição dos partidos, menos o da Frente Patriótica de Dollfuss, que, assassinado pelo nazismo, foi sucedido por Kurt von Schuschnigg. Este, embora se esforçasse pelo apoio dos aliados, acabou assinando com Hitler (1936) um acordo que favorecia a Anschluss (anexação). Em março de 1938 o chanceler austríaco anunciou um plebiscito sobre a incorporação à Alemanha. A reação de Hitler foi imediata, invadindo o país, que se converteu em província do Reich”. Verbete Áustria. In: Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações Cd-rom.

¹¹⁹ FRISCHAUER, *ibidem*, p. 9.

muito seguros, visto a propaganda nacional-socialista haver-se apoderado dele”.¹²⁰

Vale ressaltar que Frischauer estabelece uma série de aproximações entre Dollfuss e Vargas que vão além do caso dos cartões-postais. Tanto Dollfuss quanto Vargas enfrentaram um “putsch” comunista. Dollfuss, segundo ele, foi objeto, até a sua morte, de uma estranha frente de oposição que envolvia comunistas e nacional-socialistas. — “Stalin tolerava que os agentes do Komintern auxiliassem o nacional-socialismo no combate a Vargas, que combatia o nacional-socialismo”.¹²¹

Todavia, Paul Frischauer omitiu alguns traços “polêmicos” ou pouco honrosos da postura política de Dollfuss. O chanceler austríaco transitava entre a simpatia pelo nazismo — e a sua proposta de incorporação da Áustria à grande Alemanha — e o nacionalismo austríaco, mais distante do nazismo e mais próximo da Itália e da Igreja Católica, o que de alguma forma contribuiu para o seu assassinato. Dollfuss era, também, anti-semita.¹²²

Frischauer percebera as semelhanças entre Dollfuss e Vargas — com a omissão dos detalhes pouco honrosos, evidentemente. Seria Vargas um governante totalitário? Havia razão nessa campanha? O autor tentou responder, ao longo da biografia, a essa pergunta.

Para além das questões da política internacional, Frischauer retomou suas reflexões em torno do desafio de escrever uma biografia sobre o chefe de governo de uma república sul-americana. O autor afirmou não ter recebido nenhum privilégio para reconstruir e interpretar a trajetória de seu protagonista, posição que reforçou a idéia de que ele teria tido ampla liberdade de

¹²⁰ *Idem, ibidem*, p. 10.

¹²¹ *Idem, ibidem*, p. 11.

¹²² *História do Século 20 (1934-1942)*. Vol. 4. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.1574-1580.

movimentação e até certo modo encontrava-se isento das mais variadas pressões. Disse ele:

Por não ter privilégios, sou privilegiado. Embaixador da opinião pública, não estou sujeito a nenhum cerimonial. Posso, à vontade, olhar a meu redor, sem inteiriçar-me na rígida atmosfera formalista do código de cortesia internacional.¹²³

Frischauer — reforçando a idéia de que escreveria uma biografia verossímil — assinalou os outros cuidados que teve em seus contatos com Getúlio Vargas, reafirmando que não se deixava enganar.

Diz-se dos chefes de Estado que, obrigados, por dever, a tratar com muita gente, acabam misantropos. [...] Talvez Getúlio Vargas simule, apenas, a qualidade oposta. Entretanto, observo-o com atenção, e ele não o sabe... [...] Controlo porém a simpatia que me inspira, produto, talvez, da que ele me demonstra. [...] Getúlio Vargas pergunta-me se o observei bem e vejo, nitidamente, que o observado, agora, sou eu. Penso, involuntariamente: será que ele quer escrever minha biografia? [...] Passei um ano inteiro coligindo dados, documentos e cartas, interrogando amigos, inimigos, antigos colegas, antigos chefes e subalternos, visitando os lugares do nascimento e permanência de Getúlio Vargas, para entrar no âmago de sua vida e identificar com ele. E ele, de saída, identifica-se comigo. [...] A explicação dessa carreira extraordinária está no conhecimento dos homens, e na capacidade de lidar com eles, que Getúlio Vargas adquiriu no transcurso de uma luta pela vida, dura e cheia de alternativas.¹²⁴

Adiante o autor desenvolveu e apresentou explicações para a capacidade de reconhecimento que Getúlio Vargas tinha em relação aos homens. Ele, de acordo com o autor, teria o poder de, num primeiro contato, compreender os mais íntimos e recônditos lugares da alma humana. Foi curiosa também a posição de Frischauer diante desse contato com o chefe do governo brasileiro. Teve-se a impressão de que o autor, tão cuidadoso até

¹²³ FRISCHAUER, *ibidem*, p 17.

¹²⁴ *Idem, ibidem*, p. 22-3.

aquele momento com o levantamento de suas informações, as substituiu pela impressão do contato pessoal.

Possivelmente Frischauer tenha caído na fenda que tanto temia, justamente a de ter sido envolvido pelo ambiente e pelo protagonista de sua biografia. Esse efeito, segundo Jean Orioux é muito comum na produção de uma obra desse gênero. “Os homens, ou as mulheres, apenas mostram, àqueles que lhes estão próximos, uma determinada face”.¹²⁵ O biografado, não raramente, em contato com o biógrafo, aproveitaria o “[...] encontro para enredar completamente os meus fios, para me deslumbrar e me deixar perplexo”.¹²⁶ Aparentemente, foi isso que Getúlio Vargas conseguiu nesse encontro com Paul Frischauer.

Em outros momentos, no entanto, Frischauer deu um peso considerável para os testemunhos e documentos sobre Vargas. Evocando inúmeros personagens, os quais teriam lhe servido de testemunha. Uma dessas figuras foi a de Emílio Carlucci, à época da entrevista com o autor, diretor do Arquivo Público de Porto Alegre. Segundo Frischauer, Carlucci desde a mocidade acompanhou Getúlio Vargas, não largando

[...] mais de olhos o jovem fardado até que, como chefe do Arquivo Público, conseguiu apoderar-se dele, sob forma documentária. Naturalmente, essa documentação só se inicia quando Getúlio começa sua carreira a serviço do Estado. Desse momento em diante no seu Arquivo, Emílio se tornará testemunha absolutamente fidedigna.¹²⁷

Esse movimento pendular do biógrafo em relação ora aos testemunhos e documentos, ora em relação a observações sensoriais foi muito comum na

¹²⁵ ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: ÀRIES, DUDY, LE GOFF. *História e Nova História*. 3ª edição. Lisboa: Teorema, s/d, p.41.

¹²⁶ *Idem, ibidem*, p.42-3.

¹²⁷ FRISCHAUER, *ibidem*, p.74.

construção da biografia por Paul Frischauer. Avalio que o autor pretendeu dar ao leitor a idéia de uma narrativa “fidedigna” do perfil e da trajetória de Getúlio Vargas, ora recorrendo aos testemunhos, ora recorrendo à “seriedade” e à “verdade” dos arquivos. Concepção que vai ao encontro da indicada na revista *Cultura Política*.¹²⁸

Getúlio Vargas e Borges de Medeiros

As duas biografias dispensaram um tratamento distinto à figura de Borges de Medeiros,— chefe vitalício do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) e inúmeras vezes presidente do estado — em sua relação com Getúlio Vargas. Herdeiro direto de Júlio de Castilhos e do castilhismo, graças a sua tenacidade e conservadorismo foi responsável direto por, no mínimo, uma conflagração civil, no Rio Grande do Sul, a Revolução de 1923.¹²⁹

¹²⁸ Ver nota 111, deste capítulo.

¹²⁹ Antônio Augusto Borges de Medeiros nasceu em Caçapava do Sul (RS) no dia 19 de novembro de 1863. Filho de desembargador, foi para em São Paulo onde ingressou na Faculdade de Direito — um dos principais centros de propaganda republicana. Atraído pelo ideal republicano e positivista de Augusto Comte, filiou-se ao Clube Republicano Acadêmico de São Paulo. No Rio Grande do Sul, em 1882, ajudou a fundar o Centro Rio-grandense 20 de Setembro, clube republicano e inspirado nos princípios defendidos na Revolução Farroupilha (1835-1845). Juntamente com Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Ramiro Barcelos, fez intensa propaganda antimonárquica nas regiões da campanha e da fronteira. Em 1893, em virtude de tensões variadas, geradas pela própria instabilidade do governo Deodoro da Fonseca, eclodiu no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista (1893-1895), que opôs federalistas — monarquistas, principalmente — que pretendiam derrubar da presidência do estado Júlio de Castilhos, que em 1892, derrubara o governo do Visconde de Pelotas, e republicanos. Nesse episódio, Borges de Medeiros organizou, em Cachoeira do Sul, uma brigada civil para participar dos combates entre maragatos (federalistas) e chimangos (republicanos). Logo a seguir, em 1897, foi escolhido por Júlio de Castilhos como candidato a presidência do estado. Para os adversários a escolha recaía sobre Borges — “o mais jovem dos republicanos tradicionais” — pois Júlio de Castilhos desejava manter o controle partidário. Para outros, a escolha recaía sobre Borges porque ambos eram firmes adeptos do positivismo. Sob Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, o Rio Grande do Sul organizou-se inspirado por esse positivismo — deveria haver “[...] a conciliação entre uma política de equilíbrio orçamentário com o estímulo ao crescimento de todos os ramos da economia”. Com uma forte autoridade do presidente do estado, uma Assembléia Legislativa (chamada de Assembléia de Representantes) completamente submissa ao poder Executivo a quem só cabia aprovar o orçamento do estado. Ao mesmo tempo defendia um forte federalismo em nível nacional. Em 1923 ocorreu outra guerra civil que envolveu diretamente Borges de Medeiros. A Revolução de 1923 abarcou questões nacionais e regionais. As nacionais envolviam a eleição presidencial de Artur Bernardes, que escolhera, a despeito da Bahia e de Pernambuco, um maranhense para a

As impressões de André Carrazzoni sobre Borges de Medeiros parecem indicar uma certa deferência do autor em relação ao chefe do PRR. Talvez Carrazzoni estivesse muito exposto à influência de Borges de Medeiros e do PRR em sua formação política e devesse, ainda, alguma fidelidade ao chefe do partido. Possivelmente, poderia manter ligações com pessoas influentes e ainda ligadas ao PRR.

Para Carrazzoni, desde os tempos do jornal *O debate*, — fundado pelos membros do “Bloco Acadêmico Castilhistas”, com o objetivo de fortalecer a candidatura republicana de Carlos Barbosa Gonçalves¹³⁰ — a inspiração política e partidária de Getúlio Vargas apareceu claramente. Segundo o autor,

a corrente política, a que se filiava, estava imbuída de positivismo, Augusto Comte era o sacerdote magno da religião da humanidade, Júlio de Castilhos oficiara nos seus templos, Borges de Medeiros se embestia dos textos do Catecismo.¹³¹

Em 1917, Vargas foi eleito pelo PRR para a Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul. Segundo Carrazzoni, graças ao seu poder de apaziguamento, em São Borja acabara-se com as desavenças da política municipal. Nada mais adequado aos republicanos e a Borges de

vice-presidência, Urbano Santos. Os dois estados uniram-se ao Rio Grande do Sul contra Bernardes. Borges indicou e apoiou o candidato da Reação Republicana, Nilo Peçanha. As oposições perceberam, ao apoiar Bernardes, uma oportunidade para tirar Borges de Medeiros e o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) do comando da política gaúcha. As oposições lançaram Assis Brasil como seu candidato. Novamente, o candidato oficial foi eleito. No entanto, as oposições não aceitaram o resultado, levando à eclosão do movimento em janeiro de 1923. O conflito se estendeu por todo o ano. Ao final foi elaborado um acordo, o chamado Pacto de Pedras Altas, que dentre outras coisas proibiu a reeleição de Borges de Medeiros. O movimento serviu, também, para aglutinar as oposições em torno da Aliança Libertadora. Borges de Medeiros, por sua vez, manteve-se no comando da política rio-grandense até a eclosão da Revolução de 1930. In: *DHBB*, verbete MEDEIROS, Borges, p. 3656-3666. (adaptado)

¹³⁰ Carlos Barbosa Gonçalves era membro do PRR, tendo sido escolhido por Borges de Medeiros, em 1907, para concorrer como candidato dos republicanos. Aparentemente Borges teve a intenção de arrefecer os ânimos do Partido Federalista que lançara a candidatura de Fernando Abbot, um republicano dissidente descontente com o autoritarismo de Borges, que terminava seu segundo mandato de presidente do estado. BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. 2ª edição rev. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1985, p. 24-5. (adaptado)

¹³¹ CARRAZZONI, *ibidem*, p. 45.

Medeiros alguém com esse poder para assumir a liderança partidária. Para o autor, era na cidade missioneira onde se achava o líder,

[...] cuja indicação não era apenas uma ordem das circunstâncias, mas o imperativo de qualidades morais e intelectuais, admiravelmente equilibradas. O Sr. Borges de Medeiros, impacientemente, fez a sua lanterna funcionar, naquele rumo.¹³²

Vale ressaltar que as percepções de Carrazzoni quanto à relação de Getúlio e Borges são bem distintas das apresentadas por Frischauer. Getúlio, nas palavras do autor, é retratado como um fiel membro do PRR, o que assinale-se, não era algo absurdo para a para a jovialidade de Vargas — um jovem recém saído dos bancos acadêmicos — e para Carrazzoni, que como já sugerimos, parece ter sido bastante fiel à disciplina partidária republicana.

Outras referências feitas por Carrazzoni, reforçaram a hipótese de que Getúlio Vargas cumpria fielmente as orientações do partido. Como por exemplo, quando foi líder da maioria. Getúlio não denotava nenhum tipo de divergência ou de independência em relação às posições de Borges, distintamente do que apontou Frischauer, quando disse que a oposição reconhecia em Vargas uma posição distinta da do governo.

Um desses episódios citados por Carrazzoni teria ocorrido no ano de 1918. A minoria reivindicava maior poder de decisão e Getúlio Vargas foi claro ao lembrá-la de sua função coadjuvante naquele parlamento.

Quais são as nossas funções, as da maioria e as da minoria? A nós, como representantes da maioria, cabe, de acordo com o governo, a direção da política econômica do Estado; a vós outros, membros da minoria, a fiscalização e a crítica dos nossos atos. Não invertamos, pois, os papéis.¹³³

¹³² *Idem, ibidem*, p. 87.

¹³³ *Idem, ibidem*, p. 88.

Em outro episódio, debatera com o líder da minoria o papel dos parlamentos, inspirado pelo fim da Primeira Guerra. De acordo com Carrazzoni, Getúlio Vargas teria afirmado:

Não vou, agora, discutir este ponto, que está fora dos moldes do debate, mas poderia contestar-lhe, de passagem, que exatamente a guerra européia demonstra a inépcia dos parlamentos para resolver os conflitos. Na época das grandes crises, os homens superiores conseguem imprimir a sua direção, dominando a anarquia dos parlamentos, e não sendo por estes dirigidos.¹³⁴

“Saudável lembrança” de Getúlio Vargas aos membros do Partido Federalista, convictos parlamentaristas, de que, para o PRR, a Assembléia de Representantes era um mal necessário, mas que o ato de governar era destinado aos “homens superiores”, chefiados por Borges de Medeiros, que não se sentiria constrangido em fechá-la.

É importante perceber que essa referência de Carrazzoni, de antipatia em relação ao parlamento, coincidia não somente com o Estado Novo, como, também, a um momento geral de crise do liberalismo — período no qual deve ter sido escrita a biografia —, justificando e fortalecendo, com um exemplo histórico, a opinião de que o governo de Getúlio Vargas teve que recorrer, devido à gravidade das circunstâncias, ao fechamento do parlamento e à dissolução dos partidos políticos pela sua “inoperância”, em virtude da insistente colocação de barreiras ao exercício de um bom governo.

Mantendo o tom de porta-voz do governo, às vésperas da Guerra Civil de 1923, no Rio Grande do Sul — que colocou frente a frente, novamente, republicanos e federalistas, agora reforçados por antigos republicanos descontentes com os rumos do PRR, e contra as sucessivas reeleições de

¹³⁴ *Idem, ibidem*, p. 90.

Borges de Medeiros à presidência do estado —, mais uma vez Getúlio Vargas manifestava-se sem deixar dúvidas quanto à sua fidelidade ao partido. Segundo Carrazzoni, da tribuna da Assembléia ele teria apontado para as incoerências da candidatura de oposição, afirmando que

[...] o próprio candidato democrata, o eminente Sr. Assis Brasil, tem como ponto alto do seu programa a eleição presidencial pelas Câmaras, afirmando, implicitamente, a incapacidade do povo para a escolha do seu primeiro magistrado. Nega-lhe essa capacidade mas disputa eleição em nome do povo e como candidato deste.¹³⁵

Houve a votação e após seu escrutínio, confirmou-se a vitória de Borges de Medeiros. A oposição questionou a lisura dos resultados. Ficou a cargo da Assembléia dos Representantes o trabalho de verificação e apuração do pleito.

O Sr. Getúlio Vargas, sem se demorar no intróito amável, entra a analisar a contestação, apresentada pelos fiscais do candidato oposicionista, para esgotar o assunto e proclamar, a par da legitimidade da reeleição, a liquidez da vitória do Sr. Borges de Medeiros.¹³⁶

Entretanto, a vitória dada como líquida e certa pela situação não convenceu a oposição. A Guerra Civil explodiu. Segundo Carrazzoni, “quando a crise refervia no vértice, o Sr. Getúlio Vargas desembarcava em São Borja, não para agitar, mas para agir”.¹³⁷

Contudo, a ação de Getúlio Vargas durou pouco. Abriu-se uma vaga na bancada federal rio-grandense. Talvez fosse o prêmio a Vargas pelos bons serviços prestados a Borges e ao PRR. No entanto, de acordo com o autor, não foi isso que ocorreu.

O Partido Republicano foi buscar, na barraca do guerreador, o seu ex-líder na Assembléia para elegê-lo mandatário do Rio Grande, na Câmara dos Deputados. Não era propriamente

¹³⁵ *Idem, ibidem*, p. 97.

¹³⁶ *Idem, ibidem*, p. 101.

¹³⁷ *Idem, ibidem*, p.102.

uma manifestação de agradecimento, por serviços já prestados, mas uma solicitação de novos encargos, num posto de maior responsabilidade.¹³⁸

Com a progressiva evolução política de Getúlio Vargas, este ocupava cada vez mais, um espaço importante no cenário nacional, desde sua atuação como deputado federal, até sua escolha para ministro da Fazenda do governo Washington Luís. Sua candidatura à presidência do estado do Rio Grande do Sul foi se fortalecendo, até se tornar uma “necessidade”, imposta pelos novos tempos. O velho chefe já não respondia aos novos anseios.

Após vinte e cinco anos de governação, o Sr. Borges de Medeiros, presumivelmente, se acharia tão cansado quanto o povo riograndense. Austero de maneiras, hirtó na posição corporal e na postura da inteligência, instalara no palácio do governo sua voluntária clausura, nos cinco lustros de administração, modelar pela honestidade das normas e pela honradez do gestor. Chefe cujo temperamento singular se nivelava com as inclinações teocráticas, na rigidez sacerdotal das opiniões e decisões, operara-se nele, e à sua revelia, fenômeno psicológico de conseqüências temerárias para um chefe de Estado democrático: a lenta, progressiva e completa ruptura com as massas, mola real da popularidade. No seu último quinquênio, era uma abstração, ininteligível para o povo. Ia do seu domicílio ao palácio e do palácio ao seu domicílio, bem próximos um do outro, deslizando sem passos visíveis e audíveis para a cidade, a sua vida quotidiana e dos trezentos mil habitantes. A personagem protocolar, que nele culminara, gerava o estado de neurastenia cívica das multidões sem partido, na sua volubilidade emocional. [...] Julgado e compreendido na sua mentalidade original, o administrador bem merecia as expressões de desinteressado louvor de Rui Barbosa.¹³⁹

Mesmo não ocupando mais a presidência do estado, Borges de Medeiros mantinha sua forte influência. Conforme Carrazzoni, o acordo inicial entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul para o lançamento de uma candidatura própria à sucessão de Washington Luís passava pelo aval do velho líder do PRR.

¹³⁸ *Idem, ibidem*, p. 103.

¹³⁹ *Idem, ibidem*, p. 122-3.

Segundo o autor, após o encontro de João Neves da Fontoura e Francisco Campos,

passaram-se alguns dias de mortal expectativa para o Sr. João Neves, que assinara o acordo, com a ressalva de sua responsabilidade pessoal, sem a prévia audiência do presidente do seu Estado e do chefe do seu partido. O Sr. Borges de Medeiros aprovou o instrumento da aliança mineiro-riograndense, declinando da proposta de sua candidatura e indicando a do Sr. Getúlio Vargas, sob o fundamento de que este não poderia recusar, em princípio, “por ato pessoal, o exame da primeira oportunidade, que se oferecia para a escolha de um representante do Rio Grande à mais elevada magistratura da República”.¹⁴⁰

O paulatino distanciamento de Getúlio Vargas em relação a Borges de Medeiros tornou-se ruptura. Borges de Medeiros, envolveu-se, segundo o autor, com o Movimento Paulista:

[...] deixara-se apanhar, em 1932, nas malhas da conspiração e da rebelião das Frentes-Únicas.¹⁴¹ [...] Borges de Medeiros começou a observar, com surpresa, que o chefe do governo estava ficando fora do seu foco de severa vigilância e soberana influência.¹⁴²

Depois de vinte e cinco anos, em que conheceu o poder inquestionável, Borges de Medeiros foi atacado por sua “força deformadora”, cujos efeitos nenhum homem está imunizado. Ele imaginou que sua obra seria eterna. Getúlio Vargas aproveitou o que era possível, mas substituiu com força resoluta os “[...] trastes e louças do *vieux-régime*”.¹⁴³

Na grande maioria das passagens que envolveram Borges de Medeiros, Paul Frischauer não o agraciou com boas palavras. Não raramente tratou-o como um empecilho para o desenvolvimento político de Getúlio Vargas e da nova geração republicana e de sua independência política.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 130.

¹⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 186.

¹⁴² *Idem, ibidem*, p. 187.

¹⁴³ *Idem, ibidem*, p. 187.

Segundo Paul Frischauer, as diferenças de Borges de Medeiros com a família Vargas vinham desde a infância de Getúlio. Conforme o autor, havia certo ciúme da amizade nutrida entre o senador Pinheiro Machado¹⁴⁴ e a família Vargas, o que muito incomodava Borges de Medeiros, uma vez que ele sentia-se ameaçado, com sua influência política diminuindo em virtude do apoio e amizade do senador à família de Getúlio.

Um antigo secretário do Dr. Borges de Medeiros, que me pediu não lhe mencionasse o nome¹⁴⁵, por não querer inimizar-se com o antigo chefe, contou-me que o Dr. Borges não via com maus olhos essas acusações difundidas em círculos cada vez maiores. Pinheiro Machado tirara das mãos do Dr. Borges todos os poderes do Partido Republicano fora do Rio Grande do Sul. O velho Vargas era amigo íntimo de Pinheiro Machado e, além disso, a influência do general, em toda a região da fronteira, era mais forte do que a de qualquer outro republicano — demasiado forte, em todo caso, para o gosto do Dr. Borges de Medeiros.¹⁴⁶

Vale assinalar que a figura do senador Pinheiro Machado apareceu inúmeras vezes no relato de Frischauer, sempre em situações positivas, pois de fato Pinheiro Machado fora o expoente gaúcho na política nacional, até seu assassinato, em 1915. Por outro lado, não localizamos, nos poucos registros biográficos de Pinheiro Machado, outros acontecimentos — além do acima indicado — que explicassem essa possível oposição entre ele e Borges de Medeiros, uma vez que ambos eram membros do mesmo PRR.

Parece-nos, todavia, que Frischauer ao dar tanta ênfase a essa distinção teria buscado assinalar, numa visão simplesmente maniqueísta, o bom — Pinheiro Machado — e o mau — Borges de Medeiros — republicano.

¹⁴⁴ José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915). Nasceu no Rio Grande do Sul e teve forte influência na política gaúcha e nacional, sendo um dos fundadores de PRR (1879). Combateu os federalistas na Revolução de 1893. In: FAUSTO, Bôris. *História do Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FDE, 1997, p. 620.

¹⁴⁵ Em várias outras passagens, geralmente quando há alguma informação mais polêmica, o autor afirma que a testemunha não permitiu que seu nome fosse registrado ou citado.

¹⁴⁶ FRISCHAUER, *ibidem*, p. 149-50.

Ironicamente, Getúlio Vargas inspirava-se no já falecido. O que estava vivo era a pedra a ser retirada do caminho.

Ainda em torno da relação Pinheiro Machado - Borges de Medeiros - Getúlio Vargas, Frischauer relatou um curioso episódio. Conforme o autor, certa vez, o senador teria visitado o pai de Getúlio, Manuel Vargas — que teria confirmado a história para Frischauer — e, diante da vivacidade do ainda menino Getúlio, que tinha entre sete ou oito anos de idade, vaticinou: “Este menino vai longe! Talvez, mesmo, à presidência da República!”¹⁴⁷

Considerando tudo o que o biógrafo Frischauer já estabeleceu sobre Borges de Medeiros, é possível inferir que o vaticínio do senador Pinheiro Machado, jamais poderia ter saído da boca de Borges, visto que, o então chefe do PRR almejava ter a primazia, em quaisquer aspectos, sobre os demais membros do partido.

Frischauer relatou ainda outros momentos cuja presença de Borges de Medeiros teria atrapalhado Getúlio Vargas. Por exemplo, quando Vargas assumiu sua posição de líder da maioria na Assembléia de Representantes do Rio Grande do Sul — que reunia-se apenas alguns meses do ano para ratificar o orçamento apresentado pelo Executivo —, teve de equilibrar-se entre a truculência de Borges de Medeiros e o bom andamento dos trabalhos legislativos junto à oposição.

A indicação de Getúlio Vargas por Borges de Medeiros para ser líder da maioria, segundo o autor, estava longe de ser um prêmio. A saída do interior e a ida para a capital não fora algo gratuito para Getúlio Vargas, que segundo Frischauer, trocava uma existência pacífica por um cenário

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p.47.

[...] cheio de lutas e de ódios novamente inflamados. Sua índole conciliadora, apaziguadora, conseguira evitar que as divergências políticas, dentro da Assembléia, se revestissem de caráter pessoal. Mas só o fato de ter de defender a política do Dr. Borges de Medeiros contra os ataques, cada vez mais violentos, dos deputados de oposição, dificultava o papel de mediano amigável, para o qual se sentia destinado. “Ninguém é mais tolerante do que eu, para homens e opiniões alheias”. Vargas, sim — comentavam os adversários — Borges de Medeiros, não!¹⁴⁸

No princípio do ano de 1927, só se falava, segundo Frischauer, no nome do sucessor de Borges de Medeiros, já que este não mais poderia ser eleito em virtude do Pacto de Pedras Altas que pôs fim à Guerra Civil de 1923. Pelos relatos do autor, que indicaram uma clara ruptura entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros, parecia evidente que Vargas não seria o escolhido para ser o candidato do PRR à votação para presidência do estado.

E, de fato, segundo Frischauer, Borges apostara suas fichas, inicialmente, no Dr. Sérgio de Oliveira, prefeito de Uruguaiana. Chamara-o a Porto Alegre. Numa determinada noite, Sérgio de Oliveira e várias outras figuras importantes encontravam-se no “Clube dos Caçadores” — segundo o autor, o único local elegante de diversões da cidade. Lá, bebiam vinho, admiravam a dança dos pares e das bailarinas profissionais, até que, pelas tantas, o candidato preferido pelo Dr. Borges admirou, “talvez um pouco demais, uma dançarina de nome Perlita”.¹⁴⁹ Para Borges de Medeiros tal postura seria inadmissível.

O favorito passou a ser outro jovem, João Neves da Fontoura. No entanto, a velha guarda do partido logo foi contra¹⁵⁰, e “[...] Borges de Medeiros

¹⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 188.

¹⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 218.

¹⁵⁰ Não localizei o registro de nenhuma resistência que teria havido da “velha guarda” do PRR ao nome de João Neves da Fontoura. Muito antes pelo contrário, parece que João Neves tinha grande influência dentro do partido, tanto que, em abril de 1927, em uma assembléia, ele foi

não se atreveu a persistir”.¹⁵¹ Outros dois nomes foram levantados: o de Osvaldo Aranha e o do general Flores da Cunha. O primeiro, exercia sobre seus conterrâneos forte atração, aparentemente por isso Borges não o escolheu, com medo de perder o posto de “Monumento do Partido Republicano”.¹⁵² O segundo era um brilhante jogador. Disse um amigo a Frischauer: “É preciso ver aquele homem jogar! [...] É um general que só joga paradas altíssimas; quando ganha, ganha muito, e quando perde, vinga-se do baralho e dos parceiros despejando sua cólera”.¹⁵³

Segundo Frischauer, de maneira absolutamente surpreendente, o escolhido foi exatamente Getúlio Vargas, que, segundo a tese da biografia, estaria há muito rompido com a velha política do PRR e com Borges. “Não consegui encontrar nenhum homem de confiança do Dr. Borges de Medeiros que me explicasse como e por que – após tantas oscilações – sua escolha recaiu no ministro da Fazenda, Dr. Getúlio Vargas”.¹⁵⁴

Eleito presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas marcou, segundo Frischauer, ainda mais fortemente a ruptura com Borges de Medeiros. Não aceitou as indicações de nomes feitas por Borges para o secretariado do governo. Rompera também com a exclusividade de nomes do

escolhido, por unanimidade, chefe único do PRR em Cachoeira do Sul, decisão homologada por Borges de Medeiros. Parece ter havido resistência — depois superada — de João Neves para compor a chapa escolhida pelo próprio Borges de Medeiros, para a sucessão estadual: Getúlio Vargas presidente do estado e João Neves vice-presidente. Ver *DHBB*, verbete FONTOURA, João Neves da, p. 2267-2281.

¹⁵¹ FRISCHAUER, *ibidem*, p. 219.

¹⁵² *Idem, ibidem*, p. 219.

¹⁵³ Vale ressaltar que essa espécie de ajuste de contas empreendido na biografia não premiou exclusivamente Borges de Medeiros, Flores da Cunha recebeu tratamento semelhante do autor. Além de chamado mais de uma vez de colérico, foi apontado como a cabeça do esquema que desviava dinheiro dos cofres públicos do Rio Grande do Sul para a compra de armas para a luta contra o governo federal, particularmente, na Revolução de 1932. *Idem*, p.301.

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 219.

PRR na sua composição. Além disso, respeitou as regras eleitorais e o resultado das votações nos municípios.

O apaziguamento, de acordo com o autor, entre republicanos e federalistas foi arquitetado e construído durante o governo de Vargas. Um acontecimento marcante, conforme Frischauer, teria criado em Getúlio essa obsessão:

Quando Modesto Dornelles — tio de Getúlio e irmão do irreconciliável e implacável Dinarte — que tomara parte, ativamente, na guerra civil de 1923-1926, adoeceu e sentiu a morte próxima, reuniu à sua cabeceira de agonizante todos os seus partidários, que, por tradição de família e convicção, haviam sido inimigos dos republicanos, do velho Vargas e seus filhos, para dar-lhes a conhecer quais eram suas últimas vontades. A guerra entre irmãos precisava acabar! Todos os que o haviam seguido, deviam colocar-se, agora, sob a chefia de Getúlio. “Não se briga mais com os Vargas. Sigam o Getúlio!”

Durante quarenta anos, a mãe do novo Presidente do Rio Grande do Sul vivera com o coração dilacerado por ter em campos inimigos, de um lado, o esposo, os filhos e os amigos destes, e, do outro lado, os irmãos e parentes de seu sangue. No enterro de Modesto Dornelles, federalistas e republicanos caminharam atrás do ataúde. Unidos e apaziguados, acompanharam o morto ao cemitério, onde tantas cruzes traziam escritos os nomes das vítimas das sangrentas lutas partidárias. Não havia mais guerra entre irmãos no Rio Grande do Sul.¹⁵⁵

Mais adiante, às vésperas da Revolução de Outubro de 1930, Borges de Medeiros representava, novamente, um obstáculo a ser transposto. Segundo Frischauer:

Desde o início da carreira política de Getúlio, o Dr. Borges de Medeiros fora seu chefe. Continuara chefe do Partido Republicano. Assim estavam as coisas. Podia, porém, Getúlio, colocar nas mãos de um homem, que respeitava, mas cujos pensamentos só raramente haviam transposto as fronteiras do Rio Grande do Sul, as suas decisões — resoluções que concerniam não só ao Rio Grande do Sul, mas ao Brasil inteiro?¹⁵⁶

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 225-6.

¹⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 258.

A partir de todos os elementos levantados sobre Borges de Medeiros por Paul Frischauer a resposta era mais do que óbvia: não. Em síntese, Borges de Medeiros era, para o autor, um empecilho por que perdera o ritmo dos acontecimentos. No passado, tivera a habilidade suficiente para governar o Rio Grande do Sul, mas, com o passar do tempo essa sua capacidade passou a ser questionada, inclusive, pelas novas gerações, que ele ajudara a formar.

Uma das últimas cartadas de Borges de Medeiros foi, conforme Frischauer, seu apoio ao movimento de 1932, em São Paulo.

O foco da contra-revolução, da conspiração contra Getúlio não estava, como se deveria supor, em São Paulo, onde por fim, só os parentes mais próximos e amigos mais íntimos dos detentores do poder, alijados pelo movimento vitorioso, mantinham, ainda, seu raio de ação. A conspiração estava centralizada no Rio Grande do Sul, ou melhor, se quisermos localizá-la, mais exatamente: na fazenda do Dr. Borges de Medeiros.¹⁵⁷

É interessante perceber a interpretação que o autor deu à chamada Revolução Constitucionalista de 1932. Frischauer optou por retirar de sua análise a pressão que de fato existia para que houvesse a constitucionalização do país após o movimento de 1930. A Constituição que ainda vigorava era a de 1891 e que não respondia a uma série de exigência dos novos tempos. Além disso, o movimento de 1932 significou um sério embate entre o grupo político dos chamados “tenentes” — que desejavam, grosso modo, o aprofundamento do movimento de outubro de 1930, especialmente, a remoção dos velhos caciques políticos regionais, e o grupo formado pelos políticos tradicionais, que se organizavam favoráveis à derrubada de Washington Luís, exclusivamente pela ruptura do acordo do presidente da República com as oligarquias

¹⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 281.

regionais, como foi o caso de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Era aí que se localizava Borges de Medeiros

No entanto, de acordo com Frischauer, Borges de Medeiros teria sido o principal articulador do movimento de 1932, pois não aceitava ter subtraída a influência do Rio Grande do Sul e, conseqüentemente, o seu poder. Como fazia parte do projeto e dos princípios de Getúlio a eliminação das fronteiras interestaduais, a política isolacionista e separatista dos estados, coube a Borges de Medeiros reagir.

Com a derrota da Revolução Constitucionalista para as tropas legalistas, coube ao governo federal desbaratar e punir os rebeldes. O último ato de Borges de Medeiros foi a fuga. Ela durou três semanas. Ao final, Flores da Cunha desferiu o golpe derradeiro, mandou trazer o velho Borges de Medeiros prisioneiro.¹⁵⁸

A Revolução de 1930

De acordo com André Carrazzoni, na avaliação do período pré-revolucionário, a situação era de opressão, e aqueles que participaram das

¹⁵⁸ Novamente Frischauer omite algumas coisas em relação ao episódio. Borges de Medeiros, Raul Pilla, Lindolfo Collor e Batista Luzardo promoveram levantes em diversas regiões contra o governo de Getúlio Vargas dada a iminência da derrota dos constitucionalistas, o que ocorreu em Cerro Alegre, quando Borges de Medeiros foi preso. Vargas decretou, por sua vez, a prisão, o banimento e a cassação dos direitos políticos dos principais líderes do movimento, dentre eles Borges. No entanto, Flores da Cunha, interventor no Rio Grande do Sul, intercedeu a favor de Borges junto a Getúlio, argumentando que Borges, por não ter recursos, ficaria em situação muito difícil. Além disso, no estado havia “um espírito borgista muito acentuado” inclusive com a possibilidade da libertação de Borges pelas tropas gaúchas que o haviam, pouco antes, o combatido. Borges de Medeiros foi brevemente confinado, então, na ilha Rasa (RJ), sendo depois levado para a ilha do Rijo (PE) e a seguir foi colocado em liberdade vigiada no Recife. Em 28 de maio de 1934, já durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, Getúlio Vargas concedeu anistia aos revolucionários de 1932, devolvendo a Borges de Medeiros os direitos políticos, a quem derrotou nas eleições indiretas realizada pelos deputados constituintes com os seguintes números: Getúlio Vargas, 175 votos, Borges de Medeiros, 59 votos. Ver *DHBB*, verbete MEDEIROS, Borges de, p. 3656-3666.(adaptado)

revoluções dos últimos tempos não haviam recebido a anistia.¹⁵⁹ O governo Washington Luís, por sua vez, continuava sem dar ouvidos à opinião pública. Assim também agiu quanto ao clamor das ruas para a modificação das regras eleitorais. “Destituído de qualquer porosidade moral e mental para se penetrar das sutilezas do estado de alma coletivo, repugnava ao governo descer-se de sua autoridade para colher, à flor da rua, os votos da consciência pública”.¹⁶⁰

Concomitantemente a isso, políticos como Antônio Carlos e Borges de Medeiros percebiam as intenções de Washington Luís decorrentes de seu estranho silêncio, a de tornar presidente da República o paulista Júlio Prestes. No entanto, como o presidente da República não tomava, publicamente, a iniciativa de iniciar o debate sobre as eleições, Minas Gerais e Rio Grande do Sul anteciparam-se lançando a candidatura de Getúlio Vargas.

De acordo com Carrazzoni, todos os procedimentos tradicionais foram tomados para a comunicação da candidatura do gaúcho a Washington Luís. A candidatura de Getúlio Vargas, conforme o autor, não representava, no entanto, um obstáculo a uma solução conciliatória. Segundo ele, ao final de uma das várias cartas enviadas ao presidente, se sinalizava para a possibilidade de uma “[...] solução pacífica ao problema da sucessão presidencial”.¹⁶¹

Como depreende-se dos trechos da carta citada por Carrazzoni, Getúlio Vargas, mais uma vez, abriria mão de sua candidatura à presidência da República para que fosse negociada uma solução aceitável. Assim, a imagem

¹⁵⁹ O autor parece fazer referência ao “movimento tenentista”. Coincidentemente Carrazzoni ficou exilado entre 1924 e 1927, supomos que por algum envolvimento com os “tenentes”.

¹⁶⁰ CARRAZZONI, *ibidem*, p. 128.

¹⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 132.

do desprendimento de Getúlio Vargas é mais uma vez enfatizada, dessa vez por Carrazzoni.

Entretanto, para André Carrazzoni, a incapacidade de negociação, exemplificada pela postura de Washington Luís, era apenas um aspecto dos problemas do antigo sistema, talvez o maior deles fosse o “daltonismo partidário”.¹⁶² Em virtude dele, não se percebia o interesse nacional e geral, apenas o de seu clã político. Segundo o autor, havia a “[..] a absoluta impossibilidade de se curar a moléstia política da época com os paliativos legais”.¹⁶³

Assim, não teria restado outra atitude a não ser formar a “tríplice aliança interestadual contra a oligarquia central”, juntar, de um lado, a “mentalidade popular” para lutar, de outro, contra a oficial, o “povo” contra o Catete.¹⁶⁴

No entanto, todos sabiam que o sistema eleitoral do velho regime era corrupto, de que adiantaria essa força de oposição participar de um pleito, que todos sabiam, sempre favorecer o candidato oficial. Segundo Carrazzoni, justamente para criar a prova material das suas acusações.

Além disso, os chefes da Aliança viram no pleito de 1º de março de 1930 uma grande oportunidade de tornarem públicas as alternativas que estavam adormecidas no seio do “povo”. Conforme Carrazzoni, essa eleição comprovou, novamente, que o Estado “democrático” foi capaz de tornar impotentes as maiorias legítimas, mas indefesas, e passar às mãos das audazes minorias o poder.¹⁶⁵

¹⁶² *Idem, ibidem*, p. 137.

¹⁶³ *Idem, ibidem*, p. 137.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 142.

¹⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 148.

Ao que tudo indicava, no entanto, Washington Luís pensava que a situação estava sob controle. Assim como Paul Frischauer já havia indicado, Carrazzoni assinalou que o presidente da República não perdoou os opositoristas. Guilhotinou a bancada da Paraíba e de Minas Gerais, em virtude da “[...] ebriedade do precário triunfo, que marcava o eclipse total da razão entre a classe política dominante, [que] só parou à míngua de matéria prima”.¹⁶⁶

Nesse contexto, de intensificação das paixões políticas, mais um episódio serviu para esquentar ainda mais o clima, o assassinato de João Pessoa, que tinha sido o candidato a vice-presidente na chapa aliancista. De acordo com Carrazzoni, “o crime bárbaro era fruto do partidarismo do sertão paraibano, que armara consciente ou inconscientemente, o braço do matador, num típico ajuste de contas”.¹⁶⁷

No entanto, “um homem não perdia o sangue frio, raciocinando, calculando, prevendo, a uma distância considerável do tumulto”.¹⁶⁸ Getúlio Vargas não se deixava envolver pelo calor da hora, tinha muito a fazer.

Ninguém melhor do que ele sabia já que a política tem a sua topografia, na maior parte das vezes acidentada: daí a sinuosidade ou a ondulação da linha de conduta que desenvolve o homem político fora da série vulgar. Senhor de todas as minudências do terreno, decidiu-se, enfim, a dar a batalha.¹⁶⁹

Entre 3 de outubro e 3 de novembro a revolução se fez vitoriosa. De acordo com o autor, Getúlio Vargas percebera que aquele era um movimento diferente, pois

¹⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 149.

¹⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 152.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 152.

¹⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 154.

[...] se, no mundo moderno, como no mundo antigo, as multidões sempre estão prontas para aclamar o vencedor e apedrejar o vencido, havia naquela massa fremente uma esperança mais duradoura do que o capricho das turbas volúveis. As causas imediatas da revolução falavam diretamente à alma do povo, gritavam-lhe aos ouvidos e avolumavam-se-lhe aos próprios olhos.¹⁷⁰

Segundo Carrazzoni, o “povo” confraternizava com o Exército. As rendições e as derrotas das tropas leais a Washington Luís apressaram tudo, da forma como previra Getúlio Vargas, com o mínimo de derramamento de sangue e perdas humanas. Cabia agora aos revolucionários a construção de uma nova ordem. Conforme Carrazzoni:

O Brasil de 1930 era a desolação de uma casa em ruínas, num fundo de quadro deslumbrante: opulência de matérias primas, riquezas de uma natureza pródiga. A energia por empregar, para o laborioso reerguimento do edifício, superaria, mil vezes, o esforço dispendido na fácil demolição da ordem antiga.¹⁷¹

Getúlio Vargas sempre mostrou um equilíbrio surpreendente diante da tarefa que tinha por fazer, parece que essa postura nunca o abandonava. Segundo Carrazzoni, Vargas tinha em suas mãos o poder de tornar-se um César, de instituir uma ditadura após a derrubada da oligarquia, mas preferiu, em um de seus primeiros atos, decretar a auto-limitação dos poderes. “O Sr. Getúlio Vargas era a razão, dentro da revolução”. No entanto, teve que lutar contra muitos companheiros de 1930 — tenentistas, principalmente — para evitar as aspirações “[...] a uma República de tímida coloração robespierrista, substituída a guilhotina por um tribunal de sanções”.¹⁷²

De acordo com Carrazzoni, o Estado brasileiro herdado pela revolução estava falido. Caberia a Getúlio Vargas corrigi-lo. Não servia mais ao Brasil “o

¹⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 156-7.

¹⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 162.

¹⁷² *Idem, ibidem*, p. 163.

laissez faire, laissez passer”, que no contexto do século XX, tinha se tornado uma doutrina anacrônica, que não mais respondia às necessidades e às funções que o Estado deveria assumir.

Getúlio Vargas definiu, segundo Carrazzoni, que a política econômica brasileira deveria orientar-se pelas seguintes premissas:

Somos um país rico em matérias-primas inexploradas e em produtos exóticos e, simultaneamente, vasto mercado consumidor. Nessas condições, a política econômica brasileira deve, em parte, orientar-se no sentido de defender a posse e a exploração das nossas fontes permanentes de energia e riqueza, como sejam as quedas d’água e jazidas minerais. Julgo assim aconselhável a nacionalização de certas indústrias e a socialização progressiva de outras – resultados possíveis de serem obtidos mediante rigoroso controle dos serviços de utilidade pública e lenta penetração na gerência das empresas privadas, cujo desenvolvimento esteja na dependência de favores oficiais.¹⁷³

Já Paul Frischauer apresentou, inicialmente, o potencial econômico nacional e a situação pré-revolucionária. De acordo com ele, já se sabiam das riquezas existentes no Brasil, no entanto, somente com a marcha para o oeste, com o desenvolvimento do interior, é que a grandeza do país seria verdadeira.

Provando que o país não era um lugar deserto e completamente atrasado, inúmeras empresas comerciais e industriais estrangeiras já haviam aqui se instalado, firmas inglesas, francesas e belgas.¹⁷⁴ São Paulo fornecia café para o mundo, contudo, segundo o autor, não era o Brasil que tirava proveito disso.

Apesar dos sinais de riqueza, existiam problemas. O sistema político, por exemplo, era um deles. Os presidentes da República eram escolhidos por um pequeno número de estados, que se alternavam nas indicações, no

¹⁷³ *Idem, ibidem*, p. 169-170.

¹⁷⁴ FRISCHAUER, *ibidem*, p. 122-3.

entanto, nem essa regra era sempre seguida. O episódio da escolha de Eptácio Pessoa, da Paraíba, ilustraria bem essa situação. Segundo o autor,

Um cidadão de um dos pequenos Estados da União não devia, sequer, atrever-se a ambicionar a presidência do país. Isso era permitido, apenas aos homens de São Paulo e Minas Gerais, aos representantes da chamada 'chapa café com leite', desde que o Estado do Rio Grande do Sul, que se lhes seguia em poder, não tivesse nada a opor! Havia muita coisa errada no sistema político do Brasil.¹⁷⁵

Segundo a análise de Frischauer, o sistema como estava não podia continuar. "Mudança radical, porém, só uma revolução poderia trazê-la!" Todos sabiam disso, tanto os favoráveis, quanto os contrários a ela. "Mas qual seria o começo da revolução? Quem a conduziria, e para onde?"¹⁷⁶

Um possível condutor desse processo, e depois, como veremos, o único habilitado conforme o autor, seria Getúlio Vargas. De acordo com Frischauer, Vargas tivera várias oportunidades de observar como não se deviam preparar revoluções. Aprendera no Rio Grande do Sul com a Guerra Civil de 1923, e no Brasil reforçava seu aprendizado a cada eleição presidencial. Para o autor, em todos esses movimentos, e todos teriam falhado por essa razão, não havia propostas bem desenhadas, faltava-lhes o elemento fundamental, "[...] uma idéia, um programa que contivesse não só a mudança do presente, mas, também, a construção do futuro".¹⁷⁷

Aparentemente, a oportunidade de se construir um programa surgiu nas discussões sobre a sucessão de Washington Luís,¹⁷⁸ que, ao que tudo

¹⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 185.

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 186.

¹⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 186.

¹⁷⁸ Washington Luís Pereira de Sousa (1870-1957). Político e historiador. Ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP), foi prefeito de São Paulo (1912-1919), presidente do estado (1920-1924), dentre outros cargos legislativos que ocupou. Em 1929, rompeu o pacto da política café-com-leite com Minas Gerais, provocando a aproximação entre Minas e Rio Grande

indicava, iria desrespeitar o acordo com Minas Gerais, indicando Júlio Prestes.¹⁷⁹ As primeiras tratativas foram feitas entre Francisco Campos¹⁸⁰ e João Neves e um pouco mais tarde com José Bonifácio, irmão de Antônio Carlos,¹⁸¹ e Getúlio Vargas, que recebera uma carta cifrada de João Neves, antecipando a proposta de um levante em armas de Minas Gerais e o Rio Grande do Sul.

Ainda em 1929, “[...] Getúlio permitiu que sua candidatura fosse lançada por Minas Gerais, com a aprovação do Dr. Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano”.¹⁸² De acordo com Frischauer essa candidatura não era fruto de um projeto pessoal, ela firmou-se a partir daquelas determinadas circunstâncias.

Da troca de entrevistas e correspondência existente, pude inferir que Getúlio Vargas, inicialmente, considerara sua candidatura à presidência da República, como uma oportunidade de purificar a atmosfera política do país, e não como o meio de alcançar o mais alto posto que a República podia oferecer-lhe. Na fase inicial da campanha, ele evidenciou não desejar outra coisa (se a documentação for probante) senão promover uma solução conciliatória graças à sua influência e ao poder político que lhe conferia o fato de ser candidato. Já na carta oficial,¹⁸³ em que participava ao Dr. Washington Luís ter aceito a candidatura, transparece, claramente, esse desejo de Getúlio, e foi sintomático incumbir

do Sul que culminou com a Revolução de 1930. Foi deposto, preso e exilado, anistiado dezessete anos depois, regressou ao Brasil. Ver FAUSTO, Bóris, *ibidem*, p. 636.(adaptado)

¹⁷⁹ Júlio Prestes de Albuquerque (1882-1946). Ligado ao PRP, foi presidente do estado de São Paulo (1927-1930). Indicado por Washington Luís para concorrer a sua sucessão, rompendo o acordo com Minas Gerais, foi eleito presidente da República, mas não tomou posse em virtude da Revolução de 1930. FAUSTO, *ibidem*, p. 631. (adaptado)

¹⁸⁰ Francisco Campos (1891-1968). Jurista. Foi Ministro da Justiça do governo Vargas durante o Estado Novo, lhe sendo atribuída a paternidade da Constituição autoritária de 1937. Em Minas Gerais foi ligado ao presidente do estado Antônio Carlos. FAUSTO, *ibidem*, p. 604.

¹⁸¹ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946). Foi promotor de Justiça, prefeito de Belo Horizonte, Senador e presidente do estado de Minas Gerais (1926). Político tradicional em Minas, ligado ao Partido Republicano Mineiro (PRM), esperava ser indicado como candidato oficial para a sucessão de Washington Luís. Com a ruptura do pacto aproximou-se de outros grupos regionais descontentes, o que ocasionou a Revolução de 1930. FAUSTO, *ibidem*, p. 598. (adaptado)

¹⁸² FRISCHAUER, *ibidem*, p. 235.

¹⁸³ Há toda uma discussão sobre as cartas enviadas por Getúlio Vargas a Washington Luís, particularmente, a carta de 10 de maio de 1929, na qual Getúlio teria afirmado que não seria candidato. Frischauer deu ênfase à existência de uma segunda carta, na qual Getúlio confirmaria a candidatura.

ele um amigo [Flores da Cunha¹⁸⁴] do Presidente da República de entregar-lhe a carta em pessoa.¹⁸⁵

Na avaliação do autor, um dos grandes responsáveis pela criação das condições favoráveis para uma revolução fora o próprio governo Washington Luís. O presidente, particularmente, não trouxera a paz política — pois não anistiará os revolucionários envolvidos em levantes anteriores ao seu governo — enfrentara, no plano econômico, uma crise mundial sem precedentes, o que devastou ainda mais as desequilibradas finanças brasileiras. Além disso, rompera com o acordo que, de alguma maneira, trazia estabilidade entre os grandes estados da federação. Destarte, a candidatura de Getúlio Vargas, complicou ainda mais a já delicada situação interna, impossibilitando a tomada de qualquer medida federal na tentativa de sanear as finanças paulistas e nacionais.

Segundo Frischauer, no entanto, Getúlio Vargas, mesmo diante dessa situação política favorável para o lançamento de uma candidatura de oposição, tinha dado a João Neves da Fontoura plena liberdade para agir. Isso significava, também, negociar a retirada de sua candidatura, no interesse do país, desde que com a concordância de Washington Luís para uma solução do problema sucessório.

Entretanto, não houve acordo. Assim, a luta pela presidência iniciou-se em agosto de 1929, com uma sessão na Câmara dos Deputados que deu conhecimento oficial à formação da Aliança Liberal. João Neves da Fontoura descreveu para o autor o clima reinante na campanha.

¹⁸⁴ Na biografia, Flores da Cunha foi tratado como alguém intempestivo e que teria se aliado aos paulistas contra Vargas em 1932. Segundo o autor, Vargas teria dito a Flores da Cunha no momento em que ele lhe pediu para ser o emissário da carta da candidatura: “Sei de suas íntimas ligações com os políticos paulistas.”. In: FRISCHAUER, *ibidem*, p. 236.

¹⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 236.

Os desatinos e perseguições aumentavam, na medida dos nossos sucessos. Toda a nação só vivia daquela luta, que afetava todos os setores sociais, políticos, econômicos. Os *meetings* populares eram por toda a parte. A imprensa carioca era quase toda partidária da Aliança Liberal. Nela colaboravam os maiores jornalistas e escritores. O tom violento da campanha atraiu para nós as simpatias dos revolucionários de 1922, 1924 e 1926,¹⁸⁶ então expatriados ou presos. A pouco e pouco, entre todos, se fez uma *union sacrée*. Cedo, o Brasil estava conquistado, de Norte a Sul.¹⁸⁷

Inclusive em São Paulo a campanha da Aliança Liberal logrou um êxito surpreendente, segundo Frischauer, igual ou maior do que lograra no Rio de Janeiro. A força da Aliança era tal que nem as práticas das famílias tradicionais de São Paulo – “[...] formadas por parentes próximos ou distantes de antigos presidentes da República e de São Paulo, e de seus ministros”¹⁸⁸ – conseguiram convencer a população paulista a seguir na direção desejada pela chapa oficial.

Durante o governo Washington Luís, as coisas haviam-se tornado tão ruins, que a maioria da população de São Paulo – mesmo sem levar em conta a impressão convincente deixada pelo programa e pelo candidato da Aliança Liberal – esperava a salvação de quem quer que não fosse o próprio Presidente da República, ou pertencesse à sua camarilha. Getúlio pode voltar para Porto Alegre, com a clareza alentadora de que sua viagem às duas cidades mais importantes do Brasil representava uma vitória.¹⁸⁹

No decorrer da campanha à presidência da República, Getúlio Vargas afastou-se da chefia do executivo estadual até as eleições de primeiro de março. Substituiu-o, interinamente, Osvaldo Aranha, que recebeu um

¹⁸⁶ As datas referem-se ao movimento tenentista que agitou o país entre os anos de 1922 e 1927. Esse movimento, que teve grande importância durante os primeiros anos do governo provisório (1930-1934), foi bastante difuso durante a década de 1920. Reivindicava desde a melhoria das condições dos soldados nos quartéis e o fim do autoritarismo do governo contra os militares — particularmente no governo de Artur Bernardes (1922-1926) — até a moralização das eleições no país. FAUSTO, *ibidem*, p.307-315. (adaptado)

¹⁸⁷ FRISCHAUER, *ibidem*, p. 242-3.

¹⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 248.

¹⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 248.

comunicado oficial de Washington Luís informando-o da eleição de Júlio Prestes. Osvaldo Aranha telegrafou a resposta ao presidente da República denunciando que a vontade soberana do povo não fora respeitada, pois urnas foram fechadas, boletins foram negados, mesas não foram instaladas, fiscais foram recusados, resultados foram adulterados, eleitores afugentados, votos foram comprados, a polícia foi usada para invadir mesas de votação, roubar livros eleitorais, enfim, fatos verificados e documentados em inúmeros estados.

Estamos confiantes e tranquilos, desejosos de concorrer, com honestidade e firmeza políticas, para o êxito desta campanha cívica de grande alcance para a nossa civilização, como Vossa Excelência muito bem afirma, em seu telegrama.¹⁹⁰

Com o anúncio do resultado da eleição, Getúlio voltou a Porto Alegre e reassumiu a presidência do estado. Logo após, dirigiu um manifesto à nação, no qual declarava não estar longe o tempo em que se faria a “[...] necessária retificação do resultado da eleição”.¹⁹¹

Washington Luís, por sua vez, estava “tão seguro da situação” que deixou de vigiar o movimento de oposição à eleição de Júlio Prestes no Rio Grande do Sul. Além disso, atacava os partidários da Aliança Liberal ao não reconhecer a eleição dos deputados paraibanos que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas.

De acordo com Frischauer, Getúlio aguardava o momento exato de autorizar o início do movimento, pois era preciso prever que “[...] a vitória estivesse assegurada”.¹⁹² Por outro lado, essa espera não deveria desestimular o ímpeto dos partidários.

¹⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 250-1.

¹⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 253. O autor não indica onde se encontra esse manifesto.

¹⁹² *Idem, ibidem*, p. 252.

Através do estudo imparcial da personalidade de Getúlio Vargas e da análise dos fatos e documentos, cheguei à conclusão de que não lhe escapou nenhum pormenor dos preparativos da revolução, apesar de não se decidir, mesmo quando estes estavam em sua fase avançada, a fixar-lhe a data em que devia irromper.¹⁹³

Segundo o autor, pareceu ter sido graças a Getúlio Vargas que a Revolução demorou a irromper. Ele precisava de tempo para projetar o futuro, bem como, escolher os homens que ocupariam os órgãos executivos do novo governo, a fim de não atribuir-lhes tarefas superiores às suas capacidades. “E a ele próprio cabia, sem melindrar as vaidades de seus colaboradores, segurar todos os fios, com mão férrea”.¹⁹⁴

Enfim, chegara o três de outubro. Tudo transcorrera conforme o planejado e esperado.

Mas passou-se uma semana inteira, antes que Getúlio iniciasse a “viagem”, cuja despesa pessoal orçara em dez contos de réis. Esperou que chegasse, do Paraná, a notícia de que o general Tourinho, com suas tropas, se colocara à sua disposição, e o aviso de que o Estado de Santa Catarina[...] também, se achava em mãos dos revolucionários.[...] Em verdade, a revolução, tal qual fora preparada, apresentava com maior evidência os sintomas de uma sublevação espontânea do povo, que só recorria ao uso das armas quando encontrava resistência armada.¹⁹⁵

Os comunistas

A obra de André Carrazzoni tratou pouco do levante de 1935. De acordo com ele,

agentes do credo moscovita, infiltrando-se no país, conseguiram preparar uma revolta, com a cumplicidade de alguns elementos civis e militares. Foi irresistível a reação das forças armadas contra a tentativa de subversão das instituições sociais e políticas. Os chefes militares deram magnífico exemplo de bravura e de amor ao Brasil. O sr. Getúlio Vargas, assim que teve notícia do motim, deixou sua residência, de

¹⁹³ *Idem, ibidem*, p. 254.

¹⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 264.

¹⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 266.

madrugada, e foi animar os defensores da honra e da própria sorte da nação, nos pontos onde os combates seriam mais encarniçados. A sua presença inesperada nas linhas de fogo, em companhia do ministro da Guerra, arrancava de todos os peitos uma centelha de entusiasmo. Aparentemente, não conduzia nenhuma arma: a sua força naquelas horas em que a vida brasileira esteve suspensa entre a angústia e o terror, era o desprezo do perigo, a confiança nos destinos do Brasil e no seu próprio destino.¹⁹⁶

Carrazzoni relatou, ainda, que no dia seguinte Getúlio Vargas assistira ao enterro das vítimas. “Sua fisionomia exprimia dor e revolta, mais dor do que revolta: era bronze dessas medalhas antigas, numa nuance psicológica que nenhuma palavra seria capaz de espelhar”.¹⁹⁷

De acordo com o autor, inegavelmente, esse movimento e a reação do próprio Getúlio Vargas reforçaram a autoridade do governo. “A nação, instintivamente, se refugiou nessa autoridade”.¹⁹⁸ O Estado deveria preparar-se para não continuar à mercê de novos assaltos dessa natureza. No entanto, o Estado liberal, “[...] sendo a grilheta das democracias contaminadas de demagogia, condena o Estado popular à falta de movimentos, para se defender”.¹⁹⁹ Em virtude desse equívoco, segundo Carrazzoni, os Estados liberais têm sido destruídos.

Para Getúlio Vargas, princípios obsoletos valem menos que a vida de um povo, a sua segurança e a sua integridade. Depois do motim de novembro, ele armou legalmente o Estado. Pode falar agora docemente, porque carrega uma grossa bengala, como dizia o velho Teodoro Roosevelt.²⁰⁰

Sem explicitar o que seria esse “Estado popular”, o autor preocupou-se em apontar a clara oposição entre este e o “Estado liberal”. Juntamente com a

¹⁹⁶ CARRAZZONI, *ibidem*, p.198-9.

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 199.

¹⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 199.

¹⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 199-200.

²⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 200.

crítica ao estado liberal apareceu, mais uma vez, a justificativa para a implantação de um “Estado forte” que não tivesse os vícios do seu antecessor. O levante comunista teria demonstrado, empiricamente, a necessidade de implantação de um novo regime, capaz de garantir a unidade. Como afirma Girardet:

Como quer que seja, em tudo o que mostra assim de constante, de insistente e de repetitivo, essa exaltação do tema da unidade tem, com toda evidência, valor de exorcismo. Trata-se de assegurar para sempre a vitória das forças centrífugas sobre os fatores contrários de rompimento e divergência; de prevenir e de rechaçar as ameaças sempre presentes de ruptura e de discórdia.²⁰¹

Para Paul Frischauer, socialistas e “nacional-socialistas” eram aliados. Haviam se aliado para debilitar ao máximo o governo brasileiro e criar a situação propícia para a vitória ou dos comunistas ou dos “nazistas”, evidentemente que cada um dos lados esperava sair vencedor. “[...] Foi Getúlio Vargas alvo dessa mesma frente única, em que comunistas e nacionais-socialistas (*sic*) se davam as mãos”.²⁰²

Conforme o autor, o comunismo nunca teve muito apoio no Brasil, algo facilmente constatável acompanhando-se a trajetória de Luís Carlos Prestes. Desde 1924, seu prestígio crescera enormemente, “[...] mas, quando esse hábil oficial, que se ligara, no exílio, a agitadores esquerdistas, ameaçou transformar o movimento revolucionário em um *putsch* comunista, a maior parte de seus companheiros mais íntimos afastou-se dele”.²⁰³ Muito cedo, segundo o autor, esses outros oficiais perceberam que a “[...] única esperança de progresso do

²⁰¹ GIRARDET, *ibidem*, p. 163-4.

²⁰² FRISCHAUER, *ibidem*, p. 11.

²⁰³ *Idem, ibidem*, p. 254.

Brasil no triunfo de uma revolução”²⁰⁴, era dar a Getúlio Vargas o governo da República.

No entanto, havia, segundo o autor, outros pontos no país vulneráveis à penetração do ideário comunista: os estados do norte.²⁰⁵ Getúlio Vargas sabia disso, mas, por outro lado, compreendia, de alguma forma, as razões dessa penetração. Conforme Frischauer, desde a leitura de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, Getúlio Vargas tinha noção da miséria e do abandono do norte do país. Ele teria dito, segundo Frischauer, que considerava “[...] um compromisso de honra do meu governo, senão de todo saldá-la [a dívida com o norte], pelo menos encaminhar, com segurança, o tardio pagamento”.²⁰⁶ Assim,

[...] o desespero de homens e mulheres mal alimentados e mal alojados eram terreno favorável a toda e qualquer propaganda subversiva, que promettesse mudança e melhora das condições de vida. Mais de um grupo político aproveitava a situação existente para incitar a população à revolta, mediante panfletos, discursos, formação de células.²⁰⁷

Mesmo Getúlio tendo consciência das dificuldades que milhares de brasileiros enfrentavam, Frischauer avaliou que o ambiente — às vésperas da intensificação das rivalidades internacionais e que levaria à eclosão da Segunda Guerra Mundial — não era favorável para a implementação de grandes transformações. No entanto, Getúlio Vargas sabia que não seria possível esperar, pois “[...] o programa de reconstrução tinha de ser prosseguido e realizado”.²⁰⁸

Conforme o autor, os efeitos de um possível confronto mundial, certamente, seriam sentidos no Brasil, pois para Frischauer o mundo

²⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 255.

²⁰⁵ O autor quando se referiu aos estados do norte, considerava a região norte e nordeste. Referiu-se, portanto, ao norte da região rica do país.

²⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 307.

²⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 308.

²⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 308.

encontrava-se dividido entre “[...] os dois césares retardatários que empregavam, nos seus atos, planos e atitudes, meios idênticos ou parecidos”²⁰⁹, para estender aos demais continentes o seu domínio.

A saída para o Brasil, era, segundo o autor, “reforçar a solidariedade do continente americano; agir de sorte que os Estados Unidos do Brasil e os Estados Unidos da América do Norte se estendessem as mãos”.²¹⁰ Coincidentemente, na época da publicação da biografia, 1943, o Brasil já havia definido que lutaria ao lado dos Estados Unidos, não restava, portanto para o autor, dúvidas quanto a quem defender como grande aliado.

Contudo, para “piorar” a situação, os comunistas voltavam à carga, utilizando-se para isso do regime constitucional e da “total liberdade da organização partidária”. Eles “[...] se haviam camuflado, organizando um partido chamado ‘Aliança Nacional Libertadora’”.²¹¹ O seu chefe era Luís Carlos Prestes, que, depois de seu retorno ao Brasil,

[...] formara um comitê revolucionário completo. É verdade que perdera todos os velhos amigos militares, mas adquirira novos, também militares, que se declaravam prontos a tentar um levante, a fim de promover uma revolução comunista.²¹²

De acordo com o autor, Getúlio Vargas aguardava o momento certo da reação. As forças militares de que dispunha estavam de prontidão. Ele continuava tocando o governo, como se tudo continuasse normal — “já estavam prontos 526 quilômetros de rede ferroviária, e trabalhava-se em mais

²⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 312.

²¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 312.

²¹¹ *Idem, ibidem*, p. 320.

²¹² *Idem, ibidem*, p. 321.

1180, dos cerca de 7500, que projetara construir. A eletrificação de numerosos trechos de estrada de ferro fora, já, realizada”.²¹³

No dia 27 de novembro de 1935, eclodiu a “revolução comunista”. Conforme Frischauer, as agências telegráficas estrangeiras afirmavam que Getúlio Vargas teria poucas probabilidades de resistir a ela — “a publicação dessa notícia demonstrava como era pouco conhecido no exterior o patriotismo dos brasileiros”.²¹⁴

Estavam enganadas, também, pois contavam como algo certo que alguns governadores não dariam o apoio ao governo federal na sufocação do movimento, apostavam, particularmente, na divergência de Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul. Todavia, em correspondência com o presidente Getúlio Vargas, Flores da Cunha disse o contrário: “A ordem pública será aqui mantida, custe o que custar. Ontem chegamos a ter reunidos no estado para mais de vinte mil homens”.²¹⁵

O foco da “revolução comunista” era o quartel da Praia Vermelha, que encontrava-se a poucos quilômetros do Palácio Guanabara, residência oficial da presidência da República. De acordo com Frischauer, o movimento não teve apoio popular,

[...] o proletariado do Rio não tomou parte no levante. A agitação não o atingiu ou deixou-o frio, pois suas exigências e aspirações haviam sido realizadas, ou estavam prestes a realizar-se, por meio da obra de assistência social do Governo. Além disso, o operário brasileiro, cuja vida familiar transcorre sob a influência da religião católica, é absolutamente hostil às soluções extremas. A revolução comunista constituía, justamente, uma outra forma de expressão do velho e costumeiro jogo das forças políticas brasileiras. Os ambiciosos, sedentos de poder, pretendiam alcançá-lo, por meio de uma

²¹³ *Idem, ibidem*, p. 321.

²¹⁴ *Idem, ibidem*, p.323. O autor não indicou quais os veículos que teriam publicado essa notícia.

²¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 323.

decisão violenta, utilizando para isso, os prenúncios esquerdistas.²¹⁶

De acordo com Frischauer, quando eclodiu o movimento, o presidente da República não teria ficado parado e protegido no Palácio Guanabara. Pelo contrário,

[...] Getúlio seguiu, também, para a Escola de Aviação, acompanhado, de novo, unicamente, por seu ajudante de ordens [antes Getúlio já se deslocara rumo ao Ministério da Guerra, para dar ordens de ação contra os insurgentes na Praia Vermelha]. Havia luta, e ele queria estar presente no lugar do combate. As velhas experiências das incessantes guerras civis, no Rio Grande do Sul, haviam-no tornado insensível ao perigo.²¹⁷

Vale destacar que ao analisar essa série de episódios que envolveram diretamente Getúlio Vargas, Frischauer reforçou a imagem de um personagem corajoso, que compreende o seu “povo” e absolutamente coerente com sua trajetória. Experiências vivenciadas por Getúlio na sua infância e juventude são retomadas na construção de Frischauer, como, por exemplo, o embate armado — Getúlio vivenciara vários — que representaria uma herança trazida de São Borja sua terra natal e do Rio Grande do Sul, palco de vários conflitos civis.

Segundo a tese do autor, as razões da “diminuta” participação proletária no comunismo e no levante, achavam-se na íntima relação de Getúlio Vargas com o proletariado, através do atendimento de suas reivindicações. Não seriam, portanto, necessárias revoluções, rebeliões ou revoltas, pois o presidente estaria atento as suas demandas, consideradas, pelo autor, e, também, por Vargas, como absolutamente justas.

²¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 324.

²¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 325.

Além disso, a narrativa de Frischauer coincide com as formas de narrativa mitológica identificadas por Girardet. Segundo ele, imagens de um complô, objetivando dominar o mundo, e da manipulação dos meios de comunicação são muito comuns em construções dessa natureza. Assim, nos relatos que tratam das “grandes conspirações” aparecem imagens do seguinte tipo:

Eles fazem todos os esforços possíveis [...] para que todas as agências dos Correios, em todos os países, sejam confiadas apenas a seus adeptos [...] Assim, uma gigantesca rede de controle de informações estende-se sobre o conjunto do corpo social. Primeiro objetivo visado, o poder político permanece, evidentemente, o terreno privilegiado daquilo que não pode deixar de aparecer como um empreendimento sistemático de investida e manipulação.²¹⁸

E, finalmente, sublinhem-se as estratégias utilizadas por Frischauer ao denunciar a presença e a ameaça comunista ao Brasil e ao governo. Os argumentos utilizados pelo autor indicaram, de maneira persistente, a incongruência do regime democrático com as necessidades daquele momento. Assim, teria havido toda uma preparação para o fechamento do espaço político, em virtude da ação de “grupos inescrupulosos, ambiciosos e sedentos de poder”, uma “característica das forças políticas brasileiras” e que tanto criavam obstáculos à tarefa do presidente Getúlio Vargas de reconstrução nacional.

O Estado Novo

André Carrazzoni dedicou algumas poucas páginas ao Estado Novo e ao processo de sua implantação. Possivelmente o livro, publicado em 1939, já estivesse pronto antes do golpe. Na edição analisada, — segunda edição,

²¹⁸ GIRARDET, *ibidem*, p. 38.

também, de 1939 — houve o acréscimo de um pequeno capítulo, que, justamente tratou do episódio de 10 de novembro de 1937.

De acordo com o autor, o problema que o país enfrentava era o da disputa política entre os três candidatos à presidência da República. O golpe fora necessário para reorganizar a nação, segundo ele, “somente um golpe de força, que traduzia um golpe de gênio, daria ao Brasil um novo regime brasileiro, reflexo da nação organizada”.²¹⁹

Getúlio Vargas, segundo Carrazzoni, escutava a “alma do povo” e foi por ele que, “[...] sem derramar uma gota de sangue, nem disparar um tiro de canhão”, se construiu o Estado Novo.

Nem a Descartes se poderia encomendar um movimento tão imbuído de espírito geométrico, nessas primeiras horas em que todas as revoluções têm sede de sangue. Esta revolução vinha de longe e já estava sendo feita na consciência do Brasil. Não vinha conciliar, vinha reconciliar duas datas, duas épocas, duas interpretações da realidade brasileira, que se completam entre si.²²⁰

De acordo com Paul Frischauer a implantação do Estado Novo ocorreu em virtude de uma série de circunstâncias da política interna brasileira. Uma primeira teria sido a Constituição de 1934 que, conforme o autor, era uma “colcha de retalhos” e ameaçava o país com a perda da unidade. Getúlio Vargas teria sido o primeiro Presidente da República que “[...] colocara os interesses da Federação, isto é, da unidade do país, acima dos interesses estaduais”.²²¹ Ele teria percebido que, para fazer frente ao interesses estaduais, amparados pelo seu poderio militar, através das Forças Públicas,

²¹⁹ CARRAZZONI, *ibidem*, p. 202.

²²⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 207-8.

²²¹ FRISCHAUER, *ibidem*, p. 339.

seria necessário reforçar as Forças Armadas, o Exército e a Marinha, e foi isso que fez.

Conforme Frischauer, um segundo elemento de peso no contexto interno era o estado de São Paulo. Para apaziguar os ânimos paulistas, Getúlio Vargas escolheu, para governar o estado, Armando Sales de Oliveira, que era um civil e paulista de nascimento. Substituiria a João Alberto, que tanta oposição gerara. Conforme o autor, Armando Sales prometera a Vargas que governaria junto com ele. Isso aconteceu de fato durante algum tempo, até o momento em que “[...] seus conterrâneos lhe apresentaram a velha e tentadora idéia, à qual nenhum dos anteriores presidentes de São Paulo resistira: tornar-se candidato à presidência da República”.²²²

Da situação aí criada apareceu outro elemento de instabilidade interna, agora na terra do próprio presidente da República, o Rio Grande do Sul. Segundo Frischauer, com o lançamento da candidatura de Armando Sales, Flores da Cunha viu a oportunidade que aguardava. Disse que apoiaria o paulista, no entanto, só esperava o momento certo para lançar o próprio nome à presidência da República. Ele dominava o estado do Rio Grande do Sul com apenas esse objetivo. Quando perdeu a maioria na Assembléia Legislativa viu seu projeto pessoal ameaçado e recorreu ao uso da violência. Ato dessa natureza que caracterizavam a política local brasileira às vésperas das eleições presidenciais de 1938.

Além desses acontecimentos, um outro fato, relacionado à vida partidária nacional, havia surgido no período. Havia os antigos partidos com seus vícios — “[...] cujos representantes, na própria Câmara e em seus

²²² *Idem, ibidem*, p. 340.

corredores, assim como na imprensa que lhes era amiga, se insultavam e caluniavam reciprocamente [...]” — e agora, com o “excesso de liberdade” que a Constituição de 1934 dava, novos partidos surgiam. De acordo com Frischauer, esses novos partidos e seus membros

[...] eram recrutados nos grupos de colonização alemã e, quando não se diziam membros dos partidos, apresentavam-se como sócios de agremiações escolares, ginásticas, de natação e de tiro, reunindo-se em horas marcadas e recebendo instruções, cheias de ponderação, de sua matriz, a Embaixada alemã no Rio de Janeiro. Emissários e agitadores distribuíam camisas pardas e botas, folhetos de propaganda e armas, providenciando, além disso, para que os vários grupos, nascidos aparentemente, por acaso e isolados, mantivessem entre si, contatos regulares a fim de estarem em condições, no momento propício, de atirar sobre o país inteiro a rede cujas malhas eram constituídas por eles próprios.²²³

No entanto, conforme o autor, Getúlio Vargas estava alerta. Mandou que a polícia mantivesse sob vigilância esses grupos. Elaborou com o general Eurico Dutra e com o “[...] seu emérito colaborador militar, Góis Monteiro (atual chefe do Estado-Maior),”²²⁴ um plano para controlar qualquer problema eventual. Resolvera, no entanto, não divulgar publicamente as ações dos “partidos germânicos”, uma vez que a situação da política interna era suficientemente confusa.

A preocupação de Getúlio Vargas, segundo o autor, era, apesar de tudo, garantir as eleições de 1938. Porém, o ambiente político precisava ser “purificado”, não só em relação aos candidatos como em relação aos eleitores. Conforme Frischauer, as práticas eleitorais no Brasil, mesmo após a revolução, mantinham-se muito semelhantes ao período pré-1930.

²²³ *Idem, ibidem*, p. 342.

²²⁴ *Idem, ibidem*, p. 342.

Confessara a ele “um antigo e conceituado” político de Minas Gerais²²⁵

que

[...] os seus trabalhadores do campo eram trancados, dois dias antes das eleições, num porão e depois, um após o outro, conduzidos pelo administrador da fazenda, à urna eleitoral. Os que votavam em favor do fazendeiro, do patrão, recebiam cinquenta mil réis cada um, e, após jejum involuntário de quarenta e oito horas, um bom almoço com cachaça em abundância, para se embebedarem. “E os que não votavam em favor do fazendeiro?” perguntei. O velho político teve um sorriso bem expressivo: “Isso não acontecia”.²²⁶

Mais uma vez, o autor da biografia utilizou-se da imagem clássica das eleições durante a República Velha, ausência de fiscalização, fraudes, controle do eleitorado, coronelismo, voto de cabresto. Além disso, pode-se observar a concepção do autor, de que os trabalhadores, assim como em sua participação eleitoral, foram mal conduzidos ou induzidos a cometerem atos incorretos, quando lhes foi oferecida cachaça em abundância, após dois dias de jejum forçado, o que os levou a embebedarem-se. Assim, as elites poderosas mais uma vez desvirtuavam os pobres e a nação.

O que se impunha a Getúlio Vargas, conforme Frischauer, era acabar com esses abusos. No entanto, essa era uma tarefa hercúlea, pois as ações de certos grupos de oposição contavam com uma forte influência e apoio externos. Segundo o autor,

[...] uma parte da imprensa estrangeira (e, também da nacional), ou, mais exatamente a da imprensa estrangeira orientada pelo Ministério da Propaganda nazista, deu início, com violência sem disfarces nem escrúpulos, à campanha, já preparada, para fazer com que Getúlio desse a essa pergunta [como acabar com os abusos existentes no Brasil quanto às eleições] resposta a gosto dos nazistas e fascistas. Pude ler o relatório que um de meus amigos brasileiros recebeu, nessa época, de Roma. Rezava ele: “Os jornalistas italianos iniciaram uma campanha de propaganda pró-Getúlio Vargas —

²²⁵ O autor não identificou, mais uma vez, o entrevistado.

²²⁶ *Idem, ibidem*, p. 343.

Integralismo, e esta se estenderá também à imprensa de outros países..”²²⁷

Sempre de acordo com Frischauer, o plano nazi-fascista para o Brasil era o de que Vargas aceitasse a aliança com Plínio Salgado — “o Führer do Brasil”²²⁸ — e permitisse o funcionamento da Ação Integralista Brasileira, o de “camisa verde”. Adiante Getúlio seria “eliminado”, conforme a prática comum de Berlim e Roma.

No entanto, esse plano teria sido frustrado pelo próprio Getúlio Vargas. Conforme Frischauer, com energia redobrada ele iniciou uma reação, que passava pela nacionalização dos núcleos estrangeiros do sul do país e de onde houvesse a presença de japoneses, italianos e alemães; a proibição nas igrejas de sermões em língua estrangeira; e do funcionamento de escolas estrangeiras, que foram substituídas por nacionais; da circulação de jornais nas línguas dos países do Eixo; de clubes e sociedades recreativas, que serviam de fachada a atividades políticas e à propaganda dos adeptos de Mussolini e Hitler. “Essas medidas, adotadas preventivamente antes da guerra, preservavam e resguardavam o Brasil do vírus totalitário, das suas ameaças e dos seus perigos”.²²⁹

Esse era, segundo o autor, o “terrível” contexto no qual encontrava-se o Brasil. Apesar dessas ameaças, Getúlio Vargas não teria se abalado, respondendo de forma “surpreendente” diante das circunstâncias. Convocou uma “Convenção Nacional” com a idéia de apresentar um candidato à eleição presidencial que aproximasse o país de um consenso. A sugestão do nome

²²⁷ *Idem, ibidem*, p. 343-44. Não houve indicação de quem era o amigo brasileiro que lhe passou o relatório.

²²⁸ *Idem, ibidem*, p. 344.

²²⁹ *Idem, ibidem*, p. 344.

teria partido do governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, que teria indicado o nome de José Américo de Almeida. Escolha essa que agradou a maioria dos amigos de Getúlio, assim como pareceu-lhe boa. “Mas a perspectiva do alto cargo inebriou o candidato e fez-lhe perder, primeiro, o equilíbrio interior, e, depois, o exterior”.²³⁰

Conforme Frischauer, a imprensa internacional, também, percebia que a situação no Brasil era “terrível”. Uma guerra civil parecia “inevitável”. Além da influência estrangeira, ligada a grupos organizados pelo Dr. Goebbels, os candidatos à presidência da República não escondiam suas intenções e preparavam-se, abertamente, para um embate.

Plínio Salgado era o candidato integralista. José Américo de Almeida queria tornar-se popular e tentou, de acordo com Frischauer, unificar em sua pessoa elementos do discurso comunista sem desagradar aqueles que o haviam lançado candidato. Não conseguiu nem uma coisa nem outra e ficou isolado. Armando Sales, por sua vez, não tinha chances de vencer a eleição e sabia disso. Assim, preparava com Flores da Cunha — que almejava tornar-se presidente da República sem ir às urnas — um movimento armado que lhes desse a vitória. Segundo o autor, Getúlio estava informado da situação: “O Estado achava-se em vésperas da revolução. Cumpria evitar que ela rebentasse. [...] Que medidas excepcionais poderiam e deveriam ser tomadas, em prol do país?”.²³¹

Ainda na análise desse delicado período, Paul Frischauer lembrou uma antiga percepção de Getúlio Vargas: “A democracia é a aspiração comum dos povos civilizados, quanto à sua regulamentação política, ‘mas’ só pela

²³⁰ *Idem, ibidem*, p. 345.

²³¹ *Idem, ibidem*, p. 346-7.

educação poderemos nós ter (*sic*) um povo verdadeiramente capaz de um governo democrático”.²³²

Concomitantemente à “desastrosa” campanha eleitoral, “pesquisas sobre a atividade dos partidos organizados, no Brasil, pelas potências estrangeiras”, indicavam que o país corria perigo. “Documentos aterradores” revelavam que a “idéia estrangeira” não era apenas fragmentar a política interior do Brasil, através das lutas partidárias, mas executar um plano muito mais audacioso, que não era percebido nem encontrava “nenhum obstáculo”, exceto Getúlio Vargas.

Esses planos previam nada menos que a partilha do Brasil em três zonas de influência, das quais os autores dos planos queriam participar, como parceiros e sem se atrapalharem mutuamente. Eis do que se tratava: o Estado de São Paulo deveria ser dado à Itália, como zona de influência exclusiva; o Japão deveria receber Mato Grosso e a Amazônia, ao passo que a Alemanha reservava para si ilimitada influência no Paraná e Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O Norte, onde o governo de Getúlio iniciara e continuara, com ótimos resultados, as obras contra as secas, esse podia ser deixado, como zona de influência, aos próprios brasileiros – e às secas. O Brasil semelhava fruta madura, que cairia no colo das potências do Eixo se o país e os seus políticos não voltassem à razão e se Getúlio Vargas não interviesse.²³³

De acordo com Frischauer, cabia a Getúlio Vargas agir. Mas essa ação, segundo ele, não ocorreu sem base de apoio. Muito antes pelo contrário. O “povo” não queria mais saber de ouvir falar em sucessão presidencial. “As classes trabalhadoras” temiam o “terror” e a “violência” que uma vitória integralista podia gerar — e, ao que tudo indicava Plínio Salgado tinha grandes chances de tornar-se presidente da República. Os generais só garantiriam a manutenção da ordem se Getúlio permanecesse no cargo.

²³² *Idem, ibidem*, p. 347.

²³³ *Idem, ibidem*, p. 348-9.

A pressão exercida, de todos os lados, sobre Getúlio Vargas era tão forte, que, só com muito custo lhe seria possível esquivar-se à responsabilidade que lhe cabia assumir. Já não o queria mais. Reconhecera que a República só poderia manter-se e permanecer forte, se ele legalizasse o estado de emergência existente pondo-se, pessoalmente, “à frente dos acontecimentos, para guiá-los”.²³⁴

Paul Frischauer, após apresentar as razões para que houvesse a implantação do Estado Novo, reafirmou quais eram as raízes inspiradoras de Getúlio Vargas:

Getúlio Vargas crescera e educara-se no conhecimento do edifício estatal de Júlio de Castilhos. Muito cedo aprendera que às situações extraordinárias devem contrapor-se meios extraordinários. Estudara, já em sua primeira mocidade, o vitorioso emprego do princípio fundamental de Júlio de Castilhos, e tornou-o, embora com variantes apropriadas às circunstâncias vigentes, base da Constituição recém-criada: “Os mais amplos poderes de governo ao presidente do Estado – com a salvaguarda simultânea da maior liberdade individual ao cidadão”.²³⁵

Ao contrário do que se poderia imaginar, os Estados Unidos, “amigos do Brasil”, através do Departamento de Estado de Washington, apoiaram as medidas de Getúlio Vargas, compreendendo o momento delicado pelo qual passava o Brasil. Segundo o autor, deram a “Mister” Vargas o título paradoxal de *Dictator in defense of Democracy*, Ditador em defesa da democracia.²³⁶

Conforme Frischauer, da Europa, Hitler e Mussolini — sem saberem de fato o que acontecia — ficaram muito satisfeitos com as medidas adotadas por Vargas. Com a dissolução das Câmaras e dos partidos tudo indicava que o tempo deles chegara. No entanto, enganaram-se, e se aperceberam disso quando em 14 de novembro de 1937 o partido integralista foi dissolvido. Hitler e Mussolini ficaram indignados e não tardaram a agir contra aquele traidor.

²³⁴ *Idem, ibidem*, p. 352.

²³⁵ *Idem, ibidem*, p. 353.

²³⁶ *Idem, ibidem*, p. 354.

Essa ação deu-se especialmente através dos jornais com colunas redigidas por “políticos e publicistas de pontos de vista diametralmente opostos” e que tinham como objetivo prejudicar “[...] não apenas um homem e a sua obra, mas também uma nação energeticamente operosa e o sadio desenvolvimento de seu povo”.²³⁷

Assim, Vargas foi criticado pela imprensa de extrema esquerda, desde o levante de 1935 e intensificou os ataques depois que ele “promulgou” a Constituição de 10 de novembro de 1937. A extrema-esquerda, conforme o autor, declarava que Getúlio Vargas era não só inimigo do comunismo como também da democracia, chamando-o de ditador. Segundo Frischauer, esses inimigos esconderam da opinião pública que o fechamento da Câmara era uma medida transitória e que a Constituição de 1937, analisada em seus pormenores, era “[...] um regimento de governo, de espírito e construção essencialmente democráticos”.²³⁸

Outros ataques atendiam aos interesses da Liga das Nações, que culpava Getúlio Vargas de conservar o Brasil fora daquela organização. Segundo o autor, o país já havia comunicado ao embaixador inglês no Rio de Janeiro os motivos da não adesão ao organismo: ““Considerando a Liga das Nações uma instituição de interesse nitidamente europeu, preferimos, nesse particular, acompanhar a orientação americana’.²³⁹ Esta acentuada atitude pan-americana foi devidamente compreendida em *Whitehall*”.²⁴⁰

Conforme Frischauer, os motivos desses ataques relacionavam-se ao fato dos europeus não aceitarem uma cooperação tão próxima dos países

²³⁷ *Idem, ibidem*, p. 355.

²³⁸ *Idem, ibidem*, p. 356.

²³⁹ Trecho retirado, segundo o autor de “um relatório diplomático secreto”. *Idem, ibidem*, p. 356.

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 356.

americanos. Então escolheram o elo, aparentemente, mais fraco. A Liga das Nações e os velhos impérios, criticavam as medidas tomadas por Getúlio Vargas como a nacionalização do ensino e da imprensa e a centralização administrativa, com a supressão das bandeiras estaduais. Não compreendiam que essas medidas visavam fortalecer e proteger a nação. Não eram “[...] o prelúdio da nacional-socialização do Brasil”.²⁴¹

Os jornalistas que escreviam tais coisas sobre o Brasil representavam, segundo o autor, um grupo facilmente identificável. Faziam parte dos que haviam se acostumado a tratar o país como uma colônia, desde a emancipação em relação a Portugal, “[...] como a colônia de todos os países, ou dos seus próprios, não lhes agradando a crescente independência da economia brasileira”.²⁴²

Além disso, segundo o autor, ao tratarem Getúlio Vargas como um ditador, esqueciam-se, intencionalmente, de considerarem vários dos aspectos da Constituição de 1937: a mesma “liberdade” que tinham os brasileiros, tinham os estrangeiros (de locomoção, de culto, de profissão, reunião e manifestação de pensamento); que a Carta legalizara o estado de emergência, criando um governo forte adequado para as circunstâncias (risco de guerra civil e inevitabilidade da guerra mundial) e para preparar o povo para um futuro regime democrático.

Outro foco dos ataques a Getúlio Vargas e ao Brasil, de acordo com Frischauer, partia do nazi-fascismo, através de seus jornais e de seus prepostos, “camuflados” nos jornais esquerdistas. Para Frischauer, estes eram os jornais que faziam as críticas mais ferozes, parecendo que hipnotizados

²⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 357.

²⁴² *Idem, ibidem*, p.357.

pelo canto de Hitler e Mussolini. Uma parcela da própria imprensa norte-americana censurava Vargas por governar sem partidos e sem Câmaras, o que auxiliava a crítica nazi-fascista, que o condenava por governar sem um partido de Estado.

Hitler e Mussolini sabiam muito bem, segundo o autor, que Getúlio Vargas atacava qualquer possibilidade de penetração alemã ou italiana no Brasil, desde quando definiu que as riquezas minerais e as fontes de energia só poderiam ser concedidas a brasileiros. O ataque de Getúlio Vargas contra a “quinta coluna” — que seria a cabeça de ponte da entrada nazista e fascista no país — explicava a intensidade dos ataques ao Brasil e ao presidente da República.²⁴³

Algumas considerações

As duas biografias são muito semelhantes. Possivelmente, pelo contato que os dois autores estabeleceram — fato mencionado por Frischauer algumas vezes em sua obra — e, também, em razão da proximidade em que Carrazzoni e Frischauer produziram as biografias.

Contudo, parece que os objetivos de um e de outro eram distintos. Carrazzoni adota a função do intelectual. Naquele período, alguém completamente envolvido com o “esclarecimento” e a educação do “povo”. Tanto, como foi indicado, que uma das funções da biografia era “pedagógica”, fazer com que as pessoas entendessem, de “forma correta”, os novos tempos. Além disso, tinha a função de legitimar, como “chefe da nação”, Getúlio Vargas, o que assinala a complexidade do projeto estado novista, que não se baseava

²⁴³ *Idem, ibidem*, p. 359.

apenas em atos repressivos, mas tinha estabelecido uma consistente política cultural. Carrazzoni, portanto, se localiza nesse contexto.

A situação de Frischauer pareceu ser outra. É claro que, para além, dos objetivos de legitimação do regime, o autor surge como um especialista, “convidado” pelo governo brasileiro, para fazer uma leitura do quadro nacional e da situação internacional, uma vez que o autor, um austríaco fugido da guerra, já havia experimentado as “táticas” de ação dos nazi-fascismo e suas estratégias para a dominação mundial.

A partir dessas condições, Frischauer estabeleceu uma “profunda” análise da realidade brasileira e constatou — graças à sua experiência — que o país corria sério risco de ser “dominado”. O único esteio capaz de garantir a segurança do país era Getúlio Vargas, que, por sua vez, corria enormes “perigos”, já que os “inimigos” haviam percebido que era necessário “eliminar” o presidente do Brasil.

O mais interessante disso tudo, foi que Frischauer estabeleceu uma narrativa mitológica para analisar “conhecer” o país e seu presidente, o que denota, sem dúvida, uma situação conjuntural muito delicada, mas uma narrativa completamente “ahistórica” e, ao que parece, teve alguns de seus elementos narrativos e factuais apropriados por biografias e análises históricas, sem a devida crítica.

Capítulo 2 - Getúlio Vargas: pelo “povo” ou pelo “poder”? (anos 50 e início dos 60)

Para o período compreendido entre os anos de 1955 e 1964, selecionei outras duas biografias. Uma primeira, escrita pelo psiquiatra Cláudio de Araújo Lima, *Mito e realidade de Vargas*²⁴⁴, publicada no ano de 1955, e uma outra escrita pela filha do presidente Getúlio Vargas, Alzira Vargas do Amaral Peixoto e publicada em 1960, *Getúlio Vargas, meu pai.*²⁴⁵

Sobre Araújo Lima, poucas informações biográficas foram encontradas, apenas que nasceu no ano de 1908, talvez em algum estado do norte do país, tendo em vista às inúmeras referências que fez aquela região. Era psiquiatra. Participou como “relator de um dos temas oficiais do 1º Congresso de Profilaxia Criminal, na cidade de Paris”.²⁴⁶ Escreveu sobre temas variados. Biografia: *Ascensão e queda de Stefan Zweig*,²⁴⁷ *Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo*,²⁴⁸ e a obra analisada neste capítulo, *Mito e realidade de Vargas*. Psicologia: *Ensaio de psicologia médica.*²⁴⁹ E “sócio-psiquiatria”²⁵⁰:

²⁴⁴ LIMA, Cláudio de Araújo. *Mito e realidade de Vargas*. Rio de Janeiro; São Paulo; Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1955.[1ª edição]

²⁴⁵ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2ª edição. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Editora Globo, 1960. [1ª edição 1960]

²⁴⁶ LIMA, Cláudio de Araújo. *Imperialismo e angústia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960, p. 9. Não há a indicação do ano em que ocorreu o referido Congresso.

²⁴⁷ LIMA, Cláudio de Araújo. *Ascensão e queda de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1942.

²⁴⁸ LIMA, Cláudio de Araújo. *Plácido de Castro, um caudilho contra o imperialismo*. Coleção Brasileira. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

²⁴⁹ LIMA, Cláudio de Araújo. *Ensaio de psicologia médica* (1). s/l. Bruno Buccini editor, 1959.

²⁵⁰ Segundo o autor a sócio-psiquiatria se caracterizaria por “uma visão ostensivamente política de temas psiquiátricos. [...] A existência do homem, por mínima ou até nula que seja sua marca de autenticidade, não se reduz ao singelo efeito de um balanço, entre as dificuldades que a luta pela sobrevivência impõe, de um lado, e, de outro, lado, as possibilidades de superar cada obstáculo que a vida lhe contrapõe, hora por hora, em forma de satisfação instintiva, de conquista do bem estar, de afirmação social, enfim, daqueles múltiplos valores, práticos ou vivenciais, que são indispensáveis para alcançar um mínimo de felicidade.[...] Há sempre que se considerar o ser humano, sempre, na plenitude de sua integração na sociedade onde vive, trabalha, ama e sofre. Numa sociedade que funciona à base de uma escala de valores, que

*Imperialismo e angústia: ensaios sobre as bases de uma sócio-psiquiatria da classe média brasileira na era imperialista.*²⁵¹

Affonso Henriques afirmou sobre Araújo Lima:

O psiquiatra brasileiro, Dr. Cláudio de Araújo Lima, na sua obra *Mito e realidade de Vargas*, o qual iniciou sua carreira justamente quando Vargas principiava a sua trajetória política como ditador, fez um meticuloso estudo de sua psicologia, tendo acompanhado atentamente as atitudes, as ações e as reações do filho de São Borja com o mesmo carinho e devoção com que os cientistas se devotam à evolução das espécies ou a qualquer outro aspecto da natureza.²⁵²

Sobre Alzira Vargas do Amaral Peixoto as informações biográficas estão mais sistematizadas.²⁵³ Ela nasceu em São Borja (RS), no ano de 1914, filha de Getúlio Dornelles Vargas e Darci Sarmanho Vargas. Iniciou o aprendizado das primeiras letras ainda em sua terra natal. Entre os anos de 1923 e 1930, estudou ora no Rio de Janeiro, ora no Rio Grande do Sul, em virtude das atividades políticas de seu pai.

A partir de 1930, com a vitória da Revolução, a família toda transferiu-se para o Rio de Janeiro, foi nessa época que Alzira aproximou-se do pai, Getúlio, e quando passou a prestar pequenos serviços a ele, “[...] primeiro como sua

são necessariamente fixos, peculiares e determinados. Fixos, porque têm de assegurar a superestrutura do regime. Peculiares, em função dos fatores ecológicos e históricos. Determinados, pelo fato de que correspondem a uma certa forma de infra-estrutura econômica, a qual modela e dirige, em última análise, toda a filosofia política de um povo. Ora, se assim for entendida a dinâmica existencial de uma sociedade, ou seja, reconhecendo uma relação inevitável, entre os modelos do regime econômico e os tipos de valores que esses mesmo modelos condicionam em estilos de existência, é forçoso reconhecer que uma psiquiatria que abstraia, ou omita semelhantes aspectos da realidade, não pode aspirar à condição de uma disciplina séria, capaz de levar ao estudo imparcial do homem. Do homem integrado numa certa sociedade, num certo momento histórico, e, o que é mais importante, sob a influência de um certo sistema econômico”. In: LIMA, Cláudio de Araújo. *Imperialismo e angústia: ensaio sobre as bases de uma sócio-psiquiatria da classe média brasileira na era imperialista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960, p. 3-5.

²⁵¹ LIMA, Cláudio de Araújo. *Imperialismo e angústia: ensaio sobre as bases de uma sócio-psiquiatria da classe média brasileira na era imperialista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

²⁵² HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas, Vol. 1*, p. 34.

²⁵³ Todas as informações biográficas sobre Alzira Vargas do Amaral Peixoto foram retiradas do DHBB, p.4494-4496.

bibliotecária e, posteriormente, como sua arquivista particular”. Em 1933, ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1935, encontrava-se nos Estados Unidos quando irrompeu em Natal, Recife e Rio de Janeiro uma revolta comunista, em pouco tempo sufocada.

Vários dos professores de Alzira foram presos, acusados de aderir à ideologia comunista. Alzira Peixoto teria intercedido em favor dos professores junto a seu pai. Getúlio Vargas teria sugerido que o centro acadêmico da faculdade apresentasse um documento com as assinaturas dos alunos solicitando sua libertação. Segundo Alzira, isso foi feito isto, e eles foram imediatamente postos em liberdade.

Com o passar do tempo, Alzira Peixoto foi ampliando suas atribuições como auxiliar direta do presidente. Além de decodificar as mensagens cifradas, “[...] Alzira passou a ser a intérprete de inglês e responsável por parte da correspondência de Vargas com o governo norte-americano”. Em 1937, foi nomeada oficialmente auxiliar de gabinete, passando a fazer parte do Gabinete Civil da presidência da República.

Em 11 de maio de 1938, participou da resistência ao ataque integralista do palácio Guanabara. Um ano depois casou-se com Ernâni do Amaral Peixoto, ex-ajudante de ordens de seu pai e interventor federal do estado do Rio de Janeiro. Já em meados da década de 1940, com o enfraquecimento do Estado Novo, recebeu de seu pai a atribuição de articular forças para fundar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). “O objetivo era evitar que as bases sindicais ligadas ao getulismo fossem atraídas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), que acabou por ser legalizado ainda nesse ano [1945]”.

Com a queda de Vargas, em 29 de outubro de 1945, e seu retorno para São Borja, Alzira Peixoto permaneceu no Rio de Janeiro, mantendo seu pai informado dos acontecimentos políticos “através de correspondência diária”. Após a eleição de Getúlio Vargas, 3 de outubro de 1950, Alzira Peixoto desempenhou funções oficiais, participando em 1952 e 1953 das delegações brasileiras enviadas às conferências internacionais do trabalho (Organização Internacional do Trabalho-OIT/ Organização das Nações Unidas-ONU).

Alzira Peixoto, também, esteve presente na fatídica reunião que culminou com o suicídio de seu pai. Teria sido Alzira, inclusive, a participante da reunião que questionou a elevada adesão militar nas articulações que exigiam, primeiro, a licença e, depois, a renúncia de Getúlio Vargas.

Na manhã do suicídio, 24 de agosto de 1954, teria sido Alzira Peixoto a responsável pela abertura do cofre do pai, da retirada de vários documentos e das “[...] duas cópias do que passaria à história como a carta-testamento”.

Desde 1955, Alzira Peixoto acompanhou a carreira política do marido — nomeado embaixador do Brasil em Washington (1955-1959), presidente do Partido Social Democrático (1952-1965), deputado federal (1963-1971) e senador, a partir de 1971. Conforme o *DHBB*, ela foi “grande defensora da obra e do papel político de Getúlio Vargas, Alzira conservou os arquivos de seu pai, que começara a organizar na década de 1930. Em 1973 doou-os ao Cpdoc da FGV”, instituição criada, em 1973, por sua única filha Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco.

O contexto da escrita

A publicação das biografias por Cláudio de Araújo Lima (1955) e Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1960) ocorreu num momento bastante delicado da vida política nacional, no intenso período entre os anos de 1954 e 1960.

Em 1954, Getúlio Vargas enfrentava o isolamento político, além de uma intensa campanha movida contra seu governo — que teve como porta-voz o jornalista Carlos Lacerda.²⁵⁴ A tentativa de assassinar Lacerda, na Rua Toneleros, o processo de investigação do crime — conduzido pela polícia e, paralelamente, pela Aeronáutica, em virtude da morte do major Rubens Vaz —, e o rumo que tomaram, indicando o comprometimento de membros da guarda pessoal do presidente da República, em particular, a do chefe da guarda de Getúlio, Gregório Fortunato²⁵⁵. Getúlio Vargas, encurralado — pela falta de apoio parlamentar, de ausência de garantia dos membros militares de seu governo, de que seus direitos e de seus familiares seriam respeitados, e da humilhação de uma renúncia — comete o suicídio, em 24 de agosto de 1954.

O suicídio de Getúlio Vargas teria barrado os planos da oposição, que já preparava, na expectativa da renúncia do presidente da República, um novo governo, inclusive, com um novo ministério — de maioria udenista — já montado. Tudo isso teria sido articulado pelo vice-presidente da República,

²⁵⁴ Carlos Lacerda (1914-1977). Político e jornalista. Pertenceu à União Democrática Nacional (1945). Fundou o jornal *Tribuna da Imprensa* (1949), que usou para atacar adversários políticos, desde Getúlio Vargas até Castelo Branco. Combateu a posse de Juscelino Kubitschek, exilando-se em 1955 nos Estados Unidos. Governador eleito do estado da Guanabara (1960). Um dos principais articuladores do golpe de 31 de março de 1964 contra João Goulart. Teve seus direitos políticos cassados em 1968. In: FAUSTO, *op cit.*, p. 618. (adaptado)

²⁵⁵ Gregório Fortunato (1900-1962). Chefe da guarda pessoal de Getúlio Vargas, era apresentado pela oposição como símbolo da corrupção. Mandante confesso do atentado a Carlos Lacerda, que provocou a morte do major Rubens Vaz. Foi assassinado na Penitenciária Lemos de Brito. In: FAUSTO, *ibidem*, p. 612. (adaptado)

Café Filho²⁵⁶, pelo jornalista Carlos Lacerda e por oficiais das Forças Armadas.

Entretanto, a reação popular e

a preferência por uma saída legal para a crise na cúpula do Exército e o impacto provocado pelas manifestações populares impediram que a “República do Galeão” ganhasse espaço em direção ao poder. Essa expressão se refere aos quadros da Aeronáutica responsáveis pela montagem de um esquema paralelo de investigação e disposto a servir de ponta-de-lança na “purificação” da democracia, como propunha Lacerda.²⁵⁷

O clima de intensa disputa entre os trabalhistas — identificados como herdeiros de Getúlio Vargas — e as forças antigetulistas prosseguiam. Como afirmou Ferreira: “Quase um ano após o suicídio de Vargas, o país ainda vivia o trauma político do 24 de agosto de 1954. A instabilidade política e o clima de radicalização no país eram preocupantes”.²⁵⁸

Essa instabilidade ficou ainda mais clara com o pronunciamento do general Canrobert Pereira da Costa — presidente do Clube Militar e chefe do Estado Maior das Forças Armadas, ligado aos setores liberal-conservadores e antigetulistas — por ocasião da solenidade em homenagem de um ano da morte do major Rubens Vaz, em 5 de agosto de 1955. Segundo ele, caberia aos militares decidir “entre uma pseudolegalidade, imoral e corrompida, e o restabelecimento da verdade e da moralidade democrática mediante uma intervenção aparentemente ilegal”.²⁵⁹

²⁵⁶ João Café Filho (1899-1970). Político e jornalista. Exerceu vários mandatos legislativos. Assumiu a presidência da República (1954-1955) após o suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, *ibidem*, p. 603. (adaptado)

²⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 418.

²⁵⁸ FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 315.

²⁵⁹ *Jornal Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1955, p. 6, citado por FERREIRA, Jorge, *ibidem*, p.316.

Foi com essa sinalização — a de que um golpe era uma alternativa plenamente aceitável e justificada — de importantes setores das Forças Armadas que se iniciou a campanha para as eleições de 1955. Os setores conservadores, civis e militares, acusaram, em setembro do mesmo ano, — a partir da “descoberta” de uma carta — João Goulart de envolvimento com o contrabando de armas da Argentina e com a formação de “brigadas de choques obreiras”. A chamada “carta Brandi”²⁶⁰ foi divulgada e explorada amplamente por Carlos Lacerda — no *Tribuna da Imprensa* e na *TV-Rio* — na direção da tese de que a participação de Jango era uma “ameaça à lisura das eleições”.

O ministro da Guerra, Henrique Lott, instaurou uma comissão para investigar as denúncias contra João Goulart, que tinham como objetivo essencial adiar as eleições presidenciais. Ao final das investigações, “de acordo com o perito, os exames comprovaram que a assinatura do deputado Antonio Brandi tinha sido falsificada grosseiramente”.²⁶¹

Apesar das tentativas da oposição civil-militar de rompimento institucional — a oposição dos setores militares era, particularmente, forte dentro da Aeronáutica — pelo adiamento das eleições presidenciais, Juscelino Kubitschek²⁶² (PSD)²⁶³ foi eleito com 36% dos votos, uma margem bastante

²⁶⁰ A “carta Brandi” teria sido enviada pelo deputado peronista argentino Antonio Jesus Brandi para João Goulart em 1953, quando Jango ainda era Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas. A carta se referia a articulações entre Jango e Perón para deflagrar um movimento armado no Brasil e instalar a chamada “República sindicalista”. Ver FAUSTO, *ibidem*, p. 420 e FERREIRA, *Crises da república*, *ibidem*, p. 318.

²⁶¹ FERREIRA, *ibidem*, p. 319.

²⁶² Juscelino Kubitschek (1902-1976). Foi deputado federal (1934-1937), prefeito de Belo Horizonte (1940-1945) e governador de Minas Gerais (1950-1954). Eleito presidente (1956-1960), construiu Brasília. Senador pelo estado de Goiás (1962), teve seu mandato cassado pelos militares (1964) e seus direitos políticos cassados por dez anos. In: FAUSTO, *ibidem*, p. 618. (adaptado)

²⁶³ Partido Social Democrático (PSD). As “[...] principais marcas de seu perfil [eram] o pragmatismo, a habilidade e a força eleitoral, foi fundado dentro da perspectiva getulista de continuísmo na transformação. Sua habilidade e capacidade de alcançar e se manter no poder

apertada em relação aos demais concorrentes.²⁶⁴ O próprio João Goulart²⁶⁵ (PTB)²⁶⁶, candidato a vice-presidência na mesma chapa, teve uma “votação ligeiramente superior à de Juscelino. O êxito de Jango mostrou o avanço crescente do PTB”.²⁶⁷ Êxito temido e combatido pelas forças liberal-conservadoras, tanto civis, quanto militares, agrupadas, politicamente, em torno da União Democrática Nacional (UDN).²⁶⁸

marcaram época. Como resultado dessa prática, seus principais integrantes, que foram mestres da negociação, ficaram conhecidos como “raposas” da política brasileira. Aliado de primeira hora do PTB tinha, contudo, bases sociais muito diversas daquelas que vieram a compor o conjunto da agremiação trabalhista. Criado de dentro para fora do Estado, reuniu em seus quadros os interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais. As origens sociais do PSD e seus fortes vínculos políticos com o PTB sugeriram um ditado popular segundo o qual: ‘O PTB era o PSD de macacão e o PSD o PTB de casaca’. Ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 138-9.

²⁶⁴ O resultado das eleições de 3 de outubro de 1955 foi: Juscelino Kubitschek (PSD) 36% dos votos, Juarez Távora (UDN) 30%, Ademar de Barros (PSP) 26% e Plínio Salgado (PRP) 8%. In: *Idem, ibidem*, p. 420.

²⁶⁵ João Goulart (Jango) (1918-1976). Vinculado a Getúlio Vargas desde o início de sua trajetória política, ingressou no PTB em 1945. Eleito deputado estadual (1945) e federal (1950). Foi ministro do Trabalho (1953-1954). Vice-presidente eleito (1955-1960). Após a renúncia de Jânio Quadros (1961), assumiu a presidência sob o regime parlamentarista. Foi derrubado pelo movimento civil-militar de 31 de março de 1964. Exilou-se no Uruguai. In: FAUSTO, *ibidem*, p. 614. (adaptado)

²⁶⁶ Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). “O PTB constitui-se como um dos vértices da estrutura triangular partidária que se tornou hegemônica no conjunto dos partidos fundados em 1945. Na época do seu registro alicerçou sua organização nos sindicatos urbanos e na burocracia do Ministério do Trabalho. Seus principais quadros foram recrutados entre operários e demais trabalhadores sindicalizados e também junto aos funcionários públicos que integravam a poderosa máquina do Ministério do Trabalho em todo o território nacional. Entre os partidos do pós-1945 foi considerado a agremiação partidária mais ardentemente getulista, apresentando, entretanto, inserção regional fragmentada. [...] Foi o partido que apresentou programa mais nítido e bem definido quanto a metas e projetos, incluindo questões de ordem política e econômica além de proposições de forte cunho social. A inclusão de questões sociais na sua plataforma programática foi, sem dúvida, um fator diferencial da agremiação trabalhista em relação aos partidos que atuaram na conjuntura de 1945 a 1964”. Ver: DELGADO, *ibidem*, p. 140-1.

²⁶⁷ João Goulart (PTB) e Juscelino Kubitschek (PSD) pertenciam a mesma chapa. Nas eleições de 1955 era possível votar, separadamente, nos candidatos à presidência e à vice-presidência da República, em virtude disso foi que Jango obteve mais votos que seu companheiro de chapa. In: FAUSTO, *ibidem*, p. 420.

²⁶⁸ União Democrática Nacional (UDN). O partido “nasceu de um movimento articulado por uma ampla frente de oposição ao Estado Novo. Durante o processo de transição que levou à derrocada do regime autoritário que prevalecera no Brasil de 1937 a 1945, os integrantes da futura UDN contribuíram, de maneira efetiva, para o desenlace dos acontecimentos que levaram à queda de Getúlio Vargas em outubro de 1945. Não só se articularam visando a queda do Estado Novo, como criaram inúmeras oportunidades para se declararem liberais e antigetulistas. Assim ocorreu na época da divulgação do “Manifesto dos Mineiros”, em 1943; no

A vitória eleitoral de Juscelino e Jango, todavia, não garantiu o arrefecimento da pregação golpista da oposição.

No início de novembro de 1955, faleceu o presidente do Clube Militar — general Canrobert Pereira da Costa, um dos mais destacados conspiradores contra Getúlio. Em uma oração fúnebre, pronunciada no enterro de Canrobert, o coronel Bizzaria Mamede, um dos signatários do memorial dos coronéis, fez o elogio do morto. Atacou os interesses em defender uma “pseudolegalidade imoral e corrompida” e chamou de “mentira democrática” um regime presidencial que concentrava nas mãos do Executivo uma vitória da minoria. A referência à eleição de Juscelino era óbvia.²⁶⁹

Levantava-se, novamente, a tese de maioria, a mesma que fora usada contra Getúlio Vargas nas eleições de 1950. Segundo os conspiradores, não podia se considerar legitimamente eleito o candidato que não atingisse a maioria absoluta dos votos, embora a Constituição, a legalidade, não a exigisse.

O general Lott, Ministro da Guerra e legalista, pretendia punir o coronel Mamede pelo pronunciamento. Contudo, Mamede era membro da direção da Escola Superior de Guerra (ESG) e, por isso, só poderia ser punido pelo próprio presidente da República, Café Filho. No entanto, em novembro, Café Filho sofreu um ataque cardíaco e foi obrigado a afastar-se da presidência, assumindo em seu lugar o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que se recusava a punir o coronel Mamede.

Primeiro Congresso de Escritores Brasileiros, realizado em fevereiro de 1945.[...] Dessa forma, foi pela crítica contumaz a Getúlio e ao getulismo, incluindo símbolos, realizações e pregações, que o udenismo se relacionou com Vargas. [...] A principal linha de ação da UDN consistia em fazer das agremiações pró-getulistas seu principal alvo de oposição, tanto no parlamento, como através das críticas publicadas pelos principais jornais que circulavam no Brasil”. Ver: DELGADO, *ibidem*, p. 136-7.

²⁶⁹ FAUSTO, *ibidem*, p. 421.

Lott demitiu-se do Ministério da Guerra, passando a preparar e organizar o que foi chamado de um “golpe preventivo” com o objetivo de garantir a posse dos eleitos: Juscelino e Jango. A ação ocorreu em 11 de novembro.

As tropas ocuparam edifícios governamentais, estações de rádio e jornais. Os comandos do Exército se colocaram ao lado de Lott, enquanto os ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciavam a ação como “ilegal e subversiva”. As forças do Exército cercaram as bases navais e da Aeronáutica, impedindo um confronto das Forças Armadas. Deposto da presidência, Carlos Luz refugiou-se no cruzador *Tamandaré*, acompanhado por seus ministros e outras figuras políticas, entre elas Carlos Lacerda. [...] O Congresso Nacional reuniu-se para apreciar a situação. Contra os votos da UDN, os parlamentares decidiram considerar Carlos Luz impedido; a presidência da República passava ao presidente do Senado — Nereu Ramos —, na linha de sucessão constitucional. [...] Dez dias mais tarde, aparentemente recuperado, Café Filho pretendeu voltar a ser presidente da República. Ele foi considerado impedido pelo Congresso, que confirmou Nereu Ramos na chefia do Executivo. A pedido dos ministros militares, logo depois, o Congresso aprovou o estado de sítio por trinta dias, prorrogado por igual período. Essa série de medidas excepcionais garantiu a posse de Juscelino e Jango, a 31 de janeiro de 1956.²⁷⁰

Ao longo do governo Juscelino (1956-1960) a situação política continuava instável. As Forças Armadas encontravam-se divididas entre os “nacionalistas de esquerda” — aderiram às teses da soberania nacional, não sendo anticomunistas —, os “nacionalistas direitistas” — Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra faziam parte deste grupo, que defendia uma luta sem trégua contra o comunismo, embora fossem nacionalistas — e os “cosmopolitas de direita” — Eduardo Gomes, Juarez Távora e Cordeiro de Farias faziam parte deste grupo, que tinha como bandeira principal o anticomunismo e o antitrabalhismo, além de defenderem o alinhamento

²⁷⁰ *Idem, ibidem*, p.422-3.

incondicional aos Estados Unidos e a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro.²⁷¹

Foi o grupo dos “nacionalistas direitistas” que, em janeiro de 1956, formado por oficiais de Aeronáutica, se rebelou contra a presença de comunistas nos postos militares de comando, assim como, contra o suposto acordo do governo brasileiro com grupos estrangeiros para a entrega do petróleo e venda de minerais estratégicos. Juscelino tratou, contudo, de não tomar atitudes excessivamente enérgicas na punição dos envolvidos, buscando, inclusive, atender reivindicações dos militares quanto aos vencimentos e equipamentos. Além disso, os principais cargos do Conselho Nacional do Petróleo foram destinados a membros das Forças Armadas.²⁷²

Com grande habilidade para evitar crises político-militares, com o apoio do PTB no Congresso Nacional, onde tinha a maioria, mas, mantendo o movimento sindical sob controle, o governo de Juscelino transcorreu, em grande de seu período, sem maiores ameaças a sua proposta central: “desenvolvimento e ordem”.

Entretanto, nos dois últimos anos de mandato Juscelino começou a sentir mais próximos os questionamentos da oposição nacionalista, que o acusava de “[...] vender a soberania nacional aos banqueiros internacionais e ao FMI”, em virtude da tentativa de acordo entre o governo e o fundo, que mantinha uma posição ortodoxa quanto à política econômica a ser adotada pelo país. “Naquela altura, Juscelino estava no final do mandato e tinha os olhos voltados para a sucessão presidencial”,²⁷³ optando, por isso, pela ruptura do governo brasileiro com o FMI. Juscelino, ao final de seu governo, lançava

²⁷¹ CARVALHO, José Murilo de *apud* FERREIRA, *ibidem*, p. 320.

²⁷² FAUSTO, *ibidem*, p. 423-27.

²⁷³ *Idem*, *ibidem*, p. 435.

combustível nas discussões que vinham dominando o cenário político nacional e que comandaria os debates entre “nacionalistas” e “entreguistas” durante o restante do período democrático.

A produção intelectual do período, 1950-1960, apresentava diferenças e semelhanças em relação ao período anterior, 1937-1945. Inicialmente, a importância do estado como mecenas tinha declinado, desde a deposição de Getúlio Vargas.

Os temas de debate, também, tinham sofrido alterações. Na década de 1950, discutia-se, fundamentalmente, sobre os vários aspectos que envolviam a questão do desenvolvimento nacional. Segundo Mota,

[...] os anos 50 caracterizaram-se pela montagem (ou, no mínimo, reforço) de tendências nacionalistas que vinham se plasmando em ressonância a processos políticos e sociais marcados pelo desenvolvimento econômico e pela criação de condições para uma possível revolução burguesa. A superação do subdesenvolvimento — o termo ganhou concreção nessa década — transformou-se em alvo difuso a ser atingido pelas “forças vivas da Nação”: de “periferia” dever-se-ia atingir, de maneira planejada, a condição de “centro” [...] Os anos de fabricação desse quadro ideológico coincidem com o período juscelinista (embora tal quadro tenha raízes por vezes longínquas — e, em frentes tão diversas quanto as integralistas, PC, Exército etc.) e, para efeitos de estabelecimento de marcos referenciais, poderiam ser indicadas as obras de Celso Furtado, a produção do ISEB, alguns textos políticos de José Honório Rodrigues, a parte mais ponderável da obra de N. [Nélson] W. [Werneck] Sodré.²⁷⁴

Na perspectiva da produção historiográfica predominava o paradigma estruturalista, caracterizado por explicações determinísticas e marcado “pela “presença” de atores coletivos abstratos, não localizáveis no tempo e espaço”.²⁷⁵ Esse viés estruturalista, característico — no período — de outros

²⁷⁴ MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. 9ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1998, p. 155-6.

²⁷⁵ GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos* — Historiografia, Rio de Janeiro, v. 9, n 17, p. 59-84, 1996.

campos das ciências sociais e muito influentes na pesquisa histórica de então, dificultava, segundo Borges²⁷⁶, a compreensão mais exata da história concreta do Brasil, pois analisava a realidade nacional a partir de modelos teóricos pré-determinados, como por exemplo, o marxismo que, fortemente influenciado pelo stalinismo, produzia diagnósticos sobre a realidade brasileira numa perspectiva evolucionista, analisando a sucessiva transformação dos “modos de produção”.

Por sua vez, de modo assemelhado, a intelectualidade, apesar de uma maior profissionalização e especialização dos campos do saber, mantinha-se engajada nos grandes debates nacionais, como afirma Mota sobre os anos 1950: “Uma década em que intelectuais ingressaram acadêmicos e metamorfosearam-se em políticos”,²⁷⁷ e ainda que, “[...] nenhum analista dos anos 50 teria escapado, no limite, de entrar pelas veredas do nacionalismo, ou do marxismo ortodoxo, ou do desenvolvimentismo, ou do populismo. Ainda que tangencialmente”.²⁷⁸

Desafios da biografia

Na obra do psiquiatra Cláudio de Araújo Lima, *Mito e realidade de Vargas*, merecem destaque, alguns aspectos. Primeiro, a proximidade da biografia com a morte de Vargas. E segundo, a biografia foi publicada por uma editora respeitável, o que surpreende dada a veemência das críticas dirigidas

²⁷⁶ BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1998, p. 177.

²⁷⁷ MOTA, *ibidem*, p. 154.

²⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 175.

contra Vargas, críticas que começam a ser dispostas desde a epígrafe²⁷⁹, incluindo a dedicatória ao coronel Syseno Sarmento.²⁸⁰

Cláudio de Araújo Lima iniciou o livro com alguns alertas em relação à posição de biógrafo que, no seu caso, confundiu-se com a do psiquiatra e a de alguém que tenta dar um depoimento, afirmando:

[...] busca-se neste ensaio, mais do que fazer obra de pura interpretação psicológica, dizer a verdade sobre um homem que marcou, com o selo de sua discutida personalidade, todo o último quarto de século da história brasileira. Não a verdade abstrata e rígida, que pertence à especulação metafísica. Mas aquela outra, de índole propriamente pirandelliana, que é concreta, prática, numa palavra – existencial. E por isso mesmo exprime, antes de mais nada, uma opinião pessoal do autor, que vê a dita verdade como esta lhe parece a ele.²⁸¹

Ao mesmo tempo, o autor assumiu uma postura curiosa em relação à obra, abandonando qualquer posição de neutralidade, ao afirmar que:

Justamente porque encara a posição de psiquiatra no mundo moderno, sobretudo, pelo ângulo de sua função social, preferiu dar a este trabalho o cunho de libelo que lhe deu, em lugar de se limitar a uma análise da personalidade de Vargas, o que seria mera tarefa biográfica, francamente inoportuna e antipática numa época ainda tão próxima do seu suicídio. A crítica talvez o acuse de parcialidade. Mas o autor entende que, nos momentos de crise nacional, a imparcialidade sistemática representa até o oposto do dever moral. Pois este consiste, antes, em tomar uma posição na luta, e não, no caso concreto, em se limitar à contemplação do sinistro espetáculo, cujo epílogo pode ser a dissolução da comunidade brasileira. [...] Essa a razão do presente livro, que é menos um retrato de

²⁷⁹ A primeira epígrafe diz o seguinte, muito adequada ao biografado, Getúlio Vargas, de notória baixa estatura, segundo Levine, 1,57m: “Se avistares um gigante, observa a posição do sol, e repara se o gigante não é a sombra de um anão”. Ver. LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001, p. 32.

²⁸⁰ A dedicatória é a seguinte: “Ao Coronel Syseno Sarmento que, na guerra, lutou em defesa da democracia contra a tirania nazi-fascista, e que, na paz, se tornou um dos expoentes mais legítimos da moderna geração militar, agora empenhada na batalha de salvação material e moral do Brasil – homenagem do amigo fraternal e companheiro de infância”. O coronel lutou ao lado dos revolucionários em 1930, foi para a Itália durante a Segunda Guerra Mundial, contudo, posteriormente, passou a encabeçar a oposição militar a Vargas, particularmente nas disputas para a presidência do Clube Militar, e na assinatura do Manifesto dos Coronéis, em 1953, contra o aumento de cem por cento do salário mínimo concedido pelo ministro João Goulart. In: ABREU, Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*, p. 5289-91.

²⁸¹ ARAÚJO LIMA, Cláudio de Araújo. *Mito e realidade de Vargas*. p. 11.

Vargas do que um depoimento de especialista sobre o caos moral a que conduziu a mentalidade getuliana.²⁸²

Vale ressaltar que, para o autor, a situação nacional era tão delicada que a neutralidade e a imparcialidade corresponderiam à omissão. Para Araújo Lima, — um intelectual do tipo militante — um especialista em desvendar a alma humana não deveria se furtar de demonstrar o seu posicionamento e de “[...] transpor as fronteiras dos laboratórios, dos consultórios e dos hospitais”.²⁸³

Numa outra perspectiva, poderíamos afirmar que a obra de Araújo Lima identifica-se com os objetivos dos grupos antigetulistas, tentando com seu exercício de “análise sócio-psiquiátrica” livrar-se do cadáver que o próprio Getúlio jogara nos braços dos opositores.²⁸⁴

Alzira Peixoto, por sua vez, assinalou qual foi a sua principal intenção ao escrever a biografia de seu pai: [...] “meu objetivo principal que é o de tornar conhecida e compreendida a personalidade singular desse homem extraordinário que se chamou Getúlio Vargas”.²⁸⁵ Em outra passagem afirmou: “Dentro do possível, tentarei não tomar partido, limitando-me à função de narradora”.²⁸⁶

Algo evidente é o fato de que Alzira Peixoto não se limitaria apenas à função de narradora. Como vimos anteriormente, o contexto político nacional era explosivo, e a disputa em torno da herança política de Getúlio Vargas estava acirrada. Herança que seria “destruída” pelo antigetulismo — que estabelecera “uma relação ditada pela crítica e negação dos udenistas a tudo que se vinculasse ao presidente. Uma negação, na sua essência, contraditória,

²⁸² ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p. 22-3.

²⁸³ *Idem*, *Imperialismo e angústia...*, p. 3.

²⁸⁴ FERREIRA, *Crises na República...*, p. 310.

²⁸⁵ PEIXOTO, *ibidem*, p. 197.

²⁸⁶ *Idem*, *ibidem*, p. 261.

pois, ao negar, reconhecia”²⁸⁷ — e que seria preservada pelos getulistas, e, em particular, Alzira Peixoto, identificada por Gomes, “guardiã da memória”.

O guardião ou o mediador, como também é chamado, tem como função primordial ser um “narrador privilegiado” da história do grupo a que pertence e sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda/possui as “marcas” do passado sobre o qual se remete, tanto porque se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é o “coleccionador” dos objetos materiais que encerram aquela memória.²⁸⁸

Temperamento/personalidade de Vargas

Araújo Lima, a partir do “conhecimento científico”, fez a seguinte análise do temperamento de Vargas: Getúlio não pertenceria ao grupo dos que têm em suas ações um contato íntimo com a realidade, “aos síntonos”, mas pertenceria ao grupo

[...] dos que têm a sensibilidade principalmente voltada para dentro de si mesmos, donos de uma alma sempre enclausurada em egoística torre de marfim. [...] Em vez de vibrarem, de um modo ou de outro, ao contato das vivências ambientes, permanecem à margem da realidade, subjetivamente distantes de todos os acontecimentos que não atinjam os interesses da sua vida pessoal, num absenteísmo que justifica a designação de “autistas”, que a linguagem técnica lhes dá.²⁸⁹

Para Araújo Lima, essa era uma das características essenciais da personalidade de Vargas, este desligamento das coisas que aconteciam à sua volta. Para o autor, não havia situações de alegria ou tristeza que o tirassem da neutralidade. Tipos assim,

[...] são frios, anestesiados, marcados por um embotamento afetivo, que vai da simples aparência de calma, matizada por um leve ar de ternura ou de ironia, até os extremos de uma

²⁸⁷ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares..., *ibidem*, p. 137.

²⁸⁸ GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo* — Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.9, n 1/2, p. 17-30, jan./dez. 1996.

²⁸⁹ ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p. 15-6.

frieza que pode chegar à glacialidade cínica de certos psicopatas delinqüentes.²⁹⁰

O autor, prosseguindo em sua “análise” de Vargas, diagnosticou uma conduta “esquizotímica”. Getúlio Vargas, segundo Araújo Lima, não agia ou reagia conforme os estímulos recebidos,

[...] sua atitude discordante em face às solicitações do meio, o que os torna [os esquizotímicos] reservados, preguiçosos ou rígidos. Fechados dentro de um círculo absolutamente à margem dos fatos que lhes são apontados pela realidade, à qual eles contrapõem o seu próprio eu, com uma tenacidade que só se disfarça quando os interesses da coletividade podem ser aproveitados a serviço de suas conveniências pessoais.²⁹¹

Ainda de acordo com Araújo Lima, a marca fundamental da existência de Vargas foi o seu destino de solitário. “E daquela espécie de solidão que talvez seja a mais terrível [...]”, que arrasta-se “[...] pela vida inteira escravizada à multidão, sem a qual jamais ele poderia atingir a sua verdadeira essência, que se resume toda na ânsia de exercer o poder sobre outros homens”.²⁹²

Conforme o autor, essa solidão, característica do comportamento de Vargas, estaria relacionada ao seu pragmatismo, não havendo nenhum gesto ou reação que não correspondesse a fins “egoísticos bem determinados. Por mais que se procure penetrar-lhe a profundidade de máscara, nada se vislumbra por trás do seu sorriso estereotipado”. Além disso, os seus gestos seriam “parcos, quase reduzidos aos mais indispensáveis movimentos da vida de relação”, carecendo “daquele calor que irradia da exuberante maneira-de-ser brasileira”; sua voz, “pobre de inflexões, monocórdia”, e seu olhar, “frio”.²⁹³

²⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 16.

²⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 19.

²⁹² *Idem, ibidem*, p. 27.

²⁹³ *Idem, ibidem*, p. 28.

Vargas, para o autor, portava, também, inúmeras frustrações, que ajudariam a compreendê-lo melhor. Uma dessas frustrações seria a sua inferioridade corporal. Baixo, gordo, “ridículo, quando os ditadores devem ostentar um ar dramático”.²⁹⁴

Havia também, de acordo com Araújo Lima, a frustração amorosa. Vargas, em momento algum, teria dado mostras de virilidade, tão comum e tão influenciada pela função política. “Os motivos psíquicos que impulsionam o brasileiro à busca de uma função política ou cargo de mando [sempre foi a] de satisfação dos apetites genésicos – mais até que os propriamente pecuniários – que o impele à conquista das posições”.²⁹⁵

Pois Vargas, desse ponto de vista erótico, é a negação do brasileiro típico. Dele nada se sabe, com segurança, capaz de integrá-lo na atitude brasileira do sultanismo dos poderosos. Com provas, diretas ou indiretas mas indiscutíveis, não se apontam em sua vida madura situações eróticas dignas de crédito. As poucas aventuras amorosas que lhe atribuem são vagas, imprecisas, duvidosas. Provavelmente até inventadas pelo orgulho nacional, preocupado em não permitir que justamente o ídolo, o símbolo da Pátria, fugisse à regra da hipervirilidade, tão grata ao patriotismo erótico.²⁹⁶

Seu comportamento, de acordo com Araújo Lima seria glacial. “Indiferente a tudo que não lhe fira diretamente o eu, ou supersensível e irritável diante de certos estímulos específicos, únicos capazes de atravessar a carapaça de sua alma aparentemente enigmática”. Para o autor, a frieza de Vargas teria sido comprovada por inúmeros acontecimentos. Por exemplo, ele não teria sido capaz de perdoar o médico-cirurgião²⁹⁷ que salvara a perna de

²⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 71.

²⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 95.

²⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 97.

²⁹⁷ O médico cirurgião é Pedro Ernesto Batista (1886-1942). Participou dos movimentos revolucionários de 1922, 1924 e 1930. Segundo FAUSTO, foi preso pelo envolvimento com os comunistas em 1935 — a mesma posição de Alzira Peixoto, de acordo com ela, essa seria a razão para o seu ostracismo. Ver FAUSTO, *ibidem*, p. 600.

sua esposa, que, como “reconhecimento”, foi desterrado. Não teria expressado qualquer emoção na morte de seu pai ou na perda de aliados e secretários.

Nenhuma das tais ocorrências – que ele dirá ‘naturais’ – terá o poder de comprometer os pendores gastronômicos ou a volúpia com que fuma os caríssimos charutos que lhe presenteiam. Esses fenômenos da ‘fatalidade biológica’ não logram perturbar o saboreador matinal de chimarrão. Nem o degustador de anedotas que se refiram a golpes de maquiavelismo ou a vitórias sinuosas. Sobretudo se a última, que lhe for levada por um dos principais bufões da corte palaciana, tiver como centro a sua própria pessoa, em atitude de passar alguma rasteira em militares intransigentes ou em qualquer político ladino.²⁹⁸

A perda do filho, Getulinho, também não teria sido capaz de alterar o comportamento “forte” – de acordo com os panegiristas – de Vargas. Sobre o episódio, disse o autor: “E mesmo ao defrontar-se com uma dessas situações que, até a alguns seres não-humanos, pode custar verdadeiros cataclismas emocionais, ele é capaz de manter o ânimo inquebrantável”. Pois até com a perda do filho, no verdor dos anos, “Vargas consegue parecer insensível”. E mais, “[...] poucos dias após essa tragédia, que é a suprema provação que pode ser imposta a um indivíduo afetivamente normal, ele já logrou superar o drama, que à sua esposa, em compensação, custou uma depressão quase mortal”.²⁹⁹

Segundo Araújo Lima, contudo, todas as reações de Vargas eram pensadas e planejadas. Ao parecer forte diante de situações de perda tão terríveis, tinha traçado objetivos bem definidos.

A mostrá-lo nos flagrantes de magnanimidade ou cordura, de confraternização ou simplicidade populista com que se começa então a preparar a criação do mito em que, por aquele tempo, a propaganda governamental já decidira transformá-lo.³⁰⁰

²⁹⁸ ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p. 31-2.

²⁹⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 32.

³⁰⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 33.

As ofensas, insultos ou calúnias dos adversários, de acordo com o autor, somente em condições muito particulares é que produziriam alguma reação de Vargas, quando o ofensor fizesse “qualquer insinuação, por velada que seja, à transitoriedade do seu poder. [...] Na perpetração do pecado capital de negar-lhe a eternidade no Poder, aí sim, pecador algum seria poupado”.³⁰¹

Vale notar que o repertório de acusações contra Getúlio Vargas era enorme, sem fronteiras — não havia uma distinção entre a vida pública e a vida privada, por exemplo — e não apresentava, considerando-se a obra de Araújo Lima, limites “morais”. O objetivo claro era, como assinalado anteriormente, a construção de uma memória negativa sobre Getúlio Vargas e o trabalhismo.

As considerações de Araújo Lima vão ao encontro das críticas dos udenistas e das posições antigetulistas, o que não surpreende. O que chama a atenção é a penetração do autor — um médico especialista — por uma porta inusitada ao campo político, a da chamada análise “sócio-psiquiátrica”. Surpreende, portanto, que um método considerado “científico” tenha produzido resultados tão claramente políticos. Assim, Araújo Lima ao diagnosticar em Vargas uma “sede insaciável de poder”, um “aparente” comportamento inabalável, e uma capacidade de manipulação, aproxima-se das acusações mais violentas da oposição contra Vargas, como, por exemplo, o pronunciamento de Herbert Levy, na Câmara dos Deputados:

O sr. Getúlio Vargas passou a representar para os brasileiros o símbolo do que pode haver de pior em matéria de caudilhismo; o corruptor por excelência, o ambiciosos do poder a qualquer preço, o acolitador dos desonestos, dos violentos, dos deformados moralmente.³⁰²

³⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 33-4.

³⁰² *Correio da Manhã*, 11/08/1954, *apud* FERREIRA, Crises da República..., p. 307.

Araújo Lima “diagnosticou”, também, que Getúlio Vargas tinha um comportamento sexual-afetivo muito distinto das características “genéticas” do homem brasileiro³⁰³ — Getúlio, segundo o autor, não se utilizaria do poder para realizar conquistas amorosas e, também, não teria várias amantes (sultanismo) — o que serviria para comprovar, pela “análise” do autor, a “verdadeira” distância que havia entre Vargas e o povo. Povo que seria tão bem compreendido por Getúlio, mas com o qual, “ironicamente”, guardava pouca ou nenhuma identificação.

Para Alzira Peixoto, contudo, seu pai sempre mostrou ser um homem justo e equilibrado. Para comprovar isso a autora relembra o conhecido episódio ocorrido na cidade de Ouro Preto, citado por vários dos biógrafos aqui analisados, e que, segundo ela, resumiu-se a:

Um conflito entre estudantes, motivado por exaltações de juventude fogosa e irresponsável, provocou a morte de um deles. Os três Vargas [Viriato, Protásio e Getúlio] foram chamados de volta. Cada um seguiu seu rumo. Viriato, inquieto e imaginativo, era o predileto de minha avó. Foi tudo na vida: militar, advogado, político, estancieiro, funcionário público e jornalista. Protásio, patriarcal, dogmático, com ressaibos de Positivismo, formou-se em engenharia. É hoje o proprietário da Estância dos Santos Reis. Getúlio foi continuar seus estudos em São Borja mesmo, até atingir a idade de ser soldado. Com apenas 14 anos, não havia tomado parte na luta de Ouro Preto.³⁰⁴

³⁰³ É interessante notar a concepção de homem brasileiro apresentada pelo autor, muito semelhante a de autores como Paulo Prado — *Retrato do Brasil* — que dão ênfase a supostas características do brasileiro — por exemplo, a excessiva disposição para os prazeres da carne, em detrimento da disposição para o trabalho — o que seria uma das razões do “fracasso nacional”. Somente para assinalar a semelhança das concepções, vale reproduzir este pequeno trecho: “De fato, só o macho contava. A mulher, acessório de valor relativo, era a besta de carga, sem direitos nem proveitos, ou o fator incidental na vida doméstica. Fenômeno endocêntrico, de origem portuguesa e indígena, que por tanto tempo perdurou na evolução étnica e social do país. Não o modificou, ou antes, o acoroçoou a passividade infantil da negra africana, que veio facilitar e desenvolver a superexcitação erótica em que vivia o conquistador povoador, e que venceu tão fundamentalmente o seu caráter psíquico”. Ver PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Livraria e Editora José Olympio, 1962, p. 42-3.

³⁰⁴ PEIXOTO, *ibidem*, p.5.

Após o ingresso na vida adulta, segundo Alzira Peixoto, “vieram para ele a seguir as primeiras campanhas políticas, os primeiros amores, a formação de sua cultura clássica, os primeiros discursos de fôlego e sua revelação como líder nato, sem que o buscasse, como numa predestinação”.³⁰⁵

De acordo com Alzira Vargas, algumas características da personalidade de seu pai relacionavam-se às suas origens regionais. Segundo ela:

O gaúcho das Missões era um errante, um solitário, um Dom Quixote, sempre em busca de aventuras, de companhias eventuais e passageiras, que não o prendessem muito, ou de um ideal impossível. Nesse ponto, Papai foi fundamentalmente gaúcho. Quando me refiro a ele como “um homem só”, não quero dizer que não tenha tido amigos, não tenha sido capaz de despertar amizades reais ou não tenha sabido apreciar a oferta de inúmeras dedicações espontâneas e gratuitas que teve durante a vida. Nunca negou solidariedade, afeto e compreensão a quem quer que o procurasse. De muito pouca gente, porém, recebeu retribuição exata, no momento exato. Isso cristalizou-lhe na alma o hábito da solidão, inato em todo o gaúcho da fronteira. Nada esperava de ninguém. Não pedia, não exigia, não se entregava. Arrancava de si próprio a energia necessária à realização de seus ideais.³⁰⁶

Segundo Alzira Peixoto, Vargas não tinha essa frieza, “ao contrário do que muitos crêem, nunca foi muito paciente. Sua aparente placidez era fruto de educação e autodisciplina”.³⁰⁷

Alzira Peixoto também tratou da perda de entes queridos. Ela relata que

[...] no dia 29 de outubro [de 1936], Papai recebeu um telegrama de São Borja assinado: Manoel Vargas. Dizia apenas: ‘Estou só no mundo’. Vovó, após uma curta enfermidade que não inspirava maiores cuidados, acabara de falecer. Aquele telegrama tão pungente em sua simplicidade, abalou profundamente Papai. De nada adiantaria tentar ir à sua terra natal render-lhe a última homenagem. Já a encontraria sepultada. Conhecia o temperamento de vovô, tão semelhante ao seu próprio, e sabia que, mesmo havendo em São Borja recursos científicos para que pudesse rever sua mãe, antes do sepultamento, vovô jamais esperaria por ele. Sabia que o afastamento de Papai do cenário federal, ainda que por poucos

³⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 8.

³⁰⁶ *Idem, ibidem*, p.25-6.

³⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 45.

dias, era desaconselhável. Aveso às demonstrações de pesar, não realmente sentidas por quem as apresenta, buscou recolhimento para sua dor e o sentimentalismo inato o respeitou. Deram-lhe, em pleno caos, uns poucos dias de tréguas para se refazer do golpe: a tormenta política amainou. A convite da família Guinle fomos para a ilha de Brocoió, dentro da Baía de Guanabara, ao alcance dos acontecimentos, mas isolados do mundo. Regressamos para a missa de sétimo dia, celebrada por D. Sebastião Leme, na Capela do Palácio São Joaquim, sem anúncios, nem convites. Além da família, só compareceram os membros das Casas Civil e Militar da Presidência, que eram para nós um prolongamento da família.³⁰⁸

Para Alzira Peixoto, as reações contidas de Vargas tinham, também, uma outra razão, segundo ela:

Embora de temperamento forte, audacioso e até violento, conseguira, através de longo e penoso treinamento de autodisciplina, controlar seus impulsos a ponto de parecer indiferente e insensível a quem não o conhecesse bem. Depois que extravasava a primeira reação natural contra uma injustiça, desgastada a raiva que haviam causado, pronunciava entredentes uma frase pouco lisonjeira contra o responsável, destinada apenas a nossos ouvidos, e, com um comentário desopilante, a tempestade passava. Voltava a ser o homem que sempre conheci, compreensivo e indulgente para com as faltas alheias.³⁰⁹

Vale ressaltar as coincidências entre os aspectos do comportamento de Getúlio Vargas apontadas pelos dois autores. É possível inferir que Alzira Peixoto — em virtude da proximidade das publicações e da posterioridade da publicação de sua obra (1960) em relação a de Araújo Lima (1955) — respondia, pontualmente inclusive, às acusações e agressões à memória de seu pai.

As coincidências apresentam-se em vários pontos. Quanto à frieza: segundo Alzira Peixoto, seu pai somente aparentava ser frio, mas ele conseguia se controlar nas mais difíceis situações graças à autodisciplina.

³⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 231.

³⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 247.

Quanto à ausência de sentimento em relação às perdas familiares: segundo a autora, Getúlio Vargas sofria profundamente, mas sempre fora avesso às demonstrações públicas de consternação. Quanto à solidão: segundo Alzira Peixoto, Getúlio sempre estivera aberto às companhias, no entanto, nem sempre podia contar com os que se auto-intitulavam amigos.

Também vale notar, na narrativa de Alzira Peixoto, que são evocadas as imagens de “predestinação” e de “simplicidade”, essa última, relacionada à paisagem, ao lugar de onde veio Getúlio Vargas. Raoul Girardet, ao analisar a trajetória de Antoine Pinay ³¹⁰, e sua transformação em “salvador” nacional, identificou alguns elementos que coincidem com a narrativa de Alzira Peixoto sobre seu pai, Getúlio Vargas, pontualmente aqui, suas “origens geográficas”.

Paradoxalmente, é sobre a ausência de elementos habitualmente considerados legendários que mais insistem aqueles mesmos que contribuem para difundir sua lenda. A ênfase é colocada naquilo que é, inversamente, o caráter “médio” do personagem e de seu destino... Médio, em primeiro lugar, e seus biógrafos não deixam de assinalá-lo, o sr. Pinay o é pela localização de suas origens geográficas [...] uma província que facilita a unanimidade: nem muito ao norte, nem muito ao sul, nem do leste, nem do oeste.³¹¹

No caso de Getúlio Vargas na narrativa de sua filha, Alzira Peixoto, a região missioneira o impulsionava a ser um sonhador, um “Dom Quixote”, “solitário” e, ao mesmo tempo, “solidário”.

Avalio que Alzira Peixoto atribui à “predestinação” o significado de uma ascensão sem interesse, sem planejamento, “natural”, quase religiosa — se

³¹⁰ Antoine Pinay (1891-1994) assumiu, em 6 de março de 1951, a presidência do Conselho de Ministro na França, cargo que equivalia ao de Primeiro-ministro, ainda não denominado dessa forma na IV República. De um político comum foi elevado à categoria de “salvador” nacional. Segundo Girardet, Pinay “[...] corresponderia senão, depois de mais de dez anos de incertezas e de provações, a uma profunda aspiração à estabilidade redescoberta, ao mesmo tempo que a uma fidelidade tenaz a certas formas de vida social cada vez mais gravemente ameaçadas”. In: GIRARDET, *ibidem*, p. 65.

³¹¹ *Idem, ibidem*, p. 64.

pensarmos, por exemplo, na idéia de predestinação calvinista — a seu pai. Como afirma Girardet, sobre a construção do sr. Pinay: “Tudo, em suma, nesse relato biográfico, é feito para tranquilizar, para banalizar o grande homem, para permitir que cada um de seus concidadãos se reconheça nele”.³¹²

Muitos anos depois, Alzira Peixoto confessou que ao escrever *Getúlio, meu pai*, pretendia dar início a um conjunto de obras que compreenderiam uma espécie de *Ciclo Vargas*, que serviria para registrar a “verdade” política sobre o pai, assim como, proteger a memória de Getúlio Vargas que “[...] vinha sendo sistematicamente deturpada e esquecida”.³¹³

A Revolução de 1930

Dentre os vários objetivos explícitos de Araújo Lima ao escrever sua obra — “analisar psicologicamente” Getúlio Vargas e “dizer a verdade” sobre ele —, um deles era o de compreender o movimento de 1930 que, segundo ele, causara a sensação de um “[...] espetáculo de uma tão brusca reviravolta na hierarquia dos valores”. Decidiu então estudá-lo não do ângulo exclusivo de formação profissional, mas no sentido de uma “[...] avaliação histórica do processo que fixara o seu eixo aparentemente na pessoa de quem, a 24 de outubro de 1930, passou a simbolizar o poder civil na chamada República Nova”.³¹⁴

Para o autor, Vargas surgiu num momento em “[...] que se hispostasiavam os princípios de um movimento que, em suas origens, pugnava por um programa de renovação política”. A sua geração ansiava por uma transformação “[...] que permitisse criar-se um campo de aplicação para a nova

³¹² *Idem, ibidem*, p. 64.

³¹³ GOMES, A guardiã da memória..., p. 17-30.

³¹⁴ ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p. 12.

filosofia do progresso, à base de uma política nacionalista, capaz de realizar todas as potencialidades da nação em marcha”.³¹⁵

No entanto, Vargas não foi capaz, segundo Araújo Lima, de levar adiante o que a necessidade histórica lhe colocou. Ele, com o tempo, ultrapassou a sua

[...] condição de simples efeito. E tornou-se a causa da mentalidade que se foi modelando no Brasil, à custa de um trabalho insidioso de replasmar a alma brasileira, até dar-lhe a forma aberrante em que hoje, desgraçadamente, ela se encontra.³¹⁶

Comandando os tenentes, Vargas, segundo o autor, não os comandava, apenas conseguia “[...] tirar partido de suas divergências utópicas, suas questiúnculas regionais, suas rivalidades juvenis, consegue realizar-se, realizando o único objetivo que em verdade o obseda: permanecer no poder”.³¹⁷ No entanto, a cada dia que se passava, os princípios patrióticos em cujo nome se fizera a Revolução de 1930 seriam desfigurados.

Além disso, não haveria em Vargas, de acordo com o autor, um projeto maior que justificasse o movimento de 1930, ou a sua permanência no poder. Não existiria, com Vargas, uma idéia política de progresso e autonomia nacional.

Segundo Araújo Lima, a ascensão de Vargas e a sua longevidade no palco político eram explicáveis em virtude de seu temperamento esquizotímico, que se manifestava desde o governo Washington Luís, quando foi escolhido líder de sua bancada na Câmara Federal, “[...] pela faceta da fria capacidade

³¹⁵ *Idem, ibidem*, p.14.

³¹⁶ *Idem, ibidem*, p.14-5.

³¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 89.

de viver sem atritos pessoais entre os companheiros de representação”, e, depois, quando foi escolhido para assumir o Ministério da Fazenda,

[...] dada a sua inexpressividade e a ignorância em assuntos financeiros, era o homem naturalmente indicado para preencher, nominalmente, a pasta através da qual o Presidente pretendia levar a cabo o seu plano pessoal de reforma monetária.³¹⁸

Os primeiros passos de Getúlio teriam ocorrido graças à certeza de sua ausência política, ao seu alheamento em relação às motivações externas do meio.

Araújo Lima ainda sustenta que o movimento de 1930 mais envolveu Vargas do que foi por ele dirigido. Conforme o autor, Getúlio

[...] se deixou envolver na trama dos interesses econômicos de um novo competidor do comércio internacional, que, ao mesmo tempo em que se defrontava com a saturação do seu mercado interno, acabava de atingir o grau de maturidade militar suficiente para se permitir o início do seu grande ciclo de domínio mundial para a conquista dos mercados externos.³¹⁹

Segundo a análise de Araújo Lima, este momento teria marcado para Getúlio Vargas, “[...] a um só tempo o primeiro grande triunfo de sua carreira política e a primeira grande superação do drama de suas pernas curtas”.³²⁰

Segundo o autor, para Vargas, 1930 teria representado a vitória sobre um homem que era sua antítese, Washington Luís: “[...] de porte aristocrático. De maneiras elegantes. Indumentária requintada. Máscara cinematográfica. E – sobretudo – um homem de elevada estatura”.³²¹

³¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 21.

³¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 72.

³²⁰ *Idem, ibidem*, p. 72.

³²¹ *Idem, ibidem*, p. 73.

Além disso, 1930 teria sido fruto da ação de uma “[...] falange absolutamente heterogênea”,³²² que, ao derrubar o Regime, buscou empenhar-se “[...] no caminho das negociatas, dos golpes” e “das empresas escusas”.³²³ Só Vargas possuía a secreta certeza de que permaneceria no poder. A Revolução de 1930 apenas marcou “[...] a primeira etapa de sua marcha para eternizar-se no Poder”.³²⁴

Para além dos elementos recorrentes na análise elaborada por Araújo Lima — do Vargas dissimulado, manipulador e traiçoeiro — vale destacar dois novos elementos: a estatura de Getúlio e o significado mais profundo do movimento revolucionário de outubro.

Sobre a questão da estatura de Getúlio Vargas, Araújo Lima se refere a ela inúmeras vezes, sempre ridicularizando a baixa altura de Vargas, além de outras vezes referir-se aos hábitos “peculiares” de seu biografado, como por exemplo, “tomar chimarrão”, “fumar seus caríssimos charutos” e “comer churrasco”, de modo compulsivo, não importando as circunstâncias, nem pessoais, nem políticas.

O que contrasta com o comportamento absolutamente aristocrático de Washington Luís, que é, segundo o autor, elegante, sabendo se portar como um estadista, e que, curiosamente, representa o político que o movimento de outubro desinstalou do poder. A apologia de Araújo Lima parece indicar, — para além da construção de uma memória depreciativa de Getúlio Vargas — pelo seu conteúdo, uma espécie de tentativa de “restauração” da ordem pré-1930.

³²² *Idem, ibidem*, p. 103.

³²³ *Idem, ibidem*, p. 104.

³²⁴ *Idem, ibidem*, p. 106.

Araújo Lima, por sua vez, não desenvolveu, em *Mito e realidade de Vargas*, uma explicação mais detalhada de seu posicionamento, dando apenas pequenas pistas. Uma destas pistas relaciona-se ao segundo elemento que vale ressaltar, o da emergência de um “novo competidor do comércio mundial”, os Estados Unidos da América do Norte. Como assinalamos, não há na biografia uma análise pormenorizada desse processo, o que encontramos na sua outra obra *Imperialismo e angústia* (1960) — e por isso a utilizaremos parcialmente.³²⁵ Segundo Araújo Lima,

[...] o ano de 1930, que, na frente de sua maré-montante, trouxe como epifenômeno político a figura caudilhesca de Getúlio Vargas, marca o início de uma nova filosofia da vida no Brasil. Marca a filosofia do triunfo e do enriquecimento fácil. Não sob a forma que caracterizara o fim da era vitoriana e o primeiro quartel do século XX. Ou seja, aquele tipo de enriquecimento de essência propriamente acumulativa, como acumulativo ainda era, até certo ponto, o capitalismo da citada época. Uma forma de enriquecimento mais ou menos esquemático, aritmético, de ordem quantitativa e progressiva, e que resultava, aparentemente ao menos, da poupança, da economia sumária e da multiplicação aritmética.³²⁶

Na análise de Araújo Lima tal transformação teria provocado uma situação de crise geral no Brasil. Teríamos perdido os esteios firmes de nossa evolução e teríamos incorporado a “filosofia da Grande Depressão”. Segundo o autor, “[...] tal como ocorre com os aviões obsoletos e as máquinas semi-imprestáveis que ela tem o hábito de exportar para os países semi-coloniais submetidos à sua tutela, a América do Norte se apressou em nos exportar uma filosofia”.³²⁷

O movimento de 1930 ocorreu, segundo Araújo Lima, em virtude das

³²⁵ Essa obra será utilizada apenas para esclarecer alguns pontos não desenvolvidos na biografia *Mito e realidade de Vargas*. Surpreendentemente, em *Imperialismo e angústia*, o autor analisa exatamente os primeiros anos do primeiro governo Vargas.

³²⁶ ARAÚJO LIMA, *Imperialismo...*, p.11.

³²⁷ *Idem, ibidem*, p. 12.

[...] promessas de novas possibilidades de afirmação econômica, que as técnicas publicitárias levaram a termo essa operação que teve início ao aproximar-se o ano de 1930. Exatamente, quando o imperialismo ianque considerou historicamente maduro o momento de substituir o imperialismo britânico, através da inefável “revolução” de Outubro.³²⁸

Chama a atenção, o fato da análise de Araújo Lima coincidir com a visão do PCB,³²⁹ de que a Revolução de 1930 teria representado apenas a “[...] luta entre capitalismo americano *versus* capitalismo inglês”.³³⁰ Certamente, o autor considerava menos maléfica a presença inglesa — e a sua influência econômica e cultural sobre as elites governantes litorâneas, inclusive, Washington Luís — do que o danoso estilo de vida americano.

Para Alzira Peixoto, por sua vez, a Revolução de 1930 decorreu de um longo processo de ruptura quase completa de São Paulo com o restante do país. O início desse processo pode ser identificado na crise do café que, segundo ela,

[...] precipitou os acontecimentos e se transformou no elemento catalisador que iria aglutinar todas essas quantidades díspares. Começaram a chegar aos diferentes grupos de rebeldes palavras de apoio, de compreensão e até a ajuda de alguns poderosos. Lentamente se formava o clima propício que permitiria um ponto de encontro, um entendimento entre as variegadas insatisfações de origens diferentes.³³¹

Do ponto de vista mais estritamente político, Alzira Peixoto corrobora a tese da ruptura entre Minas Gerais e São Paulo. Antônio Carlos de Andrada, presidente do Estado de Minas Gerais, não poderia apoiar um nome não

³²⁸ *Idem, ibidem*, p. 13.

³²⁹ O livro *Imperialismo e angústia...* foi publicado pela editora Civilização Brasileira, administrada por Ênio Silveira, que era integrante do PCB. Curiosamente, foi dele a orelha do livro de Araújo Lima, que, evidentemente, corrobora com as teses apresentadas pelo autor ao longo do livro. Por outro lado, como não foi objetivo deste estudo analisar a presença das editoras em certos tipos de publicação, neste caso vale assinalar a importância de se realizarem pesquisas nessa direção.

³³⁰ BORGES, Anos trinta e política..., p. 175.

³³¹ PEIXOTO, *ibidem*, p. 47.

mineiro para a sucessão presidencial de Washington Luis, no entanto, segundo a autora, não era estrategicamente inteligente lançar um nome mineiro para fazer frente a Júlio Prestes, uma vez que isso poderia representar o isolamento mineiro.

De acordo com Alzira Peixoto, Antônio Carlos “pensou com cuidado; calculou meticulosamente os prós e contras, conversou com prudência e, com maliciosa precisão, organizou a 2ª Inconfidência Mineira”.³³² Depois dos cálculos concluiu que o Rio Grande do Sul, terceiro maior eleitorado do país, e Getúlio Vargas, seu presidente, eram os nomes ideais para fazer frente ao governo federal e para manter Minas Gerais como principal força opositora. Segundo a autora, o prognóstico político de Antônio Carlos era o seguinte: “Se [Vargas] ganhasse, o que era possível com o apoio das oposições estaduais, ficar-lhe-ia devendo a ascensão. Se perdesse seria um aliado certo para o próximo quadriênio”.³³³

Conforme a autora, Getúlio Vargas hesitava. Não por temor de derrota, mas pela possibilidade de ter de submeter seu estado a um período de novas provações. No entanto, segundo ela:

A pressão sobre Vargas se tornou mais intensa. Não eram somente os políticos de três Estados que o solicitavam agora. Eram os chefes das oposições locais de outros 17 e o povo começou a vê-lo com outros olhos, os olhos da esperança; eram os rebeldes no exílio, nas prisões, no ostracismo, que clamavam para que empunhasse a bandeira da libertação política do Brasil e instituísse uma verdadeira democracia, baseada na vontade popular e não na ata falsa. Cedeu e aceitou a luta.³³⁴

Segundo Alzira Peixoto, Getúlio concorreu com o candidato oficial e foi derrotado de forma fraudulenta. Cabia-lhe protestar. De acordo com a autora,

³³² *Idem, ibidem*, p. 48.

³³³ *Idem, ibidem*, p. 48.

³³⁴ PEIXOTO, *ibidem*, p. 49.

no entanto, o governo, vitorioso, ainda não estava satisfeito, “[...] não se contentava com poucas vítimas”,³³⁵ impedindo a posse de representantes federais de vários estados. Foi a gota d’água.

Era preciso agir antes que fosse tarde demais. A conspiração começou, não ainda com o objetivo de chegar até à revolução sangrenta, pelo menos, por parte dos políticos. [...] A corrente favorável a uma solução pelas armas, ao contrário, se avolumava, tomava corpo e direção. Composta em sua maioria de oficiais do Exército e da Marinha, antigos revolucionários, exilados, presos ou apenas desligados de suas corporações, estava recebendo agora, secretamente, adesões não só de civis, políticos, mas também de colegas de armas, que não podiam mais sopitar a revolta contra as arbitrariedades que estavam sendo cometidas.³³⁶

A interpretação de Alzira Peixoto sobre a Revolução de 1930 coincide com as interpretações produzidas entre as décadas de 1930 e 40 — embora o livro tenha sido publicado em 1960, quando se discutiam as questões sobre o desenvolvimento nacional, na direção da construção de um capitalismo autônomo. A Revolução, segundo a autora, teria decorrido da ruptura do acordo político entre São Paulo com Minas Gerais e da insatisfação dos militares contra as arbitrariedades cometidas pelo governo federal, em nome do “povo” — “o grande parceiro”. Borges identificou “dois conteúdos” complementares presentes nas análises sobre a Revolução, na década de 1930 e 40:

Um primeiro, para o qual houve uma revolução política, eminentemente civil, a qual teve que passar necessariamente por um movimento militar organizado a partir da Aliança Liberal; [...] um segundo, no qual se acentua o caráter de transformação estrutural e que afirma estar havendo uma revolução social, um movimento mais amplo de transformações, cujo início se deu pelas armas de insatisfeitos das revoltas militares de 1922, 1924 e Coluna Miguel Costa – Prestes.³³⁷

³³⁵ *Idem, ibidem*, p.50.

³³⁶ *Idem, ibidem*, p.50.

³³⁷ BORGES, *ibidem*, p. 162.

Recentemente, outros estudos têm mostrado que a estabilidade desse sistema político, de apoio entre São Paulo e Minas Gerais não foi tão pleno como se acreditou, assim como, o próprio funcionamento da Comissão de Verificação de Poderes — que teria o poder de homologar ou não o nome dos representantes legislativos eleitos pelos estados.³³⁸

Além disso, Alzira Peixoto deu um tratamento bastante linear quanto aos movimentos de Getúlio nos meses que antecederam o outubro de 1930, omitindo que Vargas aproximava-se e afastava-se tanto de Washington Luís, quanto dos mineiros, esperando uma definição favorável — para ele, para o seu partido (PRR) e para o seu estado — das conjunturas políticas. As biografias escritas por Dulles e Brandi³³⁹ mostraram as idas e vindas de Vargas na busca de uma saída negociada para a crise política cristalizada com a eleição de Júlio Prestes. No entanto, para a autora, a hesitação de Vargas ocorria em virtude, apenas, do temor de que o Rio Grande do Sul fosse penalizado pelo governo federal, e não em razão de seu caráter conciliador, que não almejava, em princípio, um movimento mais amplo.

Os militares

De acordo com Araújo Lima, Getúlio Vargas, como todo gaúcho apresentava uma “predileção vocacional” para a vida militar.³⁴⁰ No entanto, conforme o autor, Vargas era um gaúcho do tipo vulgar, “[...] escravo de um

³³⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes, PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 391.

³³⁹ Essas biografias foram analisadas nos capítulos 3 e 4 deste trabalho, respectivamente.

³⁴⁰ De acordo com ARAÚJO LIMA, inúmeros aspectos interferem nessa predileção militar. Desde o desenvolvimento histórico da região, a necessidade de defesa da fronteira, até os hábitos alimentares. Diz ele: “Com toda probabilidade, também, o fator exclusivamente carne da alimentação, responsável por um nível de agressividade acima do comum, meio esportiva, peculiar aos seres que se restringem ao hábito carnívoro”. *Ibidem*, p. 86.

primarismo que, às vezes, só se revela ao calor dos vapores alcoólicos, e que é capaz de ter uma explosão de ódio à mesa de um bar onde dois convivas eventuais, ao invés de “pelear” em imaginação, falam de literatura ou de filosofia”.³⁴¹

Assim, desde a adolescência Vargas buscou a caserna. No entanto, conforme Araújo Lima, esse passo acabou em frustração, que o autor não analisará em pormenores. Essa frustração foi sofrer a desforra em 24 de outubro de 1930, quando Vargas, que não pode ser tenente, “[...] ao empunhar simbolicamente a espada com que se ia lutar pela “regeneração moral” do Brasil, [...] começou por comandar oficiais, de tenentes a generais”.³⁴²

Além disso, conforme Araújo Lima, Vargas jamais respeitara as regras militares quanto às promoções. Segundo ele, Vargas

[...] não considera que é a ação natural do tempo, a inteligência pessoal de cada militar, a dedicação às tarefas da caserna, que constituem, por si mesmas, as únicas exigências indispensáveis para que se consume, na época oportuna, a elementar medida de uma promoção na Pasta da Guerra ou da Marinha.³⁴³

Suas frustrações militares teriam sido substituídas pela posse, que ele julgaria ter, “[...] de uma arca sempre abarrotada de espadas e galões, que ele distribui à medida que vai plasmando e modelando ‘suas’ criaturas”.³⁴⁴

A relação de Vargas com os militares, segundo Araújo Lima, sempre foi marcada pelo desrespeito, com inúmeros exemplos. Um deles foi a criação de guarda pessoal, com o que, aspectos de suas necessidades mais íntimas teriam aparecido: a de se proteger do medo — que contrastava com a coragem

³⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 87-8.

³⁴² *Idem, ibidem*, p.89.

³⁴³ *Idem, ibidem*, p. 90.

³⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 91.

peçoal —, de assegurar-lhe a intangibilidade do corpo e do poder — um ao outro sempre ligados —, e uma meta principal,

[...] a de servir-lhe inconscientemente, numa verdadeira realização simbólica de deslocamento, para insultar as Forças Armadas, à maneira de um palavrão a elas permanentemente dirigido — a escória humana contraposta a uma elite moral — mas que ele não tinha a coragem de lhes dizer face a face, de temor que lhe arrebatassem o Poder, seu único e insubstituível bem.³⁴⁵

Outro fora a nomeação de seu irmão, Benjamin Vargas — o Bejo —, para a Chefia de Polícia. Essa decisão teria significado, para o autor, um ato de desespero, de medo desvairado, que não percebeu o limite de tolerância das “Classes Armadas”. Assim,

a inconcebível submissão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que, pela obsessão de desmentir a acusação — tradicionalmente explorada pelos políticos — de uma tendência brasileira ao intervencionismo militar, já se excediam na sua quase impatriótica tolerância.³⁴⁶

E um dos atos mais marcantes desse desrespeito teria sido a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Segundo Araújo Lima, a aproximação de Vargas com o Eixo tinha por trás interesses econômicos bem claros: estabelecer negociatas que beneficiassem a ele e a sua “pandilha”.

Pearl Harbour, no entanto, “[...] cai como um raio no círculo dos liberticidas brasileiros”.³⁴⁷ Vargas, segundo o autor, teve de seguir “[...] as imposições da política interamericana — para dizer com mais exatidão, as irrecusáveis determinações do Departamento de Estado”,³⁴⁸ e viu-se obrigado pelos Estados Unidos a aderir aos aliados. Segundo Araújo Lima, mesmo com

³⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 36.

³⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 37.

³⁴⁷ *Idem, ibidem*, p.93.

³⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 93.

essa mudança de planos, Getúlio Vargas não teria se sentido ameaçado, bastaria reorganizar a sua máquina de lucros com a guerra.

E ainda por cima recebeu o prêmio de comandar as Forças Armadas. “De fato, o jovem gaúcho da fronteira não chegou a ser ‘tenente’. O sexagenário do Palácio Guanabara, porém, com o Brasil em guerra, é para todos os efeitos — Marechal”.³⁴⁹

É importante assinalar no processo de construção de uma memória sobre Vargas, levado a cabo por Araújo Lima, duas questões. A primeira é a de que essa adesão incontestada de Getúlio ao fascismo estava longe de corresponder à história do período. Como afirma Capelato:

No início do conflito, como foi dito, o governo brasileiro procurou manter a neutralidade, apesar das afinidades que o regime vinha demonstrando com os modelos fascistas (italiano e alemão). Getúlio Vargas fez um jogo duplo entre os dois maiores parceiros comerciais, procurando tirar proveito dessa situação. A neutralidade era vantajosa do ponto de vista comercial, e além disso, o governo brasileiro mostrava-se cauteloso, procurando observar o desenrolar dos acontecimentos.³⁵⁰

Mas evidentemente que para Araújo Lima e para outros antigetulistas da década de 1950, isso não importava. Nem o fato de que entre os militares, que o autor abertamente elogiava, existirem admiradores da política do Eixo, como por exemplo, os generais Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra, durante o Estado Novo) e Góis Monteiro.

Araújo Lima se identificava com a posição dos liberal-conservadores, para os quais,

³⁴⁹ *Idem, ibidem*, p.94.

³⁵⁰ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo (início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 134.

[...] era inconcebível que o ditador do Estado Novo retornasse ao poder, sobretudo por meio do voto. Somente com os recursos da demagogia e pela manipulação de uma massa de eleitores incultos e desinformados um ditador simpático ao fascismo poderia eleger-se.³⁵¹

A segunda é referente à convocação feita por Araújo Lima de uma intervenção militar. Algo que estava em absoluta consonância com as práticas liberal-conservadoras — “procurar o apoio das Forças Armadas era uma das alternativas”³⁵²—naquela metade da década de 1950 e que buscava, podemos inferir, demonstrar o quão necessária seria a intervenção militar contra a posse de Juscelino, para que se evitasse o que ocorrera alguns anos antes.

Novamente, a análise e a concepção de “democracia” de Araújo Lima foram ao encontro das palavras de próceres da UDN, como Otávio Mangabeira, que declarou: “A Nação está exausta de tanta humilhação e sofrimento. Somente as Forças Armadas podem acudir o país. Unamo-nos como um só homem a seu redor, pondo nelas toda a confiança, obedecendo ao seu comando, como se estivéssemos em guerra”.³⁵³

Para Alzira Peixoto, entretanto, a relação de Vargas com os militares era bem diferente. Segundo ela, “Papai havia sido soldado. Como soldado, conhecera de perto a situação precária e angustiosa em que se encontrava o Exército brasileiro”. Reconhecia também os problemas de hierarquia. Segundo Alzira: “As sucessivas revoluções haviam piorado o clima de indisciplina e a subversão da hierarquia militar. Tenentes-interventores eram chefes de

³⁵¹ FERREIRA, Crises da república..., p.306.

³⁵² *Idem, ibidem*, p. 306.

³⁵³ *Idem, ibidem*, p. 308.

coronéis, capitães e majores mandavam nos generais e os generais se distraíam com a política”.³⁵⁴

Um erro de Vargas, segundo Alzira Peixoto, fora a nomeação de militares para funções políticas, durante o Governo Provisório. Pensou que, após o retorno ao regime constitucional, os militares retornariam à carreira, à ordem hierárquica, o que não ocorreu. Os militares teriam sentido o gosto do poder político.

Getúlio Vargas também reconhecia as péssimas condições de vida e trabalho dos praças, tanto é que, segundo a autora,

[...] procurou remediar essas dificuldades, ordenando a construção de novos quartéis e vilas militares nos pontos mais cruciais; começou a regularizar o pagamento dos soldos atrasados e a promover a aquisição e a fabricação no Brasil de material bélico para treinamento e instrução. Quanto à disciplina militar, perturbada por anos de caos, só o tempo poderia remediar. Mas quem ganha um dedo, quer a mão.³⁵⁵

Alzira Peixoto assinala outros aspectos da relação de Vargas com os militares, por exemplo, no que diz respeito à possibilidade de encaminharem reivindicações. No governo de Washington Luís, um almirante que, certa vez, levava a ele alguns esclarecimentos quanto à situação da Marinha, fora convidado a se demitir. Nos tempos de Getúlio, isso não acontecia. Segundo a autora, as Forças Armadas, imbuídas de sua nova importância, depois das medidas tomadas para diminuir o poderio das polícias estaduais e aumentar o seu prestígio, estavam se tornando cada vez mais exigentes.

No Exército tudo era pretexto para insubordinação: o reajustamento dos quadros, as transferências, as promoções sempre julgadas injustas pelos que não contemplados; e os pedidos sucessivos de aumento de vencimentos. Na Marinha o fenômeno se repetia.³⁵⁶

³⁵⁴ PEIXOTO, *ibidem*, p. 148.

³⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 149.

³⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 150.

Também, segundo Alzira Peixoto, apesar de toda a atenção dada por Vargas aos militares e do exagero destes em suas reivindicações, havia um motivo ainda maior para que o presidente da República fosse por eles pressionado. De acordo com a autora, com a aproximação das eleições de 1934 muitos militares se viram próximos de perderem postos-chave na administração. Seu “[...] grande trunfo – a ascendência sobre Vargas – estava prestes a escorregar de suas mãos. As ‘forças estranhas’ [o comunismo] iam começar a agir, dentro do Brasil, no setor aparentemente o menos indicado: as forças armadas.”³⁵⁷

Assim, de um modo muito interessante, Alzira Peixoto ao analisar a relação de Getúlio Vargas com os militares terminou por fazer uma espécie de acerto de contas, uma vez que seu pai teve problemas com os tenentes. Pontualmente, com Pedro Ernesto — de guarida aos comunistas quando da rebelião de 1935 — João Neves da Fontoura — “denunciou” supostas conversações em torno do *Pacto ABC* (Argentina, Brasil e Chile), em plena crise em 1953 —, Eduardo Gomes, Juarez Távora — ambos ligados à UDN.

No entanto, as maiores críticas são dirigidas contra Góis Monteiro ³⁵⁸e Eurico Gaspar Dutra, responsáveis, dentre outras coisas pela deposição de Getúlio em 1945. Na análise de Alzira Peixoto, Góis Monteiro nunca teria tido iniciativa para nada, como por exemplo em 1930, quando, segundo a autora,

³⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 150.

³⁵⁸ Em termos gerais, Alzira Peixoto, ao escrever a biografia de seu pai, “poupa” muitos dos personagens do período. Góis Monteiro não é um deles. Sobre ele, diz: “Não gostaria de falar sobre pessoas que já não se podem defender, mas também não tenho o direito de calar sobre quem não soube respeitar outros silêncios. O objetivo principal da vida do Gen. Góis é tão claro, tão patente em seus escritos, em seus atos, em suas palavras e até no livro, supostamente renegado, que é já uma defesa antecipada. Portanto, não é covardia dizer o que sei. Seu sonho sempre foi implantar no Brasil, não direi uma ditadura militar, mas um governo tutelado pelo Exército do qual seria ele o fiador. Os dois alagoanos da fundação da República eram as fúrias que perseguiam seus sonhos mitológicos: Deodoro e Floriano. Queria ser maior do que eles. [...] Faltando-lhe coragem para ser chefe, queria ser o “dono” do chefe”. *Idem, ibidem*, p.291-ss.

Oswaldo Aranha teria afirmado: “O Góis para assumir o Comando do Estado-Maior da Revolução quer tantas garantias que, dentro em pouco, vai pedir também a adesão do Washington Luís”.³⁵⁹

Alzira Peixoto também fez referência a suposta “traição” de Góis e Dutra quando do ataque integralista ao Palácio Guanabara, em 1938. Segundo ela, Góis — então Chefe do Estado-Maior do Exército — teria afirmado “[...] nada poder fazer, porque também estava cercado em seu apartamento”.³⁶⁰ E Dutra, sobre o qual a autora lança pesadas dúvidas, especialmente quanto à sua capacidade de entrar e sair do Palácio Guanabara, em pleno ataque integralista, sem se ferir gravemente, apenas “levemente ferido na orelha”.³⁶¹

Para além, do acerto de contas com Góis Monteiro — retratado como oportunista — e Dutra — retratado como alheio aos acontecimentos — Alzira Peixoto fez referência ao papel dos militares, que segundo ela, quando se envolviam com política perdiam o equilíbrio tão necessário ao exercício de suas funções constitucionais, posição legalista, diametralmente oposta, portanto, à posição golpista de Araújo Lima.

Soberania popular

De acordo com Araújo Lima a relação de Vargas com o “povo” sempre se caracterizou pela enganação, pelo engodo e pelo pragmatismo. Para o autor, a propaganda construiu Vargas. “A mostrar-lo nos flagrantes de magnanimidade ou cordura, de confraternização ou simplicidade populista com

³⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 90.

³⁶⁰ *Idem, ibidem*, p. 186.

³⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 188.

que se começa então a preparar a criação do mito em que, por aquele tempo, a propaganda governamental já decidira transformá-lo.”³⁶²

Então a Propaganda já o aponta, não mais como o ‘chuchu’ insípido e inexpressivo dos primeiros tempos de revolução. Agora é dono de uma inteligência maquiavélica, enaltecida através das anedotas “dirigidas”. Frequentemente até adaptadas a *sketchs* de revistas licenciosas, que provocam palmas da claque e vão semeando a lenda da invulnerabilidade, do pajé, de corpo fechado, de rei da rasteira, que ninguém “passa para trás”.³⁶³

Também, “pai dos pobres”, que ele se sacrifica dia-a-dia, “anjo tutelar das crianças, que devem formar nas paradas do ‘dia da raça’, se a avitaminose ainda lhes permitir” ficarem de pé.³⁶⁴

Na avaliação do autor, todos os gestos de Vargas teriam sido planejados. Seu sorriso constante, até nos momentos mais dramáticos da vida brasileira, na paz ou na guerra, dava a falsa impressão de que “ele continua a cumprir, calmo e sorridente, todos os prazeres da vida vegetativa”. Dorme “maravilhosamente, de ponta a ponta da noite, em cujo negror se confunde a vigilância canina de Gregório,³⁶⁵ que enquanto o amo ressona, engendra negociatas e coleciona punhais de prata”. Além disso, conforme Araújo Lima:

Come, com hierático apetite, as iguarias que lhe são servidas quase sempre a sós, como vai melhor ao paladar de um solitário. E que ele saboreia com a serenidade de quem ignorasse que os ávidos tubarões da carne vão espoliando, dia por dia, o sangue dos trabalhadores. [...] Bebe ainda melhor, embalado pelos ditirambos que o transmissor de rádio lhe reproduz aos ouvidos durante a ‘Hora do Brasil’. Ainda que a seca destroce, um pouco em cada ano, as populações do Nordeste. Ou que ali bem perto dele, em plena capital da República, o povo tenha a garganta resseca e morra de tifo, porque o seu risonho governo permitiu que uma firma

³⁶² ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p. 33.

³⁶³ *Idem, ibidem*, p. 111.

³⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 110-1.

³⁶⁵ Chama a atenção o tratamento dado a Gregório Fortunato. Araújo Lima o considera uma verdadeira besta, cegamente obediente a Getúlio. Carlos Heitor Cony — que tem uma posição oposta a de Araújo Lima em relação a Getúlio Vargas — tem uma visão sobre Gregório muito semelhante a de Araújo Lima. Conferir capítulo 3 deste trabalho.

palaciana roubasse os milhões com que deveria dar água ao Rio de Janeiro.³⁶⁶

Segundo o autor, nada disso importava para Vargas, nem o fato de sua polícia, “totalitária e cruel,” se divertir “arrancando a alicate as unhas de um inocente” ou que membros dessa Polícia Especial estuprassem “[...] em frente ao convento dos filhos de São Francisco [...] uma velha indefesa, diante do próprio marido imobilizado, a quem queriam arrancar a delação de companheiros [...]”. E, ao fim da jornada, “se tivesse o hábito do ‘diário íntimo’, seria bem capaz de nele escrever apenas a palavra ‘Nada’”.³⁶⁷

Outras ações da propaganda tornaram Vargas, conforme Araújo Lima:

O protetor magnânime (*sic*) dos indígenas, que fazem fotografar ao seu lado, enquanto manejadores das verbas destinadas a dar-lhes proteção ajudam a expoliá-los de suas terras e deixam semear os males venéreos nas malocas, onde certos brancos só chegam para saciar a lubricidade de civilizados.³⁶⁸

Sua propaganda também o transformou, segundo o autor, em “defensor fiel dos princípios católicos, embora tenha aberto os olhos no positivismo, escolhido para um filho o nome do expoente máximo da Reforma [um de seus filhos chamava-se Lutero], e já comece a ter seu próprio nome integrado em certos ritos da linha de Umbanda, tal como desejam os obstinados construtores do mito”.³⁶⁹

Assim como Mussolini, que era dramaturgo, e Hitler, pintor, a propaganda varguista construiu então seu lado intelectual. Seus discursos

³⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 39-40.

³⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 40-1. Curiosamente, Getúlio Vargas tinha um diário — desconhecido na época e publicado recentemente. VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. (2 volumes). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

³⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 111.

³⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 111-2.

foram publicados por um conceituado editor³⁷⁰ e, mais tarde Vargas tornou-se imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL).³⁷¹

A relação com o “povo”, assinalada por Araújo Lima, se fortaleceu entre os anos do Estado Novo, quando se construiu o mito. Assim,

[...] muitíssimos, por sua ignorância – que não os deixa ver as realidades. Por sua mentalidade pré-lógica – que vê em Vargas o “corpo fechado”, o invencível. Pela crença ingênua e primária na assistência social que seu governo anuncia, e cujos fundamentos se assentam numa farsa que, em sua sutileza atuarial, escapa ao discernimento do povo.³⁷²

A propaganda durante o Estado Novo é, ainda hoje, um tema que gera muitas discussões, principalmente, quanto à definição do tipo de governo que ela teria caracterizado: autoritário ou totalitário. Se por um lado, como afirma Capelato, a propaganda nazi-fascista “[...] serviu de modelo a vários governos em busca do apoio das massas como base de sustentação de suas políticas”,³⁷³, por outro, houve no Brasil uma “[...] política de conciliação no campo da cultura [o que] permite afirmar que havia uma diferença importante do regime brasileiro em relação aos modelos alemão e italiano”.³⁷⁴

Assim, a argumentação de que existia um controle total do regime sobre a sociedade perde força. Como também, a idéia amplamente difundida de que o governo Vargas alcançou um prestígio considerável entre os trabalhadores

³⁷⁰ Supomos que o autor esteja se referindo a: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938. A obra teve no total 11 volumes, publicados entre 1938 e 1947, apresentando a visão oficial sobre os acontecimentos do primeiro governo Vargas.

³⁷¹ “Um grupo de membros da Academia Brasileira de Letras propôs em 1940, o nome de Getúlio para a vaga resultante da morte do escritor José Alcântara Machado de Oliveira. Eleito em agosto do ano seguinte, Getúlio não se apressou em agradecer a honraria recebida, demorando mais de dois anos para tomar posse de sua cadeira na academia”. In: *DHBB*, verbete VARGAS, Getúlio, p.5930.

³⁷² ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p. 116.

³⁷³ CAPELATO, O Estado Novo: o que trouxe de novo? *Ibidem*, p. 123.

³⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 127.

graças às técnicas de manipulação empregas nas propagandas do regime, como afirma Araújo Lima.³⁷⁵

Aliás, a concepção de Araújo Lima é bastante característica de interpretações que, em sua raiz, consideram o “povo” despreparado para exercer a cidadania. Como percebe Capelato a respeito das leituras sobre o “populismo”, produzidas na década de 1950.

A ideologia classista deveria substituir a ideologia populista quando o desenvolvimento do capitalismo tivesse se completado na região. No momento de transição, caracterizado pela mescla de valores tradicionais e modernos, a política de massas foi interpretada como etapa necessária de passagem para uma sociedade desenvolvida e democrática.³⁷⁶

Além disso, na referência que Araújo Lima fez a Gregório Fortunato — homem de confiança de Vargas — identificam-se algumas imagens presentes em narrativas mitológicas que buscam assinalar certas situações de “declínio moral”. Gregório e seu “bando” eram:

Homens da sombra, homens do Complô [que] escapam por definição às regras mais elementares da normalidade social. Constituem, no interior de toda comunidade consciente de sua coerência, um corpo exógeno obscuramente submetido às suas próprias leis, obedecendo apenas a seus próprios imperativos ou a seus próprios apetites.³⁷⁷

Por seu turno, Alzira Peixoto percebia uma relação completamente distinta entre o governo de seu pai e o “povo”. Ao comentar o temperamento de Vargas, seu jeito teimoso, a autora emenda:

No entanto, sempre se submetia à vontade mais forte da maioria. Nessas ocasiões, era um mero servidor da soberania popular. Quando sentia que sua opinião própria ou seus desejos pessoais estavam em desacordo com os anseios de

³⁷⁵ Ver CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998. GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: 2005.

³⁷⁶ CAPELATO, Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva...*, *ibidem*, p.186.

³⁷⁷ GIRARDET, *ibidem*, p. 43.

seu país, engolia suas convicções para ir ao encontro das aspirações do povo. Nem sempre era o que ele considerava mais sábio, mas cedia.³⁷⁸

Getúlio Vargas, de acordo com sua filha, sentia em manifestações variadas o apoio popular. A autora fez referência ao discurso proferido por Vargas na *Hora da Independência*, em 07/09/1937, no qual dirigiu-se ao povo brasileiro, despedindo-se dele como presidente da República, já que as eleições para sua sucessão se aproximavam.

Papai fez um belo discurso. [...] Recebeu grandes demonstrações populares de apreço e solidariedade, o que não agradou muita gente. Deu alma nova, no entanto, a todos aqueles que ainda acreditavam em Getúlio Vargas. Se o povo ainda o aplaudia, mesmo depois de tantos anos de governo, já no ocaso, desprestigiado politicamente, talvez fosse preferível Ele do que qualquer um dos quatro caminhos, que se apresentavam. Sem esquecer um quinto: o comunismo, que estava sabiamente jogando em todas as frentes.³⁷⁹

Avaliando a percepção de Alzira Peixoto quanto a relação do “povo” com o presidente da República, é possível identificar muitas convergências com o próprio discurso estadonovista. A autora retoma, — na própria década de 1950, quando ela escreveu sua obra — a idéia de uma nova democracia — a “boa democracia”, a “verdadeira democracia” — que atribuía aos parlamentos os problemas políticos enfrentados pelo país e que colocavam em risco a nação.

Uma vez que os parlamentos eram os causadores de tantos problemas, tornava-se necessária uma outra forma de interlocução entre o “povo” e o Estado. Na concepção de Alzira Peixoto, Getúlio Vargas transpunha as barreiras da política tradicional “liberal” ao ouvir e compreender diretamente o “povo”, sem intermediários. A autora corrobora com a concepção da

³⁷⁸ PEIXOTO, *ibidem*, p. 99.

³⁷⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 295.

“originalidade da democracia brasileira”, uma “democracia autoritária”, a qual estabelecia uma “[...] relação direta do chefe do Estado com o povo”.³⁸⁰

Os comunistas

Araújo Lima não estabeleceu relações entre Vargas e o comunismo, não do ponto de vista ideológico. Todavia, o autor não se esqueceu da aproximação de Luís Carlos Prestes e Vargas quando da crise política, ao final da Segunda Guerra Mundial e da defesa pelo primeiro de uma “Constituinte com Getúlio”.

O que teria feito Prestes “esquecer” da ordem de Vargas [...] “para que construíssem a sua cela especial, parede meia com a seção de tuberculose da Casa de Detenção, e de quebra lhe dessem como vizinho, já enlouquecido pelas torturas sofridas na Polícia Especial, o seu parceiro Harry Berger”, ou então, que “[...] entregassem sua mulher, em plena gestação, para ser enviada a um campo de concentração na Alemanha, onde os nazistas ainda tiveram a humanidade de protelar a execução da condenada, até que a criatura que levava no ventre pudesse vir à luz”.³⁸¹

Para o autor, a explicação disso estava na personalidade dos envolvidos, com suas “[...] almas anestesiadas como as tão semelhantes entre si de Vargas e Prestes”, que por “[...] maquiavelismo de um, ou insensibilidade do outro, [...] que no seu fanatismo, no seu realismo político, pode fazer tábuara de todos os humanos ressentimentos que devia ter”.³⁸²

Proponho algumas hipóteses sobre a análise que Araújo Lima fez de Prestes. A dificuldade de explicação se dá em virtude da coincidência da

³⁸⁰ CAPELATO, *Multidões em cena...*, p. 162.

³⁸¹ ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p.60-1.

³⁸² *Idem, ibidem*, p. 60-1.

posição do autor, — contrário ao imperialismo norte-americano —, com a do PCB. O complicador é que, de acordo com Mota, Prestes “[...] durante várias décadas teve sua imagem confundida com o próprio partido. Atacá-lo era o mesmo que criticar o partido e, por isso, sua figura foi bastante utilizada nas representações anticomunistas”.³⁸³

Por outro lado, o ataque a Prestes, talvez, fosse um prenúncio do racha que ocorreria no PCB em 1957, a partir do grupo liderado por Agildo Barata, em virtude do autoritarismo de Prestes, que conduzia o partido com mão de ferro.³⁸⁴ Enfim, parece que Araújo Lima se utilizou das intensas críticas feitas a Prestes para mais uma vez assinalar que o que interessava a ele — Prestes — era o mesmo que movia Vargas: o poder.

Já para Alzira Peixoto, não havia dúvidas quantos aos males que o comunismo poderia trazer ao país. Várias são as passagens de seu livro nas quais isso fica muito claro e enfático. Dentre elas, a autora relatou a tentativa de conseguir a participação de Luís Carlos Prestes na Revolução de 1930, ainda em sua fase de articulação, através dos esforços empreendidos por João Alberto e Siqueira Campos³⁸⁵ — militares como ele —, que viajaram secretamente a Buenos Aires com esse intento, que frustrou-se. Segundo a autora, após tomar ciência da negativa de Prestes, Vargas teria dito: “É uma

³⁸³ MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002, p.120.

³⁸⁴ *DHBB*, verbete PRESTES, Luís Carlos, p. 4780.

³⁸⁵ Na viagem de volta, o avião no qual viajavam João Alberto e Siqueira Campos caiu no mar, vitimando Siqueira Campos e ferindo João Alberto. Nas palavras da autora: “Siqueira Campos, que tanta falta veio a fazer, durante o período pré e pós-revolucionário, pereceu. João Alberto conseguiu salvar-se, traumatizado na alma e no físico. Voltara à luta, mas já não era mais o vibrátil ‘Dr. Nelson’ [pseudônimo utilizado na preparação da Revolução de 1930]”. PEIXOTO, *ibidem*, p. 56.

pena. Sempre tive a impressão de que Prestes seria um homem destinado mais a construir do que a destruir”.³⁸⁶

Ao analisar o movimento comunista de 1935, Alzira Peixoto fez uma interessante reflexão sobre as possibilidades de sucesso do comunismo no Brasil. A situação nacional estava caótica com inúmeras divisões dentro do bloco revolucionário e o presidente Vargas percebia o isolamento a que era submetido. Interesses pessoais tinham tomado o lugar dos ideais de 1930. Foi a partir das cisões que a Aliança Nacional Libertadora (ANL) ganhava terreno.

Se ninguém se entendia e ninguém mandava, por que não experimentar essas idéias novas e sedutoras, tão bem apresentadas? Aos poucos chefes políticos civis e militares se foram deixando tentar e formaram o grupo “cor-de-rosa”, a cor intermediária entre o branco e o rubro, símbolo de caridade e amor. Mas, justamente, as classes sociais que mais necessitavam de amor e caridade permaneceram indiferentes à estranha pregação. Estavam recebendo amor de outra fonte. Os operários continuavam satisfeitos e confiantes. E soldado é proletário que veste farda durante doze meses. Não tem galões que lhe assegurem tratamento especial, em caso de derrota, e o trombetear da fama em caso de vitória. Depois de cumprir seu dever para com a Pátria, volta a ser o que era: operário, agricultor, comerciante, biscateiro, estudante. Entre eles não havia o menor sinal de inquietação ou descontentamento. O comunismo não tinha possibilidades no Brasil. Apesar de toda a confusão de valores nas camadas superiores, a massa não fora atingida. E revolução sem povo, não é revolução. É golpe. Precisavam esperar melhor oportunidade, mais tempo.³⁸⁷

O momento chegou em 1935, com a intentona. Alzira Peixoto³⁸⁸, que encontrava-se nos Estados Unidos quando foi deflagrado o movimento, não conseguia compreender

[...] que meios haviam sido usados para introduzir idéias comunistas na cabeça de jovens oficiais das forças armadas, nem qual sistema de envenenamento ou mistificação que os instigou a uma violência e brutalidade, desconhecidas no Brasil. [...] na madrugada de 27 de novembro de 1935, jovens

³⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 56.

³⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 168-9.

³⁸⁸ Em várias passagens Alzira Peixoto fez referência ao fato de acusarem-na de comunista, o que foi, evidentemente, refutado pela autora. Conferir, dentre outras, p. 174 e p. 315.

oficiais aviadores foram friamente assassinados enquanto dormiam, por seus próprios colegas, no Campo dos Afonsos. Eu estava longe, quando outros jovens oficiais provocaram a chacina do 3º RI, sediado na Praia Vermelha. Eu estava longe, quando meu País foi ameaçado de sucumbir ante uma ideologia que se queria impor pela força e pelo sangue, na calada da noite.³⁸⁹

Alzira Peixoto, em sua narrativa, recorre a idéias já exploradas por Paul Frischauer, na biografia *Presidente Vargas*. Portanto, os temas complô e ameaça à unidade nacional são re-atualizados, sempre tendo como fundo, situações concretas de crise. Assim, como afirma Girardet:

Todo mundo sabe: do terror jacobino ao terror stalinista, a acusação de complô não cessou de ser utilizada pelo poder estabelecido para livrar-se de seus suspeitos ou de seus opositores, para legitimar os expurgos e as exclusões, bem como para camuflar suas próprias falhas e seus próprios fracassos.³⁹⁰

Os integralistas

Araújo Lima fez algumas poucas comparações ou aproximações de Vargas com o nazi-fascismo. O autor fez antes uma comparação entre o comportamento de Vargas e o de Mussolini do que qualquer tipo de análise ou julgamento político sobre as possibilidades da implantação de um regime fascista no país. Afirmou Araújo Lima:

A oratória de Vargas – para só a confrontar com a dos mais expressivos chefes autoritários de sua época – é a própria antítese da técnica oratória de um Mussolini. Os contrastes são mesmo chocantes. Ao invés da facúndia do ditador italiano, o plebeísmo vocabular de quem buscava os secretários, de preferência entre homens de imaginação pobre, que procuravam supri-la às vezes com o recurso ao preciosismo vazio. [...] Contra a retumbância vocal, tão ao gosto dos habitantes da pátria do “bel canto”, a voz monocórdia, arrastada, mais ao molde do cantochão do que ao do discurso destinado a inflamar imaginações populares à espera de uma palavra de ordem. [...] Também faltava a Vargas o arrebatamento endemoniado da oratória de Hitler. Porque em

³⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 173-4.

³⁹⁰ GIRARDET, *ibidem*, p. 49-50.

sua alma, sempre glacial, não caberiam jamais arroubos patéticos com que o Fuehrer (sic) buscava impregnar de seu misticismo diabólico as massas que o Tratado de Versalhes encheria de ódio.³⁹¹

Da reflexão sintética de Araújo Lima sobre o integralismo, vale ressaltar que o autor não busca estabelecer relações entre Vargas e os “camisas-verdes”, o que aparece em muitas análises. Para Levine, Getúlio dera claras demonstrações de simpatia para com o integralismo, inclusive, “[...] oferecendo a pasta da Educação ao chefe camisa-verde, Plínio Salgado. De início, o líder integralista aceitou o cargo, mas depois mudou de idéia, pois não abria mão de ocupar pasta mais prestigiosa, possivelmente a da Justiça”.³⁹²

Alzira Peixoto, por sua vez, foi bastante clara ao refutar qualquer proximidade dela e de seu pai com os integralistas. Na época de faculdade, lembrou a autora, a presença dos integralistas era bastante notada. Mas, perguntava-se Alzira Peixoto, quem eram eles? Quem era seu chefe, Plínio Salgado? Na roda de chimarrão³⁹³ disseram-lhe: “É um escritor, romancista, de São Paulo. Surgiu no cenário político, pouco antes da Revolução de 1930, mas seu papel foi secundário. [...] Que livros escreveu?”, pergunta Alzira. Citaram-lhe vários. Surpreendida teria dito: “Uai! já li ‘O Esperado’ e o ‘Cavaleiro de Itararé’. Não escreve mal, meio místico, introvertido, um tanto confuso e misterioso em suas intenções”.³⁹⁴

Relata a autora que, dessa conversa, apurou o seguinte:

‘Integralismo’ era um movimento político doutrinário. Integral. Seus adeptos propugnavam por um Brasil ‘integralizado’ dentro dos princípios que pregavam. As bases orgânicas se assemelhavam às do nazismo, fascismo, stalinismo, etc.:

³⁹¹ ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p. 47-8.

³⁹² LEVINE, *Pai dos pobres?...*, p. 86.

³⁹³ Momento de encontro entre os mais próximos colaboradores de Vargas, que tratavam nessas reuniões dos mais diversos assuntos. PEIXOTO, *ibidem*, p. 218.

³⁹⁴ PEIXOTO, *ibidem*, p. 218.

partido único, nacionalismo-jacobinista, sigla partidária para que nem os analfabetos se enganassem (foice, fâscio, suástica, sigma). [...] O fardamento obedecia ao padrão ou moda internacional: “chemise”. Só as cores variavam em cada país: preta na Itália, parda na Alemanha, azul na Espanha, vermelha na Rússia, bege na França, verde no Brasil. A saudação de reconhecimento adotada também revelava seus pontos de contato com os congêneres estrangeiros. O juramento olímpico, considerado o mais puro dos juramentos: o braço levantado para a frente, pouco acima do ombro, numa tentativa de evidenciar a honestidade de suas intenções, foi a origem básica da saudação ou continência usada por todos os movimentos totalitários da época. Só se diferenciavam entre si pelo ângulo de abertura do braço e a posição das mãos; fechadas ou abertas, palmas voltadas para a frente ou para o chão. Se não me falha a memória, o ‘integralismo’ do Sr. Plínio Salgado não era original, nem mesmo no Brasil. Muito antes dele, em 1931, o Sr. Francisco Campos inventou os ‘camisas-cáqui’ destinados ao fracasso em curto prazo. Faltava-me ainda uma informação: ‘Qual a atitude deles em relação ao Governo atual’?³⁹⁵

Logo Alzira Peixoto teria uma resposta, a mais contundente no ataque ao Palácio Guanabara, em 11 de maio de 1938.

Nesse episódio, conforme a autora, percebeu-se o grau de infiltração integralista dentro das Forças Armadas. Segundo ela, o poder integralista era tão significativo que “[...] o Comandante da Guarda [Ten. Júlio Nascimento], de serviço naquele dia, o encarregado de proteger e defender o Presidente da República, sua vida, seu domicílio oficial, sua família e a própria dignidade do Governo, [fora] um dos membros da conspiração.”³⁹⁶

Alzira Peixoto apontou alguns dos envolvidos no ataque: Belmiro Valverde, responsável pela datilografia do plano de ataque ao Palácio Guanabara, e o general Euclides Figueiredo, que teria feito uma série de observações de próprio punho às margens do plano, dentre elas uma que ordenava “o homem não deverá escapar”. Vários militares estavam envolvidos,

³⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 219.

³⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 182.

inclusive de alta patente: Góis Monteiro e Cordeiro de Farias. Membros civis do governo, também, dentre eles, Francisco Campos, que transmitia ao telefone “[...] palavras de solidariedade admirativa e passiva”.³⁹⁷

Contudo, o golpe integralista não logrou sucesso, graças à resistência de uns poucos

[...] jovens quase imberbes e inexperientes, os que não haviam fugido. Os moços não fogem. [...] Uma raiva surda se apoderou de todos, um sentimento natural de reação daqueles que haviam ficado tantas horas a sofrer, não somente pelo destino que poderia ser dado a Getúlio Vargas e sua família, mas também sobretudo pelo que representaria para o Brasil, a vitória daquele “putsch”. Porque era, na verdade, um “putsch” planejado por cérebros alienígenas e executado por nacionais intoxicados por idéias alheias a nosso temperamento. Não era uma revolução nem mesmo uma emboscada, de sabor tipicamente brasileiro. Alguém a havia traduzido em língua difícil de ser manejada pelos aborígenes. E a versão para o português fracassou.³⁹⁸

Na avaliação de Alzira Peixoto um aspecto identificado com clareza refere-se à afirmativa de que Getúlio Vargas jamais teve qualquer ligação com os integralistas. Foram membros de seu governo que mantiveram essas ligações, dentre eles: Góis Monteiro — mais um capítulo do acerto de contas — Cordeiro de Farias³⁹⁹ e Francisco Campos.

Novamente, a autora utiliza a imagem do integralismo como um conjunto de idéias alienígenas, que ameaçava a unidade nacional propugnada por Getúlio Vargas e alguns jovens idealistas. Para além da imagem do complô, mais uma vez, presente na narrativa de Alzira Peixoto, emerge a figura “[...] do homem providencial [que] aparece sempre como lutador, um combatente.

³⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 186.

³⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 193-4.

³⁹⁹ Cordeiro de Farias foi o general que entregou para Getúlio Vargas o ultimato para que ele renunciasse. A renúncia de Vargas ocorreu em 29 de agosto de 1945.

Sempre ameaçado, sempre resistindo à beira do precipício, recusa a submeter-se ao destino”.⁴⁰⁰

O Estado Novo

Segundo Araújo Lima, Vargas nunca fora filiado a nenhuma tendência política, posicionando-se conforme os ventos: para ele pouco importaria a direita ou a esquerda, o liberalismo ou a reação, a democracia ou a ditadura. Em 1937, Vargas se depara com a sua sucessão. Para ele isso representava, na linha de argumentação do autor, o maior drama: ter de abandonar o poder. Drama agravado pelo fato dele se deparar com alguém que reuniria características que viriam a fustigar o “maior de seus complexos”: suas pernas curtas.

Armando Sales de Oliveira é como um insulto às suas pernas curtas e simboliza todo um contraste para a alma de quem, como ele, não logrou superar suas frustrações mais fundamentais. Que drama ver a postura aristocrática do gentleman paulista, a afrontar o seu jeitão prosaico de estancieiro fronteiriço [...] A cidade contrapondo-se ao campo. O ‘gentleman’ a desafiar o peão. Litoral *versus* fronteira. *Whisky-and-soda* e chimarrão.⁴⁰¹

A saída para a permanência no poder caiu-lhe ao colo como que por encanto, e não maquiavelicamente, para derrotar aquele que ousara aceitar a missão de usurpar-lhe o poder. Escolheu, primeiramente, outro candidato, “o feio José Américo”. Segundo, deixou-se “envolver por um grupo de homens – estes sim maquiavélicos – [...] que lhe deram a solução impossível à sua pobreza inventiva”. Sete homens deram-lhe a alternativa de se manter no poder para derrotar “o elegante e britânico Armando Sales de Oliveira”.

⁴⁰⁰ GIRARDET, *ibidem*, p. 80.

⁴⁰¹ ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p. 75-6.

“Sete homens feios”: Francisco Campos – que “envergara num desfile a camisa kaki da ‘Legião de Outubro’”; Góis Monteiro, “cujo físico resume a própria negação do garbo militar”; Eurico Dutra, “que inspirou durante anos algumas anedotas e caricaturas que Vargas mais saboreava”; Agamenon Magalhães, “máscara de carrasco asiático”; Lourival Fontes, “versão indígena e descuidada de Goebbels”; Newton Cavalcanti, “esquálido, seco, de má catadura”; e Plínio Salgado, com a pretensão de se tornar o “Duce dos fascistas brasileiros”.⁴⁰²

Para além da “psicologia peculiar” de Araújo Lima que avalia a “beleza” ou a sua ausência, dos integrantes do governo, o argumento do autor é o de sempre: Vargas deu o golpe do Estado Novo para manter-se no poder. Mesmo argumento, usado, por exemplo, por Levine que afirma: “Vargas optou pelo golpe por ser a única maneira de permanecer na presidência além do prazo legal de sua gestão, que expiraria em alguns”.⁴⁰³ Para Araújo Lima, além de garantir-se no poder, Vargas aproveitou a ditadura para construir-se como “mito”, através da propaganda.

De acordo com Jorge Ferreira, houve uma clara tentativa de identificar Vargas a Hitler e a Mussolini — para Araújo Lima, Vargas não era tão “capaz” quanto os dois líderes —, particularmente, a semelhança de estratégias quanto à propaganda política e sua interferência no pleno desenvolvimento da democracia.

Em 1945, as correntes liberais e antigetulistas demonstraram incapacidade para assimilar manifestações populares a favor de Vargas. Assim, entre a influência do nazismo e a atuação de idéias perniciosas, entre a mentalidade obscurantista e o comportamento próprio de arruaceiros, a oposição liberal esforçava-se para dar conta dos conflitos que surgiam.

⁴⁰² *Idem, ibidem*, p.77-9.

⁴⁰³ LEVINE, *Pai dos pobres?..* p. 83.

Portanto, a explicação liberal, em seu limite, denunciava a aplicação, nos anos do Estado Novo, das técnicas de propaganda política de massa pelo DIP, importadas da Alemanha nazista, sobre uma população pobre, analfabeta e ignorante, ensejando que, no ocaso da ditadura, surgissem tais constrangimentos. Reprimir as manifestações a favor de Getúlio, desse modo, era a saída legítima para o problema.⁴⁰⁴

Como bem identifica Ferreira, houve uma aproximação entre jornalistas e historiadores, de 1942 a 1945, na tentativa de explicar a relação entre o Estado e os trabalhadores. Assim, a propaganda política seria a responsável pela dominação sobre os trabalhadores, inculcando-lhes uma ideologia de submissão a Getúlio e ao Estado, impedindo-lhes de organizarem-se livremente. Isso tudo agravado pelo baixo grau de desenvolvimento de uma “cultura política popular brasileira”.⁴⁰⁵

Ferreira também identifica outras características atribuídas a Getúlio, acusado de “criminoso, materialista, imoral, desonesto, conivente com ladrões e comparado a uma grande peste”. Araújo Lima, usou, ao longo de sua obra, inúmeras vezes, a imagem de corrupção, crise moral, roubo e dilapidação do patrimônio público durante o governo Vargas, argumentação curiosamente coincidente com a da oposição lacerdista.

Ao que parece, o objetivo primeiro de Araújo Lima, antes de qualquer estudo assentado sobre uma metodologia rigorosa, foi o de construir uma imagem negativa e que tirasse o maior peso político do varguismo, e de seus representantes e herdeiros, para as futuras gerações de eleitores, o que parece não ter sido conseguido.

⁴⁰⁴ FERREIRA, Jorge (org.) *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 112-3.

⁴⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 113.

Para Alzira Peixoto, no entanto, a criação do Estado Novo foi bem mais complexa. Às vésperas do golpe, o clima político era de completa confusão.

Ninguém se entendia e ninguém trabalhava. Todos os olhos estavam fixos no dia 31 de dezembro, para saber quem seriam os afortunados e os corajosos em condições de se apresentar às eleições. Comunismo, integralismo, militarismo, getulismo, florismo, armandismo, majoritarismo, oportunismo, tudo se confundia e se separava.⁴⁰⁶

Essa situação em relação aos partidos políticos, segundo a autora, era a da mais completa indisciplina.

[...] O político brasileiro foi e, talvez ainda continue a ser por alguns anos, um indisciplinado. Pode acompanhar, fazendo sacrifícios pessoais, e isso mesmo sem continuidade, o homem que merece no momento sua confiança, representa seu ideal ou é capaz de realizar suas mais recônditas aspirações. Ficar fiel a uma idéia que não fala, que os olhos não vêem, que as mãos não tocam, é uma tarefa difícil para certos homens públicos. Nunca foi possível organizar no Brasil partidos verdadeiramente nacionais.⁴⁰⁷

Os interesses regionais ou locais sempre foram mais fortes, segundo a autora. “Quem vale é o votado, não a opinião do votante”. Os chefes regionais, liberados para apoiarem ou concorrerem, uma vez que Vargas abrisse mão de interferir na eleição, e em virtude de seus interesses e “por mera questão de sobrevivência política cada um se revestiu de direitos inalienáveis e inadiáveis de ser ou de confeccionar o candidato perfeito à Presidência da República”.⁴⁰⁸

Segundo Alzira Peixoto, ainda em 1937, os planos de seu pai continuavam os mesmos, não interferir na sucessão presidencial e voltar para São Borja. No entanto, as pressões sobre Vargas começaram a aumentar, segundo Alzira, que recebia e selecionava as cartas enviadas à presidência.

⁴⁰⁶ PEIXOTO, *ibidem*, p. 230-1.

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 254.

⁴⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 255.

Houve uma enxurrada delas, reclamando “[...] contra todas as candidaturas em foco: queriam a continuação de Vargas”.⁴⁰⁹

Para a autora, o país caminhava para uma situação de profunda crise política, em virtude das disputas entre as várias facções estaduais. Caminhávamos, segundo ela, para a ingovernabilidade, “vivíamos um período em que a mentira tinha mais foros de verdade que a própria verdade, a intriga era moeda corrente e a calúnia o artigo do dia, de todos os dias”.⁴¹⁰

Sobre a sucessão presidencial, Alzira Peixoto analisou:

Em fins de setembro a candidatura José Américo de Almeida entrara nos estertores. Os “governistas”, aqueles que estão sempre a favor do governo, qualquer que ele seja e não têm a menor culpa que os governantes sejam instáveis, pois eles não o são, são sempre “governistas”, andavam completamente desorientados, sem saber para onde se dirigir. Não podiam acompanhar a candidatura Armando Salles, pois dado o rumo que esta havia tomado, seria uma declaração de guerra aberta ao poder central, que, apesar de tudo, continuava forte. O caminho esperado, Oswaldo Aranha, já estava fora de cogitações; seus coestaduanos se haviam esquivado sutilmente. A candidatura Plínio Salgado inspirava sérios receios ao povo, devido à sua origem na classe chamada de alta burguesia. No entanto, por isso mesmo, para vários “governistas” passou a ser a única saída honrosa e muitos começaram a olhá-la com bons olhos. Um novo horizonte se abriu para a ala pacifista do “integralismo”. Essa ala se aproximou de Getúlio Vargas, buscando entendimentos, através de pontes naturais: o Dr. Francisco Campos e o Gen. Newton Cavalcanti, protetor dos “camisas-verdes”. Outros caminhos menos diretos, porém igualmente eficientes, foram utilizados também.⁴¹¹

Ainda em setembro, em razão das investigações em torno do Plano Cohen;⁴¹² o Executivo enviara ao Congresso mensagem solicitando a

⁴⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 269.

⁴¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 307.

⁴¹¹ *Idem, ibidem*, p. 307.

⁴¹² Para Alzira Peixoto, pairavam inúmeras dúvidas sobre a paternidade do Plano. “Ninguém sabe aos certo toda a verdade e talvez ninguém jamais venha a saber. Os que tiveram conhecimento dele e já não pertencem ao número dos vivos, não contaram tudo o que sabiam. Os que tomaram parte em sua confecção e divulgação e que, porventura, ainda não estejam todos mortos, jamais dirão a verdade em toda sua extensão. Por falta de coragem, de interesse, ou por conhecerem apenas uma parte dos fatos”. *Ibidem*, p. 305.

decretação do estado de guerra. No dia 1º de outubro de 1937, uma comissão de membros do Poder Legislativo compareceu ao Palácio para comunicar ao Presidente da República a aprovação do pedido. De acordo com Alzira Peixoto, esse ato significou a apresentação pelo Congresso de seu “próprio atestado de óbito”.⁴¹³

Paralelamente ao problema nos estados, havia, segundo a autora, um problema maior chamado Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Conforme relatou Alzira Peixoto, Góis tinha um único objetivo, “[...] o de ser o Poder, sem assumir as responsabilidades”. Seu objetivo quase se completara quando da efetivação do processo de subordinação das polícias estaduais, particularmente as dos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, às respectivas Regiões Militares, sob o comando do general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército. Segundo Alzira Peixoto, o ônus desse ato recairia sobre Getúlio Vargas, que para Góis, conforme a autora, iria cair, “[...] como um fruto madurinho, talvez já “bichado”, sob o olhar sardonicamente protetor do Maquiavel nacional”.⁴¹⁴

Dois acontecimentos inesperados, conforme Alzira Peixoto, evitaram que o plano de Góis Monteiro se tornasse realidade. O Cel. Agenor de Barcellos Feio, comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, antecipou-se à requisição de suas tropas pelo comando da 3ª Região Militar e declarou que, a partir daquele momento, elas estariam submetidas ao poder central.

O segundo acontecimento foi a fuga do governador do Rio Grande do Sul, Antônio Flores da Cunha, para o Uruguai, “[...] abandonando seus

⁴¹³ *Idem, ibidem*, p. 308.

⁴¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 310.

amigos”⁴¹⁵, e lá exilando-se. Ambos os acontecimentos pouparam um enorme desgaste a Vargas, que teria que submeter pela força seu estado natal, e jogou por terra os planos de Góis.

No entanto, uma série de problemas continuava acontecendo nos estados. Após a nomeação do Gen. Daltro Filho como interventor no Rio Grande do Sul e de Ernani do Amaral Peixoto no Rio de Janeiro, no final de outubro de 1937, em Minas Gerais iniciara-se a perseguição à maçonaria, exigência da Igreja Católica de Minas para continuar apoiando o governo, e no Rio Grande do Sul, os positivistas protestavam contra a exigência de diploma para o exercício de qualquer profissão liberal.

Segundo Alzira Peixoto, os boatos sobre um possível golpe aumentavam, mas seu pai não confirmava nada. Em carta de Armando de Salles Oliveira, lida na Câmara Federal, ele denunciava “[...] à Nação um golpe de Estado de origem militarista, que seria desferido pela mão de Getúlio Vargas”. Segundo a autora, seu pai

[...] andava visivelmente preocupado. Poderia ele motivar outra revolução, outra guerra entre irmãos, mais sangue brasileiro derramado para fazer com que o Brasil acordasse e acreditasse em si próprio? Deveria ou não? Somente depois que recebeu a palavra de São Paulo através de seu governante, Dr. Cardoso de Mello Netto, assegurando que o Sr. Armando de Salles não estava autorizado a falar em nome do povo de São Paulo é que se tranqüilizou: os paulistas não desencadeariam outra revolução.⁴¹⁶

Para Vargas chegara o momento do golpe, antecipando-o em cinco dias.

Na madrugada de 9 para 10 de novembro, tropas da Polícia Militar e do Exército ocuparam tranquilamente as portas de acesso para os Congressistas, tanto na Câmara como no Senado. Ninguém podia entrar, não houve sessão, ninguém reclamou, ninguém se revoltou. A consciência popular de que alguma coisa devia ser feita para evitar o descalabro

⁴¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 311.

⁴¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 324.

econômico, financeiro, político e administrativo do Brasil estava tão clara e patente que não houve a menor reação. Alguns protestos isolados, mais líricos que genuínos apareceram para dar trabalho aos telégrafos. O golpe de 10 de novembro de 1937 foi como que um grande alívio para a maioria do povo brasileiro. Não para todos, é claro. Nunca houve, não há e nunca haverá, felizmente, no Brasil unanimidade para coisa alguma.⁴¹⁷

Alzira Peixoto relatou, também, uma conversa que teve com seu pai sobre a implantação do Estado Novo. Nela, Getúlio Vargas expusera não só as razões do golpe de 10 de novembro de 1937, mas uma análise, breve, da história nacional. Dentre outros aspectos interessantíssimos da conversa, Vargas refletia:

Nunca tivemos uma Constituição genuinamente brasileira, que cogitasse com realismo de nossos vastos problemas. [...] Até agora todas as Constituições que tivemos foram redigidas às pressas e sob pressão dos acontecimentos, quer nacionais, quer internacionais. Devido à falta de transportes e à precariedade das comunicações, muitos de nossos legisladores não puderam tomar conhecimento dos problemas brasileiros em seu conjunto e alguns nem do próprio Estado que representam. [Nossa divisão territorial] foi feita quase arbitrariamente, em cima do mapa. Alguns Estados não tinham condições econômicas, nem políticas para o ser. Durante anos, a não ser em momentos excepcionais de economias transitórias, como no caso da borracha, da castanha, entre outros, somente algumas Províncias prosperaram. Nosso Governo Federal, sem controle sobre os Governos Estaduais, foi perdendo a autoridade e tiveram seu início o desassossego, as rebeldias e as revoluções que culminaram durante o governo Bernardes. A reforma constitucional feita em 1924, da qual participei, como líder da bancada sul-rio-grandense, tinha por objetivo fortalecer o Poder Executivo, dando-lhe capacidade para reagir contra a desordem. [...] A reforma Artur Bernardes atingiu, sobretudo, os militares revolucionários que exatamente por isso vieram a constituir a espinha dorsal do movimento de 1930 e foram até 1934 o único apoio e a base de todo o meu governo. [...] Assim que assumi o governo, nomeei uma comissão de notáveis escolhidos entre os homens de mais autoridade no assunto, para redigir um anteprojeto de Constituição a ser apresentado à consideração dos futuros constituintes, sob a batuta do mestre Francisco Campos. [No entanto,] os ardores dos membros da Assembléia Nacional Constituinte, que tinham os olhos voltados para trás, para o passado e não para o futuro, nem mesmo para o presente. Tive

⁴¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 324-5.

de desistir e deixei correr os trabalhos à revelia do Executivo. [...] Desde 1930, alimento o sonho de dar ao Brasil uma Constituição verdadeiramente brasileira, tendo sempre em vista nossas enormes possibilidades econômicas e nossas precárias condições financeiras, lembrando que as matérias-primas estão à espera de transporte e de industrialização e que as dificuldades geo-econômicas precisam ser superadas. [...] Talvez tenha sido um erro meu não lutar mais para que o Executivo deixasse de ser uma mera figura de proa; talvez não, porque estes três anos abriram os olhos de muitos. Durante meses e meses, leis de emergência para salvar uma lavoura em perigo, para resolver problemas vitais ou evitar calamidades públicas, podem ficar ao sabor da boa vontade de algumas centenas de homens, de seus problemas pessoais, de seus interesses regionais ou eleitorais. [...] Quando o projeto se transforma em lei é uma colcha de retalhos e, às vezes, já se tornou inútil. Não penses que mudei de opinião, ou fiquei diferente. Há momentos na vida de um homem e de uma nação em que é necessário ter coragem de encarar a realidade sem sentimentalismo. Não estávamos em condições, quer econômicas, quer financeiras, quer políticas de nos darmos ao luxo de pretendermos ser uma democracia. Sabes quanto custa uma eleição, não digo em dinheiro, mas em tempo, em retaliações pessoais, em desgastes nocivos a um povo que tem pressa de crescer? Vamos em breve ter de enfrentar uma situação muito séria, talvez uma guerra, e de tomar medidas muito mais necessárias do que a poética suposição de que somos livres dentro de casa. Somente os países economicamente fortes são realmente livres. E é essa a liberdade que eu desejaria dar a meu País. A Constituição de 1937 que tanto te preocupa [falando com Alzira], é apenas uma tentativa, uma experiência transitória, para atravessarmos a tempestade que se aproxima com o mínimo de sacrifícios possível. Digamos que é um meio para atingir um fim, e não um fim em si próprio.⁴¹⁸

Alzira Peixoto ainda não se dera por satisfeita e teria dito: “Estou cansada dessa história de só te chamarem ‘ditador’, ‘usurpador’, ‘continuista’, ‘oportunista’, com ares não sei se de inveja ou de desprezo”. Vargas respondeu-lhe:

O golpe de 10 de novembro foi justamente para evitar qualquer movimento eleitoral que só poderia nos prejudicar nesta ocasião, e me perguntas pelo plebiscito? Não te passou ainda pela cabeça que os dois únicos partidos de âmbito nacional existentes no Brasil têm suas origens fora do Brasil: o comunista e o integralista? Todos os outros representam apenas interesses locais ou quando muito, regionais. Em 1930

⁴¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 366-ss.

assumi para com o povo brasileiro uma grande responsabilidade. Não tem para mim a menor importância o nome que me dão por aí, contanto que eu cumpra as promessas que fiz. O excesso de liberalismo que passou a imperar, sem controle e sem objetivo, devido às inseqüências de alguns e a falta de visão de outros, estava nos conduzindo, como várias outras grandes nações com mais experiência política, e maior capacidade financeira do que nós, a uma situação de descalabro.⁴¹⁹

Alzira ainda fez uma última pergunta a seu pai, interrogando-lhe se ele não temia que a Constituição de 1937, no caso da realização de um plebiscito, caísse em mãos de certo “Fulano, Sicrano e Beltrano”, nomes de alguns possíveis sucessores, não citados por ela. Vargas respondeu perguntando-lhe: “Ficaste obtusa de repente? Ainda não entendeste por que não determinei a realização do plebiscito? Já não te disse que a Constituição de 1937 é apenas uma tentativa, uma experiência? Se der resultado o povo terá tempo suficiente para saber, ou não”. Quando Alzira quis saber por que Vargas não tornara isso público, ele respondeu: “Ninguém me perguntou”.⁴²⁰

Alzira Peixoto utiliza-se da explicação “oficial” sobre o golpe de Estado Novo. Novamente os velhos problemas: fraqueza dos políticos, inadequação do liberalismo e ameaça estrangeira. Getúlio Vargas teve, segundo ela, que instituir o novo regime para proteger o Brasil dos tempos difíceis que se apresentavam.

De acordo com a autora, portanto, o Estado Novo era um remédio amargo, mas suficientemente forte para combater os males que ameaçavam o país. Não podia, nem sequer, ser chamado de uma ditadura, pois previa a realização de um plebiscito. Quando ocorreria? Somente o presidente da República estava apto a perceber o momento propício.

⁴¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 372.

⁴²⁰ *Idem, ibidem*, p. 372-3.

A deposição

De acordo com Araújo Lima, em 1945, com a fim da guerra, com as potências internacionais reposicionando-se no plano mundial, houve para Vargas um novo problema, o da redemocratização do país. Foi Eduardo Gomes quem, segundo o autor, desfraldou essa bandeira. Para Vargas, colocou-se a seguinte questão: como derrubar

[...] o 3º homem da série de favorecidos pela natureza com o fim de por à prova, mais uma vez, a sua capacidade de fazer triunfar a força oculta das suas pernas curtas. (...) De dentro do “iceberg”, estoura abruptamente o “geyser” da sua incontida revolta. Toda uma seqüência de desatinos, que começa com a tentativa de fazer vingar o conluio com Prestes para a ‘Constituinte com Getúlio’, gesto só explicável pelo desespero em quem era um dos maiores criadores do Rio Grande do Sul. Em quem embora possuindo uma fortuna de centenas de milhões e alardeando idéias progressistas, nunca foi capaz de um gesto pessoal de generosidade, equivalente àqueles que sabia impor às empresas particulares de outros possuidores.⁴²¹

No que diz respeito à trajetória política de Vargas, o autor percebeu “uma sistemática hostilidade, ora aberta ora embuçada, contra os homens que houvessem recebido da natureza, do sangue ou da educação, aqueles dons que eram a antítese da tragédia que carregava de sua inferioridade física”. Por outro lado, a lista dos

[...] que mais favoreceu com a sua simpatia e tolerância, muitas vezes a ponto de lhes permitir todos os direitos no uso e abuso do círculo segundo do Poder, quanta ternura pela fealdade do Sr. Apolônio Sales. Pelo ridículo do Sr. Barreto Pinto. Pelo ar simiesco de Gregório Fortunato.⁴²² Por tudo, enfim, que possa equivaler ao grotesco de seu próprio físico.⁴²³

⁴²¹ ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p. 81-2.

⁴²² Outra referência, absolutamente preconceituosa, a Gregório Fortunato.

⁴²³ *Idem, ibidem*, p. 85.

A deposição de Vargas, em 1945, ocorreu tardiamente. O Brasil todo o elegeu, senador e deputado federal. “O Brasil se ajoelha”.⁴²⁴ O retorno ao poder, com o mito estabelecido, foi fácil.

Deixando de lado qualquer tipo de análise sobre o imperialismo, como fizera em algumas partes de sua obra, Araújo Lima preferiu articular as supostas frustrações de Getúlio — “fealdade” sua e de seus mais próximos colaboradores —, mais uma vez, às irregularidades do governo. A preocupação de Getúlio Vargas, segundo o autor, era a de ter rompida sua rede de “corrupção”, “denúncia” bem ao gosto da crítica udenista da década de 1950. Aliás, não só udenista, mas, também, comunista.

Para Alzira Peixoto, a deposição de Getúlio Vargas em 1945 teve muitas razões, embora ela não tenha tratado do episódio especificamente. Em síntese, a tentativa de transformar o país lhe causou a reação irada e injusta dos conservadores e privilegiados.

De acordo com a autora:

Papai parecia atacado por uma febre de realizações e não nos dava quartel como se estivesse apostando corrida com o tempo [...] plantando os alicerces de um novo Brasil. [...] As negociações para instalar a indústria siderúrgica receberam renovado impulso. As empresas particulares norte-americanas, para não perderem um mercado certo, negaceavam sua colaboração, propondo estudos e esquemas inexecutáveis. Impaciente, mandou encetar entendimento com consórcios europeus. Ele tinha pressa.⁴²⁵

Além de ações na infra-estrutura nacional, Vargas percebia, segundo Alzira Peixoto, que “tornava-se urgente sanear as finanças do Brasil: suspendeu o pagamento da dívida externa”⁴²⁶, assim como, “acabou com o regime oligárquico do pistolão, determinando que todos os cargos públicos

⁴²⁴ *Idem, ibidem*, p. 119.

⁴²⁵ PEIXOTO, *ibidem*, p. 378.

⁴²⁶ *Idem, ibidem*, p. 380.

seriam preenchidos por concursos de títulos e provas”.⁴²⁷ Essa moralização do serviço público foi, segundo a autora, uma preocupação da Constituição de 1937.⁴²⁸ Talvez por isso Vargas tenha encontrado tanta resistência daqueles que “[...] desejavam desviar o Brasil de seu caminho natural”.⁴²⁹

Na análise sobre a deposição de Getúlio Vargas, Alzira Peixoto mescla vários elementos. Desde a retomada da idéia de “salvador” — que saneia as finanças do país e o coloca no rumo do desenvolvimento —, como, nos parece, incorpora discussões da própria década de 1950, quando trata do combate às pressões de empresas norte-americanas e suspende o pagamento da dívida externa — incorporando em sua narrativa a luta anti-imperialista.

O retorno ao Catete

Retornou ao Catete com quase setenta anos de vida, contudo, segundo Araújo Lima, não aprendeu com a idade. “Vargas foi condenado pelo próprio triunfo à mais trágica solidão”.⁴³⁰ De acordo com o autor, era sobre um mar de lama que se balançava o seu barco. Quando percebeu a situação, estremeceu. Não encontrou ninguém próximo. “Sem um amigo que lhe faça companhia. Sem uma mulher que lhe afague a cabeça encanecida. Sem um deus que o ampare no instante supremo. E se abate sobre o mar de lama. Sob o céu vazio”.⁴³¹

⁴²⁷ *Idem, ibidem*, p. 385.

⁴²⁸ A autora fez referência a dois de seus artigos, os de números 159 e 177. O primeiro vedava a acumulação de cargos públicos remunerados da União, dos Estados e dos Municípios. O segundo tratava da aposentadoria e reforma de funcionários civis e militares com mau desempenho funcional. Segundo Alzira Peixoto tais medidas causaram verdadeiro alvoroço entre os privilegiados.

⁴²⁹ *Idem, ibidem*, p. 389.

⁴³⁰ ARAÚJO LIMA, *ibidem*, p. 123.

⁴³¹ *Idem, ibidem*, p. 129-30.

Vargas, de acordo com o autor, foi incapaz de criar uma ideologia em razão do seu tipo de inteligência. Seu maior objetivo, no entanto, não seria esse, seria apenas manter-se no poder. O seu oportunismo explicaria a ausência de ideologia. Nem mesmo maquiavélico ele seria, uma vez que essa característica dependeria de “uma inteligência criadora”, o que Vargas não tinha.

Todo o suposto e lendário maquiavelismo de Vargas se reduz, na verdade, a uma técnica – simplista e primária – de escolher entre um certo número de soluções que lhe apresentem em determinado momento. E para essa escolha, ele só exige que as soluções já se ofereçam acabadas, prontas, digeridas, em condições de dispensar qualquer trabalho de imaginação.⁴³²

Alzira Peixoto não tratou do período do segundo governo de seu pai. As únicas palavras sobre esse período e que terminaram o livro foram as seguintes:

Outras dificuldades, ainda maiores, esse homem teria de enfrentar, até que, esgotados todos os seus recursos de energia, de paciência e de amor, a 24 de agosto de 1954 entregou sua vida para impedir que o povo brasileiro marchasse para o caos. Seus sacrifícios não foram em vão. É sobre eles que está estruturada a magnífica realidade do Brasil de hoje.⁴³³

Algumas considerações

A análise da biografia escrita por Cláudio de Araújo Lima, trouxe-nos algumas surpresas. Seu tom denunciante foi uma delas. O fato de a obra ter sido publicada por uma grande editora, *Civilização Brasileira* e tão próxima da morte de Vargas é outra. Os ataques pessoais, a despreocupação do autor, um psicanalista, de colocar qualquer referência quanto às fontes de suas

⁴³² *Idem, ibidem*, p. 64.

⁴³³ PEIXOTO, *ibidem*, p. 390.

informações, quanto aos livros ou jornais em que pesquisou. Não há ao longo da obra nenhuma nota de rodapé, nem referências bibliográficas.

A obra de Araújo Lima posicionou-se claramente contrária à Vargas e seu legado. Coincidentemente, as teses levantadas pelo autor foram, também, adotadas pelos opositores de Vargas.

Suas teses sobre Vargas apontaram para uma pessoa obcecada pelo poder, obsessão que impedia Getúlio, — ou era o preço que ele concordara em pagar para manter-se no poder —, de perceber a corrupção de seu governo. Isso, conforme o autor, explicaria o fato de Vargas conviver com o “mar de lama” existente no Catete. Essa tese, vale lembrar, foi, se não a mais, uma das mais utilizadas pela oposição às vésperas do suicídio com a intenção de forçar a renúncia do Presidente da República.

Outra tese apresentada por Araújo Lima foi a da total ausência de um projeto político nacional sob o governo Vargas. O autor, ao longo da biografia, afirmou em vários momentos que o projeto de Vargas era, eminentemente, pessoal, devido às suas frustrações. Araújo Lima, como psiquiatra, usou de sua autoridade científica para diagnosticá-las.

Também, foi possível fazer algumas inferências sobre a visão política do autor. Em vários trechos da obra ele aponta para um certo desconforto em relação à participação popular na política, mesmo quando essa participação diz respeito apenas ao direito de voto. Para Araújo Lima, o povo elegeu Vargas, graças à manipulação da propaganda. Sua perspectiva é a de que o povo, em virtude da baixa instrução, não seria capaz de escolher bem seus candidatos. Perspectiva muito comum à elite brasileira, e presente numa cultura política conservadora.

Ferreira também identifica outras características atribuídas a Getúlio, acusado de “criminoso, materialista, imoral, desonesto, conivente com ladrões e comparado a uma grande peste”.

Aliás, a visão de Araújo Lima sobre o povo brasileiro apareceu em várias outras passagens da biografia. Por exemplo, quando o autor afirmou ser o brasileiro um povo erótico, quente, festivo e sensível, excessivamente emocional, houve o reforçamento de sua posição quanto à incapacidade popular de realizar escolhas políticas acertadas, uma vez que manipulado.

Outra análise que apontou na mesma direção pode ser notada nas referências que o autor fez a Gregório Fortunato. Enfatizou-se em várias passagens da biografia, o fato de Gregório ser negro, no “negror” da noite e em “vigilância canina” está Gregório, com seu ar “simiesco”, atribuindo-se a esse fato sua irracionalidade, uma vez que para Araújo Lima certas capacidades racionais eram típicas de homens brancos de alta estatura, como um Washington Luís ou um Armando Sales de Oliveira. Aparentemente para o autor, a fidelidade canina de pessoas como Gregório à Vargas era mais uma das causas dos grandes problemas nacionais.

Numa perspectiva política, rara na obra de Araújo Lima, pois quase tudo foi explicado pelas “frustrações de Vargas”, o autor convocou os militares para a ação. Afirmando, conforme inúmeras vezes apontado, que já estava passando da hora deles intervirem e exercerem sua função patriótica. Como se percebeu, para Araújo Lima, a democracia é uma panacéia. A possibilidade da intervenção militar, por sua vez, como apontaram inúmeros autores, pareceu ser uma solução mais cogitada pelas elites conservadoras nacionais para barrar projetos políticos diferentes do seu.

Alzira Peixoto por sua vez foi, evidentemente, numa direção contrária a de Araújo Lima. Ela assemelha-se ao autor somente no que diz respeito à ausência de referências bibliográficas ao longo da biografia. No entanto, na posição de filha do biografado a ausência da indicação de fontes poderia criar um efeito positivo, transformando a biografia em um livro de memórias, atribuindo-lhe o efeito de uma elevada veracidade, pois a autora não fez, não necessitava fazê-lo, uma pesquisa da vida do biografado, mas, em virtude da posição privilegiada, relatou sua vida e a de seu pai a partir da experiência, na qual a própria autora era a fonte maior.

Alzira Peixoto assinalou, em várias passagens da biografia, o quanto a administração de seu pai foi austera, assim como era clara a distinção que Vargas fazia do que era público e privado. Desde o fato da proibição de que os filhos fossem levados de carro oficial até a escola, como a dificuldade que assessores e ministros encontravam para conseguirem a liberação de verbas.

Outro aspecto interessante apontado pela autora foi o das inúmeras inovações empreendidas por Vargas, desde a organização da administração pública, até o incentivo à organização sindical. Particularmente, quanto a essa, segundo a autora, teria sido muito mais obra de seu pai, chamado de “ditador” pelos opositores, que não reconheciam suas ações, do que, por exemplo, obra de Lindolfo Collor, que ficara pouquíssimo tempo no governo.

O episódio da organização da administração pública também mereceu destaque, especificamente a medida que proibiu o acúmulo de cargos por funcionários e permitiu a demissão de maus funcionários. De acordo com Alzira Peixoto, isso foi feito dentro da maior justiça, sem nenhum tipo de

perseguição, mas desagradou a uma pequena parcela de privilegiados, que passaram a agir contra o governo.

Aliás, as ações contra o governo de Vargas, desde a simples oposição política, até ações mais violentas, sempre foram inspiradas por interesses particulares e desagregadores da nação. Em virtude desses interesses não se pensava duas vezes para que fossem cometidos atos de traição contra o Presidente da República. Isso aconteceu com inúmeros políticos e militares aliados em 1930 e opositores após sentirem o gosto do poder. As medidas de exceção tomadas por seu pai foram todas com o objetivo de preservar a nação.

Outro ponto interessante, bastante presente na biografia, tratava da relação de Vargas com o povo. Segundo Alzira Peixoto, em momento algum seu pai se sentiu abandonado pelo povo. Ele notava em diversas manifestações populares cotidianas o apoio ao seu governo. Assim, a autora percebia que a interlocução entre Vargas e o povo ocorria de modo não convencional, não pelas urnas, mas por meio de manifestações espontâneas.

A autora também refutou qualquer aproximação de Vargas tanto com o comunismo, quanto com o integralismo. Para ela e seu pai ambas as ideologias eram alienígenas e não encontravam adesão junto ao povo, que, como foi dito, estava satisfeito com Vargas.

Alzira Peixoto defendeu a posição de que as intenções de seu pai eram as melhores possíveis e almejavam a unidade e o desenvolvimento nacional, mas que havia pessoas contrárias a isso, e que foram responsáveis pelo isolamento e a respectiva morte de Vargas, que em momento algum abandonou aqueles objetivos.

E, finalmente, um último ponto que chamou a atenção nas duas biografias foi a ausência de discussão sobre o segundo governo de Vargas. Se considerarmos a historiografia talvez seja mais fácil compreender essa ausência na obra de Araújo Lima, o que, todavia, foi menos compreensível na obra de Alzira Peixoto, uma vez que de acordo com aquela o segundo governo de Vargas foi democrático e teria sido o seu período mais produtivo e mais claramente nacionalista e que conseqüentemente lhe teria angariado mais simpatia e apoio popular.

Nessa premonição de imolação e de martírio, há uma referência, no mínimo implícita, à figura de Jesus Cristo, quando ele teve consciência de sua função na terra, a de libertar os homens, de acordo com a concepção cristã. Vargas, de acordo com a evocação dessa imagem pelo autor, estava disposto, também, a dar sua vida em sacrifício ao povo brasileiro.

Capítulo 3 - O pragmatismo brasilianista e o combate ao imperialismo (anos 60 e 70)

As biografias discutidas neste capítulo foram escritas entre os anos de 1967 e 1974 na vigência da ditadura militar no Brasil. Os autores das obras foram o brasilianista, norte-americano, John W. Foster Dulles, que publicou *Getúlio Vargas: biografia política* em 1967 e o jornalista brasileiro, Carlos Heitor Cony, que publicou *Quem matou Vargas: uma tragédia brasileira* em 1974.

John W. F. Dulles nasceu em 1913. Foi professor de Estudos Latino-Americanos na Universidade do Texas, em Austin, onde dava aulas de Política Brasileira. Era o filho mais velho de John Foster Dulles⁴³⁴ (1888-1959), o secretário de Estado dos Estados Unidos (1953-1959), que notabilizou-se por ser um ferrenho anti-comunista.

John W. F. Dulles escreveu mais de 12 livros sobre história política do Brasil dentre os quais a obra que analisaremos, *Getúlio Vargas: biografia política*⁴³⁵. Além dela, publicou: *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*⁴³⁶; *Castello Branco: o caminho para a presidência*⁴³⁷; a biografia de

⁴³⁴ Foi o [...] "artífice da política externa americana no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, credita-se [a seus princípios] o tratado de paz com o Japão derrotado e com outros 48 países, do qual os Estados Unidos alijaram a União Soviética para impor ao mundo suas condições. Essa conquista valeu ao ideólogo da guerra fria o tão ambicionado cargo de secretário de Estado" dos EUA entre os anos de 1953 e 1959. "O avô materno e um tio afim foram secretários de Estado, o que veio a ser o grande objetivo de sua vida. Em 1919 o presidente Wilson nomeou-o consultor jurídico da delegação americana à conferência de paz de Versalhes, e Dulles foi um dos redatores da Carta das Nações Unidas em 1945. Em 1953, o presidente Eisenhower nomeou-o secretário de Estado. No contexto da Guerra Fria com a União Soviética, Dulles notabilizou-se pela impulsividade, dureza no trato com amigos e inimigos, obsessivo [no] anticomunismo e [na] montagem de acordos e tratados, públicos e secretos. Ficou no cargo até abril de 1959. Duramente pragmático, acreditava no que chamava "retaliação nuclear maciça" ante qualquer ameaça militar soviética. Morreu em Washington, em 24 de maio de 1959". In: Enciclopédia Britânica em *Cd-rom*, 1999. Verbete John Foster Dulles.

⁴³⁵ DULLES, John W. F. *Getulio Vargas: biografia política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.

⁴³⁶ *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. RJ: Nova Fronteira, 1977.

Carlos Lacerda intitulada, *Carlos Lacerda – A vida de um lutador*⁴³⁸; em dois volumes; e *Sobral Pinto, a consciência do Brasil: a cruzada contra o regime Vargas (1930-1945)*⁴³⁹. O brasilianista faleceu, recentemente, em 23 de junho de 2008, nos Estados Unidos.⁴⁴⁰

Carlos Heitor Cony nasceu em 1926, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em 1938, ingressou no Seminário de São José uma vez, que pretendia dedicar-se à vida religiosa. Entretanto, em 1945, renunciou à formação religiosa, [...] “desiludido com o sacerdócio e por incompatibilidade com as normas disciplinares do seminário”.⁴⁴¹

Nesse mesmo ano, iniciou os estudos na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas abandonou o curso em 1947.

Em 1947, também, passou a trabalhar no *Jornal do Brasil*, substituindo seu pai, que estava em período de férias. Dedicou-se, a partir de então, à literatura, recebendo vários prêmios.

Em 1960 passou a colaborar no *Correio da Manhã*, jornal em que começou a escrever crônicas políticas, revezando-se com Otávio de Faria na seção intitulada “Da arte de falar mal”. Segundo Ruy Castro, essa seção tornou-se “[...] uma trincheira contra as arbitrariedades” do regime autoritário. A crônica de Cony e Frias, “[...] irritou a direita e surpreendeu a esquerda”.⁴⁴²

⁴³⁷ *Castello Branco: o caminho para a presidência*. RJ: José Olímpio, 1979.

⁴³⁸ DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. 2 volumes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

⁴³⁹ DULLES, John W. F. *Sobral Pinto, a consciência do Brasil: a cruzada contra o regime Vargas (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

⁴⁴⁰ “Brasilianista John W. F. Dulles morre, aos 95 anos, nos EUA”. *Jornal Folha de São Paulo*, 01/07/2008.

⁴⁴¹ *Dicionário Histórico Biográfico-Brasileiro (DHBB)*, p. 1587.

⁴⁴² *Idem*, p. 1587.

Pouco tempo depois, em 1964, Cony demitiu-se do *Correio da Manhã* e ingressou na Editora Bloch,⁴⁴³ a fim de colaborar com a revista *Manchete*,⁴⁴⁴ perdendo, entretanto, o tom oposicionista que lhe trouxera fama.

Em 1965, Cony participou de um protesto contra o presidente da República, o marechal Castelo Branco, por ocasião de uma reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) [juntamente com Glauber Rocha, Antônio Callado, Flávio Rangel, Tiago de Melo e Márcio Moreira Alves], uma vez que a organização proibia reuniões em países não-democráticos. Essa vaia levou Cony, Glauber e Callado a um mês de prisão.

Em 1968, no dia 13 de dezembro, horas depois da decretação do Ato Institucional n 5 (AI-5), foi preso outra vez. Respondeu a oito processos judiciais, a três Inquéritos Policiais-Militares (IPMs)⁴⁴⁵ e foi preso mais seis vezes por “delito de opinião”. Depois desses acontecimentos, auto exilou-se⁴⁴⁶, retornando ao país em 1970, definindo-se, então, politicamente, como [...]

⁴⁴³ Foi por essa editora, na revista *Manchete*, que Cony publicou originalmente, no ano de 1967, em capítulos, a biografia de Getúlio Vargas, que mais tarde se tornaria livro.

⁴⁴⁴ A Editora Bloch pertencia a Adolfo Bloch (1908-1995). Ele, ucraniano de nascimento, migrou com a família para o Brasil, em 1921. Começou com uma pequena gráfica, que fazia serviço para o comércio da cidade do Rio de Janeiro. A gráfica dos Bloch tornou-se conhecida pela impressão de papel de seda especial para embalar laranjas para a exportação, algo inovador para a década de 1920 e muito lucrativo. Em 1951, Adolfo Bloch teve a idéia de criar a revista *Manchete*, para concorrer com a revista *O Cruzeiro*, dos Diários Associados, o que foi considerado uma loucura pelos irmãos de Adolfo Bloch. Em 26 de abril de 1952, o primeiro número da *Manchete* estava nas bancas. Apesar das dificuldades dos primeiros anos a revista contava com uma equipe de jornalistas de grande notoriedade, como Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Sérgio Porto, Oto Lara Resende, Fernando Sabino, entre outros. Bloch foi um dos grandes incentivadores do governo de Juscelino Kubitschek, defendendo a construção da nova capital. Foi graças à divulgação por ele promovida que o *slogan* “50 anos em cinco” se tornou famoso como símbolo do governo JK. Com o apoio dado a JK, cobrindo com reportagens da construção de Brasília, *Manchete* aumentou sua tiragem e seu volume de publicidade. Tornou-se amigo íntimo de Juscelino e, quando este foi cassado em junho de 1964, desconsiderou a proibição da censura e continuou a promover publicamente a defesa do ex-presidente. Embora se mantivesse fiel a JK, Bloch apoiou a ideologia do “Brasil Grande”, promovida pelos militares. Entre 1968 e 1973 ampliou as instalações do grupo (editora, rádio, museu, teatro). Foi do prédio da *Manchete* que sairia, em 22 de agosto de 1976, o enterro do ex-presidente JK. Ver *DHBB*, p. 692-3.(adaptado)

⁴⁴⁵ Um desses processos foi movido pelo então ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, que se utilizou deste fato para provar a existência de uma imprensa livre no país, dizendo que havia “(...) um cronista que me ataca diariamente, e está em liberdade”. Ver *DHBB*, p. 1587.

⁴⁴⁶ Não há a indicação do país para o qual Cony rumou em seu auto-exílio.

“inteligente o bastante para não ser de direita, mas muito rebelde para ser de esquerda”.⁴⁴⁷

A partir de então parece ter se afastado dos temas mais estritamente políticos, trabalhando permanentemente na Editora Bloch e desde março de 1993 na *Folha de São Paulo*. Em 1996 recebeu o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras (ABL) — pelo conjunto de sua obra —, ocasião em que afirmou não pretender entrar na Academia. Em junho de 2000, contudo, tomou posse na antes desdenhada Academia.

O contexto da escrita

O contexto de escrita das duas biografias foi de bastante tensão nas relações internacionais, em virtude da Guerra Fria. No entanto, mais que o acirramento da tensão entre os dois protagonistas, EUA e URSS, houve a chamada *détente*, particularmente, após a chamada “crise dos mísseis” que envolveu Cuba.⁴⁴⁸

Contudo, a *détente* produziu um outro efeito. Os Estados Unidos perceberam que um grande problema se encontrava mais próximo do que se imaginava. Como afirma Feres:

A administração Kennedy reviu a orientação prévia na suposição de que (1) a União Soviética não tentaria uma

⁴⁴⁷ *DHBB*, p. 1587.

⁴⁴⁸ A “crise dos mísseis” resultou da tentativa soviética de resguardar Cuba — sua aliada — de novos possíveis ataques planejados nos e pelos Estados Unidos com o objetivo de derrubar o governo socialista de Fidel Castro, assim como, foi uma resposta soviética à instalação de mísseis nucleares na Turquia — aliada dos EUA —. Os soviéticos, então, iniciaram a instalação de 24 mísseis nucleares na ilha. Em outubro de 1962, quando os Estados Unidos perceberam o fato, deram um ultimato a URSS. Como resultado da crise e após intensas negociações, os soviéticos retiraram os mísseis de Cuba e os Estados Unidos retiraram parte dos mísseis instalados na Turquia. “A assim conhecida “crise dos mísseis” estimulou a criação de mecanismos de negociação para evitar uma possível guerra nuclear, com a instalação do *telefone vermelho* entre Moscou e Washington, e o acordo de 1963 que proibia testes nucleares submarinos, atmosféricos ou no espaço”. Ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.) *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, verbete *Détente*, p. 217-8.

invasão direta do continente, e (2) no caso de um conflito em grande escala com forças soviéticas, as forças militares *Latin American* não seriam capazes de desempenhar um papel importante na defesa do hemisfério. [...] Para o governo americano, a revolução cubana havia mostrado que, em vez de hostilidades diretas, os comunistas iriam explorar o conflito interno para infiltrar-se na *Latin American*. A política deveria mudar de acordo com essa percepção, reduzindo a assistência militar prevista no Programa de Assistência Mútua (MAP) e transferindo recursos para “programas de segurança interna”, também conhecidos pelo nome menos eufemístico de programas de contra-insurreição. Formalmente, contudo, parte desses programas era classificada como “ação cívica militar”.⁴⁴⁹

No Brasil, nesse contexto, ocorreu o golpe civil militar em 31 de março de 1964, que derrubou o presidente da República, João Goulart (Jango). A conjuntura interna era bastante delicada. Os vários atores sociais movimentavam-se nas mais diferentes direções, movimentação que ocorreu já nas primeiras semanas do governo parlamentarista de Jango. Os ministros militares do então presidente Jânio Quadros, logo que entregaram os cargos, começaram a articular com grupos civis conservadores e direitistas a destituição de Jango, mesmo após a saída parlamentarista.

Setores à esquerda, representados nas *Ligas Camponesas*, exigiam a reforma agrária. Francisco Julião, um dos líderes da *Ligas*, afirmou, de acordo com Ferreira: “a reforma agrária será feita na lei ou na marra, com flores ou com sangue”.⁴⁵⁰

No Rio Grande do Sul, o governador do estado, Leonel Brizola, desapropriou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da *International Telephone & Telegraph*, como fizera, em 1959, com a Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da *American & Foreign Power*.

⁴⁴⁹ FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “Latin American” nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 135-6.

⁴⁵⁰ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano...*, Vol. 3, p. 349.

Embora as companhias não investissem na ampliação da capacidade de seus serviços,

[...] para o governo dos Estados Unidos, as medidas não passaram de um confisco ilegal das autoridades brasileiras. Apesar disso, o governo federal apoiou as nacionalizações no Rio Grande do Sul e instituiu um grupo de trabalho para promover a implantação da Eletrobrás.⁴⁵¹

Além desses problemas, Jango herdou uma pesada dívida do curtíssimo governo Jânio Quadros, que juntamente com o endividamento do governo Juscelino, era de difícil administração, o que gerava uma alta inflação: “a batata quente que JK passara para JQ chegaria pelando ainda às mãos de JG. No governo deste, ficaria estorricada”.⁴⁵²

Em janeiro de 1963, através de um plebiscito — onde conquistou votação maciça, mais de 82% — Jango assumiu com plenos poderes, agora no regime presidencialista. No entanto, Jango foi cauteloso na formação do ministério, considerando, principalmente a aliança entre PSD e PTB e convidando membros do centro e de esquerda para comporem o seu governo. Segundo Ferreira, todos sabiam que no programa de Jango constavam “as reformas de base”, contudo, o presidente preferiu “[...] implantar as mudanças econômicas e sociais por meios democráticos”.⁴⁵³

No decorrer do mandato, todavia, as tentativas de Jango de conseguir a estabilização econômica fracassaram. “Trabalhadores e sindicalistas, castigados pela inflação, demonstravam descontentamento”, Jango, “procurando reverter o quadro, em março de 1963 [...] voltou-se para o seu

⁴⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 350.

⁴⁵² LABAKI, Amir *apud* FERREIRA, *ibidem*, p. 350.

⁴⁵³ FERREIRA, *ibidem*, p. 363.

programa histórico: as reformas de base, a agrária em particular”.⁴⁵⁴ O governo tentou, através do Congresso Nacional, apresentar um projeto de emenda constitucional para viabilizar a reforma agrária. Os grupos conservadores não a aceitaram e ficaram receosos com a direção tomada pelo governo. Enquanto isso, a parcela da esquerda liderada por Brizola mobilizava-se através de comícios, exigindo que a emenda constitucional fosse aprovada. O que não aconteceu.

Juntamente com isso, aconteceu em Brasília, um movimento liderado pelo sargento do Exército, Prestes de Paula, contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que julgou inelegíveis os sargentos eleitos em 1962. Os militares protestaram, realizando, em Brasília, um protesto armado, que foi prontamente reprimido. Alguns participantes tinham ligações com Brizola, o que gerou uma série de protestos das esquerdas, que defendiam a anistia aos revoltosos. Esse episódio, segundo Ferreira, disseminou

[...] nos quartéis, a desconfiança da oficialidade contra eles. Para uma instituição baseada na hierarquia e na disciplina, o episódio era intolerável, verdadeiramente insuportável. Muitos oficiais que simpatizavam com a causa nacionalista, e daí certa tolerância em relação às organizações dos sargentos, recuaram, exigindo que a disciplina e a hierarquia fossem mantidas de maneira severa e rigorosa. [...] O movimento dos sargentos, que se fortalecia e ganhava simpatia popular e apoio em suas demandas, enfraqueceu-se consideravelmente, [...] sobretudo, o movimento enfraqueceu politicamente o governo, desgastando-o profundamente.⁴⁵⁵

O golpe civil-militar foi inevitável não por razões determinadas de antemão, mas em virtude da movimentação dos vários atores políticos, alguns assinalados na breve exposição sobre o contexto dos primeiros anos da década de 1960. Contudo, não havia entre os golpistas um “projeto a favor de

⁴⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 366.

⁴⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 371.

algo”, mas apenas “contra” —, contra o governo de João Goulart. Desta forma, “o governo trabalhista, a sociedade brasileira e mesmo os patrocinadores da derrocada da democracia não perceberam que, em abril de 1964, ocorrera um novo tipo de golpe”.⁴⁵⁶

Tanto foi um golpe sem um “projeto a favor de algo”, que os próprios militares estavam divididos. Inicialmente, os golpistas falavam de um “golpe preventivo”, que duraria apenas o tempo necessário para que se afastassem “os riscos de radicalização da vida dos brasileiros”. Entretanto, na medida em que o tempo transcorria e que na avaliação dos militares da “linha-dura” os problemas com a subversão e com a oposição não arrefeciam, medidas mais duras eram necessárias, o que levou ao extremismo do Ato Institucional n 5 (1968) — suspensão da garantia do *habeas corpus* — e do Ato Institucional n 14 (1969) — estabeleceu a pena de morte para os casos de “[...] guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”.⁴⁵⁷

O brasilianista⁴⁵⁸ Dulles vem, portanto, ao Brasil, num período político que compreende um momento bastante delicado das relações dos Estados Unidos com a União Soviética e com os países latino-americanos, porém, estratégico para os interesses norte-americanos, numa

[...] conjuntura de acirramento da competição hegemônica entre os Estados Unidos e a União Soviética – esta tinha acabado de lançar seu *Sputnik* e, com ele, um grande desafio à supremacia norte-americana na corrida espacial – intervém o elemento contingente da Revolução Cubana, que foi, sem dúvida, um grande fator de impulsão dos estudos latino-americanos nos EUA. Muitos *latin-americanists* já propuseram, não sem ironia, erigir uma estátua a Fidel Castro, já que suas

⁴⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 401.

⁴⁵⁷ FAUSTO, *ibidem*, p. 480-1.

⁴⁵⁸ “[...] Os historiadores e cientistas sociais estrangeiros que se dedicam ao estudo e pesquisa da temática brasileira, seja essa pesquisa orientada para a busca do conhecimento científico ou para a busca do conhecimento científico a partir de questões político-estratégicas”. In: DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo, RS: UPF Editora, 1999, p.189.

iniciativas, logo identificadas com a causa do socialismo mundial, motivaram a administração americana a financiar diversos programas voltados para a “prevenção e cura” dos males latino-americanos.

No campo propriamente político-diplomático, são exemplos dessas iniciativas o Corpo da Paz (não restrito ao continente) – um órgão de fomento regional proposto havia décadas –, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – nessa fase também resultante de iniciativas de países latino-americanos como o Chile e o Brasil, que tinha lançado a sua Operação Pan-Americana em 1958 – e, mais adiante, a Aliança para o Progresso – voltada para o financiamento de projetos sociais e resultado direto do desafio cubano-soviético no campo dos modelos de desenvolvimento. No campo da educação, a administração americana dá início ao financiamento ampliado de programas de estudos latino-americanos em diversas universidades, cujas conseqüências mais imediatas seriam o estímulo ao aprendizado das línguas ibéricas e a concessão de um número significativo de bolsas de estudos para pesquisa nos próprios países latino-americanos. No setor privado, esforços como os da Fundação Ford, dirigidos ao financiamento de estudos de ciências sociais em nível de pós-graduação, vêm complementar os programas anteriormente existentes, na área oficial (Programa Fulbright, por exemplo) ou por meio de instituições privadas (Fundação Rockefeller).⁴⁵⁹

Sobre o estudo do governo Vargas, e, conseqüentemente, da biografia escrita por Dulles, e dos estudos de outros brasilianistas, Diehl ⁴⁶⁰levanta uma tese bastante interessante, a de que, como características gerais daqueles estudos estavam o “imediatismo” — conhecer rapidamente o Brasil através da pesquisa científica — e o “pragmatismo” — abastecer de informações a política externa dos Estados Unidos, para que suas ações fossem eficazes.

Quanto a Cony é difícil estabelecermos com mais certeza sua relação com a produção cultural da época em que escreve. Não podemos esquecer que Cony era um jornalista e que, portanto, não apresentava os mesmos compromissos formais que os historiadores. Talvez, possamos identificá-lo com

⁴⁵⁹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. O estudo sobre o Brasil nos Estados Unidos: a produção brasilianista no pós-Segunda Guerra. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.

⁴⁶⁰ DIEHL, *ibidem*, p. 191.

a seguinte passagem, que aponta, já no final do século XIX, traços da tensão entre “ficção” e “realidade”:

Para Wolfe, ainda que a tradição do realismo social mostre sinais de esgotamento na Europa já por volta de 1870, nos Estados Unidos vai lançar suas raízes após a 1ª Guerra Mundial e atingir o auge na década de 1930. Nomes como John Steinbeck, William Faulkner, Ernest Hemingway e John dos Passos passam a incorporar a realidade jornalística e histórica em suas obras literárias – técnica que seria retomada por autores contemporâneos como Thomas Pynchon. Por outro lado, jornalistas tornam-se cada vez mais audaciosos tanto na pura invenção da realidade para fins políticos – com William Randolph Hearst, por exemplo –, quanto na introdução de efeitos literários nas reportagens – como John Reed, com seus relatos apaixonados do México de Pancho Villa ou da Rússia de Lênin.⁴⁶¹

Cony, talvez, possa ser identificado mais pontualmente com o último trecho da entrevista, no qual o autor usa a criação, com aspectos verossímeis, para dar um fim político a sua obra. Naquele momento, Cony, possivelmente, percebendo e influenciado por certas leituras da realidade brasileira, procurava mostrar que Getúlio Vargas representara o tão almejado “desenvolvimento nacional autônomo”. Para isso, o uso de técnicas como

[...] a descrição detalhada das cenas e a reprodução fiel dos diálogos — para acompanhar o cotidiano das pessoas ou o passo-a-passo das situações que pretende retratar que o novo jornalismo se legitimiza. [...] As estratégias narrativas presentes nesta estética jornalística apontam para a construção e o entrelaçamento de artifícios complexos, que concorrem para o efeito de real que se deseja obter. Predição, pressentimento, obsessão, maldição, recordação, *flashback*, motivações psicológicas, descrições extensas, registro da fala dos personagens figuram entre os artifícios que o jornalismo literário empresta da prosa de ficção. Ainda, a inserção de narrativas menores numa história maior, criando um sistema de expectativas, a localização espacial e a datação são processos largamente utilizados.[...] Ao longo de sua história, o jornalismo brasileiro contou com a presença constante nas redações de escritores como Érico Veríssimo, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Otto Lara Resende, Carlos Heitor

⁴⁶¹ FONTANA, Mônica, WEBB, Paul. Fato e Ficção: uma relação dialética. *Trabalho apresentado ao Seminário de Temas Livres em Comunicação*. Universidade Federal de Pernambuco.

Cony, Rubem Braga, para citar alguns, que levam a contribuição da literatura para o jornalismo através de sua produção cronista — gênero híbrido que transita entre fato e ficção.⁴⁶²

Desafios da biografia

John W. F. Dulles começou a obra sem apresentar nenhuma discussão metodológica, — como por exemplo, cuidados e dificuldades ao escrever a biografia —, apenas com agradecimentos para Hélio Silva,⁴⁶³ médico e historiador com extensa obra sobre a chamada Era Vargas, Newton Siqueira Campos⁴⁶⁴, além do ministro Osvaldo Trigueiro.⁴⁶⁵

Do ponto de vista formal e na perspectiva de um historiador, Dulles, foi bastante prolífico, indicando com rigor a origem de suas reflexões e informações. Pode-se afirmar que o autor fez um rigoroso trabalho acadêmico, optando por descrever e analisar a história da conjuntura política da Era Vargas. Além disso, utilizou, em uma escala considerável, os registros do Departamento de Estado, no Arquivo Nacional, em Washington, nos Estados Unidos. Desse material constavam correspondências do embaixador e cônsules dos Estados Unidos no Brasil, avaliando, geralmente, a situação política de dado momento.

⁴⁶² *Idem, ibidem.*

⁴⁶³ John W. F. Dulles utilizou de Hélio Silva seis obras, entre artigos de jornal e livro publicados. Entrevistou-o quatro vezes no ano de 1963, além de ter tido acesso ao manuscrito “Rapsódia Verde”, no qual Hélio Silva entrevistou diversos membros do Integralismo e sobre o qual não encontrei registro de publicação.

⁴⁶⁴ Sobre o qual, não foram encontradas informações.

⁴⁶⁵ A trajetória de Osvaldo Trigueiro foi bastante ativa. Nasceu na Paraíba, em 1905, filho do “coronel” Francisco Luís de Albuquerque de Melo. Exerceu ao longo de sua vida inúmeras atividades públicas, foi prefeito de João Pessoa (1935-1937) e governador da Paraíba (1947-1950). Um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), defendeu, em 1950, a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes. Entre 1939 e 1940, estudou na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, onde obteve diploma de mestre em ciência política. Geralmente, suas posições políticas eram contrárias às do governo Vargas. Na época em que Dulles escreveu a obra *Getúlio Vargas...*, entre os anos de 1963 e 1965, Trigueiro foi ministro do Tribunal Superior Eleitoral, desde 1961, e posteriormente, convidado por Castelo Branco, tornou-se ministro do STF, em novembro de 1965, cargo que ocupou até fevereiro de 1975, quando aposentou-se. In: *DHBB*, p. 5799.

Uma crítica que pode ser feita ao autor, foi ao fato do autor usar sem um pudor maior, sem o cuidado necessário, afirmações das mais diversas fontes. Por exemplo, a tese de que Getúlio Vargas esperava [...] “a marcha dos acontecimentos, colocando-se à frente destes, para guiá-los”, foi elaborada por Paul Frischauer,⁴⁶⁶ biógrafo contratado pelo DIP para escrever sobre Getúlio Vargas. O mesmo ocorreu com várias citações de Affonso Henriques, que, ao contrário de Frischauer, construiu uma trilogia com o claro objetivo de consolidar a imagem de Vargas como um terrível ditador, autocrata, contraditório e inescrupuloso. Dulles utilizou-se de várias delas fora do contexto,⁴⁶⁷ como por exemplo, o episódio da carta enviada por Getúlio Vargas a Washington Luís, datada de 10 de maio de 1929, na qual garantia que:

Tenho permanecido fechado a qualquer manifestação sobre a sucessão presidencial pelo desejo de não contribuir para perturbar o ambiente, para deixar à livre iniciativa de V. Excelência ficar tranqüilo que o Partido Republicano do Rio Grande do Sul lhe não faltará com o seu apoio, no momento preciso... Não pleiteamos situações pessoais.⁴⁶⁸

Para Affonso Henriques, tal missiva, dentre outras, comprovaria que Getúlio Vargas era de fato “traíçoeiro” e “maquiavélico”. Dulles utilizou a missiva para comprovar a “sensatez” de Getúlio Vargas. Segundo o autor, em

⁴⁶⁶ Analisamos a obra *Presidente Vargas* no primeiro capítulo desse trabalho.

⁴⁶⁷ A citação fora de contexto — não identificando a trajetória intelectual e política dos autores — de certas passagens de outras biografias sobre Getúlio Vargas não foi exclusividade de Dulles. Cony, por exemplo, citou Cláudio de Araújo Lima — obra analisada no capítulo 2 desse trabalho — no seguinte trecho: “São Paulo, vencido mas não convencido, ergueu imediatamente a sua bandeira de lutas através da candidatura de Armando Sales de Oliveira, paulista quatrocentão, homem que o psiquiatra Cláudio de Araújo Lima definiu como *whisky and soda*, em oposição ao chimarrão de Getúlio Vargas”. Contrariamente ao sentido dado por Cony, para Araújo Lima o *whisky* e a *soda* representavam um comportamento “moderno” em oposição ao “barbarismo atávico” do chimarrão de Getúlio Vargas. Cony, *Quem matou Vargas...*, p. 194.

⁴⁶⁸ HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda...* Vol. 1 O Maquiavélico, p. 72-3. Obra em três volumes. A mesma passagem encontra-se em DULLES, John W. F.. *Getúlio Vargas, biografia política*. 2ª ed. RJ: Editora Renes, 1967, p. 52.

virtude das circunstâncias seria mais cauteloso esperar até setembro para que as posições quanto à sucessão de Washington Luís se definissem.

Cony iniciou seu texto com algumas observações sobre a sua relação com Getúlio Vargas, seu objeto de estudo, assim como sobre alguns cuidados que teve ao elaborar essa biografia.

Segundo ele, não houve a intenção de fazer “a” biografia de Getúlio Vargas, mas apenas uma “interpretação”,⁴⁶⁹ até porque sua trajetória enseja inúmeras visões, discussões e discordâncias. As pessoas mais ou menos próximas de Getúlio Vargas divergem sobre aspectos de sua formação — Alzira, sua filha, diz que o pai lia Augusto Comte, já seu outro filho, Lutero, diz que o pai nunca o lera — e alguns de seus hábitos, como o cochilo após as refeições, o que foi negado “firmemente”⁴⁷⁰ por Alzira.

Diante de tais encruzilhadas, típicas da escrita de gênero biográfico, Cony propôs a seguinte solução:

Não dispondo de um detector de mentiras, o remédio foi tirar a média dos diversos relatos orais e escritos que consegui, e, quando não obtinha essa média, optava por uma das versões, uma vez que a opção não diminuía a realidade e a validade do processo que me interessava, embora sua definição física fosse discutível.⁴⁷¹

Em verdade, ao propor essa saída, Cony demonstra sua preocupação, também, com o desenvolvimento mais fluido de sua narrativa. Cony, como escritor e jornalista, preocupa-se mais com esse dinamismo do que — na ausência de comprovação —, propriamente, com a exatidão do que conta. Na

⁴⁶⁹ CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas: 1954 uma tragédia brasileira*. 2ª ed. RJ: Edições Bloch, 1974, p.5.[1ª ed. 1972?] Este livro foi relançado: CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas:1954: uma tragédia brasileira*. 3ª ed. rev. e ampliada. SP: Ed. Planeta, 2004. O texto é exatamente o mesmo da edição anterior, o utilizaremos quando julgarmos que ele presta alguns esclarecimentos atuais à crítica da época.

⁴⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 8.

⁴⁷¹ *Idem, ibidem*, p.7-8.

dúvida vale o ritmo, preocupação essa que caberia ao historiador. Na direção do que afirma Schmidt: “[...] o gênero biográfico emerge na história e no jornalismo no bojo de um processo de aproximação dessas áreas com a literatura, o que implica uma incorporação do elemento ficcional e a adoção de determinados estilos e técnicas narrativas”.⁴⁷²

Assinalando o aspecto verossímil de sua obra, Cony apontou para os caminhos percorridos na construção da biografia:

[...] aos diversos relatos orais e escritos que consegui [...] entrevistei muita gente. Homens que trabalharam com e contra Getúlio. Parentes e inimigos. Li também muitos livros, coleções de jornais inteiras. Não medi os quilômetros que voei nem as tiras de papel que gastei em apontamentos e fichas.⁴⁷³

Segundo o autor, existiu uma preparação intensa e extensa com o manuseio de informações sobre Getúlio Vargas e o período. Além do mais, Cony escutou os vários lados da questão, amigos e inimigos evitando, assim uma obra tendenciosa.

Do ponto de vista formal, Cony, ao longo da biografia, não preocupou-se com a indicação desses relatos, identificando apenas alguns relatos orais, sem maior precisão, além de não indicar nenhum dos relatos escritos. O livro, ao seu final, não apresentou nenhum tipo de referência bibliográfica. Talvez essa atitude se assemelhe a de outros jornalistas, por exemplo, Fernando Morais.

Conforme comenta Schmidt:

[...] Fernando Morais não faz referências a suas fontes ao longo do texto. [Perguntado sobre esse procedimento] ressaltou que a inclusão de informações sobre as fontes implicaria “entupir o livro de notas, nos rodapés ou no final do volume”. [...] Privilegiou-se a fluidez da narrativa ao invés da precisão formal [...].⁴⁷⁴

⁴⁷² SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias.... Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.

⁴⁷³ CONY, *ibidem*, p. 13.

⁴⁷⁴ SCHMIDT, *ibidem*.

Cony optou por um tipo de narrativa distinto do de outras obras correlatas. Segundo o autor, no momento da decisão sobre qual a melhor forma de narrar a vida de Getúlio Vargas, se na primeira pessoa — [...] “uma audácia que me facilitaria a penetração no personagem, mas me custaria muitos aborrecimentos com a verdade física dos fatos” — Cony parte para [...] “solução aproximada: usei a terceira pessoa, mas quem conta, praticamente a história de Getúlio é o próprio Getúlio”.⁴⁷⁵

O fato de o autor adotar alguns procedimentos “ficcionais” em sua narrativa parece ter gerado algumas críticas. Tanto que, posteriormente, quando do relançamento da edição, em 2004, Cony respondeu:

Alguns historiadores estranharam o prólogo desta série de artigos sobre Vargas, mais tarde publicada em livro. O argumento deles era ponderável: não deveria abrir um trabalho biográfico com um texto de ficção,⁴⁷⁶ sem nenhuma referência à documentação da época. Apesar de não ter feito uma obra acadêmica, que comporta e exige numerosas e fatigantes notas de rodapé de página, o autor manteve o prólogo quando da primeira edição do livro, em 1974 sem citação de fonte. O mesmo aconteceu em 1967, quando da publicação da série na revista⁴⁷⁷ *Manchete*.

Apesar de Cony afirmar que não teve como objetivo escrever um texto acadêmico, o que o livraria de certas “cobranças formais”, parece que determinadas figuras de grande densidade histórica — como foi, sem dúvida, Getúlio Vargas e sua época, e sobre os quais são realizadas inúmeras pesquisas no campo acadêmico — criam a expectativa de um tratamento mais

⁴⁷⁵ CONY, *ibidem*, p. 12.

⁴⁷⁶ No prólogo do livro, Cony elaborou um diálogo imaginário entre diversos representantes de uma Companhia de Seguros norte-americana que encontravam-se no Brasil e deveriam realizar um levantamento dos riscos de investimentos para seus clientes. Havia grande dúvida entre eles, qual opção assinalar, regular ou mau. Refletiram pensaram nas riquezas do país, marcariam regular, como a quase totalidade dos países analisados, no entanto, lembraram-se [...] “de que o nome do crioulo era Gregório”. Assinalaram a opção mau. *Idem, ibidem*, p. 15-30.

⁴⁷⁷ O trabalho que deu origem ao livro, em 1974, foi publicado inicialmente na revista *Manchete*, propriedade da mesma editora do livro. Os artigos da revista não foram pesquisados por nós.

cuidadoso, quem sabe, mais próximo do trabalho acadêmico, muito embora Cony, não tenha compromisso com esse tipo de produção.

Um aspecto interessante, por outro lado, é que os historiadores mostraram-se preocupados com a biografia escrita por Cony. Possivelmente, em virtude da modificação do estatuto da biografia na historiografia. Nova situação bem percebida por Schmidt, segundo ele:

No que diz respeito às tendências atuais do conhecimento histórico, mais especificamente, verifica-se um redespertar do interesse pelo gênero que, por muito tempo, foi considerado [o mais puro exemplo da história tradicional]. Esta volta da biografia está relacionada com a crise do paradigma estruturalista que orientou uma porção significativa da historiografia a partir dos anos 60.⁴⁷⁸

Para além dessa abertura inicial do mundo acadêmico para a escrita de gênero biográfico, parecem não estar suficientemente delineadas as suas fronteiras, para além da discussão da biografia ideal, o que, talvez, explique as críticas dirigidas a Cony. No entanto, são críticas que não levaram em conta a fluidez da biografia, que transita entre a “ficção” e a “realidade”, entre o jornalismo, a história e a literatura. Como consta na própria contracapa do livro de Cony, na sua edição de 2004, onde o jornalista e historiador Heródoto Barbeiro assim o definiu:

Prepare-se para ler um daqueles livros que a gente começa e não larga enquanto não chegar ao fim. O romance histórico de Cony [...] é uma forma gostosa de conhecer a História, e eu mesmo li muitos outros romances históricos embasados em fatos reais e que me ajudaram a entender personagens e épocas diferentes. Cony faz Getúlio Vargas, um dos mais importantes políticos brasileiros de todos os tempos, renascer e contar sua saga. Este não é trabalho acadêmico com seus irritantes pés de página, mas em toda a narrativa se percebe a pesquisa e a veracidade.⁴⁷⁹

⁴⁷⁸ SCHMIDT, *ibidem*, p.2.

⁴⁷⁹ BARBEIRO, Heródoto. In: CONY. *Quem matou Vargas...* Edição de 2004, contracapa.

Enfim, tensão típica de momentos de transformações importantes num determinado campo do conhecimento. Como Barbeiro, bem aponta, a obra e o estilo de Cony se aproximariam desse misto de “ficção” e “realidade”. Produzir-se-ia, portanto, um romance de cunho histórico, com elementos de uma pesquisa mais ou menos rigorosa.

Essa tensão e convivência identificada por Barbeiro, também estão presentes no trabalho do historiador, de uma forma um pouco distinta, como identificou Peter Burke: [...] “cada vez mais historiadores estão começando a perceber que seu trabalho não reproduz ‘o que realmente aconteceu’, tanto quanto o representa de um ponto de vista particular”.⁴⁸⁰ Há, tanto no “romance histórico”, quanto na biografia acadêmica, a preocupação com uma narrativa mais fluida e atraente, e como vem se discutindo, não tira o rigor da pesquisa.⁴⁸¹

A personalidade de Getúlio Vargas

John W. F. Dulles não fez muitas considerações sobre o passado de Getúlio Vargas, particularmente, quanto às influências do meio ambiente fronteiriço e do pampa gaúcho na formação de sua personalidade. Dulles iniciou sua obra relatando que, até 1921, a vida de Getúlio tinha transcorrido sem grandes acontecimentos.

Segundo o autor, o grande sonho de Getúlio Vargas era seguir a carreira militar do pai. No entanto, logo cedo algumas barreiras se interpuseram em seu

⁴⁸⁰ BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____ . *A escrita da história: novas perspectivas*. 2ª ed. SP: Editora da Unesp, 1992, p. 337.

⁴⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 327-348.

caminho. Foi expulso da escola preparatória militar ao solidarizar-se com outros cadetes acusados de indisciplina.

Aos vinte anos de idade, participou de uma expedição armada ao Acre, território em disputa com a Bolívia. Segundo Dulles, lá [...] “descobriu que a vida militar era difícil. A Faculdade de Direito de Porto Alegre era muito mais do seu agrado”.⁴⁸²

Na Faculdade de Direito escreveu e fez política. Era fiel seguidor de Júlio de Castilhos. Em seu discurso de formatura fez “[...] referências à cultura helênica, a Nietzsche e à sociologia”. Depois de diplomado entrou para a Assembléia gaúcha, “[...] nas hostes políticas de Borges de Medeiros”.⁴⁸³

Mais adiante Getúlio Vargas renunciou ao mandato na Assembléia por discordar da punição imposta pelo chefe a dois outros colegas de partido. Porém, segundo Dulles, Getúlio Vargas logo percebeu [...] “a falta de sentido que tinha opor-se ao ‘sistema’ — Getúlio voltava às boas graças do autocrata e, em 1921, já era líder da maioria na Assembléia estadual, e secretário da Comissão de Orçamento”.⁴⁸⁴

Dulles, diferentemente dos inúmeros autores analisados até aqui, deu um tratamento original para os episódios que envolveram a trajetória inicial de Getúlio Vargas na vida pública e, aparentemente, um tratamento mais verossímil, pontualmente, na questão da renúncia de Getúlio em protesto contra uma atitude do chefe do PRR, o poderoso Borges de Medeiros. Supomos que se seu ato tivesse tido o impacto de uma ruptura — como apontaram Frischauer e Cony — e tivesse afrontado Borges, possivelmente Getúlio Vargas estaria excluído da convivência com os republicanos e de forma

⁴⁸² DULLES. *Ibidem*, p. 25.

⁴⁸³ *Idem, ibidem*, p. 25.

⁴⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 26.

alguma seria premiado, tempos depois, com a função de líder do governo na Assembléia.

Assim, pareceu que, ou seu ato foi pouco significativo e/ou a influência de seu pai dentro do partido, — como liderança regional e fiel ao PRR, inclusive nas causas mais belicosas —, tenham servido para que Getúlio fosse perdoado.

Conforme Dulles, nas palavras de Manoel Vargas⁴⁸⁵, Getúlio era o filho que tinha lhe dado menos problemas, era quieto, de boa memória e ampla leitura de obras filosóficas. Segundo o autor,

o político Getúlio Vargas [era] baixo, algo corpulento, era visto muitas vezes fumando um charuto, com ar de contentamento. Ouvinte atento, tinha um sorriso atraente que usava com freqüência, a ponto de os visitantes comentarem a sua “proverbial afabilidade”. Não era extrovertido, mas sim paciente, amável, e aparentemente pouco emotivo. Demonstrava apreciar genuinamente as opiniões que os adversários pudessem avançar numa discussão, e era tido pelos seus companheiros da Assembléia como excelente negociador.⁴⁸⁶

Ainda segundo Dulles:

A fachada de calma e amabilidade ocultava considerável tensão, e Getúlio muitas vezes estava menos satisfeito do que sua aparência indicava. No íntimo, era um impaciente, ressentindo a impontualidade e a repetição de histórias que já conhecia. Mas sua autodisciplina dominava de tal forma a impaciência que ele se mantinha sereno até que sua aguda análise de situação indicasse que havia chegado a hora de agir. E em geral a hora chegava mais devagar do que seus companheiros pretendiam, pois Getúlio evitava qualquer risco desnecessário. Quando o jovem Vargas, num discurso de boas-vindas ao senador mais importante do Rio Grande do Sul, elogiou o herói da ocasião porque era capaz de “esperar a marcha dos acontecimentos, colocando-se à frente destes,

⁴⁸⁵ Dulles, além de não indicar como obteve as informações dadas por Manoel Vargas, não deixou claro, também, se as outras informações, como “boa memória” e “ampla leitura de obras filosóficas”, foram dadas pelo pai de Getúlio.

⁴⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 26.

para guiá-los”,⁴⁸⁷ estava demonstrando admiração por uma qualidade que aperfeiçoaria nele próprio.⁴⁸⁸

A leitura elaborada por Dulles, sobre traços da personalidade de Getúlio Vargas, chama a atenção se comparada com algumas das outras encontradas nas demais biografias analisadas. O autor, em sua análise, não atribuiu a Getúlio Vargas nenhum poder manipulatório, como, por exemplo, em relação ao seu hábito de escutar pacientemente um interlocutor. Vargas, ao que tudo indica, comportava-se comumente assim, o que não significava que essa atitude fosse sempre relacionada à intenção de enganar, tirar vantagem ou convencer alguém. Como apontou Dulles, isso indicava muito mais uma capacidade de autocontrole do que um ato contínuo de esperteza.

Contraditoriamente, no entanto, Dulles assumiu a mesma explicação que, aparentemente, seduziu os vários dos biógrafos de Getúlio Vargas, a de que ele tinha a capacidade de “se colocar à frente dos acontecimentos para guiá-los”, elaborada — como indicaram vários autores — por seu biógrafo “oficial”, Paul Frischauer. Curiosamente, essa capacidade quase sobre-humana foi amplamente incorporada nas várias biografias, ao que tudo indica, sem uma crítica mais rigorosa. O que parece é que Getúlio tinha uma grande capacidade de avaliar, adequadamente, as circunstâncias e as pessoas que o cercavam, sendo, geralmente, bem sucedido nos passos que dava.

Além disso, para Dulles, Getúlio Vargas era

[...] dotado de autoconfiança, inspirava-se na razão. Encontrando-se num contexto que exigia a capacidade de esperar, ele se tornou um campeão dessa capacidade, e tomava cuidados excepcionais para evitar qualquer passo em falso. Atrás do que Summer Welles chamaria de “rosto singularmente impassível”, havia uma inteligência pronta a

⁴⁸⁷ Dulles retirou a idéia, conforme indicou, de FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. p. 103.

⁴⁸⁸ DULLES, *ibidem*, p. 26.

julgar situações de uma maneira prática e sensata, que seus inimigos definiriam como “fria”.⁴⁸⁹

Contudo, essas características de Getúlio Vargas produziram diversas interpretações, tanto de aliados, quanto de adversários. Foi esse o caso às vésperas das eleições que seriam vencidas pelo candidato oficial, indicado por Washington Luís. Segundo Dulles, citando João Neves,⁴⁹⁰ Getúlio Vargas parecia mais interessado na administração estadual do que na eleição para presidente.

Após a derrota para Júlio Prestes, Getúlio parecia resignado, [...] “enigmático, voltou ao Governo do estado, deixando a Aranha a tarefa de manter vivo o espírito da Aliança”.⁴⁹¹ Ao que tudo indica, isso fazia parte do modo de ação de Getúlio Vargas que esperava um momento que julgasse mais propício — leia-se, risco menor de perda de vidas e de derrota — para tocar adiante as propostas do programa da Aliança Liberal.

Para Cony, algumas características de Getúlio Vargas eram mais perceptíveis. Vargas, segundo o autor, era um homem solitário e gostava disso, pois assim se sentia livre para refletir. Conforme Cony, a vivência de Vargas na “savana verde” ensinara-lhe que contra a natureza e determinadas condições impostas por ela não adiantava lutar. Era necessário agir, portanto, fatalisticamente e de modo submisso às condições que se apresentam a cada momento.⁴⁹² De acordo com Cony, Getúlio Vargas era

Um homem que não acreditava na superstição das soluções revolucionárias [e em nenhuma superstição]. Agnóstico por formação e conveniência, repelia até mesmo a idéia de uma Providência que governasse o mundo. Era fatalista, embora

⁴⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 26.

⁴⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 59.

⁴⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 63.

⁴⁹² CONY, *ibidem*, p. 32.

preferisse definir-se como um determinista que, por força das circunstâncias, agia sempre fatalisticamente.⁴⁹³

Segundo Cony, a formação da personalidade de Vargas relacionava-se, intimamente, à paisagem do pampa gaúcho ou como chama o autor, à “savana verde”. Aquela vida “frugal, solitária”, que aos olhos dos outros poderia parecer abandono, decadência, era, para o gaúcho, motivo de orgulho.

[...] Gaúcho vive assim mesmo, na aspereza de seus hábitos, de sua rusticidade desconfiada e consciente. Aquela era a vida de seus antepassados, misto de guerreiros e pastores, submetidos às incertezas de uma terra onde as fronteiras naturais eram desprezadas e criavam-se outras, em Madri ou em Roma. No território das Missões Ocidentais não havia lugar para o conforto, muito menos para o luxo. Todos se habituavam aos perigos que ora surgiam do Rio Uruguai, ora do próprio litoral.⁴⁹⁴

Cony retoma, nessa passagem, uma imagem utilizada recorrentemente para descrever a trajetória de Vargas, suas origens rurais. Essas origens são, por sua vez, idealizadas, tanto por Cony, como por outros autores analisados nesse trabalho: Frischauer e Peixoto. De acordo com Girardet, a idealização do campo aponta, na construção mitológica, para um lugar onde “[...] padrões, camponeses e empregados domésticos reencontram, entre os cantos dos vindimadores, uma ‘doce igualdade’ que restabelece ‘a ordem da natureza’”.⁴⁹⁵

A imagem do homem plenamente integrado à natureza, feliz e solidário, tem presença, também, na mitologia em torno da figura do gaúcho. Como afirma Oliven:

O modelo que é construído quando se fala em tradições gaúchas — qualquer que seja a perspectiva de quem as cultua — está sempre calcado no campo, mais especificamente na região da Campanha (localizada no sudoeste do Rio Grande do Sul e fazendo fronteira com a Argentina e o Uruguai) e na

⁴⁹³ *Idem, ibidem*, p.108.

⁴⁹⁴ *Idem, ibidem*, p.36-7. Adiante no texto, Cony faz uma síntese da história rio-grandense.

⁴⁹⁵ GIRARDET, *ibidem*, p. 124.

figura do gaúcho, homem livre e errante que vagueia soberano sobre seu cavalo tendo como interlocutor privilegiado a natureza como ela se descortina nas vastas planícies dessa área pastoril do estado.⁴⁹⁶

A limitação e a recorrência dessa imagem que relaciona Vargas, seu comportamento, sua trajetória, às origens rurais, é bem percebida por Levine: “Embora a explicação seja insuficiente, era comum se atribuir o caráter de Vargas a seu estado de origem, o Rio Grande do Sul, e a uma herança gaúcha que se caracterizava por uma independência tenaz”.⁴⁹⁷

Na seqüência da obra, Cony assinalou que Getúlio Vargas era absolutamente ascético. Conforme o autor, “seu quarto era amplo e nu, tal como gostava. O velho gaúcho levava para os palácios a mesma aspereza dos pampas, o ascetismo pessoal que herdara de sua savana natal”.⁴⁹⁸

Contudo, de acordo com a análise de Cony, Getúlio Vargas não foi somente fruto de um ambiente que favorecia o desapego e a humildade. Veio à luz fruto de uma união inesperada. Seu pai, Manuel Vargas, casou-se com Cândida Dorneles, filhos de famílias mortalmente inimigas, que representavam a própria secessão do Rio Grande do Sul. “Os degoladores de 1893 — e com mais razão os degolados — deveriam ter dado voltas nos túmulos rasos que marcam as coxilhas com cruces rústicas e antigas”. Getúlio Vargas “[...] era fruto físico e político dessa união. Não tinha diante de si apenas um destino. Tinha uma missão”.⁴⁹⁹

Observemos que, a partir da construção de Cony, Getúlio Vargas foi definido como um personagem especial. Simples, sem se preocupar com o

⁴⁹⁶ OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil - nação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992, p. 69.

⁴⁹⁷ LEVINE, *ibidem*, p. 13.

⁴⁹⁸ CONY, *ibidem*, p. 162.

⁴⁹⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 48. Alzira Peixoto na biografia *Getúlio Vargas, meu pai*, falou de “predestinação”. Conferir capítulo 2 deste trabalho.

conforto e o luxo, algo típico dos ostentadores, nasceu fruto da união de famílias inimigas. Seu destino, ou como afirmou o autor, sua “missão”, era a conciliação, algo próprio dos mitos. Como afirma Girardet:

O mito político jamais deixa, nós o sabemos, de enraizar-se em uma certa forma de realidade histórica. Mas a constatação ganha, nesse caso particular, um valor quase determinante. Certamente, a lenda está longe de sempre corresponder à realidade objetiva tal como esta pode aparecer ao olhar do historiador. Certamente, a narrativa legendária constitui, em si mesma, por si mesma, o objetivo específico de nossa tentativa de análise. Tratando-se, todavia, de pessoas humanas, muito concretamente e muito precisamente inseridas em um certo espaço geográfico e em uma certa fase do tempo, não é muito concebível que a narrativa em questão escape totalmente à marca da história, não testemunhe, de uma maneira ou de outra, a presença da história. Aos grandes heróis imaginários [...] Édipo, Fausto, Don Juan, a literatura como a pintura podem atribuir rostos os mais diversos. Eles não dependem de nenhuma cronologia, de nenhum contexto fático. Podem ser e foram incessantemente reinventados, reinterpretados; cada um de nós tem a liberdade de reconstruir à vontade seus personagens. Com toda a evidência, tal não pode ser o caso de um ser de carne e osso, historicamente definível, e cujo processo de heroificação não poderia fazer esquecer os traços particulares que são os de uma personalidade e de um destino.⁵⁰⁰

Tentando formular uma hipótese que explicasse com maior precisão a personalidade de Vargas, Cony viajou para São Borja. Lá entrevistou algumas pessoas e percebeu que todas tinham grande desconfiança de estranhos. Alguns moradores mais falantes do lugar contaram-lhe histórias que o deixaram ainda mais inquieto. Cony tinha a impressão de que a qualquer momento poderia ser alvejado por desagradar a alguém. Mais tarde, no entanto, percebeu que o gaúcho era

[...] tímido, quase medroso. Dito assim, pode parecer uma provocação gratuita ao povo gaúcho que tem justificada fama de valente. Mas a verdade é que o gaúcho, em seu primeiro estágio psíquico, é tímido. Tal como o mineiro. Apenas, no caso do mineiro, superada a timidez ele parte para a astúcia. O

⁵⁰⁰ GIRARDET, *ibidem*, p. 81.

gaúcho parte para a coragem, não raras vezes para a valentia.⁵⁰¹

Coragem que, muitas vezes, parecia se confundir com violência gratuita, sensação ainda muito mais forte para os que não eram do lugar. Cony vivenciou essa sensação quando fora entrevistar o irmão de Getúlio, Benjamin Vargas. Conforme contou, para ir encontrá-lo, contratou um motorista, já que Bejo⁵⁰² estava vivendo na Fazenda do Itu. No entanto, o que parecia um momento de rara tranqüilidade naquela terra estranha — já que alguém o receberia de bom grado — transformou-se numa situação insólita. O motorista contratado por Cony, na medida em que avançavam em direção à fazenda, começou a contar-lhe certos casos do lugar que envolviam, sem exceção, assassinatos. Conforme Cony, o motorista afirmara que não havia homem naquela região, com mais de quarenta anos, que não tenha seu caso de morte.

[...] O motorista ia me apontando as cruzeiras fincadas no meio da estrada, ou perdidas em plena coxilha. Dava nomes, datas, causas. 'Aquele ali foi o compadre Juvenal' [...] 'Ali foi o Eudócio' [...] 'Aqui o Gregório matou uns argentinos' [...] Até que o dedo do motorista apontou o capão que fazia sombra verde-escura no horizonte: 'Ali fui eu. Foi o meu primeiro caso de morte. Um soldado que me desfeiteou. Passei-lhe a faca e fui absolvido.' [...] Era elementar a dedução de que havia outros casos de morte. [Cony pergunta]
 —E o outro?
 —Bom, no outro eu peguei dois anos.
 —Foi dinheiro? Mulher?
 —Nada disso. Não se mata ninguém por isso. Foi um agravo. Agravo. A palavra mágica que provoca e redime o crime de morte. [...] Mais tarde, compreendi que havia razões históricas para justificar esse horror ao agravo. E também para explicar essa familiaridade, essa promiscuidade com o assassinio, que ali não chega a ser um crime. É um caso.⁵⁰³

⁵⁰¹ CONY, *ibidem*, p. 53.

⁵⁰² Benjamin Dornelles Vargas (1897-1973). Irmão de Getúlio Vargas de quem foi assessor (1930). Participou da repressão ao movimento paulista de 1932. Organizou a guarda pessoal de Vargas (1938). Foi nomeado chefe da polícia no Distrito Federal (1945). In: FAUSTO, *ibidem*, p. 638. (adaptado)

⁵⁰³ CONY, *ibidem*, p. 54-5.

Aparentemente, a morte era algo muito presente para os gaúchos dessa região fronteiriça. Contudo, em outros lugares a lei era a regra. O desafio que se colocava para Getúlio Vargas não era ele adaptar-se a novos lugares e a novas regras, mas sim garantir que pessoas fiéis a ele se adaptassem, como por exemplo, Gregório Fortunato ou seu irmão Viriato.

A primeira separação da terra natal e a necessidade de adaptação foram, segundo Cony, muito bem resolvidas por Getúlio. No entanto, não se poderia dizer o mesmo de seu irmão Viriato. Este envolveu-se no assassinato de um estudante em Ouro Preto, um “incidente”, conforme o autor, que ocorria com uma certa normalidade naquele meio, e “[...] tudo começara com um açucareiro derramado num bar, o tradicional agravo”.⁵⁰⁴ Como afirmou Cony, Getúlio não teve nada a ver com o incidente, pois era um menino e a tradição estudantil não permitia que meninos andassem com adolescentes. Além disso, segundo o autor, o processo correu na justiça e, finalmente, Viriato foi absolvido.

No entanto, para a oposição Getúlio Vargas teria sido o pivô do incidente e seu pai teria subornado a justiça para livrá-lo da prisão. “Anos mais tarde, o incidente de Ouro Preto seria lançado em seu rosto como um estigma. Mais: como uma vocação”.⁵⁰⁵

Conforme Cony, outras separações — que seriam tão importantes para sua formação — vieram habitar a vida do jovem Getúlio Vargas. Coursou Direito em Porto Alegre. Sua geração lia Nietzsche, Zola, Comte, Spencer, dentre outros. Getúlio Vargas tinha uma predileção especial por Raul Pompéia, segundo Cony,

⁵⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 58.

⁵⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 58.

[...] sabia de cor vários trechos de *O Atheneu*, admirava não apenas a obra mas o autor, fez questão de ir, anos mais tarde, a Angra dos Reis, ver a casa onde Raul Pompéia havia nascido. Isolou-se de sua comitiva e ficou, em silêncio, observando a casa onde nascera aquele rapaz que após escrever uma obra-prima e alguns artigos polêmicos em jornal metera uma bala no peito para provar à nação que 'não era um infame'.⁵⁰⁶

Essas passagens deram mostras significativas do processo de construção, pelo autor, de uma imagem altamente positiva de Getúlio Vargas. Primeiramente, do ponto de vista intelectual. A geração de Getúlio Vargas lia vários autores absolutamente importantes, marcantes no século XIX. Getúlio Vargas lia-os, mas como sinal de inquietude e refinamento intelectual lia mais, tinha as leituras que iam além das de sua geração. O que corrobora com a idéia de sua distinção dentre os membros de uma geração que deu ao Brasil importantes personagens como Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor.⁵⁰⁷ Por que Getúlio Vargas, e não outro, deveria ocupar certas posições de destaque? Porque, certamente, era o mais preparado.

Um segundo aspecto na construção dessa imagem positiva de Getúlio Vargas disse respeito a sua solidão, novamente assinalada. Cony deu a ela um sentido meditativo — para os adversários, o silêncio e a solidão de Getúlio Vargas eram indicativos de que alguma coisa estava sendo tramada — que aliava-se ao seu dom de observação.

E, finalmente, a admiração pela obra de Raul Pompéia e pelo ato extremo que cometera ao se suicidar com uma bala no peito. Para Cony, o suicídio de Pompéia não significou para Getúlio Vargas o último ato de um homem fora de si, desesperado, pelo contrário, fora algo pensado que servira

⁵⁰⁶ *Idem, ibidem*, p.58-9. Cony não identificou de onde foi retirada essa informação. Nenhuma das biografias pesquisadas fez qualquer referência a esse episódio.

⁵⁰⁷ Nomes apontados pelo próprio Cony, *ibidem*, p. 59.

para provar sua coragem e honra. Segundo o autor, valores que eram sagrados para Getúlio Vargas, que via o suicídio não como um ato reservado aos covardes, mas somente aos grandes homens.

Sobre a ligação intelectual de Getúlio Vargas com o positivismo comteano, Cony colocou-a em dúvida. Segundo afirmou, Getúlio

[...] nunca lera Comte, e achava graça naqueles que, de boa ou má-fé, o consideravam positivista. Era, isso sim, um jovem formado em velhos ideais gauchescos e tivera por Júlio de Castilhos uma admiração intelectual que ia além de uma simples submissão política.⁵⁰⁸

Vale ressaltar, quanto à ligação de Getúlio Vargas com o positivismo, que o próprio Cony apontou no início do livro duas informações discrepantes. Segundo Alzira Peixoto, o pai lia Augusto Comte; já conforme seu outro filho, Lutero, Getúlio não lia Comte. Cony, aparentemente, optou pela visão do filho sem indicar os motivos dessa opção. Curiosamente, pelas informações de que dispomos, foi a filha, Alzira, a pessoa da família que mais proximamente colaborou com Getúlio.

Além disso, Cony enfatizou a independência de Getúlio Vargas em relação a Júlio de Castilhos, um dos mais conhecidos apóstolos do positivismo em terras brasileiras. Revendo a posição de Cony, basta lembrar que Getúlio, estudante de Direito, era membro do chamado Bloco Acadêmico Castilhista, que teve ativa participação em vários episódios da vida política rio-grandense.

Esse grupo lança, a 3 de junho de 1907, *O Debate*, [jornal criado especialmente para defender a candidatura de Borges de Medeiros contra a do Federalista Fernando Abbott], anunciado matematicamente pela *Federação* [jornal oficial do Partido Republicano Rio-grandense]. O próprio Borges de Medeiros designa o diretor, que foi Firmino Paim Filho. Os

⁵⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 164. O autor não indicou de onde retirou essa informação. Chamamos atenção para o grau de detalhamento na descrição de Cony, particularmente quando afirmou que Getúlio Vargas achava graça quando o consideravam positivista.

redatores foram Getúlio Vargas, João Neves, Maurício Cardoso, Manoel Duarte e Jacinto Godói.⁵⁰⁹

Ainda estudante, Getúlio Vargas, como apontou Cony, destacava-se dentre os demais colegas. Por isso fora o responsável pelo discurso em homenagem ao presidente da República, recém eleito Afonso Pena, que visitara o Rio Grande do Sul. Aos vinte e três anos pronunciou estas palavras:

Quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo, exaurido pela captação e pelo fisco, sopeando o livre desenvolvimento das atividades industriais! Amarga resultante para quem se vê coato a comprar manufaturados no estrangeiro os gêneros da própria matéria-prima que exporta.⁵¹⁰

De acordo com Cony, foi possível perceber nessas palavras a idéia básica, que, cinqüenta anos mais tarde, ficaria tão conhecida na carta-testamento. Essa idéia

[...] não foi improvisada, nem colada a esparadrapo no pensamento de Getúlio Vargas. Aos 23 anos ele já tinha esse pensamento. Talvez tenha sido o seu único pensamento político, sua única fidelidade ao ideário político que criou ou que deixou que outros criassem para ele. Uma constante houve e é justamente essa constante que marca o modesto início e o trágico fim da vida pública mais longa e discutida de nossa selva política.⁵¹¹

Vale ressaltar essa tentativa — talvez a mais explícita com a qual nos deparamos entre todas as biografias estudadas — do autor em estabelecer coerência entre momentos tão distantes na vida do biografado. Contudo,

⁵⁰⁹ SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*. Porto Alegre: LPM, 2004. (Coleção Pocket) — [1ª edição 1980], p. 31. O próprio Silva assinalou em outras obras que as referências a Júlio de Castilhos eram bastante comuns entre os jovens membros do PRR. Ver, também, Carta de João Neves a Getúlio Vargas, in: SILVA, Hélio. *1930: A revolução traída*. 2ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1972, p. 80-5.

⁵¹⁰ CONY, *ibidem*, p. 60. O autor não deu a referência do material do qual retirou o discurso de Getúlio Vargas.

⁵¹¹ *Idem, ibidem*, p. 60-1.

conforme afirmou Pierre Bourdieu o estabelecimento dessa linha de coerência na vida do biografado caracterizou uma tendência nos escritos desse gênero.

O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (E é provável que esse ganho de coerência e de necessidade esteja na origem do interesse, variável segundo a posição e a trajetória, que os investigados têm pelo empreendimento biográfico).⁵¹²

A construção de biografias lineares, em nosso entendimento, caracterizou um determinado período, particularmente, entre as décadas de 1930 a 1970. As obras de tal gênero muito mais serviam, como dissemos anteriormente, a uma disputa pela memória e pela herança política do investigado, longe de assinalar estudos mais rigorosos. Desta forma, Cony representou bem um determinado período da recente história brasileira, marcado dentre outras causas pelo tema desenvolvimento nacional *versus* imperialismo. Getúlio Vargas prestava-se de forma exata a essa discussão.

Logo após sua graduação em Direito, em 1907, Getúlio Vargas foi nomeado promotor público em Porto Alegre. Segundo Cony, o primeiro caso com o qual o novo promotor se deparou foi com o de um defloramento. “Conversou separadamente com as partes e convenceu-as a casarem-se. O processo foi arquivado e o advogado convidado ao casamento”.⁵¹³ No mesmo ano, outro caso de violência sexual. Um rapaz violentou sexualmente uma

⁵¹² BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 7ª ed. RJ: Editora FGV, 2005, p. 184.

⁵¹³ CONY, *ibidem*, p.62.

senhora de 62 anos. O promotor pediu pena máxima para o criminoso. Era o agravo.

Novamente podemos perceber o estabelecimento, pelo autor, de uma conduta linear e coerente de Getúlio Vargas. Ele teria demonstrado, para o biógrafo, enorme senso de justiça e equilíbrio ao conseguir perceber as diferenças entre os dois casos. Nunca teria agido movido pelo impulso. O agravo era imperdoável. Não permitia qualquer forma de transigência ou de negociação. Aliás, habilidade demonstrada na resolução do primeiro caso e que seria uma das características marcantes de Getúlio Vargas.

Apesar de todo o sucesso, Getúlio Vargas renunciou ao cargo de promotor, pois segundo Cony, o cargo não o atraía. Voltou para sua terra. Foi, em seguida, eleito deputado estadual, mas também renunciou ao cargo, em protesto contra o chefe do seu partido, Borges de Medeiros, que obrigou alguns deputados eleitos a renunciarem ao seu mandato — prática comum dos chefes partidários de então. Conforme Cony, essa atitude representou o ato de uma

[...] bofetada com luvas em pleno rosto do chefe onipotente de toda a política estadual. [Contudo Getúlio Vargas] Não podia romper ostensivamente com o velho cacique. Seria condenar-se a um ostracismo definitivo e inglório. Mas era uma forma de fazer sentir que não seria brinquete nas mãos do soba gaúcho. Além do mais, a sua atitude seria devidamente anotada pelos adversários de Borges. O Rio Grande do Sul vivia profunda e eternamente dividido entre chimangos e maragatos, federalistas e republicanos, posições irreduzíveis, adversários irreconciliáveis. E ele, filho físico de chimango e maragato, sentia-se destinado a promover a união política que um dia haveria de vir.⁵¹⁴

Assinala-se, de novo, o caráter messiânico e predestinado atribuído por Cony a Getúlio Vargas. Segundo o autor, inexistiam razões políticas e conjunturais para esse pequeno ato de divergência de Getúlio Vargas para com

⁵¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 63.

Borges de Medeiros. Essas razões encontravam-se na própria predestinação de Getúlio Vargas, nascido da união de correntes políticas tradicionalmente inimigas. Assim, podemos inferir que Getúlio Vargas estava “destinado” a promover a união do Rio Grande do Sul.

Além disso, Cony assinalou, mais uma vez, a extrema capacidade política de Getúlio Vargas. O ato foi sutil como um “tapa de luvas”, não percebido por Borges de Medeiros e que serviu para exercitar uma habilidade que marcaria a trajetória do futuro presidente da República.

Adiante, Getúlio Vargas foi eleito deputado federal. Teve a tarefa de evitar a intervenção do governo central no Rio Grande do Sul, mergulhado em mais uma guerra fratricida. Corria o ano de 1923 e Getúlio Vargas estreava na Câmara. Fez um discurso longo, cheio de aforismos. Aprendeu, no entanto — em um de seus únicos tropeços apresentados pelo autor —, que deveria ser mais objetivo em suas falas. Segundo Cony, “um dos grandes males dos países latino-americanos, além do subdesenvolvimento, é a retórica. Getúlio parece que pressentiu isso e abandonaria esse tipo de oratória, firmando-se numa sobriedade mais técnica e mais eficiente”.⁵¹⁵ Ao final de sua missão, alcançou seus objetivos, foi conseguida a “*pax gaúcha*”. Nascia, de acordo com Cony, um novo líder, reconhecido pelo seu partido e pela oposição.

Em 1926, Getúlio Vargas foi convidado a assumir uma cadeira no Ministério da Fazenda. De acordo com Cony, houve surpresa quando Getúlio aceitou a indicação, pois alguns meses antes recusara um lugar na Comissão de Finanças da Câmara afirmando que “não entendia nada de finanças”. Cony não elaborou nenhuma hipótese para explicar a recusa e depois a aceitação do

⁵¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 70.

cargo de ministro numa área tão importante e que conforme o próprio Vargas não tinha conhecimento algum.

A seguir, contudo, Cony apontou para uma medida de extrema importância tomada por Getúlio Vargas no Ministério da Fazenda. Segundo o autor, Vargas foi o responsável por criar

[...] o imposto sobre o consumo, abrindo uma realidade nacional, estruturada e ampliada na formação de um mercado interno próprio, cujo desenvolvimento acarretaria por sua vez o embrião de um mercado consumidor capaz de justificar e de acelerar o processo de industrialização de um país até então essencialmente agrário.⁵¹⁶

Novamente Cony enfatizou a coerência de Getúlio Vargas em relação aos seus objetivos, — segundo o biógrafo, traçados desde os tempos de estudante na recepção ao presidente da República Afonso Pena —, a industrialização e o desenvolvimento nacional.

Em 1927 chegara a hora do Partido Republicano Rio-grandense escolher seu candidato à presidência do estado, uma vez que Borges de Medeiros estava impedido, pelo acordo de Pedras Altas,⁵¹⁷ de concorrer novamente. Borges de Medeiros, no entanto, parecia pressentir o risco que aquela nova liderança — Getúlio Vargas — poderia representar. Contudo, o destino jogou mais uma vez a favor de quem sabia compreendê-lo. Borges de Medeiros havia pensado em Sérgio de Oliveira, discípulo leal, mas boêmio, que “[...] na ocasião andava de amores com uma bailarina de cabaré. Pensou em João Neves — dali por diante Borges teria uma obsessão em opor João Neves

⁵¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 71.

⁵¹⁷ Acordo que pôs fim à chamada Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, uma guerra civil que opôs belicamente os “maragatos” — partidários da candidatura de Assis Brasil — e os “chimangos” — partidários de Borges de Medeiros, reeleito presidente do estado pela quinta vez. O acordo reconheceu a eleição de Borges de Medeiros, mas impediu nova reeleição.

a Getúlio — mas as cartas já estavam lançadas há muito. Getúlio foi o candidato natural e único”.⁵¹⁸

Esse mesmo episódio foi relatado por Paul Frischauer,⁵¹⁹ com alguns poucos detalhes diferentes. Conforme Frischauer, Borges de Medeiros pareceu não ter alternativas. No relato de Cony, Getúlio era o candidato “natural”, em que pese a resistência do chefe do PRR. Cony, mais uma vez, não indicou de onde retirou o episódio, mas pela semelhança, suponho ter sido do livro de Frischauer. Parece, todavia, que ambos os autores buscaram atingir os mesmos objetivos: marcar o afastamento de Getúlio Vargas em relação a Borges de Medeiros; e demonstrar as virtudes pessoais de Getúlio, um homem sem vícios, diferentemente do “boêmio apaixonado”. Assim, sua indicação para as eleições passava, essencialmente, por suas qualidades e não pela ligação com o chefe Borges de Medeiros.

Além da ruptura com Borges de Medeiros, Getúlio Vargas romperia, segundo Cony, com outros antigos “companheiros”, como, por exemplo, João Neves, em virtude da força das circunstâncias. Conforme o autor, em 1930, com a vitória dos revolucionários garantida, Getúlio Vargas começou a ter de enfrentar os ônus de chefiar um movimento daquela importância. Devia designar homens para determinados postos, evitar que outros ocupassem posições para as quais não estavam preparados ou causariam problemas. João Neves da Fontoura, seu colega de faculdade e companheiro de redação no jornal castilhistas *O Debate*, era o vice-presidente do estado do Rio Grande do Sul e esperava receber a presidência do estado de Getúlio quando este partiu para o Rio de Janeiro. De acordo com Cony, João Neves esperou por

⁵¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 71.

⁵¹⁹ Ver capítulo 1 deste trabalho.

vários dias a correspondência que lhe traria a boa notícia, no entanto, ela nunca chegou. Chegou, pelo contrário, a notícia de que Getúlio passara o governo do estado ao seu Secretário do Interior, Osvaldo Aranha. Nunca mais os dois reataram a velha amizade.

De acordo com Cony, Getúlio Vargas tomou essa atitude por dois motivos principais: João Neves fazia parte do movimento de 1930 dentro do esquema político, — articular a aliança político-eleitoral com os mineiros — como esse falhara, com a eleição de Júlio Prestes, a sua tarefa se encerrara; João Neves era excessivamente próximo e fiel a Borges de Medeiros, que, por sua vez, era excessivamente fiel ao velho jogo político, tendo reconhecido de pronto a eleição do candidato de Washington Luís. Segundo Cony:

Fora aquela a primeira manobra que, mais tarde, caracterizaria sua estilística de governar: “a rasteira”. Ele dera sua primeira grande rasteira, de forma quase impiedosa. Mas, ainda assim, era como sempre se definia: um escravo das circunstâncias. Se tivesse dependido unicamente dele, não teria feito a revolução. Se tivesse dependido exclusivamente dele, passaria o governo a seu substituto legal e a seu amigo leal. Mas aquilo que alguém chamou de “império das circunstâncias” tinha nele um escravo ao mesmo tempo submisso e poderoso.⁵²⁰

Curiosamente essa “estilística de governar”, a rasteira, elogiada e justificada por Cony, também foi mencionada por Cláudio de Araújo Lima,⁵²¹ considerada por ele como um método baixo e traiçoeiro, típico de Getúlio Vargas.

Outra característica da personalidade de Getúlio Vargas acentuada por Cony era a sua capacidade de conhecer as pessoas. Contou o autor que mesmo Getúlio estando assoberbado de trabalho não era incomum que ele deixasse suas tarefas para receber pessoalmente as demandas mais distintas

⁵²⁰ *Idem, ibidem*, p. 114.

⁵²¹ Ver capítulo 2 deste trabalho.

e inoportunas. Segundo Cony, no entanto, Getúlio Vargas dizia: “Eles me trazem sugestões, discutem medidas. Eu escuto atentamente, demonstrando interessar-me, mas o que mais me interessa realmente é conhecê-los melhor para saber como tratá-los”.⁵²² Getúlio Vargas possuía, segundo o autor, duas qualidades das mais importantes: “a paciência e sua coirmã, a prudência”.⁵²³

Aparentemente, era por isso que Getúlio Vargas não gostava de usar o telefone. Segundo Cony, “ele não se interessava pelas palavras, mas pelos gestos, pelas fisionomias, pelo olhar de quem falava. Sabia que as palavras serviam para esconder o pensamento e o telefone impedia-lhe de ver e ouvir. Era-lhe um utensílio decorativo, mas inútil”.⁵²⁴

De acordo com Cony, Getúlio Vargas não era

[...] um homem frontal, que dizia ou fazia abertamente o que queria e como queria. Agia obliquamente, sempre pelos lados, pelos contornos. No fim, tal como Washington Luís afirmara, os próprios adversários é que o obrigavam a ir onde ele realmente desejava ir. Nascia um político — o maior da História do Brasil.⁵²⁵

Coincidentemente, tanto grupos anti-Vargas, quanto seus herdeiros políticos e simpatizantes se utilizaram da mesma situação, evidentemente com objetivos diferentes — tal qual no caso das “rasteiras”. Para os primeiros essa forma “oblíqua” de agir era sinal de falta de convicção política e de energia para governar. Para os segundos, significava o poder de Getúlio em conduzir o governo, seus assessores e ministros e também a oposição para onde quisesse. Parece que de fato uma das características de Getúlio Vargas foi o seu poder de ouvir os interlocutores, sem nunca comprometer-se com eles.

⁵²² *Idem, ibidem*, p. 146.

⁵²³ *Idem, ibidem*, p.147.

⁵²⁴ *Idem, ibidem*, p. 171.

⁵²⁵ *Idem, ibidem*, p. 148.

Considero, no entanto, não ser possível definir com quais intenções Getúlio procedia assim. Aliás, interessa nesse trabalho perceber os vários “Getúlios” que foram construídos ao longo do período estudado, uma vez que Getúlio Vargas foi um daqueles personagens absolutamente marcantes da história do Brasil, sobre o qual se estabeleceram disputas para a construção de uma memória. Fenômeno que apontou, semelhanças guardadas as devidas proporções, com o de Evita Perón, estudada por Beatriz Sarlo. Segundo ela:

Essa Eva - personagem de Fassbinder tem o rancor que lhe atribuía a oposição antiperonista; compensa-o, não com a filantropia da Eva *abanderada de los desposeídos* [porta-voz dos despossuídos], nem com o verniz revolucionário da Evita montonera, mas com a desordem carnavalesca de quem não esquece nem perdoa, mas também não muda. Eva, uma lúmpen fascinante e imortal que realiza a fantasia de todas as prostitutas, das humilhadas e ofendidas.⁵²⁶

A Revolução de 1930

Para John W. F. Dulles as circunstâncias que levaram ao movimento de 1930 foram mais ou menos as mesmas apontadas por estudos anteriores, produzidos entre as décadas de 1930 e 1940, a da ruptura da “regra de ouro” da sucessão. Uma vez preterido, Antônio Carlos ofereceria apoio a um candidato do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, a interpretação de Dulles foi minuciosa, apontando para as próprias dissidências dentro das oligarquias regionais, pontualmente, no Rio Grande do Sul, ao analisar as divergências entre Flores da Cunha e João Neves. O primeiro, conforme o autor, apostava que Washington Luís poderia escolher Getúlio Vargas como o candidato oficial, em virtude das fortes resistências ao nome de Júlio Prestes. Na proposta de Flores da Cunha os

⁵²⁶ SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção. Borges, Eva Perón, Montoneros*. SP: BH: Companhia das Letras: Editora UFMG, 2005, p.20.

mineiros ficariam de fora do acordo e Vargas seria um “candidato de conciliação nacional”. João Neves defendia a já conhecida via de aproximação com os mineiros.

Foi por isso, segundo Dulles, que Getúlio Vargas se demorava em definir sua posição quanto ao movimento e lançar em definitivo sua candidatura. Dulles definiu-a como uma espera razoável, uma vez que “até mesmo Assis Brasil, que pertencia à Oposição, concordava com Vargas que o mais sensato seria esperar até setembro”.⁵²⁷

Outro ponto interessante na interpretação de Dulles foi a afirmação de que o pacto com Minas Gerais aconteceu de forma precipitada. Como apontado anteriormente, desenvolviam-se duas possibilidades de acordo e, conforme o autor indicou, o Rio Grande do Sul tenderia à conciliação com Washington Luís, o que resguardaria o estado de sofrer com alguma futura retaliação do governo federal, como era comum no período. Entretanto, João Neves, “impulsivamente”, respondera sim à proposta mineira, embora tivesse que ratificá-la junto a Borges de Medeiros.

Borges de Medeiros, para não desautorizar João Neves, aprovou o acordo, “[...] mas aconselhou-o a não se servir do acordo a não ser no caso de que falhassem todos os esforços conciliatórios”.⁵²⁸ Getúlio, conforme Dulles, foi até o rancho de Borges, juntamente com Osvaldo Aranha, para discutir o acordo. O chefe do PRR “[...] excluiu seu próprio nome como uma possibilidade, explicando que Vargas correspondia mais de perto aos anseios da Nação”.⁵²⁹

⁵²⁷ DULLES, *ibidem*, p. 52.

⁵²⁸ *Idem, ibidem*, p. 56.

⁵²⁹ *Idem, ibidem*, p. 56.

Segundo Dulles, em meados de julho de 1929, Antônio Carlos e Flores da Cunha fazem chegar a Washington Luís as duas cartas confirmando a candidatura de Getúlio Vargas com o apoio mineiro. O presidente, então, em virtude da impossibilidade do acordo com o Rio Grande do Sul, decidiu lançar, ainda em julho de 1929, a candidatura de Júlio Prestes.

Alguns aspectos importantes devem ser ressaltados na análise de Dulles. Um primeiro diz respeito à situação da aliança entre Minas e Rio Grande do Sul. Essa aliança não estava dada. Conforme a análise do autor, nem o grupo gaúcho nem o presidente Washington Luís haviam fechado as portas para a negociação de um acordo de conciliação.

Outro aspecto a ser observado diz respeito à importância política de Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Getúlio, João Neves e outros membros mais jovens do partido devotavam, ainda, lealdade ao seu líder, diferentemente do que outros autores — Frischauer, Peixoto, Cony — afirmaram. Em outras palavras, para Dulles, a ruptura entre Getúlio Vargas e Borges de Medeiros não tinha ocorrido até aquele momento.

Vale ressaltar, finalmente, que o autor definiu as posições de cada um dos principais atores da trama. Para Dulles, isso se deveu muito mais a uma necessidade concreta de espera pela definição das alternativas do que a lances maquiavélicos arquitetados por Getúlio ou por sua tergiversação.

Quanto à divisão política que havia entre os participantes da Revolução de 1930, o autor, assinalou que, depois das eleições, houve grande divergência entre os vários integrantes da Aliança Liberal. Borges de Medeiros apressou-se em reconhecer o direito de Júlio Prestes. Getúlio Vargas, contudo, procurando

manter vivas as propostas aliancistas, designou Osvaldo Aranha como seu interlocutor político.

Na análise de Dulles, uma certa inabilidade política de Washington Luís teria servido para manter acesa a chama da Aliança. Em maio de 1930, Washington Luís foi duro — como se esperava — com a aceitação dos eleitos pelos estados, para a Câmara Federal.⁵³⁰ Dos representantes do estado da Paraíba, nenhum ligado a João Pessoa foi aceito. De Minas Gerais, foram aceitas as credenciais de vinte e três e recusadas quatorze, — tanto os aceitos, quanto os rejeitados eram ligados a Antônio Carlos. O único estado da Aliança Liberal que não teve problemas foi o Rio Grande do Sul.⁵³¹

A postura de Washington Luís foi tema, segundo Dulles, de correspondência entre o cônsul dos Estados Unidos, em Recife, e Washington. O cônsul afirmara que “um político mais astuto teria transigido”.⁵³²

Com o assassinato de João Pessoa a situação voltou a tornar-se explosiva. Inúmeros pronunciamentos foram feitos relacionando, diretamente, o assassinato com a postura omissa do presidente da República, que não teria agido para evitar confrontos entre grupos políticos rivais, na Paraíba. Antônio Carlos telegrafou a Getúlio Vargas sugerindo-lhe um manifesto à nação. Segundo Dulles — citando Virgílio de Melo Franco —, Getúlio teria comentado com Aranha que se houvesse alguma manifestação de sua parte seria

⁵³⁰ Após as votações, os eleitos à Câmara Federal deveriam ter seus mandatos confirmados pela Comissão de Verificação de Poderes, fortemente influenciada pelo presidente da República. Segundo Viscardi, no entanto, essa Comissão teria tido pouca duração e interferido menos do que se lhe atribui. Ver VISCARDI, *ibidem*.

⁵³¹ DULLES, *ibidem*, p. 64.

⁵³² *Idem, ibidem*, p. 63, nota 15.

necessário que os demais preparativos estivessem prontos, pois, um ato daqueles, “[...] sem a sua imediata e lógica sucessão, seria suicídio e crime”.⁵³³

Diante da pressa de seus companheiros, Getúlio “aguardava os acontecimentos”. Certa vez, segundo Dulles, teria dito que “[...] lançariam o movimento programado, mas no momento escolhido por ele, ‘a fim de assegurar a vitória’”.⁵³⁴

Com a vitória da Revolução e a destituição de Washington Luís, cabia agora reorganizar o país, evitando que os interesses dos vários grupos, que tornaram o movimento de 1930 tão heterogêneo, levassem a uma nova conflagração. Conforme o autor:

Por temperamento, Vargas nada tinha de revolucionário. Não o atraía o uso da violência para defender o que podia ser uma causa perdida. Seria difícil, contudo, encontrar outra pessoa tão bem dotada para manejar as forças conflitantes, que agora buscavam satisfação.⁵³⁵

De um lado, portanto, Getúlio tinha os tenentes, que almejavam “[...] romper completamente com o passado”,⁵³⁶ mesmo que para isso as garantias legais fossem suprimidas. Do outro, os antigos grupos políticos, que haviam abandonado momentânea e pragmaticamente sua postura conservadora, e desejavam de imediato uma nova Constituição. Além disso, havia os militares, que olhavam com desconfiança a indisciplina dos tenentes e a presença conservadora de velhas figuras da política brasileira.

Vale ressaltar, na análise de Dulles, dois elementos. Primeiro, a idéia de que os tenentes desejavam a “ruptura completa com o passado”, que é

⁵³³ *Idem, ibidem*, p. 72.

⁵³⁴ *Idem, ibidem*, p. 72.

⁵³⁵ *Idem, ibidem*, p. 85.

⁵³⁶ *Idem, ibidem*, p. 86.

discordante de uma parte considerável da historiografia. Essa historiografia afirma que para o tenentismo

o grande mal a ser combatido eram as oligarquias, já que, segundo os tenentes, elas haviam transformado o país em “vinte feudos” cujos senhores eram escolhidos pela política dominante. Embora na época não chegassem a formular um programa antiliberal, e não obstante suas profundas contradições e seu vago nacionalismo, os tenentes identificavam-se com a defesa de propostas como a reforma da Constituição, a limitação da autonomia local, a moralização dos costumes políticos e a unificação da justiça e do ensino, assim como do regime eleitoral e do fisco.⁵³⁷

Além disso, chama a atenção, a leitura bastante positiva, do autor, quanto ao papel desempenhado pelos militares. Segundo ele, os militares queriam manter a ordem — contra a indisciplina da caserna — e renovar a política — contra a presença dos velhos políticos. Uma leitura que se encaixava muito bem, diga-se de passagem, no contexto de publicação da obra, no ano de 1967.

Para Dulles, Getúlio buscava equilibrar-se nesse contexto, não permitindo vitória completa de nenhum dos lados na formação — “Estado de compromisso” — e ocupação dos cargos do governo, ele foi “[...] fiel ao seu cuidado de contrabalançar qualquer força que mostrasse sinais de preponderância”.⁵³⁸

Paralelamente às divergências, Getúlio Vargas, conforme Dulles, procurava constituir outras bases de apoio ao seu governo. Para além do apoio dos militares do Exército, Getúlio lançou as bases para a emergência, no cenário pós-1930, dos trabalhadores urbanos. De acordo com o autor:

⁵³⁷ FERREIRA e PINTO, *ibidem*, p. 400.

⁵³⁸ DULLES, *ibidem*, p. 97. O exemplo dado por Dulles foi o da nomeação de Osvaldo Aranha — ligado aos tenentes — para o Ministério da Fazenda. Em contrapartida, houve a nomeação de Maurício Lacerda — ligado a Borges de Medeiros e a outros líderes gaúchos — para o Ministério da Justiça.

O setor trabalhista nunca constituía fator de importância no jogo da política de poder no Brasil. Mas Vargas, que via tal possibilidade no setor trabalhista, assinava decreto após decreto, convencendo muitos trabalhadores urbanos de que o Governo estava ativamente empenhado na defesa de seus interesses. Para proteger a mão-de-obra nacional, foram criadas restrições à imigração e estabelecido, por decreto, que pelo menos dois terços dos trabalhadores em todas as fábricas deviam ser brasileiros. Os benefícios da aposentadoria e das pensões — limitados até então aos trabalhadores portuários, de telégrafos e estradas de ferro — foram estendidos, por uma série de decretos-leis, a outras categorias de trabalhadores urbanos; os empregados com mais de dez anos de serviço foram protegidos, ademais, pelo requisito de que sua demissão só era possível em caso de falta extremamente grave, apurada devidamente. [...] Em março de 1931, foi promulgado decreto [...] que estabelecia normas para a criação de sindicatos [...] A idéia era organizar os sindicatos em federações estaduais, e estas em confederações nacionais. Embora isto representasse mudança radical da atitude hostil com que até então o Governo tinha visto as atividades trabalhistas, alguns grupos interessados em dirigir sindicatos — entre eles os comunistas — criticaram o controle que o Ministério do Trabalho viria a ter sobre os mesmos.⁵³⁹

As reflexões de Dulles são bastante interessantes. Vale ressaltar o tratamento dado pelo autor a dois temas polêmicos da trajetória de Getúlio Vargas. O primeiro, é sobre a composição de forças de apoio ao governo. Parece muito adequada a leitura de Dulles ao não atribuir a Vargas nenhuma capacidade “sobrenatural” e, conseqüentemente, aos adversários uma total falta de percepção a respeito do jogo político, algo que na maior parte das análises apareceu e que remete a situações muito irreais. Para Dulles, portanto, a grande capacidade de Getúlio era a de conseguir avaliar realisticamente a conjuntura política. Foi graças a esse poder de avaliação que ele logo percebeu que os grupos envolvidos no movimento de 1930 tinham objetivos bem claros, porém distintos, e que era necessário utilizar-se do

⁵³⁹ *Idem, ibidem*, p. 98. O último trecho da citação — “embora isto representasse...” — relaciona-se à obra de BASBAUM, L. *História Sincera da República*, III, p. 33. No entanto não ficou claro se a idéia final, do controle dos sindicatos pelo governo ou se todo o período, uma vez que Dulles não a colocou entre aspas.

antagonismo entre eles para ao mesmo tempo manter-se longe, evitando declarar sua simpatia por algum, e perto, ter a capacidade de saber o que cada um dos grupos planejava.

O segundo, é o tratamento dado à questão dos trabalhadores. Não nos parece que Dulles tenha dado a esta questão o tradicional tratamento de que Getúlio Vargas tenha objetivado simplesmente e principalmente “manipular” os trabalhadores. De novo, Dulles aponta para o tema da percepção aguçada de Getúlio, ao trazer para o cenário político, ou como diz o autor, para o “jogo da política de poder no Brasil”, uma parcela considerável da população dos centros urbanos como base de apoio ao governo, em troca do estabelecimento de direitos que, conforme indicou, não faziam parte do horizonte próximo desse grupo social.

Por outro lado, Dulles caracteriza a inclusão dos trabalhadores urbanos muito mais um ato de ação “paternalista” do Estado, do que, propriamente, um processo que tenha resultado na conquista de direitos, fruto da mobilização e organização sindical. O Estado, no contexto da ditadura militar de 1964, assumira, coincidentemente, esse papel. A mobilização era desnecessária, pois poderia sofrer a influência de ideologias externas. Os trabalhadores, por sua vez, deviam ficar tranquilos, o governo recém instaurado sabia o que era melhor para o país.

Inicialmente, Cony teceu algumas reflexões sobre o vocábulo *Revolução*. Segundo ele,

[...] é a palavra mais prostituída do vocabulário brasileiro. Tem largo emprego episódico e é quase sempre usada ao contrário. Aquilo que poderia chamar de revolução é, no mais das vezes, considerado uma revolta, uma sedição, uma inconfidência, um golpe ou uma campanha. E os movimentos reacionários e conservadores são tidos como revoluções.

Para o autor, os inúmeros episódios ocorridos na recente história do Brasil — Revoltas tenentistas (1922), Revolução Constitucionalista (1932) e Rebelião Comunista (1935) — não passavam de acontecimentos isolados com propostas limitadas.

O movimento de 1930 começou com a tentativa de vencer o governo central nas urnas. Getúlio estava cético quanto a essa possibilidade.

Sabia que dificilmente governo perde eleição. Além da máquina montada em todos os estados e municípios, tinha o Catete a faca e o queijo na hora das apurações. A fraude eleitoral não era crime, era uma exigência da hierarquia, da ordem, da disciplina interna do país.⁵⁴⁰

Conforme Cony, João Neves alertara o governo que, em caso de derrota nas urnas a solução seria recorrer ao “terrível prélio das armas”.⁵⁴¹ O Catete não teria dado importância às ameaças. Seus ocupantes, como sempre, confiavam, segundo o autor, que a ameaça dos descontentes se resumiria a alguns tiros e mortos e, no fim, a ordem seria mantida.

Cony assinalou que dentre os vários aspectos que levaram ao descontentamento, um deles teria sido o rompimento do acordo sucessório entre Minas Gerais e São Paulo, sintetizado assim: “Era o leite de Minas e o café de São Paulo — sim, o país era essencialmente agrário”.⁵⁴² Nessa seqüência de sucessões entre os dois estados mais poderosos da federação, o mineiro Antônio Carlos tinha a certeza de que chegara a sua vez de assumir a

⁵⁴⁰ CONY, *ibidem*, p. 79-80.

⁵⁴¹ *Idem, ibidem*, p.80. Cony atribui a afirmação a João Neves. Mais uma vez o autor não indicou de onde tirou a afirmação. Porém, mais importante que isso, foi o fato de João Neves ter feito menção a uma possível intervenção armada contra a vitória de Júlio Prestes. Curiosamente, Cony, ao apresentar as razões pelas quais Getúlio Vargas escolhera Osvaldo Aranha para sucedê-lo no governo do estado e não o seu vice, João Neves, afirmou que a participação de João Neves era apenas política. Tendo transcorrido as eleições, o movimento agora era eminentemente militar, setor sobre o qual João Neves teria pouca utilidade. Conferir Cony, *ibidem*, p. 112-3.

⁵⁴² *Idem, ibidem*, p. 80.

presidência da República. “Mas Washington Luís era teimoso e — o que era pior — era paulista por adoção: tornou-se mais realista que o rei”.⁵⁴³ Aparentemente, para Cony, a fidelidade aos paulistas e a necessidade de mostrar-se grato pela confiança depositada por eles em sua pessoa — “até certo ponto um intruso” — teria sido a razão para o rompimento do acordo entre Minas e São Paulo pelo “paulista de Macaé”.

Do ponto de vista econômico, a avaliação de Cony foi semelhante a de grande parte da historiografia — e que só recentemente vem sendo questionado.⁵⁴⁴ O sustentáculo da economia brasileira era o café, e os presidentes da República, eleitos dentro do esquema sucessório tradicional, empenhavam todos os esforços e recursos para manterem o produto valorizado.

Não importava que esse sustentáculo econômico fosse mais ou menos fictício. A produção superava o consumo e o remédio era o governo central financiar compactamente a produção indiscriminada e quase imbecil que se fazia então. Não havia dinheiro para isso, mas havia crédito: o governo se empenhara, até os calcanhares, numa casa bancária de Nova Iorque, a Lazard, Brothers & Co., a qual garantia a retenção das safras através do desconto de simples letras hipotecárias. E de repente, 1929. O *crack* da bolsa de Nova Iorque arrastou, logo no primeiro dia de crise, a Lazard, Brother & Co., em cujos cofres não havia dinheiro nem ouro, apenas papel impresso contendo extravagantes autógrafos de uma dezena de presidentes dos países produtores de café, açúcar, banana, frutas tropicais, etc. Foi a época dos suicídios e em Nova Iorque não faltavam vigésimos andares, havia-os de sobra.⁵⁴⁵

Havia, também, o fator militar. Como afirmou Cony, “[...] a insatisfação militar vinha desde o Império”. As revoltas tenentistas retomavam o movimento militar na República, no entanto, “[...] os próprios revoltosos não sabiam exatamente contra quem ou contra o que se revoltavam. Eram rapazes bem

⁵⁴³ *Idem, ibidem*, p. 81.

⁵⁴⁴ VISCARDI, *ibidem*.

⁵⁴⁵ CONY, *ibidem*, p. 81.

intencionados, valentes, mas sem formação cultural ou política que alicerçasse uma base concreta para a revolta”.⁵⁴⁶

Na perspectiva de Cony,

[...] a revolução em marcha era a soma dos descontentamentos militares [...] com as oposições políticas naufragadas também pela vitória do Catete nas eleições para a sucessão de Washington Luís. A mistura, em si, já era bastante heterogênea. Predominavam os conservadores — e nada mais caviloso que uma revolução de conservadores. Antônio Carlos, ao coordenar a Aliança Liberal, deixava bastante claro que ia derrubar a mesa posta por Washington Luís [...] A questão posta em termos simplistas era essa: se não fui eu, não será ele [...] Mas de uma coisa a astuta raposa mineira sabia: não poderia beneficiar-se diretamente daquela articulação que já era, também, uma conspiração.⁵⁴⁷

Perspectiva coincidente com as discussões que surgiam no final da década de 1960. De acordo com essa releitura, ainda não havia uma política ou uma proposta de industrialização que se confrontasse com a política agro-exportadora. A Revolução teria sido “[...] o resultado de conflitos intra-oligárquicos fortalecidos por movimentos militares dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira”.⁵⁴⁸

Assim, segundo o autor, os gaúchos entraram no movimento porque se apresentavam unidos politicamente, o que ele chamou de *pax gaúcha*, construída desde o acordo de Pedras Altas, que pôs fim à guerra civil de 1923. Francisco Campos e João Neves começavam as negociações em torno de um nome que pudesse representar a Aliança Liberal. O nome mais adequado parecia ser o do presidente do estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas.

No entanto, conforme Cony, uma forte resistência ao nome de Getúlio Vargas teria de ser vencida dentro do próprio Rio Grande do Sul, a de Borges

⁵⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 82.

⁵⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 85.

⁵⁴⁸ FERREIRA e PINTO, *ibidem*, p. 409.

de Medeiros. A tarefa caberia a João Neves, que conseguiu dobrar o chefe. Segundo o autor, no entanto, a reflexão de Borges foi a seguinte: “Getúlio iria para o Catete e ele, Borges, mais cedo ou mais tarde, voltaria ao bem-amado governo de sua província”.⁵⁴⁹

Contudo, Getúlio Vargas fora Ministro da Fazenda de Washington Luís e concorreria contra o seu candidato. De acordo com Cony, algumas afirmações de Getúlio — “Hoje, a intensidade da campanha, os compromissos assumidos, o movimento adquirido, a expectativa geral do país exigem a solução lógica das urnas”. — criavam dúvidas entre os seus próprios partidários. João Neves, conforme o autor, teria refletido: “como carregar para a revolução um homem que só queria ir até as urnas, que não acreditava na superstição das soluções revolucionárias?”⁵⁵⁰

Na interpretação que fez Cony, Getúlio Vargas não esquecera em momento algum que ainda era presidente do Rio Grande do Sul, “em caso de derrota nas urnas não queria ficar em desgraça perante o Catete”.⁵⁵¹ Por isso, segundo o autor, muitas vezes tentou a conciliação. Em plena campanha eleitoral procurou Washington Luís, quando teria lhe afirmado que “[...] os litigantes eram as forças políticas de Minas e do Rio Grande, não as pessoas de Getúlio Vargas e Washington Luís”.⁵⁵²

Seus partidários pensaram, conforme o autor, em arranjar outro candidato. Osvaldo Aranha, João Neves, Lindolfo Collor e Maurício Cardoso sabiam que havia nomes fortes que poderiam substituí-lo, mas que não tinham

[...] o equilíbrio, a paciência, aquele senso de oportunidades que só ele tinha, só ele sabia manobrar. Todos sentiam que a

⁵⁴⁹ CONY, *ibidem*, p. 88.

⁵⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 89. O autor não indicou de onde retirou a suposta reflexão de João Neves.

⁵⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 90.

⁵⁵² *Idem, ibidem*, p. 91.

situação era por demais complexa e faltava coragem para aceitar os riscos integrais de uma liderança. Só ele tinha, paradoxalmente, essa coragem. Era difícil levá-lo nas costas — mas o bloco de mármore pesa no ombro dos carregadores, a caminho do ateliê do escultor. O mármore, em sua forma tosca, é rude, mas dele pode sair um monumento.⁵⁵³

Chegaram as eleições. O candidato aliancista fora derrotado. Os estados que davam base à aliança encerraram a questão, como Borges de Medeiros. Segundo Cony, apesar da derrota eleitoral, Borges saíra vitorioso.

[...] Fizera o belo gesto: aceitara o lançamento do pupilo rebelde à Presidência da República. O rebelde fora derrotado, derrotado ficasse. Quando terminasse o seu período à frente do governo estadual, estaria livre de Getúlio, não precisaria sequer mandá-lo para o Senado, o devolveria a São Borja —, era um vencido.⁵⁵⁴

Getúlio Vargas lançara, assim como Borges de Medeiros, um manifesto à nação. Nele afirmava: “Cabe à nação julgar se deve ou não considerar encerrada a campanha liberal”. Segundo Cony, “era uma forma de aceitar a superstição revolucionária, desde que a nação assim o quisesse. Não abriu nem fechou nenhuma porta”.⁵⁵⁵

Getúlio Vargas retornara à chefia do governo. Aparentemente tudo havia se acalmado. Contudo, a conspiração continuava. Osvaldo Aranha convidara vários militares para liderar o movimento. Conseguiu o apoio do tenente-coronel Góis Monteiro — “casado com uma de suas parentas”. Minas Gerais titubeava, não prometia auxílio efetivo, apenas financeiro.

Conforme Cony, buscava-se rearticular o que restava da Aliança. A Paraíba se mostrava mais disposta que Minas Gerais, destinando um

⁵⁵³ *Idem, ibidem*, p. 91.

⁵⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 92.

⁵⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 92.

determinado valor para compra de armas. Um pouco mais tarde contribuiria com um elemento essencial para o movimento: um cadáver.

[...] Getúlio, até então vacilante, entrou na briga. Não chegou ao exagero de alguns, que acusaram frontalmente Washington Luís como exclusivo mandante do assassinato de João Pessoa. Mas deixou bem claro o seu propósito, em telegrama ao próprio presidente da República: “Se continuarem os males que atualmente afligem a ativa e heróica Paraíba, não devemos descreer do despertar das energias cívicas da nação, traduzido num protesto generalizado ao qual, desde já, não faltará a solidariedade do Rio Grande do Sul”. [...] Erguia-se o homem. “O Rio Grande do Sul vai armar-se para a sua defesa. E nesta, o sacrifício de minha vida, além de uma saída honrosa, seria menor pelos sofrimentos pelos quais tenho passado”. A idéia de sacrifício supremo já era, em seu espírito, quase uma constante, uma idéia de resgate subordinada à honra pessoal.⁵⁵⁶

O movimento de 1930 avançava na direção do Rio de Janeiro. Washington Luís fora destituído antes mesmo da chegada dos revolucionários que vinham do sul, instalando-se em seu lugar uma Junta Governativa, formada pelos comandantes militares sediados na capital federal. Segundo Cony, de Ponta Grossa até o Catete não houvera mais nenhum tiro. Getúlio Vargas chegou em São Paulo onde foi recebido por uma multidão que o recebeu aos gritos de “queremos Getúlio”.⁵⁵⁷

No Rio de Janeiro, também não fora diferente. Conforme o autor, uma multidão recebera Getúlio Vargas.

[...] O povo, pelo menos na fase final, participara daquela revolução. As ruas do Rio já estavam cheias de tropas, os jornais que defenderam o governo deposto foram depredados e incendiados. Qualquer cidadão que se prezasse tinha de colocar uma farda comprada na *Casa Matias* ou na *A Colegial*.

⁵⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 95. O autor não indicou de onde foram retiradas as afirmações atribuídas a Getúlio.

⁵⁵⁷ A partir das manifestações com a chegada de Getúlio Vargas, Cony concluiu que o “queremismo” nascera em São Paulo em 1930 e não em 1945 como muitos pensam. *Idem*, p. 135. Vavy Pacheco Borges confirmou, não o aparecimento do movimento “queremista”, mas o registro feito pelas páginas de um jornal de São Paulo, o *Diário Nacional*, da recepção feita a Getúlio Vargas por uma multidão que gritava: “Nós queremos Getúlio”. BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. SP: Brasiliense, 1979, p.157.

Bastava ser uma roupa cáqui, arrematada por um lenço no pescoço — e eis um revolucionário em farda e entusiasmo. Era tarde demais para salvar os escombros daquela República que agonizava e cujo sepultamento já se processava.⁵⁵⁸

Em síntese, 1930, representou, para o autor, uma espécie de acerto de contas da História, que “[...] apesar dos pesares, tinha cobrado a sua hora. Era o fim de um estilo, de uma mentalidade. O fim de uma época”.⁵⁵⁹

Caberia a Getúlio Vargas estabelecer relações com os diversos e distintos grupos políticos que participaram do movimento. Segundo Cony:

O panorama revolucionário era caótico. O poder real distribuía-se em diferentes e contraditórios escalões, alguns de contornos fixos, facilmente identificáveis, como os tenentes. Outros, mais confusos e difusos, como os dos políticos que sobreviviam ou que apenas começavam a viver.⁵⁶⁰

Teria se aberto, em virtude da incapacidade dos diversos grupos envolvidos de estabelecerem uma unidade mínima necessária para assumirem o poder, “um vazio de poder. A resposta para essa situação foi o *Estado de compromisso*”.⁵⁶¹

Mais adiante, na avaliação de Cony, os tenentes conseguiram estabelecer, dentro de sua fração de classe, alguma coesão. Essa organização lhes garantiu alguma influência nos primeiros anos do novo governo. Conforme o biógrafo, foram os tenentes os que mais causaram preocupação a Vargas. Teria sido essa a razão da decretação da *Lei Orgânica do Governo Provisório*, que limitava os poderes do presidente da República. Conforme Cony, Getúlio teria sido questionado a respeito das razões que o fizeram limitar o próprio poder naquele momento tão delicado, ao que respondera: “Faço isso não tanto

⁵⁵⁸ CONY, *ibidem*, p.140-1.

⁵⁵⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 145.

⁵⁶⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 143.

⁵⁶¹ FERREIRA e PINTO, *ibidem*, p. 409. As autoras se referem à obra de FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

por mim, porque sei limitar-me e sei até onde devo chegar. Mas é também por causa deles...”⁵⁶²

A Revolução de 1932

Dulles entendeu 1932 como um movimento marcado pela rebeldia dos paulistas contra o que julgavam ser a excessiva presença dos tenentes no governo. Além disso, viam na figura do interventor de São Paulo, João Alberto, um desrespeito inaceitável para com o estado mais importante da federação.

Para Dulles, o movimento também significou a definitiva divisão entre as duas correntes que foram tão decisivas para o sucesso do movimento de 1930: os tenentes e a velha classe política. Foi justamente para marcar a inconformidade com os rumos do governo chefiado por Vargas que paulistas e gaúchos resolveram que era necessário o movimento de 1932. Assim, a partir da formação da Frente Única Rio-Grandense estava sinalizada a ruptura com o governo. Figuras como Borges de Medeiros, João Neves, Batista Luzardo, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor começaram a articular o movimento com os paulistas, prometendo-lhes, do Rio Grande do Sul, homens e armas.

No entanto, os membros gaúchos do movimento não contavam com o abandono de Flores da Cunha, interventor no estado, e que tinha o poder de mobilizar aqueles homens e armas prometidos a São Paulo. Os paulistas continuavam, por sua vez, a receber boas notícias, trazidas por João Neves, que confirmava dentre outras coisas que Borges chegaria a qualquer momento, comandando dez mil homens. João Neves, de modo irrealista, respondia de

⁵⁶² CONY, *ibidem*, p. 145.

São Paulo aos gaúchos, que “[...] a ditadura, repelida pela nação, está se deteriorando hora a hora”.⁵⁶³

Após a vitória das tropas federais e a rendição completa dos revoltosos, iniciaram-se as tratativas de paz. “Vargas foi magnânimo na vitória”.⁵⁶⁴ Em momento algum usou da vitória governista para humilhar os paulistas. “Responsabilizou pela tragédia não os paulistas, mas os que tinham chefiado a conspiração. O povo do estado, disse, não é culpado, e não será humilhado”.⁵⁶⁵ Conforme Dulles, Getúlio sabia que:

O Brasil precisava de São Paulo. Além disso, Vargas desejava estabelecer vínculo mais forte com os paulistas. Getúlio raramente fechava as portas a um entendimento com os inimigos, e comentava mesmo que muitas vezes lhe parecia mais fácil lidar com os adversários do que com os aliados.⁵⁶⁶

Na análise de Dulles, o movimento de 1932 serviu para determinar a nova base de apoio a Vargas, o Exército. Getúlio Vargas, conforme o autor, fizera a seguinte avaliação do momento:

Agindo com o cuidado de quem sabia não representar nenhuma facção em particular, Vargas tinha visto os políticos se colocarem na liderança de correntes democráticas, tentando transformá-las em movimentos antigetulistas. Ele sabia que muitos pronunciamentos em favor da Constituição refletiam apenas o desejo de vê-lo fora do poder. Mas tinha sabido enxergar também nesses momentos o apelo popular das eleições, e da idéia da constitucionalização do país.⁵⁶⁷

Sobre a análise de Dulles do Estado Novo é possível dizer que em nenhum momento, adotou a visão pró-constitucionalista ou caracterizou Getúlio Vargas como um personagem de tendências ditatoriais, que se colocasse

⁵⁶³ DULLES, *ibidem*, p. 120. A afirmação de João Neves fazia parte do relatório enviado pelo Consulado dos Estados Unidos, em São Paulo, em 30 de julho de 1932.

⁵⁶⁴ *Idem, ibidem*, p. 129.

⁵⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 129. A afirmação foi retirada de VARGAS, Getúlio. *A Nova política do Brasil*. Vol. II, p. 90-1.

⁵⁶⁶ *Idem, ibidem*, p. 129.

⁵⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 130.

frontalmente contra a constitucionalização do país. De alguma maneira, na interpretação do autor, Getúlio já tinha começado esse processo com a promulgação do Código Eleitoral (02/1932) e do decreto que autorizava a destinação de verbas para a instalação do recém criado sistema de tribunais eleitorais — o Supremo Tribunal Eleitoral e os respectivos Tribunais Regionais.⁵⁶⁸

Por outro lado, como um brasilianista imbuído e ciente da “importância estratégica de seus estudos”, Dulles destaca como o novo elemento fiador da estabilidade política, o Exército, que, lentamente, colaboraria de forma decisiva na construção das condições para que a democracia fosse retomada plenamente.

Nas palavras de Cony, a crise de 1932 não foi uma crise do governo revolucionário, “[...] mas da situação que se criara em torno e dentro do próprio governo”.⁵⁶⁹ Foram, conforme o autor,

[os] ressentimentos pessoais de gaúchos, inconformados em não serem os donos absolutos do poder, descrentes já de seu delegado executivo (que deveria ser o próprio Getúlio Vargas), que se encarregaram de atizar os ânimos regionais do grande estado.⁵⁷⁰

No centro do movimento encontrava-se Borges de Medeiros, que, conforme o autor, rearticulava o Rio Grande do Sul em torno de si mesmo. Era uma “oligarquia requentada”. João Neves, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso, Batista Luzardo, Flores da Cunha e Osvaldo Aranha sentiam-se frustrados com a “traição” de Getúlio Vargas. Conforme Cony,

⁵⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 130. As informações foram retiradas por Dulles da obra de VARGAS, A *nova política do Brasil*, Vol. II, p. 53.

⁵⁶⁹ CONY, *ibidem*, p. 163.

⁵⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 163.

Getúlio empolgara o poder e o guardava apenas para si. Era mais que uma traição. Era felonía. Borges de Medeiros recebeu os anjos rebeldes de braços abertos, reservara a ovelha mais gorda para o banquete de volta e ali estavam, todos eles, maldizendo a aventura de 30, arrependidos de terem prestigiado uma raposa igual às velhas raposas do antigo regime.⁵⁷¹

O ânimo dos paulistas já estava exaltado. Foram alijados do poder, em 1930. Pediam uma Constituição. Já tinham os cadáveres — para o autor, essenciais para o sucesso de qualquer movimento — e as iniciais MMDC.⁵⁷² Com o apoio gaúcho, achavam que não faltava mais nada para recuperarem parte do espaço político perdido.

Para Cony, diferentemente do que se possa imaginar, Getúlio Vargas não temia de forma alguma uma nova Constituição, tanto que já limitara o próprio poder com a publicação da *Lei Orgânica*. Contudo, tenentes e militares eram radicalmente contra qualquer constitucionalização. Juarez Távora⁵⁷³ — o vice-rei do Nordeste — indicou várias vezes sua posição. Conforme o autor, Juarez teria afirmado que “[...] a ditadura se impõe para realizar um conjunto de reformas e que logicamente deverá subsistir até cumprir a sua tarefa”.⁵⁷⁴ Em março de 1932, manifesta-se novamente, defendendo a idéia de que uma nova Constituição, naquele momento, “[...] seria uma cópia da Carta de 1891”.⁵⁷⁵

⁵⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 170.

⁵⁷² Correspondem às letras dos nomes de quatro rapazes: Miragaia, Marcondes, Dráusio e Camargo. Foram mortos ao tentar invadir um jornal tenentista, em São Paulo. Os tiros teriam partido da sede do jornal. In: FAUSTO, *ibidem*, p. 343 e 346.

⁵⁷³ Na nota à edição de 2004, Cony esclareceu que teve alguns problemas com Juarez Távora quando da publicação da primeira versão da biografia — em capítulos na revista *Manchete*, em 1967. Segundo Cony, logo após o encerramento da publicação pela revista, os capítulos seriam lançados em livro, no entanto, “[...] pressões da censura federal, em parte porque o marechal Juarez Távora, invocando a lei de imprensa, escreveu cinco capítulos adicionais que a revista foi obrigada a publicar, refutando fatos e opiniões em que se julgava prejudicado”. In: CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas: 1954, uma tragédia brasileira*. 3ª edição rev. e ampliada. São Paulo: Editora Planeta, 2004, p. 7.

⁵⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 166.

⁵⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 167.

Góis Monteiro, também consultado por Getúlio Vargas, teria afirmado, segundo Cony, que: “primeiro, dever-se-ia proceder as reformas militares, educacionais e econômicas; só depois, então, poder-se-ia pensar em Constituição”.⁵⁷⁶ Para o autor, uma Constituição seria, na perspectiva de Getúlio, uma solução para anular as “[...] as pressões contraditórias que vinha recebendo”.⁵⁷⁷

As considerações de Cony quanto ao caráter estritamente democrático de Getúlio são exageradas. A favor dessa tese o autor apontou para as várias tentativas do governo federal de solucionar o “problema de São Paulo” — destituição de João Alberto e a nomeação de interventores — que não afrontassem diretamente os interesses paulistas. No entanto, supor que Vargas desejava a constituinte e a Constituição naquele momento parece exagerado, ao que tudo indica Getúlio tentava evitar uma conflagração armada.

Além dessa, Cony defendeu outra tese, a de que a ditadura era algo que estava absolutamente fora do repertório de Vargas, o que serviu para reforçar a imagem democrática do protagonista. Curiosamente, o próprio Getúlio reconheceu o momento de exceção pelo qual o país passava, afirmando, enfaticamente, sobre o movimento de 1932:

Sob a aparência de apelo à Constituinte e defesa duma autonomia que sempre violaram, procuram, apenas, voltar ao antigo mandonismo e pleiteiam a posse de cargos para a montagem da máquina eleitoral, veículo indispensável à sua ascensão. Pretendem esses profissionais da política assessorar o Governo instituído pela Revolução, como se este fosse autômato ao sabor de seus caprichos, consoante o pregão habitual de seus asseclas, instalados na imprensa. A volta do país ao regime constitucional virá, terá de vir, está na lógica dos acontecimentos. Essa volta processar-se-á, porém, orientada pelo Governo revolucionário, com a colaboração direta do povo e não em obediência à vontade exclusiva dos políticos, na sua maioria, com o espírito deformado pelas

⁵⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 167.

⁵⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 166.

transigências e deturpações impostas a uma Carta constitucional teoricamente perfeita. O regresso ao regime constitucional não pode ser, nem será, contudo, uma volta ao passado, sob a batuta das carpideiras da situação deposta, que exigem, hoje, invocando o princípio da autonomia, um registro de nascimento a cada interventor local,⁵⁷⁸ mas que, em plena vigência das garantias institucionais, bateram palmas às violações da autonomia mineira e à espoliação da Paraíba.⁵⁷⁹

No trecho acima, a avaliação do próprio Getúlio parece clara. Os políticos profissionais paulistas desejavam apenas o retorno à velha ordem. Ordem que não mais atendia às exigências do presente.

Além disso, conforme Cony, das promessas de apoio do Rio Grande do Sul, os paulistas receberam apenas a chegada solitária de João Neves. Segundo o autor, “a um observador atento a causa paulista estava perdida desde o nascedouro”.⁵⁸⁰ Mas a propaganda foi sedutora. “O povo paulista atendeu ao chamado dos políticos e dos oligarcas depostos. Mulheres, jovens, operários preparavam-se para a luta — foram dias de emoção que beirava ao histerismo coletivo”.⁵⁸¹

Cony foi ainda mais crítico em relação ao movimento paulista de 1932. Segundo ele, “a campanha militar de 1932 transcorreu dentro dos quadros tradicionais de nossos movimentos armados. Muitas fotografias — é considerada a revolução mais fotografada do mundo — e poucos tiros”.⁵⁸²

⁵⁷⁸ A ênfase de Getúlio Vargas foi bastante clara. São Paulo representava, naquele momento, o sistema deposto pela Revolução. O poderoso estado fechou os olhos, durante sua hegemonia política, e agora cobrava a constitucionalização, nada mais contraditório para o chefe do governo provisório. Observe-se também, a ironia de Vargas ao tratar da exigência de “registro de nascimento” para cada interventor indicado, fazendo clara referência ao fato da exigência paulista de que fosse indicado um interventor civil e paulista para governar o estado.

⁵⁷⁹ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p.17-8. Chamamos a atenção para essa obra de 11 volumes que cobre o longo período Vargas. Corresponde à interpretação oficial do contexto, de forma bastante interessante. Será utilizada nessa tese esporadicamente, uma vez que sua análise não é nosso objetivo.

⁵⁸⁰ CONY, *ibidem*, p. 172.

⁵⁸¹ *Idem, ibidem*, p. 172.

⁵⁸² *Idem, ibidem*, p. 172.

Coincidem as leituras de Cony e do governo federal sobre o movimento paulista. Em ambas, o movimento de 1932 teria sido promovido pelas velhas elites que, ao que parece, estavam muito mais preocupadas em recheiar suas paredes com o registro de “feitos heróicos”, realizados na segurança da capital, do que promover uma melhoria efetiva na vida da população de São Paulo. Todavia, ao se afirmar que esse foi um movimento elitista, movido pela propaganda dos periódicos, Cony recorreu à idéia “elitista” de que o “povo” paulista foi manipulado.

O autor, aliás, aproveitou-se do episódio para destacar duas figuras que seriam decisivas, futuramente, para Getúlio Vargas: Eurico Dutra e Gregório Fortunato. Segundo Cony, Dutra foi um dos mais bravos na frente de batalha, isto é, quando havia alguma batalha. Conforme o autor, certa vez, Benjamin Vargas — o Bejo, irmão de Getúlio — enfrentava brava resistência das tropas de São Paulo. Benjamin solicitou reforços aos seus comandantes — Cordeiro de Farias e Valdomiro Lima — que o mandaram recuar. Dutra, ainda coronel, apareceu em apoio a Benjamin, disposto a lutar e vencer a batalha. Segundo Cony, Benjamin escreveu a Getúlio pedindo que o coronel fosse promovido a general.

No entanto, as considerações de Cony sobre a participação de Gregório Fortunato foram bem contrastantes. De acordo com o autor, a partir de relato do próprio Dutra, o companheiro de batalha não era tão valente como ficou conhecido. Dutra narrou:

— Enchi meu cantil de cachaça e pólvora, fórmula que me ensinaram para espantar o medo, na hora do fogo. Gregório passou por mim e bebeu todo o meu cantil. Horas depois, vim a saber que três homens dos provisórios estavam entocados, frente a frente com os paulistas. Fui com alguns soldados socorrer os nossos companheiros. Pelo caminho, soube que haviam sido capturados e que um deles era Gregório.

Continuamos a avançar, dispostos a salvar nossos homens. De repente, passamos por um barranco, bem protegido dos tiros paulistas. Encontrei um soldado dormindo pesadamente, depois de ter comido um enorme farnel de campanha, que estava ao lado, cheio de restos. Era Gregório.⁵⁸³

Conforme Cony, ao final do movimento de 1932 os paulistas julgaram-se vencedores, uma vez que Getúlio aproveitara-se da sedição para livrar-se dos “esquemas” que o oprimiam: os tenentes — através das pressões recebidas do Clube 3 de Outubro — e os gaúchos — através da Frente Única Gaúcha, que congregava as velhas “raposas” da política sulina.

Ainda sobre a constitucionalização, Getúlio teria afirmado a Góis Monteiro que não poderia governar sob espadas. Segundo o autor, Getúlio via na constitucionalização do país uma forma de “[...] livrar-se para sempre das tutelas ocasionais e flutuantes que até então vinha recebendo”.⁵⁸⁴

Getúlio, aproveitando-se da demanda paulista, teria jogado ironicamente com ela. De acordo com o autor, “todos sabiam que o movimento paulista tinha, no fundo e na forma, um nítido sentido reacionário. Mas não custava acreditar na propaganda dos vencidos, em ser generoso na vitória”.⁵⁸⁵ Desejavam a Constituinte, então a teriam. Assim, em mais um lance de exímio jogador, Getúlio Vargas, “numa só jogada, ele matava mais de dois coelhos: matava três. Contentava os paulistas, livrava-se dos tenentes e reduzia os gaúchos a seu devido lugar”.⁵⁸⁶

Cony, em sua análise, constrói de Getúlio Vargas uma imagem bastante positiva e surpreendente. Surpreende em virtude da negação de qualquer traço

⁵⁸³ *Idem, ibidem*, p. 173.

⁵⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 175.

⁵⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 175.

⁵⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 175.

autoritário de Vargas. Talvez, para o autor, na comparação com a ditadura militar em que vivia, o Estado Novo fosse uma frágil e distante lembrança.

Cony recorre, novamente, à idéia do “Estado de compromisso”, no qual Getúlio Vargas navegava, com grande habilidade e destreza, colocando-se acima dos acontecimentos e conduzindo-os, sem se “molhar”. Aliás, é essa a interpretação dada ao movimento de 1932, que Vargas utilizou em proveito próprio, eliminando “três problemas de uma só vez”.

O Estado Novo

Para Dulles, o Estado Novo foi fruto de inúmeras situações políticas — as eleições presidenciais, o levante comunista de 1935, o problema do Rio Grande do Sul governado por Flores da Cunha e a presença integralista entre alguns membros do Exército — que, de alguma forma, ameaçavam o poder de governar de Getúlio Vargas. A saída para essa situação apontava para um novo período de centralização do poder, para que as ameaças fossem debeladas.

O golpe de 10 de novembro de 1937, às vésperas da Guerra Mundial, teve repercussão internacional. Segundo o autor,

[...] a imprensa alemã ficou satisfeita, e descreveu a mudança de regime no Brasil como contrária ao pan-americanismo preconizado pelos Estados Unidos da América. O presidente do Senado italiano atribuiu o golpe ao exemplo do fascismo italiano, e à boa influência da cultura italiana no Brasil, explicando: “Os camisas-verdes são filhos, ou irmãos mais moços, dos nossos gloriosos camisas-negras”.⁵⁸⁷ Comentava-se que o Mussolini brasileiro não tardaria a aderir ao pacto anti-comunista de que participavam a Itália, a Alemanha e o Japão.⁵⁸⁸

⁵⁸⁷ Dulles utilizou-se da comunicação do Embaixador americano em Roma (Phillips) ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, 18 de novembro de 1937. *Ibidem*, p. 185.

⁵⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 185.

Conforme Dulles, no entanto, o governo brasileiro através do próprio Getúlio Vargas, imediatamente esclareceu a situação junto ao novo embaixador americano no Brasil, Jefferson Caffery, a quem afirmou: “É ridículo pensar que os alemães, os italianos ou até os japoneses tiveram algo que ver com a recente mudança de regime; da mesma forma, os integralistas em nada contribuíram para ela”.⁵⁸⁹ Assim, na avaliação do autor, mesmo depois do golpe, as boas relações entre o Brasil e os Estados Unidos não estariam ameaçadas.

Aliás, Dulles fez análises interessantes sobre as relações de Getúlio Vargas com o integralismo. Para o autor, as relações entre os dois nem sequer eram cordiais. Vargas, sempre segundo Dulles, não demonstrava qualquer inclinação para apreciar, por exemplo, o desfile dos camisas-verdes, em 15 de novembro de 1937 — que, segundo Plínio Salgado, teve a presença de um milhão e meio de pessoas e que, segundo as informações que Getúlio recebera, não passavam de milhares de adeptos do sigma.⁵⁹⁰ Getúlio tinha consciência, segundo o autor, das práticas integralistas e não desejava tornar-se um chefe deposto, um segundo Hindenburg.⁵⁹¹

Conforme Dulles, Getúlio Vargas pretendia, com o novo regime, promover “[...] um forte vínculo de lealdade do povo para com um Brasil unido; lealdade não a grupos e a lemas, nem ao país proposto pela oratória e pelos manifestos de Plínio Salgado”, tendo declarado pelo rádio, em 31 de dezembro

⁵⁸⁹ Telegrama do embaixador Caffery, no Rio, ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, em 13 de novembro de 1937. *Idem, ibidem*, p. 186.

⁵⁹⁰ Símbolo dos integralistas, os “camisas-verdes”, que o ostentavam nas braçadeiras significando somatória, união dos adeptos em torno de um fim comum, assim como, a idéia de um Estado corporativo.

⁵⁹¹ DULLES, *ibidem*, p. 190.

de 1937, que “[...] os ‘intermediários políticos’ entre a Presidência e o povo tinham sido eliminados, com a supressão do ‘interesses facciosos’”.⁵⁹²

A partir da leitura de Dulles, poderíamos afirmar que as relações entre Brasil e Estados Unidos eram as melhores possíveis. O autor, em momento algum, fez qualquer referência à possibilidade de Getúlio Vargas tornar-se um aliado do Eixo. Muito antes pelo contrário, a narrativa de Dulles apontou para a direção de que o presidente do Brasil era um forte e fiel aliado dos Estados Unidos.

Essa sensação ficou reforçada quando Dulles descreveu várias das ações tomadas pelo governo na tentativa de barrar e extinguir qualquer tipo de ação dos simpatizantes do Eixo em solo brasileiro. Por exemplo, a medida tomada, no Rio Grande do Sul, em 1938, quando da visita de Getúlio Vargas para a inauguração de uma ponte ligando Brasil e Argentina.

Nesta ocasião, o Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias lhe falou sobre a extensão das atividades nazistas no sul do país. De volta ao Rio, o Presidente conferenciou com Góis Monteiro e Francisco Campos, e os três decidiram tomar medidas enérgicas. Cordeiro de Farias, que era gaúcho, foi nomeado Interventor do estado, onde fechou todos os escritórios do Partido Nazista, deportando seu principal representante. Os diretores de jornais de língua alemã foram convidados a abandonar a propaganda hitlerista. Verificando que das duas mil e oitocentas escolas particulares do estado vinte somente usavam a língua portuguesa nas aulas, Cordeiro de Farias pôs todas as escolas particulares sob supervisão estadual. Em Santa Catarina, onde vinte e cinco por cento da população falavam alemão, foi feito obrigatório o ensino primário em português, e todas as escolas foram obrigadas a adotar nomes luso-brasileiros.⁵⁹³

O ministro do Exterior da Itália, Ciano, e o embaixador alemão, Karl Ritter, protestaram inutilmente. Por outro lado, nos Estados Unidos, “[...] o

⁵⁹² Alguns trechos foram retirados por Dulles da obra de Vargas, *Nova Política do Brasil*, vol. V, p. 123. DULLLES, *ibidem*, p. 190.

⁵⁹³ *Idem, ibidem*, p. 192.

Subsecretário Summer Welles passou a criticar os que acusavam o novo regime brasileiro de fascista”, e, em Londres, o líder da oposição “[...] declarou que a ditadura brasileira tinha sido estabelecida justamente para evitar a infiltração nazista e fascista”.⁵⁹⁴

Dulles, reforçando a tese de que Getúlio Vargas se opunha ao fascismo e os fascistas se opunham a Getúlio, apresentou o episódio do plano integralista para a derrubada do governo. O plano falhou, sobretudo, em razão de ordens e contra-ordens de alguns oficiais, principalmente da Marinha, que perceberam a intensa vigilância das autoridades e resolveram abortar o movimento. No entanto, as ordens não chegaram a tempo a todos os envolvidos e alguns já tinham iniciado as ações. Como já era tarde para retroceder, os que iniciaram as ações tornaram-se presa fácil para a polícia. “Na casa do integralista Belmiro Valverde a polícia carioca encontrou um depósito de armas, incluindo metralhadoras, bem como a lista das autoridades que deveriam ser ‘eliminadas’”.⁵⁹⁵

De acordo com o autor, os integralistas brasileiros trabalhavam inspirados pelas notícias do *Anschluss* austríaco — incorporação da Áustria pela Alemanha nazista — e pelo *putsch* que eliminou o primeiro-ministro austríaco Dollfuss. E essa leitura construída pelo autor foi retirada de uma análise de Alzira Peixoto,⁵⁹⁶ do ano de 1963. Curiosamente, essa análise não constava de sua obra *Getúlio Vargas, meu pai*, de 1960, mas sim da obra de Paul Frischauer, *Presidente Vargas*, de 1943. A filha de Getúlio Vargas, ao que

⁵⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 192-3.

⁵⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 194.

⁵⁹⁶ Alzira Vargas do Amaral Peixoto, capítulo 7 de “A vida de Getúlio”, *Fatos e Fotos*, 27 de julho de 1963. DULLES, *ibidem*, p. 195.

tudo indica, realizou um processo de atualização da memória de seu pai, incorporando essa interpretação à sua nova narrativa.

De uma forma geral, o tratamento dado por Dulles a Vargas é bastante interessante. O autor, em momento algum, questiona qualquer possibilidade de adesão de Vargas ao Eixo durante a Segunda Guerra Mundial. Vargas sempre esteve alinhado à política norte-americana, com a qual sempre teve ótimas relações. Assim, as interpretações do autor apontam na direção de comprovar a existência de uma longa amizade entre Brasil e Estados Unidos.

Para Cony, em 1937, Getúlio Vargas se encontrava numa difícil situação: “[...] tinha de escolher entre um golpe político para a direita radical e um golpe militar em que pudesse manter, no espaço que os generais lhe destinassem, o liberalismo progressista que lhe era inato e no qual acreditava”.⁵⁹⁷

No entanto, o poder militar desejava alijar Getúlio Vargas do comando do país, e, segundo afirmou o autor, um governo autoritário de modo algum preocupava os militares. Góis Monteiro, aliás, já dera mostras de sua disposição quando colocou-se contrário à constitucionalização do país, em 1932.

Cony afirmou, portanto, que a defesa da necessidade de uma ditadura partia exclusivamente das Forças Armadas. Partia das idéias de Góis Monteiro, Eurico Dutra e de um jurista, Francisco Campos,⁵⁹⁸ para fazer as adequações jurídicas exigidas pelo novo regime.

Na interpretação de Cony, além disso, a posição de Getúlio Vargas nesse contexto era a de garantir as eleições, no entanto, os chefes militares e

⁵⁹⁷ CONY, *ibidem*, p. 40.

⁵⁹⁸ Cony fez sobre Francisco Campos considerações nada elogiosas, como a de que ele [...] “estava destinado a servir aos generais. Não apenas em 1937”. *Idem, ibidem*, p. 192.

alguns poucos políticos já haviam decidido que elas não aconteceriam. Segundo o autor, tudo acontecia à revelia de Getúlio. João Alberto, ao ser interpelado por José Américo,⁵⁹⁹ teria confirmado quais eram as intenções dos militares;

—O velho Góis sabe o que está fazendo. Getúlio não vai se agüentar 15 dias nessa experiência arriscada. Será deposto, logo depois do golpe. O acesso posterior ao poder será justificado pela inépcia e pela desmoralização do chefe civil. O sinal ficará verde para Góis ou para Dutra.⁶⁰⁰

Segundo Cony, em 1937, não teria havido ambição pessoal dos militares com o golpe — “como quase nunca houve, até bem pouco tempo” —, mas algo que eles não aceitavam de forma alguma era que os rumos do país fossem determinados por políticos. Os militares “[...] consideravam que a tutela da nação deveria caber a homens que tivessem uma noção profissional de patriotismo”. Getúlio, por sua vez, teria escapado da armadilha graças ao seu aguçado senso de percepção. Vargas utilizou-se de uma velha estratégia.

Duas idéias, duas facções, ou, simplesmente, dois homens em uma mesma direção. Anulando ora um, ora outro, unindo-os e desunindo-os de acordo com as circunstâncias, ele neutralizaria as duas correntes militares que haviam engendrado e consolidado o golpe. Ele sobreviveria no poder. Governaria sete anos mantendo Dutra e Góis domesticados, cada qual em seu canto. Somente na noite de 29 de outubro de 1945 os dois generais sentariam-se do mesmo lado e no mesmo sofá para ouvir o discurso de posse do Ministro José Linhares, chamado às pressas para substituir o ditador. Evidentemente, após o golpe de 37, a parcela de poder mais considerável ficaria com os condestáveis do novo regime. Mas no espaço que lhe deixassem livre, Getúlio poderia fazer alguma coisa. Talvez muitas.⁶⁰¹

⁵⁹⁹ José Américo de Almeida. Foi escolhido como o candidato oficial para a sucessão de Getúlio Vargas que ocorreria em 1938. Foi ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas. Tinha fortes ligações com o tenentismo — conhecido como o “tenente civil”. Para alguns analistas, seu discurso de viés esquerdista o teria afastado de Vargas.

⁶⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 196. O autor não indicou de onde retirou o diálogo entre João Alberto e José Américo.

⁶⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 217-8.

Ressalte-se da análise de Cony sobre o Estado Novo, algumas questões. Inicialmente, e talvez o aspecto mais original da obra, o fato de Getúlio Vargas estar completamente alijado do planejamento do golpe. Para o autor, de forma alguma Getúlio tinha tendências ou inclinações ditatoriais. Vargas propugnava o “liberalismo progressista”, ideologia que o autor, por outro lado, não definiu.

Outra questão diz respeito à postura dos militares. Embora não almejassem vantagens pessoais, — “naquela época” e até “bem pouco tempo atrás” — eram, claramente, tendentes ao autoritarismo. Então, o Estado Novo teria sido obra da articulação nascida dentro dos quartéis, por Góis, Dutra e simpatizantes, como por exemplo, o tenente João Alberto, que sabia da trama e, sendo oriundo do movimento tenentista, comungava das soluções de força. Getúlio Vargas, como foi dito, estaria afastado deles e de suas idéias autoritárias.

Cony escreveu seu livro, como já foi dito, em plena ditadura militar. Em 1967, Cony publicou-o, em capítulos, na revista *Manchete*.⁶⁰² Em 1974, saiu a primeira edição do livro. Vale ressaltar, o tratamento dado, pelo autor, aos militares, pontualmente, em relação aos golpes de Estado, que em princípio não apresentavam “objetivos pessoais”, mas que, posteriormente — agora —, isso tinha mudado, o que poderia ser interpretado como uma crítica contundente ao regime instaurado pós-1964, no Brasil. Diga-se de passagem, que Cony foi preso várias vezes, resta saber se por motivos diretamente relacionados à publicação do livro ou dos capítulos na revista.

⁶⁰² Seria importante verificar se houve modificações substanciais dos capítulos publicados na revista em relação ao livro.

Além disso, outra idéia recorrente na biografia é a de que os militares tinham tendências “incontroláveis” para o autoritarismo. Isso fica muito marcado na obra em razão da insistência de Cony em afirmar que Vargas não admirava e não defendia modelos autoritários de governo. Talvez, o autor estivesse apontando para a natureza distinta de ditaduras civis e ditaduras militares, entre o poder civil e poder militar. Esse segundo, de acordo com a narrativa de Cony, é de “natureza ditatorial”, o que para a época de publicação representava, sem dúvida, uma enorme crítica ao regime, que “convivia pessimamente” com qualquer divergência, imbuído que estava em provar que o país era “uma grande potência”.

O segundo governo

Para Dulles, Getúlio Vargas, em seu segundo governo, tentou construir um governo de coalizão. No entanto, a oposição temia uma aproximação excessiva que o fortalecesse. Em razão disso, inúmeros projetos ficaram parados no Congresso Nacional, dando a sensação de imobilidade do governo.

No plano internacional a situação também se modificara.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, parecia haver desaparecido a posição especial do Brasil junto aos Estados Unidos, que agora davam grande atenção ao Plano Marshall, e à luta contra o comunismo internacional em outros continentes. Em outras palavras, Vargas estava começando a sentir a falta de Franklin D. Roosevelt.⁶⁰³

Internamente, como foi dito, as acusações contra Vargas proliferavam. Desde o financiamento irregular ao jornal *Última Hora*, até a suposta criação de um pacto entre os governos da Argentina, Brasil e Chile para a adoção de um regime nos moldes do peronismo, o *Pacto ABC*. Para Dulles, no entanto, “[...]”

⁶⁰³ DULLES, *ibidem*, p.331.

não havia qualquer fundamento nas alegações de que Getúlio tinha negociado secretamente com Perón, e, em junho de 1954, os antagonistas do Presidente tentaram outro caminho: acusaram-no de malversação de fundos públicos”. Sobre os novos caminhos construídos pela oposição, o autor, também, foi enfático: “Getúlio, que era um homem absolutamente honesto, promovia investigações para revelar as fraudes e abusos”.⁶⁰⁴

Sobre o nacionalismo de Vargas, Dulles afirmou:

O nacionalismo era um conceito de extrema importância nos meios políticos e militares do Brasil [...] Vargas parece ter sentido que era possível ser patriótico sem aceitar necessariamente programas sugeridos por muitos que procuravam parecer mais nacionalistas do que os outros. Durante a ditadura, quando julgava ser vantajoso para o país, Getúlio era capaz de ignorar dispositivos constitucionais que exigiam a nacionalização de todos os bancos e fontes de energia hidráulica. Na campanha de 1950 ele acentuou a necessidade de obter capital externo para o desenvolvimento industrial do Brasil, desde que os recursos naturais do Brasil não fossem dominados por estrangeiros.⁶⁰⁵

Sobre a criação da Petrobrás, uma das referências de lutas nacionalistas posteriores, o autor assinalou:

O projeto original da Petrobrás, preparado por Getúlio, daria o controle da indústria do petróleo ao Governo brasileiro, sem impedir que os capitais estrangeiros investissem naquele setor, e sem fazer da Petrobrás um monopólio. Estas idéias não puderam ser implantadas porque os políticos sentiram a importância de demonstrar que eram “nacionalistas extremados” (A UDN encontrou uma oportunidade para parecer mais “patriótica” do que Vargas).⁶⁰⁶

Para Cony, por sua vez, Getúlio Vargas pagou com a própria vida o preço de ser nacionalista e de tentar tornar o país de fato independente. Para o autor, Getúlio já tinha sentido as pressões dos trustes internacionais ao criar a

⁶⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 336.

⁶⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 361.

⁶⁰⁶ *Idem, ibidem*, p. 362.

Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e agora elas pareciam ter voltado redobradas.

Para Cony, o que explicava o movimento das oposições contra Getúlio era a sua íntima ligação com os interesses estrangeiros. De acordo com ele, a oposição,

[...] tinha, a seu favor, o apoio e o estímulo das forças imperialistas, notadamente as ligadas com o petróleo, já inexoravelmente rompidas com o presidente. Poderosos escalões de testas-de-ferro e de intermediários entre as companhias estrangeiras e a economia nacional também aderiram, subterraneamente, a uma campanha de vida e de morte para derrubar o homem que, enfrentando todos os riscos, ousara mexer no território sagrado das reservas energéticas que o capital cosmopolita de há muito se julgava dono.⁶⁰⁷

Os objetivos dessa oposição eram bem claros, de acordo com Cony:

Não se tratava, mais, de acusar Getúlio Vargas disso ou daquilo, de corrupto ou corruptor, com a finalidade de desmoralizá-lo política e eleitoralmente, impedindo-o de fazer um sucessor. A luta política ficou secundária, então. O importante era derrubar o homem que criara a Petrobrás. E depois de sua derrubada, destruir a própria Petrobrás. Em resumo: recolocar o Brasil na eterna condição de quintal e celeiro dos trustes. (Por acaso, o sucessor de Vargas no poder, Sr. João Café Filho, foi pressionado por grupos estranhos e ocultos a revogar a legislação nacionalista de petróleo. E não o fez por um imperativo popular que tornara a Petrobrás intocável, principalmente depois que um presidente dera um tiro no peito e deixara a carta-testamento dando, justamente, o nome dos grupos estranhos e ocultos que manobravam nos bastidores da política e da administração do país). Era urgente, portanto, apear Getúlio do poder. Antes que viesse a Eletrobrás. E quem sabe, antes mesmo da Atomobrás. Na época, tal empresa seria considerada um absurdo. Mas a história da emancipação econômica do Brasil não pararia em 1954; teria novas e dolorosas batalhas pela frente.⁶⁰⁸

⁶⁰⁷ CONY, *ibidem*, p. 210.

⁶⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 210-1.

Algumas considerações

Em outras palavras, Dulles assinala, ao longo de sua obra, que a construção de uma imagem de Getúlio Vargas “nacionalista” não correspondia à “verdade histórica” e que o próprio nacionalismo foi usado como elemento demagógico pelos políticos tradicionais brasileiros.

Para além da discussão sobre a transformação de Getúlio Vargas num ícone do nacionalismo — o que ocorreu após sua morte —, a bandeira nacionalista, na década de 1960, era um grande transtorno à política norte-americana da “Aliança para o Progresso”. O nacionalismo, dessa forma, ao invés de aproximar a *Latin America* dos “tradicionais aliados” — como foi comprovado por Dulles na biografia analisada — jogava o país em outras searas. Por isso a necessidade de uma intervenção militar, considerada absolutamente natural:

O corporativismo corresponde ao estilo de desenvolvimento *Iberic-Latin*; um estilo que é mais adequado às ‘realidades nativas e tradições históricas, (...) à sua própria cultura política e estrutura social (...) do que a imitação anterior dos modelos americano e europeu’.[...] Deve-se notar que, naquele contexto histórico particular, aquilo que Wiarda chamou eufemisticamente de ‘estilo’ corporativo *Iberic-Latin* estava sendo adotado por ditaduras militares altamente repressivas. Portanto, na realidade, o autor recomenda a seus leitores que aceitem esse arranjo político como inerente à *Latin America*.⁶⁰⁹

Cony faz uma análise militante da figura de Getúlio Vargas, misturando elementos da narrativa mitológica — “Getúlio foi morto porque queria libertar o Brasil da dominação estrangeira” — e das próprias leituras que foram produzidas após a morte de Vargas. Como afirmou Ferreira, ao identificar as análises produzidas e recorrentes entre os anos que separam o suicídio de Vargas, 1954, e o golpe civil-militar de 1964:

⁶⁰⁹ FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “Latin America”...*, p.218.

Uma outra interpretação, que não deve ser minimizada, fala, por sua vez, da Grande Conspiração [narrativa mitológica, segundo Girardet], da aliança entre grupos sociais conservadores brasileiros — a exemplo de empresários, latifundiários, políticos reacionários, militares golpistas e Igreja tradicionalista — com a CIA e o Departamento de Estado norte-americano [...] Nesse sentido, o “culpado” pelo golpe teria sido o Outro, o “estrangeiro”.⁶¹⁰

⁶¹⁰ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: *Ibidem*, p. 347.

Capítulo 4 - Acadêmicos enfrentam os desafios da biografia (anos 80)

Da década de oitenta, a primeira biografia que analisamos foi escrita em 1983, com uma segunda edição revista em 1985, intitulada *Vargas: da vida para a história*⁶¹¹, do historiador Paulo Brandi Cachapuz,⁶¹² graduado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1979. Essa é uma obra de fôlego, com mais de trezentas páginas e uma vasta bibliografia consultada. Segundo as informações constantes no livro, a obra se originou do verbete “Getúlio Vargas”, escrito pelo mesmo autor para o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*⁶¹³ e adaptado para ser publicado como livro por ocasião do centenário de nascimento de Getúlio Vargas.⁶¹⁴

A outra obra que analisamos neste capítulo foi escrita pelo cientista político Bolívar Lamounier, diplomado em Ciências Sociais pela Universidade de Minas Gerais (UFMG), doutorou-se em Ciência Política pela Universidade da Califórnia (Los Angeles). Mais tarde, foi diretor do Instituto de Estudos Econômicos e Políticos de São Paulo (IDESP). Participou, entre 1985 e 1986,

⁶¹¹ BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. 2 ed. revista. RJ: Zahar Editores, 1985, 324p. [1ª edição 1983]

⁶¹² Encontrou-se pouca informação sobre os dois autores, fundamentalmente, alguns dados que constavam da orelha e contracapa das respectivas obras.

⁶¹³ O *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* é uma obra de referência de fundamental importância para os pesquisadores de história do Brasil, particularmente no pós-1930, sendo revisto e ampliado constantemente. É publicado pela Editora FGV e conta com cinco extensos volumes.

⁶¹⁴ A primeira edição foi lançada em 1983 com o objetivo de marcar o centenário de nascimento de Getúlio Vargas, no entanto, seu nascimento ocorreu em 19 de abril de 1882, um ano antes, conforme indicou o próprio Brandi, na segunda edição da obra. Brandi, através de pesquisa nos livros de batismo de São Borja (RS), verificou que houve adulteração da certidão de nascimento de Vargas. Segundo o autor, no entanto, tal adulteração não foi utilizada com o intuito, muito comum na época, de permitir ao jovem um novo alistamento militar, como ocorreu com o marechal Eurico Gaspar Dutra, que segundo a avaliação do Exército, nos idos de 1901, não tinha uma compleição física adequada à idade. No caso de Vargas as razões da adulteração permanecem sem uma explicação plausível.

da Comissão de Estudos Constitucionais (Comissão Afonso Arinos) da presidência da República.

A biografia escrita por Lamounier compôs a série *Grandes Líderes*, intitulada *Getúlio*, do ano de 1988.⁶¹⁵ Uma das características dessa obra foi o fato de apresentar, ao longo de todo o texto, inúmeras fotos de Getúlio Vargas e seus coetâneos, que serviram para ilustrar a trajetória do personagem, diferentemente, por exemplo, da obra de Dulles e do próprio Brandi, que também apresentaram fotos, localizando-as, no entanto, apenas na parte central do livro.

Bolívar Lamounier, em sua obra, utilizou-se de alguns autores, também analisados neste trabalho — Paulo Brandi⁶¹⁶ e Alzira Vargas do Amaral Peixoto.⁶¹⁷ Fez referência, ainda, às obras do jornalista Samuel Wainer,⁶¹⁸ do historiador Carlos Reverbel e do brasilianista Joseph Love.⁶¹⁹ O livro, tanto no texto, quanto ao seu final, não apresentou as indicações bibliográficas correspondentes. Além disso, as citações feitas ao longo da obra — apesar de bem marcadas, visto terem sido apresentadas em *itálico* — não apresentavam a página da qual foram retiradas. Suponho que a opção de uma edição com menos formalidades relacione-se ao público-alvo, uma vez que, ao que parece, essa biografia tem características destinadas ao consumo em maior escala.⁶²⁰

⁶¹⁵ LAMOUNIER, Bolívar. *Getúlio*. Série Os Grandes Líderes. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

⁶¹⁶ Suponho que seja a biografia, analisada neste capítulo, *Vargas: da vida para a história*.

⁶¹⁷ Suponho que seja a biografia, analisada no capítulo 2 deste trabalho, *Getúlio Vargas, meu pai*.

⁶¹⁸ Suponho que seja *Minha razão de viver*.

⁶¹⁹ Suponho que seja *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

⁶²⁰ Por exemplo a seguinte citação: “Quem diz com precisão é o historiador Paulo Brandi, em estudo admirável:...’ao mesmo tempo em que a resistência ao inimigo externo incitava à vocação patriótica, o Rio Grande do Sul viveu também, ao longo de sua história, a questão da consolidação interna, que ora o indispunha com o poder central, ora dividia suas elites em facções inconciliáveis, provocando a guerra civil”’. Assim terminada, como dito, sem indicação da obra, nota de rodapé, número da página etc. In: LAMOUNIER, Bolívar. *Getúlio*. p. 11-12.

Em outra direção, é importante observar que Lamounier, ao utilizar-se de algumas obras teve o cuidado de realizar a crítica externa, posicionando os autores dentro do contexto e na sua relação com Vargas — algo, por exemplo, que não aconteceu com a biografia escrita por Dulles, que colocou lado a lado, sem a devida crítica de autoria, Alzira Peixoto e Afonso Henriques. Lamounier referiu-se a Wainer da seguinte maneira:

O jornalista Samuel Wainer fez a seguinte evocação daquele período, alguns anos após a morte do personagem principal: *‘Vargas deve ser encarado como o último caudilho e não como um ditador nos moldes europeus. Ao dar o golpe que o tornou ditador em 1937, acabou por evitar que o Brasil caísse prisioneiro do fascismo em sua graduação mais sinistra’*. [Lamounier ponderou que] Deve-se impor a esta afirmação um desconto, visto que o autor dele era amigo e um dos mais fiéis colaboradores de Getúlio Vargas, mas o fato é que ela contém bem mais que um grão de verdade.⁶²¹

Outro aspecto da biografia escrita por Lamounier, é a introdução, no tratamento dado a Getúlio Vargas e à sua trajetória, de um certo relativismo de interpretação. Várias vezes o autor utilizou-se do *talvez, pode ter sido, pode ter influenciado*, reconhecendo, de alguma forma, as dificuldades que caracterizam a escrita biográfica e de como, nesse gênero, a noção de história como um campo de possibilidades de interpretação fica evidente. Como afirmou Ginzburg:

A investigação (e a narração) de N. Davis não se baseia na contraposição entre “verdadeiro” e “inventado”, mas na integração, sempre assinalada pontualmente, de “realidades” e “possibilidades”. Daí vem, no seu livro, a proliferação de expressões como “talvez”, “tiveram de”, “pode-se presumir”, “certamente” (que em linguagem historiográfica costumam significar “muito provavelmente”) e assim por diante. Neste ponto a divergência entre a óptica do juiz e a do historiador torna-se clara. Para o primeiro, a margem de incerteza tem um significado puramente negativo, e pode conduzir a um *non liquet* [não claro, não conclusivo] — em tempos modernos, a uma absolvição por falta de provas. Para o segundo, isso

⁶²¹ LAMOUNIER, *ibidem*, p. 77.

obriga a um aprofundamento da investigação, ligando o caso específico ao contexto, entendido aqui como campo de possibilidades historicamente determinadas. A biografia das personagens de N. Davis torna-se de vez em quando a biografia de outros “homens e mulheres do mesmo tempo e lugar”, reconstituída com sagacidade e paciência, recorrendo a fontes notariais, judiciárias, literárias. “Verdadeiro” e “verossímil”, “provas” e “possibilidades” entrelaçam-se, continuando embora rigorosamente distintas.⁶²²

O contexto da escrita

A década de 1980 foi um período de intensas transformações sociais, internas e externas, que influenciaram decisivamente a produção historiográfica nacional e estrangeira. Segundo Capelato, no plano internacional,

o esgotamento das experiências revolucionárias na década de 1970 fez com que o reformismo e a moderação se apresentassem como alternativas aos projetos de revolução e movimentos de contestação radical. A visibilidade das políticas de cunho totalitário no mundo socialista, aliada às crises econômicas, expôs a fragilidade desses modelos. Com isso, a situação ideológica tendeu a reequilibrar-se pela direita.⁶²³

No Brasil, se vivencia a expectativa da retomada da democracia política, com o processo de “abertura lenta e gradual”, comandada pelo general Ernesto Geisel (1974-1979). Paralelamente a essa “abertura segura”, agiam, dentro do país, grupos descontentes com o “afrouxamento” do regime, praticando atos de terrorismo, tortura e de violenta repressão.

Mais adiante, a campanha pela anistia (1979), novos movimentos sociais se desenvolveram, na luta contra o autoritarismo do regime militar e pela redemocratização do país, processo sintetizado pela mobilização em torno das “Diretas já”, em 1984.

⁶²² GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 183. A mesma citação, só que adaptada, consta em: SCHMIDT, Benito. Construindo biografias... In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997, p. 10.

⁶²³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

Articulado a esse processo mais geral, houve, também, um profundo processo de revisão historiográfica. Segundo Ângela de Castro Gomes,

Essa revisão historiográfica, a meu ver, alterou de forma substancial uma certa matriz de pensamento sobre as relações de dominação na sociedade brasileira, propondo uma nova interpretação que sofisticava a dinâmica política existente no interior das relações entre dominantes e dominados. Nesse sentido, o alcance da revisão, que ainda está em curso, é grande e profundo, pois transforma o sentido de um conjunto de comportamentos individuais e coletivos, politizando uma série de ações e introduzindo novos atores como participantes da política. A nova proposta, portanto, amplia o que se pode entender por ação política em uma sociedade marcada por relações de poder extremamente desiguais, como a brasileira.⁶²⁴

As interpretações sobre o processo da Revolução de 1930, também sofreram profundas mudanças, para além da dicotomia entre ruptura e continuidade,⁶²⁵ produzida a partir, apenas, da análise das ações das elites políticas. Como afirma Gomes:

Considero que meu texto *A invenção do trabalhismo*, publicado em 1988, pode ser útil para que se esclareça não só o tipo de crítica feito ao conceito de populismo, mas também a proposta da categoria de “pacto trabalhista”, como alternativa analítica para a compreensão das relações entre Estado e classe trabalhadora, nas décadas de 1930-40. No livro, estudo essas relações durante o processo de formulação das primeiras leis que regularam o mercado de trabalho livre no Brasil. Um processo que entendo ter início na Primeira República e não apenas no pós-1930, e no qual os trabalhadores tiveram presença fundamental, atuando sempre como interlocutores do Estado, mesmo quando eram duramente reprimidos. Ou seja, meu objetivo era perseguir essa dinâmica política, recusando radicalmente a idéia de uma classe trabalhadora passiva ou sem “uma verdadeira consciência de classe”, sendo por isso capaz de ser manipulada por políticos “populistas” que, tanto antes quanto depois da chamada Revolução de 1930, a enganavam com promessas de falsos benefícios, visando unicamente a alcançar prestígio pessoal/eleitoral. [...] Enfim, o que queria destacar era a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, com conflitos e negociações, havendo a circulação de idéias e práticas,

⁶²⁴ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, julho-dezembro de 2004, p. 157-186.

⁶²⁵ Ver, também, BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política..., *ibidem*.

permanentemente reinventadas através do tempo, cujo ponto inicial não era a Revolução de 1930.⁶²⁶

As pesquisas sobre o Estado Novo, também, sofreram profundas transformações de carácter teórico-metodológico. Assim, a dualismo dos estudos — sociedade tradicional *versus* sociedade moderna; ideologia populista *versus* ideologia classista; atraso *versus* desenvolvimento — deu lugar a análises mais particularizantes, que procuravam compreender, segundo Capelato,

[...] a contribuição dos intelectuais na construção doutrinária do Estado Novo, a natureza do Estado nacional que se fundamenta na idéia de democracia social e justiça social, a relação entre cultura e poder político, e o significado das oposições liberdade/control social, indivíduo/coletividade, autoritarismo/democracia, cidadania/trabalho.⁶²⁷

Desta forma, as pesquisas sobre o populismo sofreram modificações profundas, tanto em relação ao temas, quanto em relação às metodologias de pesquisa, e que segundo Ferreira,⁶²⁸ continuam frutificando no fim dos anos 90.

Do nascimento à Revolução de 1930

⁶²⁶ GOMES, *ibidem*.

⁶²⁷ CAPELATO, Estado Novo: novas históricas..., *ibidem*, p. 192-3.

⁶²⁸ Conforme FERREIRA: “[...] em fins dos anos 90, aqueles que recusaram as abordagens que privilegiam a manipulação e a tutela estatal dos trabalhadores após 1930 deixaram de ser vozes isoladas. Diversos autores vêm contribuindo para desacretidar, uma a uma, as premissas do “populismo na política brasileira”. Assim, Lucília de Almeida Neves e Maria Celina D’Araújo, cada uma a sua maneira, demonstraram que o trabalhismo não se reduziu à mera manipulação política, e que o PTB, igualmente, não se resumiu a um “partido de pelegos”. Maria Helena Rolim Capelato, em sua pesquisa comparativa sobre o Estado Novo e o peronismo, relativiza o poder da propaganda política de massas. Para a autora, “a eficácia das mensagens depende dos códigos de afetividade, costumes e elementos histórico-culturais dos receptores”. Sem a presença desses elementos, uma máquina propagandística, mesmo poderosa e sofisticada, cai no vazio”. FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____ (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 111-2.

Paulo Brandi começou sua análise da trajetória de Getúlio Vargas desde o seu nascimento na fronteira gaúcha, em abril de 1882. O autor citou Joseph Love⁶²⁹, e seu clássico *O regionalismo gaúcho*, que afirmou, considerando as condições de existência dos gaúchos, “[...] flanqueados por vizinhos de língua espanhola, os rio-grandenses desenvolveram-se acostumados à ameaça e à realidade da fronteira”. Por outro lado, os problemas não vinham apenas da fronteira externa, havia no Rio Grande do Sul, segundo Brandi, “[...] a questão da consolidação interna, que ora indispunha o estado com o poder central, ora dividia suas elites em facções inconciliáveis, provocando a guerra civil.”⁶³⁰

Além dessas raízes, digamos, geográficas da formação do gaúcho, Paulo Brandi seguiu listando alguns episódios da infância e adolescência de Getúlio Vargas que envolveram seus antepassados. Segundo o autor,

[...] os antepassados de Getúlio participaram com maior ou menor grau de envolvimento dos acontecimentos turbulentos da história rio-grandense do século XIX. Seu avô paterno, Evaristo José Vargas, lutou como soldado voluntário da República de Piratini durante a Guerra de Farrapos. Seu avô materno, Serafim Dornelles foi major de milícias, próspero comerciante e também um dos mais ricos estancieiros de São Borja. Seu pai, Manuel do Nascimento Vargas, combateu na Guerra do Paraguai, distinguindo-se como herói militar. Começou a guerra como simples cabo para encerrá-la como tenente-coronel. [...] Em 1893, já na República, combateu os federalistas que se insurgiram contra o governo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, desencadeando a chamada Revolução Federalista. Bateu-se contra as tropas de Dinarte Dornelles, tio materno de Getúlio e líder federalista no município, o que contribuiu para que se introduzisse e permanecesse viva dentro da família Vargas a acirrada e histórica contradição entre “chimangos” (republicanos) e “maragatos” (federalistas).⁶³¹

Uma observação necessária sobre esses vários episódios — que constituíram uma espécie de genealogia de feitos heróicos dos Dornelles e dos

⁶²⁹ LOVE *apud* BRANDI, *ibidem*, p. 21.

⁶³⁰ *Idem, ibidem*, p. 21.

⁶³¹ *Idem, ibidem*, p. 22-3.

Vargas — é a de que o autor adotou uma visão muito difundida no Rio Grande do Sul — e que foi assumida, posteriormente, por uma parcela mais conservadora e tradicional da população sulina —, a de que o gaúcho teria garantido as fronteiras nacionais e, ao mesmo tempo, não teria perdido uma relativa independência em relação às oligarquias centrais no cenário político brasileiro. Essa foi uma visão largamente utilizada por uma historiografia que buscou forjar a mítica figura do gaúcho rio-grandense, diferenciando-o do “gaúcho andarilho” dos pampas argentinos e uruguaios.⁶³²

Outro aspecto a observar, é a relação estabelecida, pelo autor, mesmo que indireta, da influência familiar sobre a personalidade de Getúlio Vargas, supostamente apta a enfrentar situações conflituosas, dificuldades e tensões. Nesse trecho, o autor reforçou a idéia de que a família Vargas, e o próprio Getúlio, não teriam negado suas raízes regionais — a de um povo guerreiro e persistente —, o que seria confirmado pela trajetória de Vargas. No entanto, essas “raízes” enfrentavam uma forte crise:

Por volta de 1870, o estado experimentou modificações econômicas, caracterizadas pelo cercamento dos campos, o surgimento de novas raças de gado, e a disseminação de uma rede de transporte. Essas mudanças significaram uma grande modernização da área da Campanha, acarretando a simplificação das atividades da pecuária e a eliminação de certas atividades servis como as dos posteiros e dos agregados, que acabaram em grande parte sendo expulsos do campo. O surgimento de frigoríficos estrangeiros e a decadência das charqueadas acentuaram esse processo a partir do final da Primeira Guerra Mundial, quando começa a se delinear a figura do “gaúcho a pé” para usar expressão cunhada pelo escritor Cyro Martins em seus romances sociais.⁶³³

⁶³² Mais recentemente, essa tem sido a visão amplamente difundida pelos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), — que acolhem o gaúcho tradicional ou tradicionalista — espalhados pelo mundo e que reproduzem da mesma forma as *origens míticas* desse tipo regional. Sobre o tema do gaúcho e a construção de sua figura mítica ver a análise crítica de OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

⁶³³ *Idem, ibidem*, p. 70.

Mais adiante, Paulo Brandi tratou da formação escolar inicial de Vargas, realizada em São Borja, e de sua ida, em 1897, para a Escola de Ouro Preto (MG), onde se matriculou no “curso de humanidades”. Lá, no ano seguinte, ocorreu o episódio da morte de um estudante de São Paulo, o que provocou o retorno de Getúlio e seus irmãos para São Borja. O irmão de Getúlio, Viriato, foi acusado de ter cometido o crime, para o qual não houve punidos, conforme o autor.

Em 1903, após sair do Exército, Vargas ingressou na Faculdade de Direito de Porto Alegre. De acordo com Brandi:

Na faculdade revelou-se discípulo fiel do castilhismo, integrando-se à mocidade republicana. O positivismo – ideologia oficial do PRR – teve porém uma influência limitada em sua formação intelectual. Quando estudante, Getúlio interessou-se mais por Herbert Spencer e Charles Darwin do que por Auguste Comte. Cultivou também o gosto pela literatura. Admirador de Émile Zola, publicou um artigo na revista estudantil “Panthum”, enaltecendo sua posição frente ao caso Dreyfus⁶³⁴ e suas tendências progressistas.⁶³⁵

Talvez, Brandi tenha apresentado certos elementos — vide as leituras de Vargas — que reforçariam a idéia de que Getúlio Vargas não teria tendências fascistas. Assim, o golpe que instituiu o Estado Novo e a demora

⁶³⁴ O caso Dreyfus envolveu o oficial Alfred Dreyfus (1859-1935), francês de família judia. Ele foi acusado de vender segredos militares aos alemães no ano de 1894, quando era capitão de artilharia junto ao Estado-Maior do Exército. O Ministério da Guerra francês, pressionado por uma campanha anti-semita e nacionalista, condenou Dreyfus à prisão perpétua e à degradação militar. Émile Zola, então já renomado escritor, defendeu aberta e publicamente Alfred Dreyfus, acusando os comandos militares de terem admitido, deliberadamente, provas falsas com o intuito de condená-lo. Zola foi julgado e condenado por injúria a um ano de prisão. Exilou-se em Londres em 1898 e regressou à França onze meses depois quando o caso Dreyfus foi reaberto. Dreyfus foi reabilitado apenas em 1906 e reintegrado ao Exército, com a anulação da condenação e seu agraciamento com a Legião de Honra.

O caso Dreyfus é paradigmático. Ele, segundo alguns autores, marcou a emergência dos intelectuais como grupo social ativo. Emergiu o personagem do intelectual engajado ou militante, aquele que tem um papel a cumprir e que não raramente rompe com o oficialismo até então característico desse grupo. Além disso, esse caso assinalou, indelevelmente, uma divisão na sociedade francesa e em grande parte do mundo ocidental — que a tinha como modelo de nação — entre uma tradição clerical, monárquica e conservadora e outra, republicana, radical e laica. Getúlio Vargas vinculava-se à segunda. Dados retirados da *Enciclopédia Britânica*, em Cd-Rom, verbetes DREYFUS, Alfred e ZOLA, Émile.

⁶³⁵ BRANDI, *ibidem*, p. 24.

por uma definição brasileira sobre a quem se aliar às portas da Segunda Guerra Mundial estariam mais relacionadas a questões circunstanciais do que propriamente a um provável anti-semitismo em seu governo.⁶³⁶

Parece, portanto, que a ênfase dada por Brandi pode ser considerada uma resposta às suspeitas da simpatia de Getúlio Vargas com o Eixo Berlim-Roma-Tóquio. Ao retratar o episódio e a posição assumida por Vargas, o autor lançou, no mínimo, alguma dúvida sobre a sua inclinação totalitária ou sobre o seu suposto anti-semitismo.

Voltando à biografia, os primeiros anos da vida política de Vargas teriam sido marcados, segundo o autor, por uma suposta divergência entre Getúlio e o chefe supremo do PRR, Borges de Medeiros, herdeiro da tradição castilhistas de governos autoritários. Comprovaria essa divergência um fato acontecido em 1913, quando Getúlio renunciou ao mandato de deputado estadual em suposto protesto contra a intervenção de Borges de Medeiros nas eleições do município de Cachoeira. Borges modificou a lista dos mais votados. Alguns dos eleitos foram obrigados, por ele, a renunciar a seus mandatos.

Em 1917, todavia, Getúlio parecia estar reconciliado com Borges de Medeiros, uma vez que foi reeleito para a Assembléia estadual na qual desempenhou o papel de líder do governo. Em novembro de 1922, Getúlio Vargas assumiu a presidência da Comissão de Constituição e Poderes da

⁶³⁶ A obra mais significativa sobre o assunto é a de CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988. Carneiro defende a tese de que houve perseguição aos judeus no Brasil, bem como, uma deliberada política anti-semita durante a Era Vargas. Carneiro segue uma tradição historiográfica que relaciona as indefinições de Getúlio Vargas — quanto a quem apoiar na II Grande Guerra — como um indício claro de seu anti-semitismo. Longe de justificar qualquer provável atitude discriminatória que tenha ocorrido, é necessário lembrar que os judeus foram considerados indesejáveis por várias nações, como Grã-Bretanha e Estados Unidos, que criaram sérias restrições à sua entrada, mesmo quando estes perceberam o clima hostil da Alemanha hitlerista. Ver também CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB, 1994 [1ª ed. 1993], p.125-130.

Assembléia, responsável pela apuração dos votos para a presidência do estado e pela proclamação do candidato vencedor. Segundo Brandi,

Em 17 de janeiro de 1923, a comissão proclamou a vitória de Borges, por 106.000 votos contra 32.000. Segundo uma versão que circulou na época, a comissão chegara anteriormente à conclusão de que Borges perdera a disputa, não conseguindo a maioria de $\frac{3}{4}$ dos votos, exigidos pela Constituição estadual para sua reeleição. Diante do impasse, Vargas e seus dois colegas de comissão teriam ido à presença de Borges para expor a situação. Ao recebê-los, Borges teria declarado efusivamente: “Sei que vêm cumprimentar-me, porque estou reeleito”. Sem jeito de contrariar o chefe, a comissão se teria retirado sem dizer a que vinha, reformulando em seguida seus cálculos.⁶³⁷

Esse episódio gerou um novo confronto armado no Rio Grande do Sul, a chamada Revolução de 1923, uma guerra civil que colocou, de um lado, federalistas, republicanos dissidentes e membros do Partido Democrático — que apoiavam a candidatura derrotada de Joaquim Francisco de Assis Brasil — e, de outro, os partidários de Borges de Medeiros. Getúlio Vargas foi nomeado tenente-coronel, assumindo o comando do 7º Corpo Provisório, em São Borja. No entanto, não participou dos combates porque sua cadeira na Câmara Federal estava em risco. Segundo Brandi, ele “interrompeu a luta e foi para o Rio de Janeiro assumir mais uma missão delegada pelo PRR”.⁶³⁸

Vale ressaltar que Getúlio Vargas, avaliando o contexto político da época, continuava absolutamente fiel ao PRR — aliás, algo esperado. Ao reconhecer a eleição de Borges, Getúlio não teve dúvidas ao confirmar a vitória de seu chefe. Pegou em armas para defender a posição de seu partido — que nada tinha de conciliatória. Não foi capaz, em virtude da fidelidade ao PRR, de avaliar as desastrosas conseqüências da validação daquela “escolha popular”. No meio do confronto foi designado para nova tarefa, a qual assumiu sem

⁶³⁷ LOVE *apud* BRANDI, p.29.

⁶³⁸ *Idem, ibidem*, p. 29.

pestanejar, como bom soldado do partido de Borges. Claro ficou que até esse momento Getúlio Vargas não esboçara qualquer ato de rebeldia contra a organização partidária ou contra Borges de Medeiros.

Conforme o autor, Getúlio Vargas trabalhou, no Rio de Janeiro, para evitar a intervenção federal no Rio Grande do Sul, em virtude da guerra civil⁶³⁹, e para aproximar-se de representantes da oposição, bem como, de deputados de outros estados e do poder central, atividades que, na interpretação de Brandi, “beneficiaram a imagem do Rio Grande do Sul junto aos centros decisórios da política nacional”.⁶⁴⁰

Em 1924, Getúlio Vargas foi reeleito deputado federal. Em 1925, participou da comissão encarregada de estudar a reforma da Constituição de 1891. A revisão foi pedida pelo presidente da República, Artur Bernardes, com o objetivo de ampliar o poder do governo central sobre os estados. Getúlio, conforme o autor, concordou com a centralização. Nessa revisão também teria se manifestado contra o ensino religioso nas escolas.

Das passagens acima destacamos dois aspectos. Um primeiro diz respeito às convicções centralistas de Getúlio, que mais tarde seriam conhecidas. A admiração de Vargas pelo centralismo do poder não era novidade. A influência do castilhismo, ao que parece, continuava demarcando os seus posicionamentos. Além disso, Vargas não demonstrava nenhuma tendência oposicionista, muito antes pelo contrário, mantinha-se fiel aos propósitos do governo federal e aos objetivos de seu partido, isto é, manter

⁶³⁹ A guerra civil de 1923 terminou em dezembro do mesmo ano com a assinatura, sob a anuência do governo federal, do pacto de Pedras Altas, que, dentre outras coisas, vedou uma nova reeleição de Borges de Medeiros, mas garantiu o mandato que exercia no Executivo estadual.

⁶⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 29.

afastada qualquer possibilidade de divergência e confronto entre o Rio Grande do Sul e o governo central.

Outro aspecto diz respeito, à sua relação com a religião, em geral, e ao catolicismo, em particular — é curioso que ele tenha batizado um dos seus cinco filhos de Lutero (1912), o precursor da reforma protestante, que cindiu, indelevelmente, o catolicismo romano.⁶⁴¹ Como já ficara registrado no caso Dreyfus, Getúlio apoiara a defesa do militar, bem como, a do escritor Zola, defendida pela parcela laica e republicana da sociedade francesa. E na revisão constitucional trabalhou a favor da laicização do Estado brasileiro.

Em março de 1926, assumiu a presidência da República Washington Luís, ex-presidente do estado de São Paulo e Fernando de Melo Viana, como vice-presidente, então ex-presidente do estado de Minas Gerais. Getúlio, surpreendentemente, foi empossado como ministro da Fazenda. De acordo com o autor, “Vargas manifestou-se a princípio contra sua indicação, alegando, em carta a Borges, que não possuía qualificação suficiente em finanças, mas acabou convencido pelo presidente gaúcho a aceitar a designação”.⁶⁴²

Getúlio Vargas ficou à frente do Ministério da Fazenda pouco mais de um ano, uma vez que, em agosto de 1927, Borges de Medeiros o indicou, juntamente com João Neves da Fontoura, à presidência e vice-presidência do Rio Grande do Sul. Getúlio foi eleito em novembro do mesmo ano sem precisar sequer fazer campanha no estado, uma vez que “a Aliança Libertadora, de oposição, fundada em 1924 por federalistas e dissidentes republicanos, não

⁶⁴¹ Os outros quatro filhos de Getúlio e Darcy foram: Jandira (1913), Alzira (1914), Manuel Antônio (1917) e Getúlio (1918).

⁶⁴² BRANDI, *ibidem*, p. 30.

apresentou candidato, mas colocou grandes esperanças na chapa republicana, vendo em sua vitória a possibilidade de um governo mais liberal".⁶⁴³

De acordo com o autor, Vargas, em seu governo,

[...] reorientou a ação econômica e política do governo gaúcho, conseguindo resultados amplamente positivos. No plano econômico, tomou uma série de medidas de amparo à lavoura e à pecuária, atendendo, sobretudo às reivindicações dos produtores de charque e arroz.⁶⁴⁴

Houve, também, modificações no plano político. Getúlio Vargas teria tido, segundo o autor, uma convivência mais pacífica com a oposição, que reorganizou-se em março de 1928 em torno do Partido Libertador (PL), sucessor da Aliança Libertadora.

Incluiu na administração estadual membros do PL e tomou medidas para assegurar eleições honestas. [...] Já em 1929, Vargas teve condições de unificar a política do Rio Grande do Sul e empreender a primeira tentativa direta de um político gaúcho para chegar à presidência da República.⁶⁴⁵

Algumas outras observações sobre a análise de Brandi. O autor chamou a atenção para a recusa inicial de Vargas em assumir o Ministério da Fazenda, mas, mais uma vez, Getúlio Vargas teria cedido às pressões do seu partido — o que corroborou a leitura de que Getúlio ainda se mantinha fiel a Borges.

Essa fidelidade foi ressaltada novamente quando Vargas foi premiado com a indicação para concorrer como candidato do PRR à presidência do Rio Grande do Sul. Ter o nome indicado ao cargo máximo do estado era sinal de prestígio dentro da hierarquia partidária, uma vez que, via de regra, ele fora o lugar das figuras mais proeminentes dentre os republicanos — Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

⁶⁴³ *Idem, ibidem*, p. 31.

⁶⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 32.

⁶⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 33.

De acordo com Brandi, nem sequer foi necessária a realização de campanha política para a eleição de Vargas, tal era sua aceitação junto aos círculos oposicionistas. A oposição não teria lançado candidato porque, dentre outras coisas, tinha esperanças que o candidato republicano estabelecesse outro padrão de relações entre os partidos.

Talvez, as coisas não se apresentassem assim, tão definidas. Uma hipótese a levantar é a de que os libertadores não concorreram, dentre outros motivos, por não acreditarem que as eleições fossem levadas a cabo com a lisura necessária. Por outro lado, não negamos as intenções conciliatórias de Vargas, mas, particularmente, depois de assegurada a vitória nas eleições para a presidência do estado do Rio Grande do Sul.

Parece, também, que o autor buscou enfatizar, em Getúlio, o espírito conciliador, bem como sua capacidade de doação para uma determinada causa — nesse caso as defendidas pelo PRR. Graças a esse pretense espírito, Vargas teria sido capaz de por fim a mais de trinta anos de lutas internas no Rio Grande do Sul. Espírito conciliador tão necessário para que fossem criadas as condições para o lançamento da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, que culminaria com a Revolução de 3 de outubro de 1930. Brandi estabelece, todavia, para Getúlio Vargas — assim como vários outros autores — uma trajetória excessivamente coerente e linear, do que discordo.

Ao analisar a trajetória de Getúlio Vargas, de seus primeiros anos até tornar-se um dos principais personagens da história brasileira após 1930, Bolívar Lamounier — assim como Brandi — iniciou a biografia apresentando alguns aspectos do meio físico no qual Getúlio se inseria, a região fronteiriça

do Rio Grande do Sul, palco de inúmeros confrontos entre as populações que ocupavam o território brasileiro, argentino e uruguaio, que lutavam por terra, gado e pela possibilidade de realizarem a atividade de contrabando, uma das principais atividades econômicas de locais dessa natureza.

Segundo Lamounier, o processo de estabilização, necessário à constituição do Estado brasileiro, enfrentou, nos anos seguintes à proclamação da República (1889), inúmeros obstáculos em diversas partes da federação — “na realidade, o grande obstáculo à estabilização do poder republicano era a diversidade regional do país, que a todo momento ocasionava dissidências no âmbito da oligarquia dominante”.⁶⁴⁶

O Rio Grande do Sul — além dos constantes confrontos com os vizinhos de pampa — foi um dos estados mais marcados pelos constantes confrontos entre facções opostas que disputavam violentamente o poder político. De acordo com o autor: “o foco mais agudo dessa instabilidade era justamente o Rio Grande do Sul, onde nada menos que dezoito governos se sucederam nos primeiros dois anos de República”.⁶⁴⁷

Getúlio Vargas nasceu,⁶⁴⁸ curiosamente, fruto da união de um casal pertencente a duas famílias inimigas: os Vargas, de seu pai Manuel Antônio, e os Dornelles, de sua mãe Cândida, envolvidas nas disputas estaduais e locais entre republicanos (chimangos ou pica-paus) e federalistas (maragatos).

Conforme Lamounier, os resultados produzidos por aquele meio físico e familiar teriam sido bastante importantes na formação de Getúlio, segundo o autor, ele cresceu convivendo com

⁶⁴⁶ LAMOUNIER, *ibidem*, p.21.

⁶⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 15.

⁶⁴⁸ Lamounier considerou a data de nascimento corrigida de Getúlio Vargas, 19 de abril de 1882, e não 1883. Correção feita por Paulo Brandi na obra *Vargas: da vida para a história*, não indicada, contudo, por Lamounier.

[...] heróis de carne e osso cujas histórias ouvira e a quem aprendera a admirar. O maior desses heróis era sem dúvida seu pai, Manuel do Nascimento Vargas. O velho Manuel lutara na Guerra do Paraguai e ostentava o título de general honorário do Exército brasileiro. Estancieiro, era agora o chefe do Partido Republicano Rio-grandense, o orgulhoso PRR de Borges de Medeiros, na pequena São Borja, cidade localizada na margem esquerda do rio Uruguai e que ali assinala a fronteira com a Argentina.⁶⁴⁹

A admiração pelo pai e as histórias que ouvira teriam inclinado Getúlio à vida militar. Segundo Lamounier, no entanto, essa empolgação logo passou quando Getúlio Vargas percebeu que havia muito mais rotina do que as glórias que embalavam “um sonho meio postiço”.

O desejo de seguir a carreira militar, portanto, acabara. Contudo, os traços oriundos do meio familiar o acompanhariam permanentemente. Conforme Lamounier, “é impossível não atribuir à dilaceração do próprio ambiente familiar a inclinação conciliadora com que Getúlio Vargas se distinguiria tempos depois na política gaúcha”.⁶⁵⁰ Para Lamounier — assim como para Brandi —, a trajetória inicial de Getúlio Vargas teria sido, portanto, fortemente marcada pelas questões regionais.

O contexto nacional no qual Getúlio Vargas cresceu foi a Primeira República, caracterizada pela dominação dos cafeicultores, “marcadamente rural”, incapaz de produzir os produtos manufaturados que o país necessitava. A predominância desse perfil rural relacionava-se, intimamente, à opção de desenvolvimento definida pelas oligarquias rurais hegemônicas.

Todavia, as oligarquias rurais não dominavam sem contestação. De acordo com Lamounier, um certo jacobinismo militar — originário do Exército brasileiro desde o período florianista —, volta e meia, mostrava-se presente,

⁶⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 11.

⁶⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 18-9.

embora com objetivos não claros. Entre as camadas médias urbanas, o descontentamento também aumentava, manifesto na literatura, nas artes e na imprensa. E, ainda conforme o autor, o operariado, numericamente reduzido, realizava manifestações dispersas, lideradas, geralmente, por anarquistas e que eram duramente reprimidas pelo governo.⁶⁵¹

Em 1897, Getúlio e seus irmãos mais velhos — Viriato e Protásio — foram a Ouro Preto para realizarem os estudos preparatórios, que equivaleriam, mais tarde, ao ginásio. Para Lamounier, esse teria sido um ano emblemático. Foi em 1897, por exemplo, que houve a liquidação de Antônio Conselheiro e seus beatos, episódio que, segundo o autor, teria cruzado a vida de Getúlio.

Não se sabe ao certo se Getúlio acompanhava o escasso noticiário sobre a repressão em Canudos, e, em caso positivo, que idéia fazia a respeito. É possível que, entre os estudos e as cantorias boêmias da velha Vila Rica, os irmãos mais velhos lhe tenham passado a impressão, tão comum na época, de que a pobre aldeia de Canudos estava a serviço de alguma conspiração monarquista. Talvez lhe tenham contado que o coronel Moreira César, comandante de uma das expedições repressivas, morto em combate contra aqueles sertanejos rudes, era o mesmo que em 1894, em Santa Catarina, havia liquidado os rebeldes federalistas apoiados por Gumercindo Saraiva. Mas também é possível que Getúlio, nascido e criado na região “missioneira” do Rio Grande do Sul, já começasse a ver com outros olhos essas tragédias do mundo rural brasileiro. Nas Missões, região de gado e de população rarefeita, o convívio diário entre fazendeiros e peões estimulava um relacionamento paternalista talvez mais acentuado que o reinante em outras partes do país.⁶⁵²

Vale ressaltar, do ponto de vista da escrita biográfica, que o tratamento dado por Lamounier a Getúlio é bastante verossímil. O autor tratou Getúlio como apenas um adolescente, com um comportamento típico, cheio de dúvidas e à sombra da influência dos irmãos mais velhos. As notícias sobre Canudos

⁶⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 21.

⁶⁵² *Idem, ibidem*, p. 23-4.

denotavam essa situação, tanto que Getúlio foi informado pelos irmãos do que acontecia, uma vez que, possivelmente, o jovem Getúlio não tivesse nem autonomia, nem interesse para se inteirar dos conflitos que aconteciam no país.

Assim, Lamounier trata das várias situações vivenciadas, pelo jovem Getúlio, como possibilidades, como possíveis acontecimentos que o teriam envolvido, utilizando-se, largamente, dos condicionais, “não se sabe ao certo”, “é possível que”, “talvez”, e “mas é também possível”, em nossa perspectiva, fundamentais nos escritos de gênero biográfico, produzidos por acadêmicos. Como afirma Borges, sobre as biografias:

A preocupação atual é com o verossímil, com o que nos parece poder ser verdadeiro, o que é possível ou provável. Na exposição de um trabalho de pesquisa feito em História o fundamental é não enganar o leitor quanto ao que afirmamos.⁶⁵³

Sobre o papel significativo de Canudos e da presença marcante de Euclides da Cunha no processo de formação intelectual do jovem Getúlio, Lamounier aventou a hipótese de que as informações sobre Canudos teriam impressionado bastante aquele adolescente e também o marcado definitivamente. Contudo, não nos pareceu plausível que as notícias tivessem viajado tão rapidamente até Ouro Preto. Em nossa leitura, Lamounier pretendeu muito mais assinalar a influência de Euclides da Cunha sobre Getúlio, do que qualquer outra coisa.

Aliás, essa influência foi recorrente e assinalada nas várias biografias analisadas. Paul Frischauer⁶⁵⁴, por exemplo, afirmou que Vargas lera *Os sertões*. E o próprio Lamounier reconfirmou a influência daquele autor sobre

⁶⁵³ BORGES, Grandezas e misérias da biografia..., *ibidem*, p. 217.

⁶⁵⁴ FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*, p. 306. Ver também, o capítulo 1 deste trabalho.

Vargas, ao fazer menção ao discurso proferido por Getúlio na visita do presidente da República Afonso Pena ao Rio Grande do Sul, ao afirmar que, em seu discurso, Getúlio “[...] deixou entrever na adjetivação grandiosa que andara lendo o seu Euclides da Cunha”.⁶⁵⁵

Lamounier, como dissemos, aventou a hipótese de que o contato com as notícias de Canudos poderia ter influenciado as futuras percepções de Getúlio sobre vários dos problemas brasileiros. Segundo ele, a leitura da obra de Euclides, juntamente com sua vivência no pampa gaúcho, teria produzido uma consciência sobre os problemas do mundo rural.

Essa hipótese, contudo, é muito próxima da adotada pela visão da tradicional historiografia rio-grandense. Segundo essa, havia no pampa um certo igualitarismo de condições entre os fazendeiros e os peões. Posição corroborada pelo filho de Vargas, Manuel Antônio, que foi mais longe, ao atribuir a essas condições o futuro *trabalhismo* do pai.

As referências à leitura de Euclides da Cunha por Getúlio Vargas não eram fortuitas. Segundo Ângela de Castro Gomes, Euclides da Cunha fora elevado, durante o Estado Novo, a um dos intelectuais mais importantes do Brasil. Ele analisava de modo original o papel da mestiçagem na formação social brasileira. Conforme Gomes:

Não casualmente ele conferira lugar especial ao fenômeno da mestiçagem [...] ao rejeitar a predominância de quaisquer elementos — clima, raça, tradição — na formação de nossa nacionalidade. Ele teria descoberto nossa “tendência” à fusão, nossa aptidão para a “domesticação da natureza” e para a religiosidade. A figura do sertanejo como um “forte de espírito” por excelência era o símbolo de nossa originalidade completa. Euclides da Cunha realizara o “pluralismo científico”, rejeitando o “naturalismo explicativo” exclusivista de sua época. Como ele, outros autores enfrentaram a “condenação” que pairava sobre nós e mostraram, com uma série de exemplos retirados

⁶⁵⁵ LAMOUNIER, *ibidem*, p. 25.

de nossa história, como conseguíamos construir uma civilização que se afirmava ao longo do tempo, política, econômica e socialmente.⁶⁵⁶

Dando continuidade à trajetória de Getúlio Vargas, Lamounier tratou da conturbada passagem dos irmãos Vargas por Ouro Preto. Mais uma vez o caso do assassinato do estudante paulista por um dos irmãos Vargas foi lembrado. Lamounier fez a seguinte reflexão: “Viriato chegou a ser pronunciado pelo promotor público, mas o velho Manuel do Nascimento conseguiu livrá-lo e levou os três de volta para o Rio Grande do Sul”.⁶⁵⁷ Lamounier assinalou, para além do responsável pelo disparo que matou o outro estudante, a interferência do pai dos jovens. Em outros termos, os irmãos Vargas não foram, simplesmente, liberados pela justiça por terem sido considerados inocentes. Foram liberados graças à presença do pai, que certamente tinha alguma influência, inclusive em outro estado da federação, o que, no geral, não foi considerado por outros autores, exceto pelos detratores da memória de Vargas, que fizeram considerações extremadas sobre o caso.⁶⁵⁸

Mais adiante, ao retornar ao Rio Grande do Sul, Getúlio tentou dar início à carreira militar. Conforme Lamounier:

Indeciso quanto à vocação a seguir, Getúlio alistou-se no 6º Batalhão de Infantaria, em São Borja, transferindo-se em 1900 para a Escola Preparatória e de Tática de Rio Pardo, pensando no oficialato. Não se sabe bem se por impetuosidade ou já manifestado certo desconforto em relação à carreira militar, desligou-se da escola em 1902, em solidariedade a um grupo de colegas punidos por indisciplina. (Esse gesto é sempre citado por seus familiares como uma das muitas quixotadas do jovem Getúlio — talvez porque mais tarde ele se deixaria

⁶⁵⁶ GOMES, *História e historiadores*, p. 195.

⁶⁵⁷ LAMOUNIER, *ibidem*, p. 24.

⁶⁵⁸ “Quando Getúlio Vargas se encontrava em sua adolescência, seu pai enviou-o para estudar em Ouro Preto, a veneranda cidade mineira, onde já se encontravam seus irmãos Viriato e Protásio. Nessa cidade, os três reunidos assassinaram, a tiros, um estudante de São Paulo. Os detalhes desse homicídio, que, durante muito tempo, foram deturpados para favorecer os Vargas [...]”. HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*, Vol 1, *ibidem*, p.53

realmente tomar pelo grande livro de Cervantes, em suas leituras clássicas).⁶⁵⁹

Vale ressaltar que o tratamento dado por Lamounier à trajetória de Getúlio, difere daqueles das biografias tradicionais. Lamounier não busca uma trajetória coerente ou linear, muito antes pelo contrário, aponta para momentos de “indecisão” e de certa “impetuosidade” de Getúlio, o que é bastante contrastante com a imagem de frieza com que foi retratado por grande parte de seus biógrafos.

Por outro lado, até onde verificamos, não localizamos referências familiares aos atos quixotescos de Getúlio. Sua filha, Alzira Peixoto, tratou o episódio da Escola de Rio Pardo da seguinte forma:

Uma insurreição provocada por alguns cadetes, insatisfeitos com o tratamento que lhes dava determinado oficial, foi o motivo do desligamento. A rebelião era justa, mas militar não tem o direito de se rebelar. É indisciplina. Aberto o inquérito e identificados os autores, foram todos desligados da Escola. Era medida regulamentar para o caso. Papai pertencia a outro alojamento, não tomara parte no movimento e seu nome não fora sequer citado nas averiguações. No entanto, solidário com os colegas, pediu que lhe fosse imposta a mesma punição: desligamento. Foi prontamente atendido. Por força da lei, devia voltar à tropa e terminar seu tempo. Voltava a ser soldado: soldado raso. [...] Matriculou-se, como ouvinte, na Faculdade [de Direito], enquanto se preparava para o exame vestibular. Algum tempo depois, uma anistia geral permitiu a volta dos insurretos de 1902 à Escola Preparatória e de Tática. Muitos regressaram e muitos deles, anos depois, foram feitos generais pela mão daquele soldado raso⁶⁶⁰ que estudava à noite para ser bacharel.⁶⁶¹

⁶⁵⁹ LAMOUNIER, *ibidem*, p. 24.

⁶⁶⁰ Sobre essa reflexão enigmática de Alzira Peixoto — [...] “muitos deles, anos depois, foram feitos generais pela mão daquele soldado raso” — localizamos a seguinte observação feita por HENRIQUES — com o intuito, nos pareceu, de provar aos militares que Vargas os tratava com total desprezo: “Depois de sua queda, em 1945, Vargas, no Senado e fora dele, não perdia vaza em afirmar que todos os generais da ativa ‘havam sido feitos por ele’. Essas afirmativas se dirigiam especialmente ao General Eurico Gaspar Dutra, que o sucedeu no governo”. *Ascensão e queda...* Vol. 1, p. 35. Aparentemente, Alzira Peixoto acertava as contas com Dutra.

⁶⁶¹ PEIXOTO, Alzira. *Getúlio, meu pai...* p. 6-7.

Sobre as pretensas quixotadas de Getúlio, Lamounier pareceu valer-se de um trecho atribuído a Manuel Antônio, que teria relatado que certa vez o pai lhe escreveu, “[...] dando-me conselhos e falando no Dom Quixote: ‘Se você ainda não leu, leia. Se já leu, releia. Entre o idealismo de Quixote e o senso prático de Sancho Pança está a resultante da vida moderna’”.⁶⁶² Lamounier deu — em nossa avaliação — um tom negativo, que contrastou com o uso positivo dado pelo filho à sugestão de Getúlio, a leitura de Dom Quixote. Lamounier relacionou a sugestão à dificuldade de avaliar a realidade de forma adequada. Os filhos de Getúlio, Alzira e Manuel, contudo, consideravam o cavaleiro errante um idealista — não alguém fora da realidade — traído não pelos acontecimentos, ou por seus erros de avaliação, mas pelos oportunistas e arrivistas.

O ano de 1907 foi também destacado por Lamounier. Nesse ano, Getúlio Vargas concluiu o curso de Direito. Borges de Medeiros decidiu não concorrer à reeleição, apoiando Carlos Barbosa Gonçalves, um fiel correligionário. Getúlio e outros membros do Bloco Acadêmico Castilhistas ingressaram na campanha com toda a disposição, lançando inclusive um jornal — *O Debate* — que fazia campanha para o candidato oficial do PRR.

Mais uma vez o Partido Republicano venceu. A participação de Getúlio Vargas na campanha foi, segundo Lamounier, recompensada “[...] com um cargo de promotor em Porto Alegre e com uma indicação para concorrer pelo Partido Republicano à Assembléia Estadual”.⁶⁶³ Eleito, dividiu-se entre Porto Alegre e São Borja, onde exercia a advocacia e cortejava uma moça, Darci Sarmanho. Em 1911, casaram-se, Darci Sarmanho, com “apenas 15 anos”, e

⁶⁶² LAMOUNIER, *ibidem*, p. 24. O autor não identificou de onde retirou o relato de Manuel Antônio.

⁶⁶³ *Idem, ibidem*, p. 26.

Getúlio Vargas, “12 anos mais velho que ela”.⁶⁶⁴ Segundo Lamounier, concomitantemente à tranqüilidade instalada na vida política gaúcha — dominada pelo borgismo e aparentemente sem uma oposição suficientemente articulada para ameaçar a situação —, a vida pessoal [...] “entrava numa fase que só pode ter sido das mais felizes. Seus cinco filhos nasceriam nos sete anos seguintes ao casamento”.⁶⁶⁵

Lamounier nos pareceu preciso em sua avaliação sobre os resultados produzidos pela intensa dedicação de Vargas, e de vários outros colegas, na campanha republicana. Getúlio foi recompensado com um cargo público, algo muito comum no período. De acordo com Bischoff e Souto:⁶⁶⁶

Concluída, assim, a sua participação no processo eleitoral Getúlio Vargas retomou sua atenção aos estudos e, em 25/12/1907, formou-se bacharel em Direito. Logo após, foi nomeado Promotor Público, indicado ainda por Borges de Medeiros, em 24/01/1908. O Ministério Público, cuja chefia era atribuída ao Procurador-Geral, conforme o art. 60 da Constituição Estadual de 14/07/1891, estava vinculado e subordinado ao Presidente do Estado. A nomeação de Getúlio Vargas efetuou-se num contexto em que os promotores eram tidos como serventuários da justiça e “verdadeiros agentes do poder central nos fóruns e nas cidades”.⁶⁶⁷ [Segundo] João

⁶⁶⁴ O cálculo do autor está errado. Darci Sarmanho Vargas nasceu em 1895, tinha no ano do casamento entre 15 e 16 anos. Getúlio, no entanto, em 1911, tinha 29 anos de idade, entre 13 e 14 anos a mais que sua esposa.

⁶⁶⁵ LAMOUNIER, *ibidem*, p. 28.

⁶⁶⁶ BISCHOFF, Álvaro W., SOUTO, Cíntia V.. Getúlio Vargas promotor. In: *IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (4.: 2006 : Porto Alegre, RS). Anais : produzindo história a partir de fontes primárias / org. Márcia Medeiros da Rocha. — Porto Alegre : CORAG, 2006, p. 33-45.

⁶⁶⁷ Segundo Axt: as nomeações para o Ministério Público ocorriam em uma (...) realidade institucional marcada pelo coronelismo e conduzida pelo guante de um partido único permanentemente dilacerado pela guerra intestina de facções, [assim] esperava-se desses promotores não apenas fidelidade, mas também a militância político-partidária em prol das facções palacianas nos municípios. Ainda que o Código de Organização Judiciária do Estado determinasse que a demissão do promotor somente poderia ocorrer a pedido do próprio ou com sentença judicial, as nomeações interinas indicavam a subordinação dos promotores ao executivo, já que nesta condição eram demissíveis *ad nutun* pelo Presidente do Estado. Não encontramos, contudo, na atuação do promotor Getúlio Vargas, quaisquer evidências que indicassem uma subordinação a interesses político-partidários, como, por exemplo, perseguição a adversários políticos. Por outro lado, a nomeação para o cargo de promotor poderia ser vista como o primeiro passo para ingressar na vida política. Nesse sentido, diversos signatários da Manifesto Acadêmico Castilhista, onze de um total de trinta e sete, foram nomeados promotores. João Neves da Fontoura, que sucedeu Getúlio Vargas como 2º

Neves da Fontoura a assunção de Getúlio Vargas: Getúlio aceitou sua nomeação para a segunda promotoria de Porto Alegre, vaga com a morte de Tomás Malheiros. Ali começou sua carreira forense. (...) Um promotor ganhava, à época, 330\$000 réis. E vivia bem!⁶⁶⁸

Vários dos biógrafos⁶⁶⁹ de Getúlio Vargas omitiram o fato de a nomeação para promotor comprovar que ele mantinha boas relações com Borges de Medeiros, dentro do PRR, correspondendo àquilo que Bourdieu definiu como *capital social*.⁶⁷⁰ Getúlio não era um qualquer, como pretenderam representá-lo. Um cargo desse porte, no início de carreira, certamente não estava acessível para uma pessoa comum, contudo, fazia parte da prática política desde aqueles tempos.

Cobrando ainda a trajetória inicial, Lamounier fez referência ao que chamou de outra quixotada de Vargas, o episódio de sua ruptura com Borges de Medeiros em razão da intervenção do chefe do PRR nas eleições do município de Cachoeira, quando vários dos eleitos a deputado estadual foram forçados a renunciar. De acordo com o autor, “Getúlio voltou a São Borja, mas

Promotor de Porto Alegre, destacou: “A Promotoria Pública de Porto Alegre vinha sendo um lugar, que os governos caprichavam em preencher com valores comprovados”.

Getúlio Vargas foi nomeado promotor em 17 de janeiro de 1908, tendo, no dia 20 do mesmo mês entrado em exercício. Sua estréia no júri deu-se em 6 de fevereiro, tendo sido noticiada pelo Correio do Povo. AXT *apud* BISCHOFF, Álvaro W., SOUTO, Cíntia V.. Getúlio Vargas promotor, p. 35.

⁶⁶⁸ *Apud* BISCHOFF, Álvaro W., SOUTO, Cíntia V.. Getúlio Vargas promotor, *ibidem*, p. 36.

⁶⁶⁹ CARRAZZONI, *Getúlio Vargas...*, afirmou: “No começo daquele outono [se Getúlio tomou posse no cargo em janeiro e passou a exercê-lo em fevereiro, conforme afirmou João Neves, citação 42, a estação do ano não era o outono, mas sim o verão. Talvez, um recurso estilístico utilizado pelo autor com o objetivo de enfatizar o quão dura seria a atividade de Getúlio na promotoria] de 1908, o governo nomeava-o promotor público da comarca de Porto Alegre. Não podia ser insensível à distinção, porque distinção era, e das maiores, o aproveitamento de um bacharel tão novo no Ministério Público da própria capital do Estado. [...] A sua função, a de guardião da sociedade, numa alerta permanente contra o crime, exigia-lhe duro esforço sobre si mesmo”, p. 57.

Sua filha tratou do caso com a mesma naturalidade: “O Presidente do Estado lhe havia prometido uma promotoria em reconhecimento aos serviços já prestados ao Partido”. PEIXOTO, *Getúlio Vargas, meu pai...* p. 15. Note-se que parece não surpreender a autora esse claro ato de fisiologismo.

⁶⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. O capital social — notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre, NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 67-69.

sabia que suas relações com o caudilho-mor estavam abaladas”.⁶⁷¹ Segundo Lamounier, nesse ano Borges o tratou praticamente como um adversário. No entanto, no ano seguinte os dois se reconciliaram. O autor, no entanto, não indicou as causas da reconciliação.

Na Assembléia Estadual, Getúlio teria ensaiado alguns passos isolados no sentido da conciliação política. Como bem notou Lamounier — diferentemente de outros autores, — “Getúlio simplesmente não tinha ainda a estatura política necessária para levar a cabo qualquer conciliação”.⁶⁷² Aliás, o autor percebeu de modo perspicaz que ainda não existiam condições imediatas para Getúlio Vargas tornar-se independente do PRR e de Borges, tanto que, em 1921, ao voltar à Assembléia, “[...] Getúlio continuou seguindo a orientação de Borges de Medeiros”.⁶⁷³

Em 1922, Vargas fez da parte da Comissão de Constituição e Poderes da Assembléia gaúcha, envolvida na decisão de julgar se a quinta eleição de Borges de Medeiros à presidência do estado não tinha ocorrido sob fraude, como alegava a oposição. A Comissão decidiu que as eleições haviam transcorrido “normalmente”, algo raro na época, e que, portanto, o mandato de Borges era legal. Essa decisão produziu a reação dos federalistas que não aceitavam a derrota de seu candidato, Joaquim Francisco de Assis Brasil. Iniciou-se uma segunda guerra civil no Rio Grande do Sul, chamada de Revolução de 1923.

Getúlio fora eleito deputado federal, mas antes de tudo considerava-se um soldado do partido, e já pegava em armas quando teria recebido um telegrama de Borges de Medeiros dizendo: “Volte imediatamente. Não é

⁶⁷¹ LAMOUNIER, *ibidem*, p.30.

⁶⁷² *Idem, ibidem*, p.30-1.

⁶⁷³ *Idem, ibidem*, p. 31.

permitido a um deputado federal pegar em armas sem licença expressa do Congresso. Passe o comando. Você é mais necessário no Rio de Janeiro do que aí”.⁶⁷⁴

E de fato foi. Segundo Lamounier, Getúlio mostrou-se bastante hábil em sua aproximação com os deputados de oposição e com os deputados de outros estados que o ajudaram a evitar uma intervenção federal no Rio Grande do Sul. Com o sul pacificado pelo acordo de Pedras Altas, Getúlio reelegeu-se novamente deputado federal, cabendo-lhe o papel de liderança. Segundo o autor, Vargas assumiu a posição governista que lhe cabia com o maior zelo. Tanto que “[...] contribuiu para as medidas repressivas que o governo Bernardes foi obrigado a adotar contra as rebeliões tenentistas”,⁶⁷⁵ em 1926.

No final de 1926, com a posse de Washington Luís, Getúlio foi indicado para assumir o Ministério da Fazenda. “[...] Getúlio não se saiu mal no cargo, tornando-se candidato natural à sucessão de Borges de Medeiros no governo do Rio Grande do Sul”.⁶⁷⁶

Eleito, tratou de buscar a pacificação do estado. Incluiu membros da oposição no secretariado e garantiu eleições municipais honestas, conforme afirmou Lamounier:

[...] Getúlio Vargas conseguiu rapidamente granjear a confiança e o respeito dos antigos adversários. Lograra, enfim, a pacificação política do Estado, condição básica para qualquer aspiração mais alta. Conta-se que, logo em seguida, o seu tio materno Modesto Dornelles, a quem muito se afeiçoara, estando prestes a falecer, transmitiu-lhe grave incumbência: a de pacificar também a família, acabando de uma vez com a luta entre os Vargas e os Dornelles.⁶⁷⁷

⁶⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 32. O autor não indicou a localização ou a publicação do referido telegrama.

⁶⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 32.

⁶⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 33.

⁶⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 33.

Vários episódios demonstrando a fidelidade de Getúlio Vargas ao PRR, a Borges e às causas de que estava incumbido de defender foram destacados pelo autor, que interpretou-os a partir de uma leitura bastante adequada ao contexto do período. Parafraseando Lamounier, Getúlio ainda não tinha asas para alçar vôos solo, que independessem de Borges e do PRR. Getúlio foi um membro fiel do partido.

Por outro lado, pareceu-nos um tanto apressada a afirmação do autor de que Getúlio conseguira, graças a alguns gestos políticos importantes, produzir-se, de modo muito rápido, como uma nova liderança, quase consensual, visão, que, por sua vez, foi corroborada por vários dos biógrafos de Getúlio.

Além disso, o autor adotou, surpreendentemente, ao final de sua análise sobre a emergência de um Getúlio Vargas conciliador, a leitura mítica, também corroborada por alguns biógrafos, do pedido do seu tio materno, ao qual tanto se afeiçoara, para pacificar a família e, necessariamente, o Rio Grande do Sul como uma missão. O que nos indicou, mais uma vez, as dificuldades e as armadilhas que esperam aqueles que se arriscam a escrever uma biografia.

Da revolução de 1930 ao Estado Novo

De acordo com Brandi, em meio à campanha eleitoral e à crise econômica, Getúlio Vargas teria autorizado que um emissário, Paim Filho, negociasse com Washington Luís um acordo secreto no qual Vargas se comprometia a não sair do estado do Rio Grande do Sul para fazer propaganda eleitoral e a apoiar o governo federal no caso de vitória de Júlio Prestes e, em contrapartida, Washington Luís e Júlio Prestes se comprometiam a reconhecer os candidatos do PRR que fossem eleitos para o Congresso, bem como, a

vitória de Vargas se assim ocorresse. O cumprimento desse acordo implicaria na desagregação da opositora Aliança Liberal.⁶⁷⁸ Contudo, a campanha se radicalizou e Getúlio Vargas rompeu o suposto acordo secreto, viajando para o Rio de Janeiro.

As eleições de 1º de março de 1930, realizadas no estilo tradicional da República Velha, deram afinal a vitória a Júlio Prestes, como já era esperado. Além de vencer com grande diferença de votos nos estados situacionistas, o candidato oficial obteve 50.000 votos em Minas e a terça parte da votação na Paraíba. A fraude, praxe na época, dominou o pleito de parte a parte. De outra forma seria impossível explicar o fabuloso resultado obtido por Vargas em seu estado com 298.000 votos contra apenas 982 dados a seu concorrente. Mesmo assim, Júlio Prestes chegou a cerca de 1.100.000 votos, contra 737.000 dados a Vargas.⁶⁷⁹

De acordo com o autor, em maio de 1930, o Congresso reiniciou seus trabalhos. No entanto, o clima, que era de aparente tranquilidade, logo mudou. Washington Luís começou o processo de degola dos parlamentares dos estados que não haviam apoiado seu candidato. Esse processo consistia na vedação ou aprovação dos nomes dos eleitos pelo Congresso, isto é, depois de eleito como deputado federal ou senador, o candidato deveria ter seu nome ratificado pela maioria dos congressistas, o que dava amplo poder para a base governista, que invariavelmente detinha a maioria das cadeiras. Foi assim que o Partido Republicano Mineiro (PRM) sofreu um corte de 14 deputados numa bancada de 37, que foram substituídos pelos membros da Concentração Conservadora. Com João Pessoa, na Paraíba, se deu o mesmo processo.

Em 1º de junho, Vargas lançou um manifesto à nação, condenando a depuração das bancadas mineira e paraibana e anunciando para breve a “necessária retificação” do regime. Mas temperou seus ataques, afirmando que as modificações

⁶⁷⁸ BRANDI, *ibidem*, p. 39-40. Novamente, como no episódio que envolveu a reeleição de Borges de Medeiros, o autor não dá referências de onde retirou as informações.

⁶⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 41.

“dos nossos hábitos e costumes” poderiam ter lugar ‘dentro da ordem’.⁶⁸⁰

Com a proximidade da revolução, segundo Brandi, Vargas procurou

[...] dissimular seu envolvimento na conspiração, buscando sobretudo despistar o senador Paim Filho e o comandante da 3ª Região Militar (3ª RM), sediada no Rio Grande do Sul, o general Gil de Almeida, ambos fortemente leais a Washington Luís. Paim Filho foi induzido a transmitir informações tranqüilizadoras ao presidente, negando a participação de Vargas na trama revolucionária.⁶⁸¹

Ao fim de inúmeros episódios, o movimento de outubro de 1930 saiu vitorioso. Cabia agora a construção do novo governo.

Novamente, reapareceu, na análise do autor, a imagem do Vargas dúbio, que não fecha nenhuma possibilidade de acordo ou conchavo. Ao mesmo tempo em que ameaçava com um movimento reformista, deixava entreaberta a porta para o entendimento. Imagem recorrente na análise historiográfica, assim como a do personagem que manipula com habilidade seus adversários.

Sobre o movimento de 1930, Brandi seguiu as interpretações dominantes na historiografia da década de 1970, citando inúmeras vezes Boris Fausto, com a clássica interpretação da ruptura entre as oligarquias estaduais dominantes e a emergência das camadas médias urbanas. Segundo Fausto, o lançamento da chapa Vargas-João Pessoa “[...] refletia as aspirações das classes dominantes regionais não-associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média”.⁶⁸² Contudo, segundo Gomes, a visão de Fausto, superada na década de oitenta, mas não incorporada por Brandi na

⁶⁸⁰ SILVA, Hélio. *A revolução traída*. RJ: Civilização Brasileira, 1964, *apud* Brandi, *ibidem*, p. 44.

⁶⁸¹ BRANDI, *ibidem*, p. 46.

⁶⁸² FAUSTO, Boris. *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*. SP: Cebrap, 1972, *apud* Brandi, *ibidem*, p. 37.

presente obra, correspondia ao “Estado de compromisso”, ou seja, a Revolução de 1930 foi o produto de “[...] uma frente difusa em equilíbrio instável, reunindo dissidências oligárquicas e setores militares, além do apoio das classes médias e até do operariado, [que] não respondia à questão de quem substituiria a hegemonia da oligarquia cafeeira”.⁶⁸³

O autor corrobora, também, a tese de Thomas Skidmore, — que também assume a visão do “Estado de compromisso”⁶⁸⁴ — segundo a qual, “os acontecimentos posteriores confirmaram a precisão da denominação [revolução], pelo menos na esfera política”. Assim como, a de Boris Fausto para quem “rompia-se por fim o quadro sócio-político da dominação oligárquica sob a hegemonia da burguesia cafeeira”.⁶⁸⁵

De acordo com Brandi, nos primeiros anos da década de 1930, se encontrava em gestação o espírito centralizador e autoritário de Getúlio Vargas. Tanto que em 2 de janeiro de 1931, Vargas afirmou que a “[...] representação de classes [era bem melhor do que] o velho sistema de representação individual tão falho como expressão da vontade popular”.⁶⁸⁶ Segundo Brandi, Vargas teria dito: “[...] “a minha diretriz no governo do Rio Grande do Sul se assemelha ao direito corporativo ou organização de classes promovido pelo fascismo no período de renovação criadora que a Itália atravessa”.⁶⁸⁷

⁶⁸³ GOMES, Ângela de Castro. História e historiografia de *A Revolução de 1930*. In: _____ (org.) *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 35.

⁶⁸⁴ BORGES, Anos trinta e política..., *ibidem*, p. 174.

⁶⁸⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 4a ed. RJ: Paz e Terra, 1975 e FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: _____ (org.). *O Brasil republicano*. SP: Difel, 1977, *apud* Brandi, *ibidem*, p. 49.

⁶⁸⁶ Essa primeira revelação do viés autoritário do personagem foi retirada da obra escrita pelo próprio VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Vol. 1, *apud* Brandi, *ibidem*, p. 52.

⁶⁸⁷ Esta segunda revelação foi retirada da obra de FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 3ª ed. SP: Brasiliense, 1975, *apud* BRANDI, *ibidem*, p. 52.

Em 1932, ocorreu em São Paulo a Revolução Constitucionalista. Brandi destacou que ela teria se precipitado graças às ações violentas dos tenentes que compunham parte da base de apoio do novo governo e que, dentre outras coisas, haviam empastelado o jornal *Diário Carioca*, que se colocava firmemente a favor da constitucionalização do país, posição contrária a dos tenentes, que defendiam um governo forte e autoritário, se necessário. Getúlio Vargas, segundo o autor, não teria se entregado com muita dedicação à tarefa de encontrar e punir os culpados pelo ato de fechamento do jornal, o que gerou uma série de rupturas com o novo governo, desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, gerando uma crise política que só seria resolvida após o movimento armado de 9 de julho de 1932.

Os moldes da pacificação de São Paulo, após sua derrota, teriam seguido o caminho da conciliação. Segundo o autor, ela “foi um dos objetivos prioritários do governo vitorioso”. O governo central “concordou em resgatar, através do Banco do Brasil, os bônus de guerra emitidos pelos bancos paulistas para financiar a guerra”.⁶⁸⁸ Em fins de 1933,

São Paulo voltaria finalmente ao controle dos paulistas, encerrando-se de vez a prática federal de enviar para o governo desse estado representantes da corrente revolucionária tenentista, contra a qual a oligarquia se unira e lutara até as últimas conseqüências.⁶⁸⁹

Em 1935, após um período de relativa tranqüilidade política e de vigência do regime constitucional, eclodiu o levante comunista, encabeçado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob a chefia de Luís Carlos Prestes. Segundo Brandi, esse movimento, que fracassou, serviu apenas para fortalecer

⁶⁸⁸ BRANDI, *ibidem*, p.67.

⁶⁸⁹ GOMES, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política*. RJ: Nova Fronteira, 1980, *apud* Brandi, *ibidem*, p. 68.

e aglutinar em torno de Getúlio Vargas “forças que até então lhe eram contrárias”.⁶⁹⁰ Desde o desafeto gaúcho, Flores da Cunha, até o camisa-verde Plínio Salgado, que garantiu que cem mil de seus adeptos estariam prontos para lutar ao lado do governo.

Além disso, segundo o autor, até os meios militares teriam reconhecido a necessidade de um poder forte e firme para reprimir a ameaça que pairava sobre a pátria. O clima criado pela tentativa de levante comunista abriu caminho para o fechamento do governo.

Houve mudanças de ministros e secretários considerados excessivamente liberais, substituídos por outros menos abertos a “influências perniciosas”. Anísio Teixeira foi substituído por Francisco Campos na Secretaria de Educação do Distrito Federal, que prometeu expurgar o “bolchevismo das escolas e preservar”⁶⁹¹ o “[...] Brasil tradicional, humanista e cristão”.⁶⁹²

Dentro do clima anticomunista dominante, foi criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. Em março de 1936, foi instaurado o estado de guerra, que teve a concordância do Congresso, que aprovou, além disso, a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), para crimes cometidos sob o estado de guerra e que julgaria e condenaria os envolvidos no levante comunista.

Conforme reflexão de Brandi, com a aproximação das eleições de 1938, Vargas dava sinais de que deixaria o governo ao final de seu mandato. A campanha eleitoral começara normalmente, sem o apoio de Getúlio Vargas para qualquer candidato. Segundo o autor, o país passava por uma situação de

⁶⁹⁰ BRANDI, *ibidem*, p. 99.

⁶⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 100-01.

⁶⁹² LEVINE, Robert *apud* Brandi, p. 101.

relativa abertura da vida política, como indicariam duas medidas: a não renovação do estado de guerra, sob o qual se encontrava o país, e a libertação de 300 presos políticos quando da repressão do levante comunista de 1935.

De acordo com Brandi, vários historiadores, dentre eles Thomas Skidmore, “consideram o afrouxamento das medidas repressivas como uma manobra de Getúlio, visando ‘dramatizar a ameaça das esquerdas às classes médias, os políticos estaduais conservadores e os militares’”.⁶⁹³ É na direção desta argumentação que Brandi se refere ao famoso Plano Cohen, que seria o lance decisivo e que deixaria pronto o terreno para a implantação do Estado Novo.

Na noite de 10 de novembro, Getúlio transmitiu pelo rádio uma proclamação ao povo brasileiro, anunciando a entrada em vigor da nova Constituição e o início de uma nova fase na história brasileira. Segundo Getúlio Vargas, “o homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional (...) não pode fugir ao dever de tomá-la” a “democracia dos partidos”, que, “nos períodos de crise, como o que atravessamos, (...) subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da nação”. Nesse contexto, “o sufrágio universal passa assim a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos”. Segundo ele, o Brasil não tinha outra alternativa senão “reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país”. Para sublinhar esse ponto de vista, anunciou a decisão de suspender o pagamento da dívida externa e seu propósito de inaugurar um vasto programa de obras públicas e reequipar as forças armadas. ‘Restaremos a nação na sua autoridade e liberdade de ação... deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino’.⁶⁹⁴

Bolívar Lamounier, por sua vez, refletindo sobre a trajetória de Getúlio Vargas entre 1930 e 1937 ponderou:

Tendo aprendido a fazer a paz, Getúlio Vargas faria, a partir de 1928, o aprendizado do poder e do Estado. Usando como trampolim o governo do Rio Grande do Sul, chefiaria a

⁶⁹³ SKIDMORE, T. *Brasil de Getúlio... apud Brandi, ibidem*, p. 115.

⁶⁹⁴ BRANDI, *ibidem*, p.122.

Revolução de 30, se tornaria presidente da República e acabaria implantando um regime ditatorial.⁶⁹⁵

Segundo o autor, em virtude do equilíbrio diante das situações mais adversas, Getúlio Vargas foi muitas vezes definido “maquiavélico”, geralmente, com uma conotação negativa. Dois autores assim se referiram a Vargas. Affonso Henriques e Cláudio de Araújo Lima.⁶⁹⁶

Lamounier discordou de visões desse tipo. Para o autor,

O maquiavelismo de Getúlio situava-se, porém, num plano mais denso, que não pode ser apreendido senão quando se rejeitam preliminarmente os extremos do acolitismo e do vilipêndio. Maquiavelismo é a visão daquele que teme a desagregação política de seu país e que só compreende a liberdade no âmbito de um Estado capaz de assegurar a ordem e o esforço comum. O estadista maquiavélico é pois aquele que se preocupa antes de mais nada com a construção do Estado — ou seja, com o estabelecimento daquele mínimo indispensável de poder central; e que para sustentá-lo dispõe-se a praticar atos nem sempre justificáveis à luz da moralidade que rege as relações entre as pessoas na vida privada. Naturalmente, a avaliação dos males ou riscos a serem evitados pela cirurgia maquiavélica é sempre subjetiva, sujeita a erros de julgamentos e a deformações motivadas pela ambição. A responsabilidade final é sempre do estadista, visto que é dele a escolha dos meios e a iniciativa das ações.⁶⁹⁷

Os anos finais de República Velha foram marcados pela ruptura do principal acordo político que sustentava a continuidade do sistema. Conforme o Lamounier, a idéia dos paulistas era manter em suas mãos a presidência da República, alijando desse “acordo tácito” Antônio Carlos de Andrada, que seria indicado à chefia do poder executivo no quadriênio 1930-1934.

Em sua análise, Lamounier assinalou que Washington Luís não estava tão alheio às conseqüências da ruptura do acordo com Minas Gerais. Tanto

⁶⁹⁵ LAMOUNIER, *ibidem*, p. 35.

⁶⁹⁶ Afirou que Vargas não apresentava, nem sequer, capacidade para ser maquiavélico. Ver capítulo 2 deste trabalho.

⁶⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 35.

que ele buscou, justamente, aproximar-se do Rio Grande do Sul, propondo, inclusive, “[...] considerar um candidato gaúcho se Minas Gerais vetasse o paulista Júlio Prestes”.⁶⁹⁸

Foi, segundo o autor, em virtude desse contexto que Getúlio Vargas começou a apresentar um comportamento que se “[...] caracterizaria por uma série infundável de dissimulações, avanços e recuos. Dizia sim, não e talvez o tempo todo — e isso tanto a Washington Luís quanto aos mineiros, que às vezes também recuavam de sua inclinação pelo rompimento”.⁶⁹⁹

Para Lamounier, por outro lado, a Aliança Liberal foi “[...] uma frente formada para sustentar a campanha eleitoral oposicionista contra Júlio Prestes”,⁷⁰⁰ com uma plataforma difusa que incluía reivindicações das camadas médias, tenentes e setores da imprensa. E não, pelo menos *a priori*, um movimento de caráter mais amplo e revolucionário. Acontece que uma corrente da Aliança, no final de 1929, começou a cogitar um levante armado, caso a chapa Getúlio Vargas – João Pessoa fosse derrotada. Formavam essa corrente, políticos jovens: João Neves da Fontoura,⁷⁰¹ Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, que buscaram atrair os chefes das rebeliões tenentistas (Juarez Távora, João Alberto, Siqueira Campos e Luís Carlos Prestes).

Entre as várias idas e vindas do movimento de outubro — afastamento e retorno de Osvaldo Aranha nas articulações militares, aparentes indecisões de Vargas e o assassinato de João Pessoa — Getúlio Vargas assumiu a chefia do

⁶⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 36-7.

⁶⁹⁹ *Idem, ibidem*, p. 37.

⁷⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 39.

⁷⁰¹ Para alguns autores João Neves não fazia parte da corrente militar do movimento de 30. Getúlio justificou a indicação de Osvaldo Aranha ao governo do Rio Grande do Sul, em detrimento de João Neves, que era o vice-presidente do estado, exatamente por isso: o movimento teria tomado uma direção militar e João Neves fazia parte do movimento político. Conferir John Dulles, capítulo 3 deste trabalho.

governo provisório em três de novembro de 1930, um mês após o seu início efetivo.

Com a vitória do movimento de três de outubro era necessário começar o trabalho. O maior obstáculo à constituição de um poder centralizado, conforme Lamounier, “[...] era a inexistência de partidos políticos ou correntes ideológicas com um mínimo de coesão, que sustentassem as decisões do novo governo e lhe servissem como ponto de referência”.⁷⁰² Getúlio se apoiava em verdade sobre dois blocos: o das lideranças políticas dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul e sobre os tenentes.

Mas essa tensão logo seria fortemente sentida pelo chefe do governo provisório, particularmente a oriunda das velhas oligarquias estaduais, que começavam a fazer coro com São Paulo exigindo a imediata constitucionalização do país, acima de tudo para evitar o notório avanço dos tenentes. Apesar das inúmeras tentativas de negociação feitas por Vargas e outros membros do governo provisório para evitar um conflito armado, em nove de julho de 1932, os paulistas foram às armas, esperando contar com o apoio de outras oligarquias, especialmente, a gaúcha, governada por Flores da Cunha. Este, na última hora, definiu-se pelo apoio ao governo central, selando a derrota do levante. Contudo, mesmo vencendo e

[...] fortalecido pela vitória, Getúlio tratou de pacificar São Paulo, fazendo-lhe amplas concessões no terreno financeiro, abstendo-se de indicar tenentes para o governo estadual e, não menos importante, confirmando a data de 3 de maio de 1933 para as eleições à Assembléia Constituinte.⁷⁰³

Todavia, os resultados vindos da Constituinte não foram os esperados por Getúlio Vargas. Desejava que a eleição presidencial fosse logo realizada

⁷⁰² LAMOUNIER, *ibidem*, p. 44.

⁷⁰³ *Idem*, *ibidem*, p. 51.

pelo Congresso e, também, que a centralização do poder não fosse afetada, o que não ocorreu. Segundo o autor, já em março de 1934 surgiu, dentro do Exército “[...] a idéia de um golpe contra a Constituinte, cujo objetivo seria a adoção em plano nacional da Constituição gaúcha de Júlio de Castilhos, com o próprio Getúlio no papel de ditador-presidente”.⁷⁰⁴

Getúlio Vargas concluiu que governar com aquela Constituição seria impossível, pois era demasiadamente liberal e federalista. Além disso, desenhava-se no país uma rota de instabilidade com o fortalecimento da polarização ideológica entre a Ação Integralista Brasileira (AIB), do direitista Plínio Salgado, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), do ex-tenente e agora comunista Luís Carlos Prestes.

Em 1935, a ANL tentou derrubar Vargas e iniciar uma revolução de caráter socialista, tendo como base principal militares do exército em diversos estados do país. No entanto, o plano falhou principalmente por algumas precipitações que deixaram expostas lideranças em outras partes do país. Paralelamente a isso, intensificavam-se as críticas ao governo federal com o avanço da campanha presidencial, causando, na avaliação de setores do governo, respaldados pelo exército, excessiva instabilidade política. Abria-se espaço para a instauração do Estado Novo.

Contudo, para Maria Helena Capelato o anti-comunismo, no Brasil, era mais antigo, datava da década de 1920; assim como, outros grupos sociais apoiaram a centralização do regime e depois a implantação do o Estado Novo. Conforme Capelato:

O comunismo, considerado como o perigo mais ameaçador à sociedade brasileira desde os anos 20, deu ensejo a uma forte campanha de propaganda anticomunista que acabou servindo

⁷⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 57.

para justificar o fortalecimento do regime. Já no início de 1935, começou a ser discutido o projeto de lei de segurança nacional; seus defensores alegavam essa necessidade em função da intensa agitação social que dominara o país depois de 1930. Previa a supressão dos sindicatos, associações profissionais e entidades jurídicas, item que provocou reações contrárias. Mas após a “intentona”, mesmo alguns liberais a consideraram insuficiente para enfrentar a ameaça social. Os liberais apoiaram as medidas de exceção adotadas pelo governo [decretação do estado de guerra] sob a alegação de que o combate ao comunismo era a prioridade do momento; tais medidas acabaram por fortalecer o poder governante, que, em 1937, liderou o golpe promotor do Estado Novo, que dissolveu o Congresso e outorgou nova Constituição à nação.⁷⁰⁵

Do Estado Novo à deposição

De acordo com Brandi, “o Estado Novo não foi um projeto exclusivo de Vargas nem poderia ter sido implantado com tamanha aceitação sem o consenso das classes dominantes, principalmente das forças armadas”⁷⁰⁶ Segundo o autor, “na Itália e na Alemanha, o golpe de 10 de novembro foi acolhido com entusiasmo e, em Berlim, o ministro da Propaganda, Joseph Goebbels, louvou o realismo político de Vargas e sua habilidade para agir no momento oportuno”⁷⁰⁷. As expectativas do líder nazista quanto ao possível aliado, no entanto, não se confirmaram.

Em viagem ao Rio Grande do Sul, para a colocação da pedra fundamental da ponte que ligaria Brasil e Argentina, Getúlio Vargas falou à imprensa criticando os extremismos tanto de direita quanto de esquerda. No próprio Rio Grande do Sul, onde a presença de alemães e italianos era muito

⁷⁰⁵ CAPELATO, O Estado Novo: o que trouxe de novo? *Idem, ibidem*, p. 115-6.

⁷⁰⁶ BRANDI, *ibidem*, p.125.

⁷⁰⁷ *Idem, ibidem*, p.126.

significativa, “as atividades do partido nazista vinham sendo reprimidas”⁷⁰⁸, bem como a dos integralistas que tiveram sua propaganda e jornais proibidos.

Lançando mais dúvidas sobre as simpatias de Vargas em relação ao nazi-fascismo, Brandi discorreu sobre a tentativa de golpe integralista contra o governo, em 11 de maio de 1938, em cuja ação houve atos de traição do chefe da guarda do Palácio – o tenente fuzileiro naval Júlio do Nascimento, integralista –, que abriu o portão externo do Palácio Guanabara permitindo que os invasores o cercassem.

De acordo com o autor, “Getúlio comandou pessoalmente a resistência, composta inicialmente por um punhado de parentes (Alzira, Manuel Antônio Vargas e Válder Sarmanho) e uns poucos auxiliares, armados unicamente de revólveres de pequeno calibre”.⁷⁰⁹ Durante mais de cinco horas o palácio presidencial ficou cercado.

Brandi utiliza-se da fala de Alzira Peixoto para comprovar que os integralistas não queriam nenhum acordo com Getúlio, queriam sim, eliminá-lo, articulados a membros do governo, simpáticos à causa dos “camisas-verdes”. Conforme o relato da filha de Vargas, depois de todo esse tempo de cerco é que chegaram o coronel Cordeiro de Farias, “pacificamente e sem dar um tiro” e logo depois Dutra e Góis Monteiro. Segundo Alzira Peixoto, evocada por Brandi:

Góis Monteiro me disse nada poder fazer, porque também estava cercado em seu apartamento... Francisco Campos transmitia palavras de solidariedade admirativa e passiva.... O chefe de polícia (Filinto Muller) confirmou o prévio envio de tropas e espantou-se de que não houvessem chegado ao destino... Não fiquei sabendo como nem por que o general Eurico Gaspar Dutra foi o único membro do governo que conseguiu atravessar a trincheira integralista. Não pude apurar

⁷⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.128.

⁷⁰⁹ *Idem, ibidem*, p.129.

também o que aconteceu depois que se retirou com um arranhão na orelha novamente transpondo o cerco do inimigo.⁷¹⁰

Apesar da alegada distância entre os integralistas e Vargas, havia, conforme Capelato, certa “[...] coincidência de pontos de vista entre a ideologia estado-novista e a integralista [...]”⁷¹¹ No entanto, Brandi endossou as palavras de Alzira Peixoto, enfatizando as imagens de “resistência” e do “espírito guerreiro” de Vargas, afeito às mais variadas formas de disputa, inclusive à bala.

Em segundo lugar, há a imagem da “traição”, muito aproximadas, como vimos em capítulos anteriores, à narrativa mitológica, que foi aceita pelo autor, assim como o acerto de contas entre Alzira Peixoto e um de seus desafetos: o general Eurico Dutra.

Esse uso “impróprio” de certas obras produz resultados problemáticos, particularmente, em obras de caráter acadêmico, como a de Brandi. Ao analisar outra obra, Ângela de Castro Gomes identificou o mesmo problema, tecendo a seguinte análise:

A presença e o uso de uma literatura de memórias, como estou chamando, nas bibliografias dos historiadores e cientistas sociais da década de 1960, eram razoavelmente assentadas. Esses livros se transformavam, cada vez mais, em fontes históricas, mas ainda eram predominantemente explorados como fontes que agregavam informações ao conteúdo substantivo de uma análise. Não eram esquadrihados como narrativas que permitem uma aproximação com a percepção cognitiva, a visão de mundo e os valores de um indivíduo e um grupo social, em determinada época. Esse movimento profícuo no tratamento das fontes, e não apenas das memorialísticas, é claro, ainda não se estabelecera, provavelmente por ser grande devedor do avanço da História Cultural, que se impõe justamente durante a década de 1970.⁷¹²

⁷¹⁰ PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral, *Getúlio Vargas, meu pai*, apud Brandi, p.130.

⁷¹¹ CAPELATO, O Estado Novo: o que trouxe de novo? *Ibidem*, p. 131-2.

⁷¹² GOMES, Ângela de C. História e historiografia de *A Revolução de 1930*,...*Ibidem*, p. 33-4.

Ainda sobre a tentativa do golpe integralista contra o governo, Brandi refletiu:

[...] Após a fracassada tentativa de golpe, cerca de 1500 integralistas foram presos só no Rio de Janeiro. Entretanto, a repressão não foi tão drástica como seria de se esperar. Enquanto a polícia perseguia a arraia-miúda, desenrolava-se uma farsa em relação aos chefes, notadamente Plínio Salgado, dado como “desaparecido”, mas, na realidade, morando em endereço conhecido das autoridades, em São Paulo, desde março. Getúlio jamais castigava um adversário inutilmente. Continuou mantendo relações diretas ou indiretas com Plínio, Gustavo Barroso e outros próceres do desbaratado movimento.⁷¹³

Segundo o autor, as perseguições aos integralistas teriam gerado, também, um incidente diplomático com a Alemanha que, através do seu embaixador, Karl Ritter, teria reclamado da prisão de nove alemães acusados de envolvimento no levante. O episódio teria culminado com o pedido de remoção do embaixador alemão. Os alemães, por seu turno, teriam pedido a retirada do embaixador Muniz de Aragão. No entanto, “o episódio não prejudicou as relações econômicas entre os dois países”.⁷¹⁴

Segundo Brandi, mesmo antes da eclosão da guerra Vargas já estaria pensando na construção de uma usina siderúrgica. Com o início da guerra, o terreno de “manobras” para Vargas ficou ideal.

Note-se que Brandi deu ênfase à grande capacidade de reconciliação de Vargas. Há, nas várias biografias analisadas, a imagem de que Getúlio não fechava, definitivamente, nenhuma porta. Essa imagem é reforçada quando o autor trata da punição/perdão aos integralistas, quanto no incidente diplomático com a Alemanha nazista. Em ambos os casos o pragmatismo político se manifestou, chamando a atenção, também, o fato de uma possível oposição ao

⁷¹³ BRANDI, *ibidem*, p.131.

⁷¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 132.

nazismo não ser suficiente para determinar, segundo os autores, uma tomada de posição por parte de Vargas.

Reforçando a imagem do Vargas ardiloso, Brandi afirmou que, no decorrer de 1941, a aproximação com os Estados Unidos cresceu.

Getúlio Vargas sabia que os Estados Unidos demonstrariam maior interesse pelo Brasil 'se pairasse no ar alguma dúvida sobre a posição do país'⁷¹⁵. Em 20 de abril, Vargas enviou telegrama de felicitações no aniversário de Hitler. A mensagem e a resposta de Hitler foram divulgadas oficialmente pelo governo brasileiro.⁷¹⁶

Ainda segundo o autor, o resultado da longa indefinição de uma posição por parte de Getúlio Vargas sobre quem apoiar na guerra, bem como a posterior definição pró-aliados, foi o financiamento para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e a transferência da propriedade da inglesa Itabira Iron Company para o governo brasileiro.

Conforme Brandi, da entrada do Brasil no conflito mundial até a derrocada das potências do Eixo,

Vargas compreendeu claramente que a guerra, com seus ideais proclamados e seu sentido libertário, implicaria inexoravelmente o fim da ditadura. Assim sendo tratou de ampliar e consolidar seu prestígio popular procurando estabelecer relações mais organizadas com a classe operária e postulando uma nova doutrina política. Essa doutrina foi o trabalhismo, enunciado por Getúlio e, sobretudo, por seu ministro do Trabalho, Marcondes Filho, em falas especiais no programa 'Hora do Brasil'.⁷¹⁷

Mais uma vez aparece na imagem incorporada pelo autor o Vargas "ardiloso", que previa e analisava, de uma maneira originalmente perspicaz, os acontecimentos. Graças a essa capacidade, Getúlio teria lançado mão da política trabalhista, dentre outras coisas, para manter seu governo.

⁷¹⁵ DULLES, John W. Foster. *Getúlio Vargas: biografia política*, apud Brandi, *ibidem*, p.150.

⁷¹⁶ BRANDI, *ibidem*, p.150.

⁷¹⁷ *Idem, ibidem*, p.170.

Segundo o autor, na medida em que se passavam os meses, a pressão contra a ditadura aumentava. A União Democrática Nacional (UDN), recentemente criada, aglutinava inúmeros opositoristas desde liberais, conservadores, uma esquerda não comunista e militares. Em abril de 1945, a UDN lançou a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes para a sucessão de Vargas.

O quadro político-partidário, de acordo com o autor, parecia bem definido, sobretudo marcado pela presença de dois grandes partidos: a UDN e o Partido Social Democrático (PSD). Este, organizado pelos interventores dos estados com a anuência de Vargas, apoiado na máquina administrativa.

Segundo Brandi, Getúlio Vargas ainda não estava suficientemente seguro de que o PSD atraísse os votos dos trabalhadores e, por essa razão,

[...] optou pela criação de um terceiro partido, a fim de assegurar o voto da classe operária de importância crescente. 'Como a mentalidade dos trabalhadores não se adaptasse bem a dos antigos políticos, criou-se uma nova organização partidária, que deveria se denominar Partido Trabalhista Brasileiro'.⁷¹⁸ O PTB representava o esforço de Vargas em institucionalizar sua grande popularidade entre as massas e os sindicatos, unindo ambos sob mesma sigla de um partido político, e, ao mesmo tempo, constituía a tentativa de atalhar à esquerda a marcha dos comunistas.⁷¹⁹

Brandi, assim como Skidmore, assinalou a habilidade política de Getúlio Vargas, que, de modo clarividente, desejava controlar o operariado, livrando-o da influência comunista, uma vez que percebera o potencial político dos trabalhadores, além de desconfiar de uma possível infidelidade do PSD.

A interpretação de Brandi parece estar enraizada nas influências teóricas oriundas do marxismo — “Marx, Lênin, Lukács, Goldman, Althusser ou

⁷¹⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio... apud Brandi, ibidem*, p. 185.

⁷¹⁹ BRANDI, *ibidem*, p. 185.

Gramsci” — predominantes nos “[...] programas de pós-graduação em História Social, a partir de fins dos anos 70, discutissem, na parte teórica dos trabalhos, a questão da ideologia”. Geralmente, relacionada à idéia de “falsa consciência”. Concomitantemente, a essa concepção do conceito de “ideologia”, predominava, sobre o populismo, a idéia de que “[...] o populismo impôs-se pela conjugação da repressão estatal com a manipulação política, embora a chave de seu sucesso tenha sido a satisfação de algumas demandas dos assalariados”. Assim, conforme analisa Ferreira,

[...] a versão mais disseminada defendeu que a possibilidade de mudança provém da capacidade dos trabalhadores de alcançarem a “verdadeira” consciência de classe, de “desvendarem” as contradições sociais, de perceberem quais seriam os seus “reais” interesses.⁷²⁰

A leitura de Brandi sobre o PTB aponta para as mesmas raízes. O PTB, em sua interpretação, teria se reduzido a mera “meio de manipulação”, formado, essencialmente, por “pelegos”. Muito antes pelo contrário. De acordo com Lucília Delgado, o PTB cresceu em razão de inúmeros fatores, dentre eles:

[...] sua definição partidária e programática. Portanto, não seria ousado afirmar que o perfil programático da legenda trabalhista, caracterizado pela definição de questões sociais como sendo prioritárias para a orientação de sua prática política, em muito contribuiu para que a agremiação alcançasse crescente credibilidade, principalmente junto à população trabalhadora brasileira, tanto rural quanto urbana.⁷²¹

⁷²⁰ FERREIRA, O nome e a coisa: o populismo na política brasileira... *Idem, ibidem*, p.83-5.

⁷²¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares..., *ibidem*, p. 143.

Brandi, novamente, assinalou o viés nacionalista de Getúlio Vargas, ao fazer referência à criação da Lei dos Atos Contrários à Economia Nacional, pejorativamente conhecida como “Lei Malaia”⁷²². Segundo ele,

[...] o decreto assinado no dia 21 de junho criou uma comissão autorizada a desapropriar qualquer organização cujos negócios estivessem sendo conduzidos de maneira lesiva aos interesses nacionais.[...] A UDN, que já se havia lançado à campanha eleitoral com um programa de abertura ao capital estrangeiro e uma política de estabilização monetária, opôs-se de maneira frontal à iniciativa nacionalista de Vargas. [...] Em meio à polêmica, Otávio Mangabeira, presidente da UDN, fez um apelo à intervenção militar contra o governo: ‘Penso que as forças armadas estão no dever de intervir na atual situação brasileira. Vou adiante: é seu dever intervir (...) são as únicas forças que têm força real para acudir em defesa da nação’.⁷²³ Os interesses comerciais dos Estados Unidos também ficaram alarmados com o decreto e trataram, discretamente, de obter modificações na sua regulamentação.⁷²⁴

Segundo o autor, esses atos fizeram com Vargas passasse a ser identificado como nacionalista, sendo perseguido, por isso, pela UDN. Causando desconfiança em setores das Forças Armadas e nos Estados Unidos. Isso tudo, em plena Segunda Guerra Mundial.

Brandi, parece querer indicar que Vargas havia mexido com interesses poderosos e que, portanto, seu futuro como presidente da República corria risco. Dessa forma, internamente, as oposições, aglutinadas em torno da UDN, movimentavam-se para evitar o continuísmo de Vargas, que dava mostras de sua força com as inúmeras manifestações organizadas pelos “queremistas”. Orientados por interesses externos, ganhavam força interlocutores de peso como o novo embaixador americano no Brasil, Adolfo Berle Junior, que proferiu o seguinte discurso:

⁷²² Segundo o autor, a lei recebeu este nome em virtude dos traços orientais de seu inspirador, o ministro da Justiça Agamenon Magalhães, p. 186.

⁷²³ WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. In: *Estudos Cebrap*, SP, (4): 65-105, abr./jun. 1973, *apud* Brandi, p.187.

⁷²⁴ Brandi, *ibidem*, p. 186-7.

Uma democracia se organiza justamente por uma constituição. Elaborar ou emendar uma constituição é um ato que se faz numa democracia em obediência ao mandato do povo (...); mas não é menos do que trágico quando essa tarefa essencial de elaborar uma constituição é permitida (*sic*) interromper ou impedir o autogoverno democrático pela escolha popular do Poder Executivo.⁷²⁵

De acordo com Brandi, apesar dos inúmeros indícios — ou em função deles — de que a sua situação era delicada, Getúlio Vargas teria tentado um último lance para não perder completamente sua influência no jogo político nacional ao propor a antecipação das eleições estaduais, que estavam marcadas para maio de 1946, para dezembro de 1945.

Dessa forma, conforme o autor, os antigos interventores poderiam concorrer às eleições e garantir o uso da máquina administrativa a favor de Dutra, o candidato oficial. Este, por sua vez, ficaria submetido à interferência de governadores fiéis a Vargas, o que limitaria sua atuação. No entanto, a manobra teria sido percebida, selando o futuro imediato de Vargas. Não era mais possível manter Getúlio como o principal mandatário da República, sua deposição tornava-se premente.

Bolívar Lamounier iniciou sua análise sobre o Estado Novo discutindo algumas das linhas interpretativas. Segundo o autor, alguns historiadores concluíram que o Estado Novo era um regime fascista em razão “[...] da retórica empregada por Getúlio Vargas e alguns de seus auxiliares (sobretudo Francisco Campos)” que muito se aproximava dos regimes de Mussolini e Hitler. Além disso, tinham suas conclusões reforçadas pela adoção de uma

⁷²⁵ Discurso citado em SILVA, Hélio. *1945: Por que depuseram Vargas*. RJ: Civilização Brasileira, 1976, *apud* Brandi, *ibidem*, p. 191.

legislação trabalhista inspirada na legislação trabalhista italiana e, também, pelo culto à personalidade que Getúlio Vargas promoveu.⁷²⁶

Entretanto, para Lamounier, as diferenças não eram menos importantes. Seria, portanto, necessário distinguir-se entre regimes autoritários e totalitários. Segundo ele, os regimes totalitários

[...] constituem uma forma muito mais intensa de opressão baseada na utilização praticamente ininterrupta do terror. Os regimes autoritários controlam ou reduzem a quase nada a oposição política, mas em geral não estendem esse controle à vida privada dos cidadãos; os totalitários eliminam por completo a oposição e vão mais longe, transformando a simples *indiferença*, em motivo de suspeita. A diretriz básica dos regimes totalitários é que a ideologia oficial deve permear todos os aspectos da sociedade e não apenas a vida “pública”. Ao contrário do Estado Novo getulista, que não criou nenhum partido político, neles sempre há um partido fortemente organizado, adestrado na mobilização de massas, capaz de infiltrar-se em todas as atividades para conduzi-las à almejada uniformidade ideológica. [...] Realmente, Getúlio nunca tentou impor ao país uma uniformidade total, nem é plausível que isso lhe passasse pela cabeça, visto que ele mesmo não era homem de entregar-se de corpo e alma a uma idéia abstrata, a uma ideologia, fosse ela a fascista ou a liberal-democrática.⁷²⁷

O Estado Novo causou confusão também entre os Estados Unidos e a Alemanha. Segundo Lamounier, a notícia da adoção de um do novo regime causou desconfiança nos Estados Unidos, apesar das garantias dadas pelo embaixador norte-americano, de que o Brasil não hostilizaria os capitais estrangeiros aqui instalados. Os alemães e os italianos receberam a notícia com aplausos, segundo Lamounier. No entanto, logo essas expectativas se frustrariam, particularmente com a ausência de representantes integralistas no regime e um pouco mais tarde com a proibição do funcionamento da AIB — os integralistas tentariam ainda um *putsch* para derrubar Getúlio, em 1938, que foi

⁷²⁶ Bolívar Lamounier apresenta na biografia a discussão — autoritarismo *versus* totalitarismo — quase que simultaneamente a sua discussão na historiografia. Surpreende o fato de a obra *Getúlio* ter características de publicações destinadas ao grande público. Sobre a discussão historiográfica, ver CAPELATO, Estado novo: novas histórias..., *ibidem*, p. 197-201.

⁷²⁷ LAMOUNIER, *ibidem*, p. 77-8.

rechaçado apenas pelo presidente, alguns familiares e poucos funcionários do Palácio Guanabara.

A administração da economia, durante o Estado Novo, foi profícua. Jogando, segundo Lamounier, com a rivalidade entre Estados Unidos e Alemanha, Getúlio obteve dinheiro, dos americanos, para construir a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Fortaleceu-se nesse período, também, “a identificação do sentimento patriótico do país com o projeto de emancipação econômica e integração nacional”.⁷²⁸ A legislação trabalhista também ganhou novo impulso.

Se de um lado havia a proibição das greves e o controle dos sindicatos, do outro havia o paternalismo, as concessões que o ‘o pai dos pobres’ fazia à massa operária, as principais sendo devidamente ornadas com a grandiloquência dos desfiles de 1º de maio.⁷²⁹

A situação interna dava grande respaldo a Getúlio Vargas. Empresariado nacional, trabalhadores e militares o apoiavam. No entanto, segundo Lamounier, começaram a haver certas rupturas no regime que parecia tão sólido. Primeiro, o chamado *Manifesto dos Mineiros*, em outubro de 1943, assinado por dezenas de personalidades de Minas Gerais que exigiam [...] “em tom moderado, mas com bastante firmeza, a redemocratização”. E depois, os militares que notavam a incongruência entre uma “ditadura que lutava pela democracia”.⁷³⁰

Vargas percebeu esses movimentos. De acordo com o autor,

Seu plano era promover uma redemocratização controlada, permanecendo sempre como condutor do processo. Contudo, ao final de 1944, já se cristalizara entre os chefes militares a

⁷²⁸ *Idem, ibidem*, p. 84.

⁷²⁹ *Idem, ibidem*, p. 84.

⁷³⁰ *Idem, ibidem*, p. 86-7.

idéia de que se impunha uma redemocratização completa, sem meias palavras.⁷³¹

No entanto, os planos de Getúlio Vargas falharam, restou-lhe o “exílio”.

O exílio em São Borja e o segundo governo⁷³²

Conforme Mauro Malin, Vargas teria passado por uma transformação nesse período de exílio. Em comício do PTB, realizado em Porto Alegre no final de 1946. Vargas teria atribuído sua queda “[...] aos agentes da finança internacional, que pretendem manter nosso país na situação de simples colônia, exportadora de matérias-primas e compradora de mercadorias industrializadas no exterior”. Getúlio teria apontando, então, para as duas alternativas políticas existentes:

“A velha democracia liberal e capitalista (...), em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade [e a] democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta me filio. Por ela combaterei em benefício da coletividade”. Essa democracia capitalista, “comodamente instalada na vida, que não sente a desgraça dos que sofrem e não percebem, às vezes, nem mesmo o indispensável para viver. Essa democracia facilita o ambiente propício para a criação de trustes e monopólios, das negociatas e do câmbio negro, que exploram a miséria do povo”. (...) Essa espécie de “democracia é como uma velha árvore coberta de musgo e folhas secas. O povo um dia pode sacudi-la com o vendaval de sua cólera (...) Tendo que optar entre os poderosos e humildes, preferi os últimos”.⁷³³

Discursos com esse conteúdo, segundo o autor, teriam se repetido. Por ocasião da convenção do PTB, em março de 1947, Vargas teria se pronunciado assim:

Consideramos os valores do capital não preponderantes sobre os valores do trabalho. (...) Esse partido é nacionalista, mas

⁷³¹ *Idem, ibidem*, p. 88.

⁷³² A parte referente à temática do exílio de Getúlio Vargas, foi escrita por Mauro Malin (CPDOC/FGV). O capítulo referente ao segundo governo foi escrito por Brandi com a colaboração de Plínio de Abreu Ramos (CPDOC/FGV).

⁷³³ DULLES, John W. Foster. *Getúlio Vargas: biografia política*, apud BRANDI, *ibidem*, p. 204-5.

seu nacionalismo é diferente e não agressivo (...) é essencialmente democrático. E por ser democrático compreende a necessidade da existência dos outros partidos, praticando a norma básica da democracia, que é o respeito à vontade e à opinião alheia. [Afirmou ainda que a democracia não sobreviveria à crise] sem uma planificação econômica e social, [acrescentando ser ponto vital do programa do partido] a planificação de nossa economia.⁷³⁴

Na direção da hipótese da transformação de Getúlio, o autor deu ênfase a certos pronunciamentos de Vargas nos quais a relação trabalhadores *versus* capital é bastante acentuada. O autor teve, também, o cuidado de assinalar que o nacionalismo propugnado por Getúlio, nessa fase de transformação pela qual passava, era distinto do “nacionalismo agressivo”, como fora o alemão, o italiano e o japonês. O ex-ditador defendia agora a democracia. Não a “democracia corporativa”, dos tempos do Estado Novo, mas uma democracia na qual o Estado assumiria seu papel de planejador da economia, nos moldes de um Estado socialista, coincidentemente, o modelo defendido pela esquerda de viés marxista. Todas essas observações pareceram ter a intenção de caracterizar a mutação de Vargas, bem como sua aproximação ou sua guinada à esquerda.

Mais adiante, com a aproximação das eleições de 1950, Malin analisou as articulações entre Vargas e Ademar de Barros para a definição de uma chapa suficientemente forte e para o lançamento de sua candidatura à presidência da República. Conforme Getúlio e Ademar, as articulações ocorriam porque eram decorrentes de um “[...] movimento, inteiramente desarticulado, sem chefe e sem orientação, [que] surge nos quatro cantos do Brasil, natural, espontâneo, mas com um sentido e uma força que surpreendem

⁷³⁴ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. [não consta referência completa]. SILVA, Hélio. *Vargas, apud BRANDI, ibidem*, p.207.

os mais dedicados dos seus amigos e levam pânico aos adversários”.⁷³⁵ Meses depois, em fevereiro de 1949, Vargas deu a famosa entrevista ao jornalista Samuel Wainer na qual afirmou: “Sim, eu voltarei, não como líder político, mas como líder de massas”.⁷³⁶

As passagens citadas pelo autor nos levam a realizar algumas inferências. Vargas, à véspera de sua decisão de concorrer à eleição de 1950, apareceu como uma espécie de “tertius”, encontrando-se acima das mazelas da política, que tão bem conhecia e que dela fora vítima quando de sua deposição em 1945. Além disso, construiu-se a imagem de que Getúlio tornou-se candidato pela aclamação do povo e pela ausência de candidaturas à altura da tarefa de governar o Brasil.

Para além da imagem do líder de massas que ganha contornos mais nítidos nessa biografia, outro aspecto, pareceu-nos, foi confirmado pelo autor, a emergência de Vargas defensor do nacionalismo.

Conforme o autor, duas grandes bandeiras foram desfraldadas por Vargas na corrida final à presidência: a questão nacional e os programas de reforma social. Segundo Malin, o projeto de Vargas, durante a campanha, continuava vago. Ao mesmo tempo em que ele defendia a criação da Companhia Vale do Rio Doce, da Fábrica Nacional de Motores, da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, a nacionalização dos recursos naturais, não colocava em risco a participação do capital estrangeiro em determinados setores da economia, compreendendo que sua presença era necessária.

Em 3 de outubro de 1950, Getúlio Vargas foi eleito com 48,7% dos votos. Segundo Brandi, ele reassumiu a presidência consagrado por grande

⁷³⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*, apud BRANDI, *ibidem*, p. 216.

⁷³⁶ *Nosso Século*. Rio de Janeiro: Abril, 1981, apud BRANDI, *ibidem*, p. 217.

apoio popular, o que causava repulsa aos conservadores em geral. Em dezembro de 1950, o udenista Paulo Duarte escreveu:

No dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalçados e justamente ressentidos, indivíduos tornados pelo abandono homens boçais, maus e vingativos, que desceram os morros embalados pela cantiga da demagogia berrada das janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes restava: naquele que se proclamava o pai dos pobres, o messias-charlatão.⁷³⁷

Conforme Brandi, essas palavras seriam um forte indicativo de que a oposição não daria trégua a Getúlio em seu segundo governo. O sentimento revanchista estava impresso nas palavras do articulista Paulo Duarte e da UDN. Mas, os problemas vinham de todos os lados. Se a situação interna não era boa, a situação internacional também não era nada favorável. Segundo o autor,

[...] Vargas enfrentava um centro desconfiado, implacável oposição de direita e um Exército neutro, na melhor das hipóteses. Além do fantasma populista, o apelo nacionalista de Getúlio era um tema controvertido para as elites que detinham de fato o poder, isto tanto em relação aos militares quanto à burguesia industrial. No Brasil, o temor ao nacionalismo refletia claramente a redefinição do quadro internacional, a intensificação da guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, os dois centros do poder mundial após 1945.⁷³⁸

De acordo com Brandi, ao formar o ministério, Getúlio surpreendera a muitos. Sua escolha foi considerada excessivamente conservadora, com ministros do PSD, PSP, PTB e da UDN.

Contudo, segundo Brandi, houve fatos que atenuaram o viés conservador do ministério. O primeiro foi o de Getúlio tê-lo qualificado como o “ministério da experiência”; e o segundo o de ter sido criada uma Assessoria

⁷³⁷ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*, apud BRANDI, *ibidem*, p.233-4.

⁷³⁸ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, apud BRANDI, *ibidem*, p. 234.

Econômica, integrada por técnicos de posições nacionalistas. Conforme o autor, a Assessoria Econômica representou, na prática, a adoção de uma

[...] política econômica bifurcada entre o que Skidmore denomina 'ortodoxia e nacionalismo'. De um lado, a Assessoria Econômica, chefiada por Rômulo de Almeida, tentou formular uma política de desenvolvimento industrial com forte participação do Estado e do capital privado nacional. [...] De outro lado, o grupo representado pelo ministro da Fazenda, Horácio Lafer, e o ministro das Relações Exteriores, João Neves, buscou influenciar as decisões do governo na direção de uma maior participação do capital estrangeiro, como meio de o Brasil ultrapassar o seu estágio de subdesenvolvimento.⁷³⁹

Um dos temas mais marcantes do segundo governo Vargas foi o do petróleo. Segundo Brandi, o projeto de criação da Petrobrás, encaminhado ao Congresso no final de 1951 – levou 23 meses para ser aprovado –, gerou enorme polêmica. “Os nacionalistas radicais simplesmente qualificaram o projeto de entreguista”. O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN)⁷⁴⁰ divulgou nota dizendo que o projeto era “a oportunidade esperada pelos trustes estrangeiros (...) para penetrar no domínio da exploração e da industrialização do petróleo nacional”, e até a UDN manifestou-se contra o projeto, o que teria, segundo Brandi, surpreendido Vargas. A UDN “adotou uma perspectiva nacionalista e a favor do monopólio estatal”.⁷⁴¹

De acordo com o autor, os debates em torno da criação da Petrobrás e das formas de exploração e distribuição do petróleo continuavam. Na Câmara, um deputado udenista apresentara um substitutivo em favor do monopólio

⁷³⁹ BRANDI, *ibidem*, p. 240-1.

⁷⁴⁰ “Associação civil fundada em 21 de abril de 1948, no Rio de Janeiro. Foi criada com o objetivo de promover uma ‘larga campanha de esclarecimento da opinião pública, através de artigos, conferências, debates, comícios, caravanas e demais meios constitucionais e democráticos, visando à congregação dos brasileiros que pugnavam pela tese nacionalista de exploração das jazidas pelo monopólio estatal’”. In: *DHBB*, p. 1311-1312.

⁷⁴¹ BRANDI, *ibidem*, p. 249.

estatal do petróleo. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e o CEDPEN lançaram a palavra de ordem “O petróleo é nosso!”. Vargas passou a ser denunciado por comunistas, militares nacionalistas e petebistas como um “aliado do imperialismo”.

Contudo, conforme o autor, no plano externo, a visão que se tinha de Vargas era bastante distinta, particularmente, com a mudança de governo nos Estados Unidos, em janeiro de 1953. O governo republicano de Dwight David Eisenhower abandonou, praticamente, todos os planos de cooperação econômica, os quais eram uma aposta do governo Vargas para a obtenção de “financiamentos para a implantação de indústrias de base”. Ainda segundo o autor, “a política para a América Latina, conduzida pelo secretário de Estado John Foster Dulles, caracterizou-se pelo reforço do anticomunismo e pelo combate aos movimentos nacionalistas”.⁷⁴²

Segundo Brandi, internamente a situação também não era favorável. A oposição fazia a Vargas acusações diversas e, durante o ano de 1953, atacou o governo no conhecido caso da criação do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer. Vargas era acusado de ter financiado o jornal com empréstimos facilitados e, em contrapartida, o jornal seria a voz do governo junto à opinião pública. Ao que tudo indica, esse clima teria colocado o governo na retaguarda da iniciativa política.

De acordo com o autor, em março de 1954,

[...] a oposição encontrou um novo tema para sua campanha contra Vargas. O jornalista Carlos Lacerda revelou, pela *Tribuna da Imprensa*, uma conferência, pronunciada reservadamente pelo general Perón na Escola Superior de Guerra da Argentina sobre as negociações que mantivera com Vargas para o estabelecimento de uma aliança entre os

⁷⁴² BRANDI, *ibidem*, p. 265-6.

governos da Argentina, Brasil e Chile, a fim de combater a influência dos Estados Unidos no hemisfério sul".⁷⁴³

A confirmação da notícia por João Neves, antigo aliado que rompera com Vargas, piorou e muito a situação do presidente internamente, tanto que em maio começou a tramitar, no Congresso, um pedido de *impeachment* contra ele. O pedido foi votado em junho, encaminhado pelo líder da UDN, Afonso Arinos, que o justificou por razões de ordem política e pessoal contra Vargas. Em 16 de junho de 1954, a moção foi derrubada na Câmara por 136 votos contra 35.

De acordo com Brandi, no ano de 1954, a crise política interna estava instalada. As várias tentativas de abreviar o governo de Vargas tinham falhado, mas produziram seus efeitos. De acordo com Brandi,

Getúlio Vargas parecia alheado do vendaval, como que protegido por uma fé no seu destino ou uma fatalidade muito fora de seu temperamento. Getúlio estava com 72 anos e parecia realmente envelhecido e cansado. No dia 1º de maio, o presidente se dirigira aos trabalhadores em termos vigorosos e promissores, mas, nesse período crucial, não mobilizava as diversas forças que poderiam apoiá-lo ou sustentá-lo em nome da legalidade indiscutível de seu governo.⁷⁴⁴

Os episódios do mês de agosto de 1954 são bastante conhecidos. Foi o mês da grande crise, provocada pelo atentado a Carlos Lacerda com a participação de membros da guarda pessoal do presidente, o que levou Getúlio Vargas ao suicídio. Brandi faz referência, após a morte do presidente, às inúmeras ações contra as sedes de jornais oposicionistas como *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, bem como à embaixada dos Estados Unidos e sedes de empresas norte-americanas.

⁷⁴³ *Idem, ibidem*, p. 282.

⁷⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 285.

O suicídio de Vargas também produziu uma nova interpretação de sua figura e de seu governo. De acordo com o autor,

[...] os acontecimentos de 24 de agosto também influenciaram decisivamente o comportamento do PCB. Até o suicídio de Vargas, os comunistas faziam cerradas críticas ao seu governo, acusando-o de submeter-se aos interesses dos Estados Unidos e de recorrer à violência e ao terror contra o povo brasileiro. O PCB mudou radicalmente de atitude após a morte de Getúlio e a divulgação da “Carta-testamento”. Na edição de 25 de agosto de 1954 o jornal comunista *Imprensa Popular* acusou o “imperialismo norte-americano” de responsável pela morte de Vargas e o governo Café Filho de ser formado por ‘agentes furiosos dos monopólios de *Wall Street*’.⁷⁴⁵

Lamounier, por sua vez, assinalou que entre o período da deposição até seu retorno à cena política, Getúlio Vargas viu “[...] acentuar-se cada vez mais a contestação à sua pessoa, com ou sem fundamentos nos atos praticados durante os quinze anos em que havia estado à frente do governo federal”.⁷⁴⁶

Quando Getúlio se decidiu a concorrer novamente à presidência da República sabia que a oposição seria implacável. Carlos Lacerda afirmara: “O sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”.⁷⁴⁷ Outros pensavam assim. Colocavam em cena a “teoria segundo a qual o povo não sabe votar”.⁷⁴⁸

Externamente Getúlio Vargas também enfrentou dificuldades sérias. Em plena Guerra Fria, posições que eram anteriormente toleradas, passaram a representar ameaça extrema:

Sendo inevitavelmente antinorte-americano, o nacionalismo tornava-se sempre suspeito de esquerdismo. Esse novo corte

⁷⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 299.

⁷⁴⁶ LAMOUNIER, *ibidem*, p. 93.

⁷⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 95. O autor não indicou o local do qual foi retirada a afirmação de Carlos Lacerda.

⁷⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 97.

da realidade política transformava boa parte do antigetulismo em antinacionalismo, enfraquecendo o governo Vargas diante dos Estados Unidos em sucessivos atritos, como sua recusa a enviar tropas brasileiras à Coréia, a sustentação dos preços do café, o estímulo estatal à industrialização e, especialmente, a criação da Petrobrás.⁷⁴⁹

Assim, diante de tais dificuldades, Getúlio Vargas procurou evitar, ao máximo, atritar-se com a oposição, formando um ministério que contemplasse os diversos matizes políticos, inclusive com udenistas. Externamente agiu assim também, particularmente quando da criação da Petrobrás, e buscou não “[...] hostilizar de nenhum modo o capital estrangeiro; ao contrário, procurando atraí-lo para os projetos de desenvolvimento elaborados pela competente assessoria econômica da presidência da República”.⁷⁵⁰

Contudo, após várias crises — reforma ministerial,⁷⁵¹ Manifesto dos Coronéis⁷⁵² e o atentado a Carlos Lacerda — a situação de Getúlio tornou-se insustentável. Seus ministros militares negaram-lhe apoio e o vice-presidente, Café Filho, já articulava a formação do novo governo, recheado de membros da oposição.

Segundo Lamounier, restou a Carta-testamento como bandeira. Getúlio com seu suicídio reagrupou as correntes nacionalistas, que passaram a empunhar sua Carta como bandeira de luta.

⁷⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 97.

⁷⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 98.

⁷⁵¹ Ocorreu entre os meses de junho e julho de 1953, dando fim à tentativa de Vargas de governar com uma coalizão de partidos, inclusive a UDN. A reforma abriu grande espaço para o PTB no ministério, especialmente, com a posse de João Goulart no ministério do Trabalho, o que, por outro lado, desagradou a oposição e os grupos conservadores, que intensificaram as críticas ao governo. In: SILVA, Hélio. *1954: um tiro no coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 170-71.

⁷⁵² Protesto realizado por coronéis e tenentes-coronéis, em fevereiro de 1954, contra o aumento de 100% do salário mínimo autorizado pelo ministro do Trabalho, João Goulart. Dentre outras coisas os oficiais denunciavam que tal medida elevaria o custo de vida, desvalorizaria a especialização profissional e afetaria os quadros militares, uma vez que, estes prefeririam uma vida civil, em razão da maior remuneração. O episódio culminou com a demissão de João Goulart, mas com a concessão do aumento. SILVA, *1954: um tiro no coração...*, *ibidem*, p. 307-14.

O próprio PCB revisou sua posição, apontando a pressão norte-americana como o pano de fundo daquela crise. Os dois partidos criados por Getúlio para formarem uma aliança, PSD e PTB, conheceriam em seguida o seu ponto de maior aproximação preparando-se para eleger Juscelino Kubitschek e João Goulart, respectivamente para a presidência e a vice-presidência da República. Essa aliança não seria coesa e nem tão duradoura como Getúlio talvez tenha imaginado, mas continuou a ser o principal fator de poder naquela década. O velho líder havia demonstrado, mais uma vez, sua capacidade de avançar a cada recuo, transformando a fraqueza de seus últimos dias numa enorme força carismática.⁷⁵³

Algumas considerações

Num sentido geral, o historiador Paulo Brandi na obra *Vargas: da vida para a história*, aproxima suas conclusões da produção historiográfica do período. Por exemplo, adota a idéia do “Estado de compromisso” de Fausto e Weffort, para explicar a instabilidade política, principalmente, do primeiro governo (1930-1945). Sobre o segundo governo, o autor adota a tese da transformação de Vargas, em detrimento do próprio dinamismo de outros grupos sociais, que se apropriaram e transformaram o trabalhismo.

Quanto à escrita da biografia, o autor seguiu os cânones acadêmicos vigentes, dando um tratamento bastante tradicional ao uso de fontes — memória, biografia, depoimentos — como apontamos anteriormente. Ao que tudo indica, quando da escrita da biografia, Brandi ainda não vivenciava muitos aspectos da renovação interpretativa pela qual historiografia brasileira passava.⁷⁵⁴

Lamounier produz uma biografia bastante interessante. Incorpora à sua narrativa certos elementos importantes na renovada produção desse gênero, como foi apontado, indicando lacunas, dúvidas, possibilidades. Quanto aos depoimentos, em que pese isso não aparecer ao longo de toda a biografia, o

⁷⁵³ LAMOUNIER, *ibidem*, p. 107.

⁷⁵⁴ GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980, *ibidem*.

autor lhes dá um tratamento cuidadoso, posicionando-os no contexto de sua produção e das relações com o biografado.

Além disso, introduz alguns debates historiográficos importantes, como foi apontado — autoritarismo *versus* totalitarismo; transformação, pela oposição comunista, de Vargas em líder nacionalista —, o que surpreende uma vez que o autor parece escrever numa obra destinada ao grande público, o que teria interferido e justificado, por outro lado, os problemas nos aspectos formais da obra — essencialmente, a ausência das referências bibliográficas.

Considerações Finais

Ao final deste trabalho de pesquisa, é importante apontar para algumas reflexões a guisa de considerações finais.

Inicialmente, algumas hipóteses que se confirmaram. A escrita de gênero biográfico se relaciona, profundamente, com o contexto de sua produção. Assim como a história, as biografias referem-se muito mais ao “presente” do que propriamente ao “passado”, na direção apontada por Bloch e Le Goff que afirmam que “a história não é a ciência do passado”, mas a “ciência dos homens no tempo”.⁷⁵⁵ Há na escrita biográfica, assim como na historiografia, “intenções”, “objetivos” e “fins”.⁷⁵⁶

Assim, as várias biografias estudadas responderam a questões colocadas pelo presente. André Carrazzoni (1939) e Paul Frischauer (1943) cumpriam “missões” dadas pelo seu tempo, respectivamente, justificar e explicar para o “povo” as razões da existência do Estado Novo e alertar a esse mesmo “povo” que a “nação” encontrava-se ameaçada, colocada em risco por “elementos perniciosos” — nazi-fascistas e comunistas — que podiam acabar com a “paz”, a “tranqüilidade” e a “construção de um novo país”.

Cláudio de Araújo Lima (1955), numa simbiose entre “psiquiatria” e “política” — uma vez que o resultado de sua análise, feita em “bases científicas”, levou às mesmas conclusões sobre Vargas que seus opositores —, e entre “direita” e “esquerda” — as acusações contra Vargas, em um determinado momento se aproximaram: a UDN acusava Vargas de “entreguista”, uma vez que o projeto do governo de criação da Petrobrás na

⁷⁵⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 23.

⁷⁵⁶ VEYNE *apud* LE GOFF, *ibidem*, p. 24.

contemplava o monopólio estatal; e o PCB afirmava que Getúlio era subordinado ao imperialismo dos Estados Unidos — alertava aos brasileiros sobre o quão pernicioso fora Getúlio Vargas e que chegara a “hora da libertação” do legado varguista, cuja produção “enganou” a maioria dos brasileiros, com seus falsos discursos e com suas propagandas, produzidas com refinadas técnicas, para que o “mito” fosse construído.

Alzira Peixoto (1960), por sua vez, travou uma árdua luta para a “preservação” da memória de seu pai e de seu legado, tão ameaçados naqueles tormentosos anos de 1950, após sua morte.

John W. F. Dulles (1967) buscou encontrar indícios que comprovassem a longa e fiel amizade que sempre existiu entre Brasil e Estados Unidos. Conforme o autor, suspeitas de que Getúlio Vargas era um simpatizante do nazi-fascismo, ou ainda um ferrenho defensor do nacionalismo não se confirmaram. O que se confirmou foi uma “velha e profunda amizade” entre os “parceiros” americanos, tão ao gosto da “Aliança para o Progresso”.

No extremo oposto, localiza-se a obra de Carlos Heitor Cony (1974), que denunciou com veemência o caráter autoritário dos militares, envolvidos, segundo ele, em todos os golpes havidos na recente história republicana brasileira. Além disso, Cony denunciou a incômoda presença dos interesses estrangeiros no país, que não se tornava uma potência em razão dos interesses alienígenas do imperialismo. Vargas, segundo Cony, significou a distinção entre o “desenvolvimento” e o “atraso”.

Por sua vez, Paulo Brandi (1985) e Bolívar Lamounier (1988) incorporaram muitas das discussões produzidas até então e, num período cujas garantias institucionais estavam sendo retomadas, buscaram

compreender de forma mais rigorosa, do ponto de vista acadêmico, a trajetória de Getúlio Vargas, assim como, analisar que as ditaduras não eram presença inexorável na vida política brasileira.

Há, também, uma relação mais estreita do que se poderia desconfiar entre a historiografia e as biografias. Diversos temas presentes nas pesquisas acadêmicas aparecem simultaneamente nas biografias. Assim, quando a historiografia está discutindo o caráter do desenvolvimento nacional, o imperialismo, o nacionalismo, o autoritarismo etc., essas discussões aparecem nas biografias.

Além dos temas discutidos pela historiografia, interferem na produção biográfica os debates que envolvem os critérios de “cientificidade” da história no contexto de produção da biografia. Tal questão foi identificada em três momentos: durante o Estado Novo, quando houve uma discussão bastante interessante sobre a escrita da história e sobre seus critérios de verdade, que correspondiam à erudição do autor e ao uso de documentação “primária”. Em um segundo momento, na produção brasilianista, marcada por grande rigor metodológico, particularmente, quanto à indicação de fontes de pesquisa. E um terceiro momento, na década de 1980, quando, em virtude da crise do paradigma estruturalista, historiadores de ofício passaram a se dedicar à construção de biografias, pontualmente, Paulo Brandi. Todavia, essa é discussão a ser aprofundada numa futura pesquisa.

Parece, contudo, que tanto as biografias sofrem influência da historiografia, quanto a historiografia é influenciada por produções de gênero biográfico, numa relação mais estreita do que se supunha.

Deve-se ressaltar, aliás, que essa é uma observação de fundamental importância do ponto de vista teórico-metodológico. Não raramente, foi encontrado na análise das obras, recortes de passagens de outras biografias, material que acabava sendo utilizado como fonte privilegiada de informação, sem se levar em conta toda a problemática que envolve a escrita desse gênero. Assim, por exemplo, Dulles utilizou-se de Alzira Peixoto e Paul Frischauer, até de Affonso Henriques e João Neves da Fontoura, com suas análises diametralmente opostas, mas que não foram colocadas frente-a-frente. Os autores não foram colocados no contexto de produção, nem as suas ligações com o biografado foram levantadas.

Isso não foi “privilégio” de John Dulles. Carlos Heitor Cony procedeu dessa maneira e Paulo Brandi, mais recentemente, também fez um uso, mais ou menos indiscriminado, das biografias, autobiografias e memórias em sua pesquisa. A exceção foi Bolívar Lamounier, como foi indicado na análise produzida no capítulo 4, que teve o cuidado de relativizar as afirmações de certos autores em relação a Getúlio Vargas e ao getulismo.

A imagem de Getúlio Vargas que emerge das biografias, é na maioria dos casos, positiva. Correspondendo, assim, com a ênfase dada a certos aspectos pela análise historiográfica. Curiosamente, Alzira Peixoto, filha de Getúlio Vargas, não fez nenhuma análise ao período no qual as referências a Vargas são mais simpáticas, seu segundo governo, de 1951 a 1954. Nem Araújo Lima, que preferiu referir-se aos primeiros quinze anos de Getúlio Vargas na presidência da República. O que parece confirmar a tese de que as referências ao nacionalismo começaram a se difundir após a sua morte.

Quanto à relação ficção-realidade presente nas biografias, houve modificações importantes. Essas modificações relacionam-se ao próprio paradigma dominante nos estudos históricos. Na medida em que as discussões historiográficas se afastavam da dominância do ideal “positivista” de produção do conhecimento, e que discussões sobre a intencionalidade dos documentos — que são, em verdade e também, “monumentos”, como afirma Le Goff ⁷⁵⁷ — ganhavam força, as biografias, consideradas como obras pouco rigorosas, nas quais a inventividade do autor está muito presente e associada, passaram a ganhar força dentro da academia.

Todavia, por força de formação, em virtude das características de construção de cada um dos campos do conhecimento, das fronteiras estabelecidas — que interagem entre si — há, mesmo assim, certos limites a serem respeitados. Como afirma Benito Schmidt: “acredito, embora isto possa soar *démodé*, que historiadores e jornalistas, por dever de ofício, têm um maior compromisso com o *mundo real*, enquanto cineastas e literatos podem contar com uma margem muito mais significativa de invenção”. ⁷⁵⁸

Assim, jornalistas e historiadores têm modos distintos de cumprirem com esses compromissos. Os jornalistas, influenciados pelo *new journalism*, adotaram uma postura mais flexível em relação às exigências de exatidão e objetividade. Conforme Jorge Caldeira, a biografia seria “[...] um híbrido (...) que exige tanto fontes documentais como interpretação e ficção”. ⁷⁵⁹

Quanto aos historiadores, caberia preencher as lacunas existentes indicando-as com clareza, através de expressões como “talvez”, “pode-se

⁷⁵⁷ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, *ibidem*.

⁷⁵⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: _____ (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000, p. 66.

⁷⁵⁹ CALDEIRA *apud* SCHMIDT, *ibidem*, p. 64.

presumir” e “provavelmente”. O que foi, por exemplo, feito por Bolívar Lamounier, como já apontado no capítulo 4.

Vale ressaltar, também, que a biografia é um gênero de escrita muito rico. Como foi indicado nesse trabalho, a complexidade e a amplitude do conhecimento de uma época, necessário para a construção de uma biografia, é considerável, justamente porque na sua narrativa há uma mistura de elementos estruturais e micro-históricos.

Por outro lado, encontraram-se elementos, em várias das biografias analisadas, de uma narrativa mitológica, que são indicativos de uma construção mais distante da história — que expressa determinados fins políticos, ideológicos ou culturais de certas parcelas da sociedade —, o que, contudo, não as invalida como um meio para a percepção das tensões entre determinados grupos sociais, num dado tempo e espaço. Como afirma Girardet:

Não há nenhum dos sistemas mitológicos de que tentamos definir as estruturas que não se ligue muito diretamente a fenômenos de crise: aceleração brutal do processo de evolução histórica, rupturas repentinas do meio cultural ou social, desagregação dos mecanismos de solidariedade e de complementaridade que ordenam a vida coletiva. Nenhum que não se relacione a situações de vacuidade, de inquietação, de angústia ou de contestação. De maneira constante, a análise tende a nos reconduzir à noção durkheimiana de anomia, ou mais geralmente, talvez, à velha distinção, cara à escola sociológica francesa do século XIX, entre “períodos críticos” e “períodos orgânicos”: é nos “períodos críticos” que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração.⁷⁶⁰

Evidentemente que, ao final desse trabalho, ficaram lacunas. Buscamos sinalizar para a importância da continuidade dos estudos que envolvam a escrita de gênero biográfico, mais pontualmente, as relações com as

⁷⁶⁰ GIRARDET, *Mitos e mitologias políticas*, *ibidem*, p. 180.

discussões historiográficas, sua recepção e análise pelos suplementos literários, e o estudo das políticas editoriais no que se refere à publicação de biografias. Enfim, temas que serão deixados para futuras investigações.

Fontes de pesquisa

- ARAÚJO LIMA, Cláudio de. *Mito e Realidade de Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1955.
- BRANDI, Paulo. *Vargas: da Vida para a História*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985. [1ª ed.1983]
- CARRAZZONI, André. *Getúlio Vargas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. [1ª ed 1939]
- CONY, Carlos Heitor. *Quem Matou Vargas. 1954: uma tragédia brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1974.
- DULLES, John W. Foster. *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967 [1ª ed. brasileira].
- FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas: Biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora. Nacional, 1944, 423 p. [1ª ed. 1943]
- LAMOUNIER, Bolívar. *Getúlio*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- PEIXOTO, Alzira Alves do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Globo, 1960. [1ª ed. 1960].

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de (et al.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)*. 5 volumes. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.
- ABREU, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições da era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Ed. FGV, 1999, p. 119-136.
- ALBERTI, Verena. *Biografia dos avós: uma experiência de pesquisa no ensino médio*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 10p.
- ALBERTI, Verena. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f.
- ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n 7, 1991, pp. 66-81.

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O estudo sobre o Brasil nos Estados Unidos: a produção brasilianista no pós-Segunda Guerra. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2001.
- ARAÚJO LIMA, Cláudio de. *Imperialismo e angústia*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.
- BISCHOFF, Álvaro W., SOUTO, Cíntia V.. Getúlio Vargas promotor. In: *IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (4. : 2006 : Porto Alegre, RS). Anais : produzindo história a partir de fontes primárias / org. Márcia Medeiros da Rocha. – Porto Alegre : CORAG, 2006, p. 33-45.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1992.
- BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 159-182.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926-1932*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 203-233.
- BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 12, n. 23/24, set. 91/ago. 92, pp. 7-18.
- BOURDIEU, Pierre. O capital social — notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre, NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p. 67-69.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 183-191.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

- BURKE, Peter. *A escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. *A escrita da história: novas perspectivas*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 327-348.
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 19, 1997.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2 ed. Brasília: Ed. UnB, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1998, p. 183-213.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.2), p.107-143.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, José Murilo . *D. Pedro II*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.
- CASTRO, Ruy. Como falar da vida alheia. Seção Livros: Carmen. Uma biografia. *REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL*. Ano 2, n. 18, março, 2007, p. 12-13.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n.13, 1994, p. 97-113.
- CONY, Carlos Heitor. *Quem matou Vargas:1954: uma tragédia brasileira*. 3ª ed. rev. e ampliada. São Paulo: Ed. Planeta, 2004.
- CULTURA POLÍTICA*, ano 03, número 33, out. 1943, p. 187-88.
- CULTURA POLÍTICA*, Ano 04, número 40, maio de 1944, p.216-17.

- D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e cidadania no Brasil. In: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.2), p.213-239.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas: 1951-1954*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- DE DECCA, Edgar. *A revolução de 30: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 127-154.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira: década de 1930 aos anos de 1970*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999.
- DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo*. Campinas: Pontes: Ed. Unicamp, 1991.
- DUBY, GEORGES. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1993.
- ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA*. Cd-rom, 1999.
- FAUSTO, Bóris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 5ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FDE, 1997.
- FAUSTO, Bóris. *A revolução de 1930, historiografia e história*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de "Latin American" nos Estados Unidos*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 135-6.

- FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge, (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 301-342.
- FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.13-46.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge, (orgs.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 387-415.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais; a trajetória de Pierre Deffontaines. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (10.: 1998: Rio de Janeiro: RIO DE JANEIRO). *Oral history challenges for 21st century: proceedings [of the] X International Oral History Conference/ Eds. Ilana Strzemberg... [et al]*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Casa Oswaldo Cruz, 1998. V.1.p.379-386.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. In: *Cultura Vozes*. Petrópolis, vol. 94, n.3, p. 111-124, maio/jun., 2000.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.265-271.
- FONTANA, Mônica, WEBB, Paul. Fato e Ficção: uma relação dialética. *Trabalho apresentado ao Seminário de Temas Livres em Comunicação*. Universidade Federal de Pernambuco.
- FREITAS, Décio, LARANGEIRA, Álvaro (orgs.). *A serpente e o dragão*. Dissertações acadêmicas. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. A voga do biografismo nativo. In: *Estudos Avançados*, 19(55), 2005, p. 350-66.
- GAY, Peter. *Freud para historiadores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, RS: Editora da UPF, 2005.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. 2 ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História. *REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL*. Ano 1, n. 9, abril, 2006, p. 98.
- GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo — Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v.9, n 1/2, p. 17-30, jan./dez. 1996.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro. História e historiografia de *A Revolução de 1930*. In: _____ (org.) *Leituras críticas sobre Boris Fausto*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008, p. 13-48.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos* — Historiografia, Rio de Janeiro, v. 9, n 17, p. 59-84, 1996.
- GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 34, julho-dezembro de 2004, p.157-186.
- HENRIQUES, Affonso. *Ascensão e queda de Getúlio Vargas*. 3 volumes. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 1966.
- História do Século 20*. 6 volumes. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- HOBBSAWM, Eric. A queda do liberalismo. In: *Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 113-143.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Moinho, esmola, moeda, limão: conversa em família*. São Paulo: Augurium Ed., 2004.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p.535-553.
- LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. SP: Martins Fontes, 2001.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2 ed. Campinas: Ed. Unicamp: SP: Papyrus, 1986.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 167-182.
- LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.) *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p.141-184.
- LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.
- LUKACS, John. *O Hitler da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. 9ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- MOTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: DELGADO; Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge, (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.323-349.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição e política: o pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1982.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil - nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- ORIEUX, Jean. A arte do biógrafo. In: ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges, LE GOFF, Jacques. *História e Nova História*. 3 ed. Lisboa: Teorema, s/d, p. 37-47.
- PAILOT, Philippe. Méthode biographique et entrepreneuriat: Application à l'étude de la socialisation entrepreneuriale anticipée. *Revue de l'Entrepreneuriat*. Vol. 2, n 1, 2003, p.19-41.
- PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano; v.2), p.13-37.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Livraria e Editora José Olympio, 1962.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Seção Livros: Carmen. Uma biografia. Ano 1, n. 8, fev/mar, 2006, p. 94.
- REVISTA NOSSA HISTÓRIA. Entrevista com Bolívar Lamounier. SP: Ano 3, n 27, jan. 2006, p.48-51.
- RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n 21, 1998/1.
- RODRIGUES, José Honório. Diversos gêneros da História. In: *Teoria da História do Brasil*. 3 ed.[rev.,atual. e ampl.]. São Paulo: Civilização Brasileira, 1969. [1 ed.1949]

- RODRIGUES, José Paulo Coelho de Souza. A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias. In: CHALHOUB, Sidney, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 233-263.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 15, n. 30, 1995, pp. 9-22.
- SARLO, Beatriz. *A paixão e a exceção. Borges, Eva Perón, Montoneros*. São Paulo: Belo Horizonte: Companhia das Letras: Editora UFMG, 2005, p.20.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia: um gênero de fronteira entre a História e a Literatura. In: RAGO, Margareth; GIMENES, Renato A. de Oliveira (orgs.). *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas, SP: Unicamp, IFCH, 2000, p.193-202.
- SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 309p.
- SCHMIDT, Benito. Construindo biografias... Historiadores e Jornalistas: Aproximações e Afastamentos. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 19, 1997.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- SILVA, Hélio. *1930: A revolução traída*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- SILVA, Hélio. *1945: por que depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SILVA, Hélio. *1954: um tiro no coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 170-71.
- SILVA, Hélio. *Vargas: uma biografia política*. Porto Alegre: LPM, 2004. (Coleção Pocket) — [1ª edição 1980].
- SILVA, José Luiz Werneck da. O feixe do autoritarismo e o prisma do Estado Novo. In: _____ (org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

- SOLA, Lourdes. O golpe de 1937 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1968, p. 285-315.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.) *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas: Diário*. (2 volumes). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.
- VARIA HISTÓRIA. Departamento de História, Programa de Pós Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, n. 28 — 2001. Belo Horizonte: Depto de História Fafich UFMG, 2002.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge; (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.145-179.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.